



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1707

Sexta-feira - 20 de Março de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Irineópolis	233
Alto Bela Vista.....	18	Itaiópolis	236
Anchieta	19	Itapoá	236
Antônio Carlos	20	Ituporanga	238
Ascurra.....	23	Jacinto Machado	239
Balneário Rincão	26	Joaçaba.....	240
Benedito Novo	27	Lages	263
Biguaçu	27	Lauro Muller	271
Blumenau	33	Lebon Regis	271
Braço do Trombudo.....	44	Leoberto Leal	272
Caçador.....	45	Lindóia do Sul	273
Camboriú.....	55	Luzerna	274
Campo Alegre	61	Maracajá	275
Campos Novos	67	Massaranduba.....	276
Canelinha	116	Meleiro	277
Canoinhas.....	117	Modelo	277
Capinzal	133	Morro da Fumaça	279
Catanduvas.....	134	Navegantes.....	283
Caxambu do Sul.....	141	Nova Trento	289
Celso Ramos.....	141	Orleans	297
Chapadão do Lageado	143	Ouro Verde	298
Cocal do Sul.....	143	Palhoça	299
Concórdia	144	Papanduva.....	329
Coronel Freitas.....	146	Paulo Lopes	330
Coronel Martins.....	146	Penha.....	331
Correia Pinto.....	148	Pinheiro Preto	334
Corupá	148	Pomerode	334
Curitibanos	149	Ponte Serrada	336
Dionísio Cerqueira	151	Porto Belo.....	337
Doutor Pedrinho.....	166	Porto União.....	338
Ermo	166	Rio do Sul.....	339
Erval Velho	167	Salto Veloso	349
Faxinal dos Guedes.....	167	Santa Rosa do Sul	352
Forquilha.....	169	Santa Terezinha do Progresso	353
Fraiburgo.....	170	Santiago do Sul.....	354
Frei Rogério	172	São Bento do Sul.....	355
Galvão.....	173	São Carlos	357
Garopaba.....	173	São Domingos.....	358
Garuva	176	São Joaquim	359
Gaspar	178	São Lourenço do Oeste.....	359
Guaraciaba	179	São Miguel do Oeste.....	384
Guaramirim.....	179	São Pedro de Alcântara.....	386
Herval d'Oeste	181	Schroeder	387
Ibiam	184	Serra Alta	397
Ilhota	187	Sombrio.....	397
Imarui	188	Tigrinhos	400
Imbituba	188	Timbó	401
Indaial.....	191	Três Barras	409
Iomerê	233	Treze Tílias	410

Tunápolis.....	410
Urussanga	415
Videira.....	416
Xavantina	421
Xaxim.....	423

Consórcios

CIGA	423
CIMVI.....	424
CIS Nordeste	424
CIS/AMURES.....	425
Consórcio Intermunicipal Quiriri.....	426
CVC.....	426

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PORTARIA 127/2015

PORTARIA Nº 127/2015 de 16 de março de 2015

"EXONERAR DO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009.

Resolve:

Artigo 1º Exonerar do cargo de Auxiliar Administrativo, a servidora, Marília Lins da Silva, brasileira, inscrita sob CPF o nº 046.084.809-79, a partir de 16/03/2015, conforme aprovação em novo cargo no Concurso Público.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de março de 2015

Novelli Sganzerla Camila

Prefeito

Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

CÂMARA MUNICIPAL**BALANCETE FINANCEIRO - POR FUNÇÃO 2015****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Função - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	43.375,25
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	43.028,78
		Legislativa	43.028,78
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	346,47
		Legislativa	346,47
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.659,50		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	67.659,50		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	94.286,24	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	93.510,28
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	7.535,74	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRI	30,00
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	43.375,25	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.956,50
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	43.375,25	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	43.375,25
		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	43.148,53
SALDOS ANTERIORES	43.860,04	SALDOS ATUAIS	68.920,25
BANCO C/ MOVIMENTO	43.860,04	BANCO C/ MOVIMENTO	68.920,25
TOTAL	205.805,78	TOTAL	205.805,78

AGUA DOCE, 28/02/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE BALANCETE DO RAZÃO 2015**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Balancete do Razão

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	48.262,65	67.659,50	67.659,50	135.319,00	116.242,12
	0,00	24.269,85	43.069,68	67.339,53	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	30.772,91	50.135,03	80.907,94	0,00
	48.262,65	46.127,44	50.910,99	97.038,43	64.393,14
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	39.624,38	43.845,64	83.470,02	83.470,02
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	67.659,50	67.659,50	135.319,00	135.319,00
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	811.914,00	14.500,00	826.414,00	811.914,00
	0,00	0,00	14.500,00	14.500,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	146.705,31	144.399,03	291.104,34	0,00
	0,00	958.619,31	144.399,03	1.103.018,34	811.914,00
CONTROLES DEVEDORES	0,00	67.659,50	67.659,50	135.319,00	135.319,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES CREDORES	0,00	109.080,89	136.885,53	245.966,42	0,00
	0,00	176.740,39	204.545,03	381.285,42	135.319,00
Totais	48.262,65	1.273.416,49	525.084,23	1.798.500,72	1.146.945,14
	48.262,65	1.273.416,49	525.084,23	1.798.500,72	1.146.945,14

AGUA DOCE, 28/02/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA - ANEXO TC 08 ESPECIFICAÇÕES FONTE

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página 1 de 1

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE		Fonte de Recursos	Créditos			Total	Despesa Empenhada		Saldos
Códigos	Especificações		Orçados	Suplementados	Anulados		No Período	Até o Período	
01	CAMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA DOCE SC		811.914,00	14.500,00	14.500,00	811.914,00	43.375,25	82.529,24	729.384,76
01.01.0	CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE SC		811.914,00	14.500,00	14.500,00	811.914,00	43.375,25	82.529,24	729.384,76
01.01.01	Ação Legislativa		811.914,00	14.500,00	14.500,00	811.914,00	43.375,25	82.529,24	729.384,76
01.01.01.031	PROCESSO LEGISLATIVO		811.914,00	14.500,00	14.500,00	811.914,00	43.375,25	82.529,24	729.384,76
01.031.0001.2.001	DESENV. DE ATIVIDADES P/ MANUT. DO TRABALHO LEGISLATIVO		811.914,00	14.500,00	14.500,00	811.914,00	43.375,25	82.529,24	729.384,76
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	565.339,80	0,00	0,00	565.339,80	37.113,06	72.406,72	492.933,08
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	0000					31.962,68	61.028,31	
3.1.90.11.01.00.00.00	vercimentos e salários	0000					31.962,68	61.028,31	
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	0000					5.150,38	11.378,41	
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0000					5.150,38	11.378,41	
3.1.91.00.00.00.00.00	Contribuições Diretas - Oper Intra-Orçamentárias	0000					346,47	684,20	3.815,80
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	0000	3.000,00	1.500,00	0,00	4.500,00	346,47	684,20	
3.1.91.13.99.00.00.00	Otras Obrigações Patronais	0000					346,47	684,20	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	0000					0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	237.474,20	0,00	14.500,00	222.974,20	5.915,72	9.438,32	213.535,88
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	0000					339,00	339,00	
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0000					339,00	339,00	
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					5.576,72	8.961,91	
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0000					2.121,68	3.436,75	
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0000					1.998,77	1.998,77	
3.3.90.39.49.00.00.00	Produções Jornalísticas	0000					350,00	350,00	
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços de Telecomunicações	0000					705,27	1.334,59	
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0000					71,00	111,80	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0000					330,00	1.330,00	
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	0000					0,00	537,41	
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecunia	0000					0,00	537,41	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0000	1.100,00	13.000,00	0,00	14.100,00	0,00	0,00	14.100,00
Total por Entidade :			811.914,00	14.500,00	14.500,00	811.914,00	43.375,25	82.529,24	729.384,76
Total Geral :			811.914,00	14.500,00	14.500,00	811.914,00	43.375,25	82.529,24	729.384,76

AGUA DOCE, 28/02/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO

PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES

CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

COMPARATIVO DA DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA - MÊS DE FEVEREIRO 2015

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Comparativo da Despesa Extra-Orçamentária - Mês de Fevereiro

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Data : 28/02/2015

Conta	Especificação	Saldo Exerc. Anterior	Retenção Acum. Mês Anterior	Pagamento Acum. Mês Anterior	Saldo Mês Anterior	Retenção no Mês	Pagamento no Mês	Saldo Atual
95513	INSS	0,00	2.898,98	0,00	2.898,98 C	3.156,25	2.898,98	3.156,25 C
95519	ISS	0,00	15,00	0,00	15,00 C	8,70	23,70	0,00
95521	PENSAO ALIMENTICIA	0,00	186,36	0,00	186,36 C	186,36	186,36	186,36 C
95523	ASSISTENCIA SAUDE - ADMINISTRACAO PROPRIA	0,00	337,73	0,00	337,73 C	346,47	337,73	346,47 C
99934	CONSIGNACAO BANCO DO BRASIL SA	0,00	3.153,24	0,00	3.153,24 C	3.345,09	3.153,24	3.345,09 C
99937	I.R.R.F	0,00	352,14	0,00	352,14 C	492,87	356,49	488,52 C
TOTAL :		0,00	6.943,45	0,00	6.943,45 C	7.535,74	6.956,50	7.522,69 C

AGUA DOCE, 28/02/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE DO SALDO DE CAIXA - ANEXO TC 04**Santa Catarina**

Mês de Fevereiro de 2015

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Declaração de regularidade do saldo de caixa - Anexo TC 04

Declaramos que assistimos o levantamento do saldo do caixa do mês de Fevereiro do corrente exercício, bem como a conferência da espécie representativa do mesmo e que apuramos a situação abaixo assinalada:

☒ A - Ausência de qualquer irregularidade☐ B - Irregularidades apuradas☐ Falta de numerário☐ Cheques que deviam ter sido apresentados ao banco☐ Cheques já apresentados, devolvidos pelo banco☐ Outros

Em face às restrições apuradas foram tomadas as seguintes providências

☐ O Tesoureiro foi notificado a recolher o valor de ,00 no prazo de horas☐ Determinada a conversão dos cheques no dia imediato☐ Determinada a instauração de inquérito administrativo☐ Determinada a cobrança executiva

Declaramos mais que assistimos o levantamento do saldo de caixa do dia do mês de Fevereiro o qual importava em ,00
() e que a espécie representativa do mesmo compunha-se:

Dinheiro.....	,00
Cheques emitidos no dia.....	,00
Cheques anteriores ao dia e não apresentados ao banco.....	,00
Cheques em insuficiência de fundos.....	,00
Vales.....	,00
Documentos fiscais quitados.....	,00
Falta.....	,00
TOTAL.....	

AGUA DOCE, 28/02/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

ODIN G.M.C.ROCHA
TESOUREIRO CPF N° 01510130985

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DOS REPASSES RECEBIDOS 2015

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Página: 1/1

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo Analítico dos Repasses Recebidos
Período de 01/02/2015 a 28/02/2015

Data	Entidade Repassadora	Valor	Finalidade	Fundamento Legal
20/02/2015	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO O	67.659,50	Lançamento contábil 6 ref VALOR REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DA PREFEITURA	

Demonstrativo da Evolução e Execução Orçamentária (Comparativo da Despesa Empenhada com a Realizada) 2015

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo da Evolução e Execução Orçamentária (Comparativo da Despesa Empenhada com a Realizada)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Página 1 / 1

Orçamento				Despesa Empenhada				Saldo Da Dotação	Despesa Realizada		Despesa A Realizar
Classificação	Dotação Inicial	Suplementação		Dotação Atualizada		No Mês			No Mês	Até Mês	
		No Mês	Até Mês	No Mês	Até Mês	Empenho	Anulação				
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE											
Órgão : 01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA DOCE SC											
Unidade Orçamentária : 01 CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE SC											
01.031.0001											
2.001.3.1.90.00.00.00.00.00.00	565.339,80	0,00	0,00	0,00	565.339,80	37.113,06	0,00	72.406,72	38.190,71	67.256,34	5.150,30
2.001.3.1.90.11.01.00.00.00.00						31.982,68	0,00	61.028,31	31.962,68	61.028,31	0,00
2.001.3.1.90.13.02.00.00.00.00						5.150,38	0,00	11.378,41	6.228,03	6.228,03	5.150,30
2.001.3.1.91.00.00.00.00.00.00	3.000,00	1.500,00		0,00	4.500,00	346,47	0,00	684,20	337,73	337,73	346,47
2.001.3.1.91.13.99.00.00.00.00						346,47	0,00	684,20	337,73	337,73	346,47
2.001.3.3.50.00.00.00.00.00.00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.001.3.3.90.00.00.00.00.00.00	237.474,20	0,00	0,00	14.500,00	222.974,20	5.915,72	0,00	9.438,32	4.620,09	6.327,37	3.110,99
2.001.3.3.90.30.16.00.00.00.00						339,00	0,00	339,00	55,00	55,00	284,00
2.001.3.3.90.39.11.00.00.00.00						2.121,68	0,00	3.436,75	2.121,68	3.113,84	322,97
2.001.3.3.90.39.47.00.00.00.00						1.988,77	0,00	1.988,77	200,00	200,00	1.788,77
2.001.3.3.90.39.48.00.00.00.00						350,00	0,00	350,00	350,00	350,00	0,00
2.001.3.3.90.39.58.00.00.00.00						705,27	0,00	1.334,59	0,00	629,32	705,27
2.001.3.3.90.39.81.00.00.00.00						71,00	0,00	111,80	71,00	111,80	0,00
2.001.3.3.90.39.99.00.00.00.00						330,00	0,00	1.330,00	1.285,00	1.330,00	0,00
2.001.3.3.90.46.01.00.00.00.00						0,00	0,00	537,41	537,41	537,41	0,00
2.001.4.4.90.00.00.00.00.00.00	1.100,00	13.000,00		0,00	14.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Unidade :	811.914,00	14.500,00	14.500,00	14.500,00	811.914,00	43.375,25	0,00	82.529,24	43.148,53	73.921,44	8.607,80
Total da Entidade :											
Total Geral :											

AGUADOCE, 28/02/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04	NILZA APARECIDA MENDES CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7
--	--

DEMONSTRATIVO DAS CONTAS BANCO - ANEXO TC 02

Santa Catarina
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Demonstrativo das Contas Banco - Anexo TC 02

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Número	Banco	Agência	Descrição	Saldo anterior	Débito	Crédito	Saldo
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE							
BANCOS CONTA MOVIMENTO				43.860,04			68.920,25
1	1	207	79170 - BANCO DO BRASIL SA 7.917-0	43.860,04	67.659,50	42.599,29	68.920,25
Total da Entidade:				43.860,04	67.659,50	42.599,29	68.920,25
Totais:				43.860,04	67.659,50	42.599,29	68.920,25

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DA DISPONIBILIDADE POR FONTE DE RECURSO 2015

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Demonstrativo do Resultado da Disponibilidade por Fonte de Recurso

Betha Sistemas

Exercício de 2015

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	Disponível (a)	Comprometido (b)	Superávit/Déficit c = (a - b)
00.01.0000.0000000 - (Esp. TCE: 00) - Recursos Ordinários	68.920,25	16.130,49	52.789,76
TOTAL	68.920,25	16.130,49	52.789,76

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS A QUALQUER TÍTULO - ANEXO TC 06 - ADMINISTRAÇÃO DIRETA**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês

QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 2015**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Quadro Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Fevereiro

Órgão	Descrição	Empenhado no Mês	Empenhado no Ano	Pago no Mês	Pago no Ano
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE					
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA	37.459,53	73.090,92	38.528,44	67.594,07
	Total da Entidade:	37.459,53	73.090,92	38.528,44	67.594,07
	Total Geral :	37.459,53	73.090,92	38.528,44	67.594,07

AGUA DOCE, 28/02/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

QUADRO DEMONSTRATIVO DO COMPORTAMENTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO 2015

Santa Catarina

CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Quadro Demonstrativo do Comportamento Orcamentário e Financeiro

Betha Sistemas
Página: 1/1
Exercício de 2015
Mês: Fevereiro

Mes	COMPORTAMENTO ORÇAMENTARIO			COMPORTAMENTO FINANCEIRO ATÉ O MÊS		
	Receita	Despesa	Déficit / Superávit	Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Déficit/ Superávit
			Valor			
Janeiro		39.153,99	39.153,99 D	43.860,04	15.354,53	28.505,51 S
Fevereiro		43.375,25	43.375,25 D	68.920,25	16.130,49	52.789,76 S
Marco						
Abril						
Maiο						
Junho						
Julho						
Agosto						
Setembro						
Outubro						
Novembro						
Dezembro						
TOTAL	0,00	82.529,24	82.529,24 D	68.920,25	16.130,49	52.789,76 S

AGUA DOCE, 28/02/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF Nº 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC Nº 016635/O-7

QUADRO SIMPLIFICADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA 2015**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**Quadro Simplificado da Execução Orçamentaria
Administração Direta

Mês/Ano : Fevereiro/2015

Débito			Crédito		
Receita Extra-Orçamentaria			Despesa Orçamentária:		
No Mês:	75.195,24		No Mês	43.148,53	
Até o Mês:		149.798,19	Até o Mês		73.921,44
Total do Mês	75.195,24				
Total:		149.798,19	Despesa Extra Orçamentária:		
			No Mês	6.956,50	
			Até o Mês		6.956,50
			Total do Mês	50.105,03	
Créditos Adicionais - No Exercício			Movimento de Banco (Disponível)		
Título	Aprovado	Dispendido	Título	Débito	Crédito
Suplementares:	811.914,00	14.500,00	Saldo do Mês Anterior :	43.860,04	
Especiais:	-	0,00	Retirado no Mês :		50.105,03
Extraordinários:	-	0,00	Depósitos do Mês :	75.195,24	
Diferença (a - d) :		797.414,00	Saldo :		68.920,25
			Total:	119.055,28	119.025,28

AGUA DOCE, 28/02/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)**Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2015

1º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até /2015	Bimestre Jan/Fev/2015	Total até Fev/2015
DESPESAS				
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE				
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE SC	811.914,00	0,00	82.529,24	82.529,24
Total da Entidade:	811.914,00	0,00	82.529,24	82.529,24
TOTAL DA DESPESA :	811.914,00	0,00	82.529,24	82.529,24

AGUA DOCE, 28/02/2015

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
PRESIDENTE CPF N° 400.991.999-04

NILZA APARECIDA MENDES
CONTADORA CRC/SC N° 016635/O-7

TERMO GERAL DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2015**Santa Catarina**
CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

Termo Geral de Disponibilidade Financeira

Betha Sistemas

Ano de 2015

Ao(s) Trinta e Um dias do mês de Dezembro de 2015, a(o) CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE procedeu a verificação das disponibilidades financeiras existentes no Caixa e nos Bancos, conforme abaixo especificado:

Código	Conta	Título da Conta	Fonte	Agência	Banco	Saldo Ant.	Débitos	Créditos	Saldo Atu.
Outros									
99906	79170	BANCO DO BRASIL SA 7.917-0	0000	207	BANCO DO BRASIL	0,00	135.319,00	95.065,37	40.253,63
Total Outros:						0,00	135.319,00	95.065,37	40.253,63
TOTAL GERAL:						0,00	135.319,00	95.065,37	40.253,63

O montante de recursos encontrados, perfazem a quantia de R\$ 40.253,63 (quarenta mil duzentos e cinquenta e três reais e sessenta e três centavos) , que após conferidos, fizeram constar do presente termo, que vai ser por todos assinado.

Resumo das Fontes de Recurso

Aplicação	Valor Estimado
Entidade: 1 - CAMARA MUNICIPAL DE AGUA DOCE	
0000 Recursos Ordinários	40.253,63
Total da Entidade:	40.253,63
Total da Geral:	40.253,63

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.007, DE 17 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE VISTORIA DE ÔNIBUS E OUTROS VEÍCULOS UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, DESIGNA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de contratação de serviços de transporte escolar para o período letivo de 2015;

Considerando a necessidade de inspeção, para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança dos veículos utilizados nos serviços de transporte escolar, nos termos do art. 136, II, do Código de Trânsito Brasileiro - Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997;

Considerando a necessidade de inspeção e vistoria prévia dos ônibus e outros veículos que serão disponibilizados nos serviços de transporte escolar contratados pela Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Inspeção dos veículos que serão utilizados nos serviços de transporte escolar, contratados diretamente pelo Município, através de processo de licitação.

Art. 2º A Comissão fará a inspeção, nos termos do art. 136, II, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, da existência dos equipamentos de obrigatórios e de segurança nos veículos colocados à disposição pelas empresas licitantes ou pelas empresas contratadas para a execução dos serviços de transporte escolar contratado pelo Município.

Parágrafo único. A inspeção, minimamente, observará as exigências estabelecidas nos incisos I, III, IV, V, VI e VII, do artigo 136 da Lei Federal nº 9.503/97.

Art. 3º Para a composição da Comissão Especial instituída nos termos do art. 1º deste Decreto ficam designados:

I - Lauri Fischer servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, que será o Presidente;

II - Marcos Dahmer, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Motorista;

III - Adão Ricardo Martins, Cabo da polícia militar destacado para o serviço no Município de Alto Bela Vista;

Parágrafo único. Por solicitação da Comissão e presente a necessidade, o Prefeito Municipal disponibilizará pessoal, inclusive para os serviços de secretaria e materiais necessários.

Art. 4º A Comissão Especial de Vistoria, reunir-se-á, sempre que necessário, observando as datas, locais e horários determinados em processo de licitação e a periodicidade prevista no art. 136, II, da Lei Federal nº 9.503/1997.

Art. 5º A vistoria inspeccional em cada um dos veículos será

individual, e lavrada a termo em formulário próprio, com ciência do proprietário ou de seu preposto legalmente constituído.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 17 de março de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 154/2015

PORTARIA Nº. 154/2015
De, 16 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a servidora pública Municipal Patricia Lucian, ocupante do cargo de Gerente de Alimentação Escolar e Suprimentos, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/03/2015 à 31/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 16 de Março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão
Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 155/2015

PORTARIA Nº. 155/2015
De, 19 de Março de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 002/2014;
Considerando a grande demanda de alunos nas mais diversas séries;

RESOLVE:

Nomear Professora de Educação Infantil,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Luciane Langhini, para exercer o cargo de Professora de Educação Infantil - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VIII, no período de 19/03/2015 à 18/12/2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC

Em, 19 de Março de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão
Secretária da Administração e Gestão.

Antônio Carlos

PREFEITURA

38º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO N 001/2014

38º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 20/03/2015 a 19/04/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensinará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 19 de março de 2015.

Antônio Paulo Remor
Prefeito Municipal

Anexo I
Cargo: MOTORISTA

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
04º	ROGERIO FERREIRA	1567

Cargo: AUXILIAR CONTABIL-FINANCEIRO III

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
01º	CEZAR NILO HOFFMANN	1282

DECRETO N 19/2015

DECRETO N.O 019/2015

Cria o fórum permanente de educação do município de Antonio Carlos/Sc.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade:

DECRETA:

Art. 1º. O Fórum Municipal de Educação, de caráter permanente, tem por finalidade coordenar a Conferência Municipal, acompanhar e avaliar a implementação de suas deliberações e promover as articulações necessárias entre os correspondentes do Fórum Nacional e Estadual de Educação.

Art. 2º. Compete ao Fórum Municipal de Educação:

- I - Convocar, planejar e coordenar a realização da Conferência Municipal de Educação, bem como Elaborar seu Regimento Interno e divulgar suas deliberações;
- II - Acompanhar e avaliar o processo de encaminhamentos das

- deliberações da Conferência Municipal de Educação;
- III - Zelar para que a Conferência Municipal de Educação esteja articulada com a Conferência Estadual de Educação;
- IV - Planejar e organizar espaços de debates sobre a política municipal de educação;
- V - Acompanhar, na Câmara Municipal de Vereadores, a tramitação de projetos legislativos relativos à política municipal de educação;
- e
- VI - Acompanhar e avaliar a implementação, revisão ou readequação do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º. O Fórum terá acesso às informações e estatísticas educacionais, necessárias para o bom desempenho de seu trabalho.

Art. 4º. O Fórum Municipal de Educação será integrado por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), representada por:

- a) Secretário Municipal de Educação e Cultura;
- b) Coordenadora de Educação;
- c) Diretora de Ensino;
- d) Diretora de Projetos e Articulação com o Ministério da Educação e Secretaria de Estado da Educação;
- e) Técnicos em Educação (Apoio Técnico Educacional);
- f) Representante dos diretores das escolas da Rede Municipal de Ensino;
- g) Representante dos professores da Rede Municipal de Ensino.

II - Entidades e instituições representativas do município de Antônio Carlos:

- a) Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (titular e suplente);
- b) Representante do Conselho Municipal de Educação (titular e suplente);
- c) Representante do Conselho Municipal do FUNDEB (titular e suplente);
- d) Representante da Rede Estadual de Educação - Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães (titular e suplente);
- e) Representante do Conselho Tutelar (titular e suplente);
- f) Representante das Associações de Pais e Professores - APPs (titular e suplente);
- g) Representante do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Antônio Carlos - STTR (titular e suplente);
- h) Representante da Comissão Permanente de Educação da Câmara de Vereadores (titular e suplente);
- i) Representante da ACIAC - Associação Empresarial de Antônio Carlos (titular e suplente);

Art. 5º. Os representantes de que trata o art. 4º deste Decreto, serão indicados pelos dirigentes dos órgãos e entidades a que pertencem e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único - Serão indicados um titular e um suplente para cada órgão ou entidade, conforme o art. 4º deste Decreto.

Art. 6º. A estrutura e os procedimentos operacionais do Fórum Municipal de Educação serão definidos através de seu Regimento Interno, aprovado em reunião convocada para este fim, observadas as disposições deste Decreto.

Parágrafo Único - Até a aprovação do seu Regimento Interno, o Fórum Municipal de Educação será coordenado pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura, ad referendum.

Art. 7º. O Fórum e a Conferência Municipal de Educação estão administrativamente vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura e receberão desta o suporte técnico e administrativo necessários para garantir o seu funcionamento.

Art. 8º. Os representantes de que trata o art. 4º desde decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado e relevante interesse público.

Art. 9º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 16 de março de 2015.

Antônio Paulo Remor
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO N 20/2015

DECRETO N.O 020/2015

Nomeia comissão para revisão e readequação do plano municipal de educação do município de Antônio Carlos.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das suas atribuições legais, e, em especial o poder conferido pelo artigo 56, VI, da Lei Orgânica desta municipalidade:

DECRETA:

Artigo 1º. Nomeia a Comissão para Revisão e Readequação do Plano Municipal de Educação do Município de Antônio Carlos Estado de Santa Catarina.

Artigo 2º. A Comissão acima designada será composta pelos seguintes membros:

- a) Secretário Municipal de Educação e Cultura de Antônio Carlos, Altamiro Antônio Kretzer;
- b) Coordenadora de Educação, Maria Inês Kremer;
- c) Diretora de Projetos e Articulação com o Ministério da Educação e Secretaria de Estado da Educação, Idinéia Carla Bioeu;
- d) Técnica em Educação, Judite Koch Schmitt;
- e) Técnica em Educação, Bruna Nau;
- f) Conselho Municipal de Educação, Carmen Lúcia Pitz Rasveiler.

Artigo 3º. O Secretário Municipal de Educação e Cultura de Antônio Carlos/SC exercerá a função de presidente da Comissão.

Artigo 4º. Os representantes nomeados por este decreto não serão remunerados por sua atuação, a qualquer título, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Artigo 5º. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 16 de março de 2015.

Antônio Paulo Remor
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N 175/2015

PORTARIA Nº 175/2015.

Concede Licença Premio a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora IVONETE TEREZINHA CONRADI HOFFMANN, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 06 de abril de 2015, referente ao período aquisitivo de abril/2008/ a abril/2013.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de março de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 20 de março de 2015.

PORTARIA N 176/2015

PORTARIA Nº 176/2015.

DESIGNA SERVIDORES PARA RECEBEREM ADIANTAMENTO.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização lhe confere o artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica do Município, Considerando, as normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado através da IN TC 14/2012; Considerando, as normas de controle interno relacionadas a adiantamento e aprovadas pelo Decreto nº 118/2010 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo indicados para receberem adiantamento de recursos para realizar despesas miúdas e de pronto pagamento na forma estabelecida na Lei (Municipal) nº 999/2004 e nas normas de controle interno constantes do Anexo I item 3.1.13, do Decreto nº 118/2010 e alterações posteriores.

Elaine Aparecida Petry
Matrícula 1245
Secretaria de Administração e Finanças

Vanessa Koch Mannes
Matrícula 1499
Secretaria de Administração e Finanças

Maria Inês Kremer
Matrícula 837
Secretaria da Educação

Irani Hipólito da Silva
Matrícula 1049
Fundo Municipal de Saúde

Jaisson Basei
Matrícula 1239
Secretaria de Esportes

Pedro João Nau
Matrícula 1335
Coordenador de Turismo

Marlise Sonntag Mayer
Matrícula 1254
Secretaria Agricultura e Meio Ambiente

Pedro Paulo dos Santos
Matrícula 1515
Secretaria de Obras, Transp. e Serviços Públicos

Paulo Andrey Pauli
Matrícula 1244
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento

Melissa Londero Rupp
Matricula 1242
Gabinete do Prefeito
Luciana Scussel d'Deça Neves
Matricula 1385
Coordenadora da Cultura

Margarida Luzia Schmitz Kretzer
Matricula 1098
Secretaria da Saúde e Assistência Social

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Antônio Carlos, 19 de março de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL
DO CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2015

NICANOR MORRO, Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, CNPJ nº 21.568.943/0001-95, com sede administrativa na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, centro, na cidade de Apiúna - SC, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO FINAL do Concurso Público n.º 01/2015.

ASSISTENTE SOCIAL

Inscrição	Candidato	Data	PT	MT	CG	CE		Nota Final	Colocação	Resultado
1257	THIAGO MARMO FERREIRA DA SILVA RUBIM	18/01/1986	0,30	0,90	0,80	4,80		6,80	1º	Classificado
1038	ROSELI DA SILVA PEIXE	20/03/1966	0,60	0,30	0,80	4,20		5,90	2º	Classificado
1141	RUANITA DA SILVA	30/12/1993	0,90	0,60	0,40	3,00		4,90	Não Classificado	Reprovado
1220	IVETE MANFRIN	13/08/1969	0,60	-	0,60	3,60		4,80	Não Classificado	Reprovado
1208	GRASIELA ASSIS	25/02/1979	0,90	0,30	0,40	3,00		4,60	Não Classificado	Reprovado
1090	CIBELE FIAMONCINI DEMETRIO	15/01/1977	0,90	-	0,60	3,00		4,50	Não Classificado	Reprovado
1005	FABIANE KRUMREICH SIEFERT	06/09/1984	0,60	0,60	0,60	2,40		4,20	Não Classificado	Reprovado
1109	IZALENE THEISS DA ROSA	26/03/1961	0,60	0,60	0,40	2,40		4,00	Não Classificado	Reprovado
1087	SIMONE CRISTINA SCHREINER	11/03/1973	0,30	0,60	0,60	2,40		3,90	Não Classificado	Reprovado
1206	LUCIANO JOSE SILVA	02/04/1978	-	0,30	0,40	3,00		3,70	Não Classificado	Reprovado
1166	PATRICIA PETERS SCHIMIDT	07/09/1978	0,30	0,60	0,40	2,40		3,70	Não Classificado	Reprovado
1048	SANDRO LUIZ GONCALVES	31/12/1985	-	0,60	0,40	2,40		3,40	Não Classificado	Reprovado
1039	FATIMA WALTRICK BRANCO	28/08/1966	0,30	0,90	0,40	1,80		3,40	Não Classificado	Reprovado
1153	SILVIA APARECIDA FILISBERTO DE OLIVEIRA	11/04/1981	0,60	0,30	0,40	1,80		3,10	Não Classificado	Reprovado
1003	RENATA NARDI	21/08/1990	0,60	0,30	0,20	1,80		2,90	Não Classificado	Reprovado
1213	NARAHÁ MOREIRA DA TRINDADE	04/03/1984	-	-	-	1,80		1,80	Não Classificado	Reprovado
1162	NEILA TACIANA PADILHA FOGLIATTO	21/11/1973	-	-	-	-		-	Não Compareceu	Reprovado

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Inscrição	Candidato	Data	PT	MT	CG	CE		Nota Final	Colocação	Resultado
1234	CAMILA ALESSANDRA COSTA	18/05/1994	0,90	0,90	0,40	4,80		7,00	1º	Classificado
1054	RODOLPHO CALHEIRO NETO	30/05/1996	0,60	0,90	0,40	4,80		6,70	2º	Classificado
1010	LUANA DA SILVA	17/01/1995	0,60	0,90	0,80	3,60		5,90	3º	Classificado
1183	PATRICIA DE OLIVEIRA	23/06/1992	0,60	0,60	0,20	4,20		5,60	4º	Classificado
1101	BARBARA A. CAMPOS LORENZI	26/08/1974	0,30	-	1,00	4,20		5,50	5º	Classificado
1069	ELISANGELA KNOP DE OLIVEIRA EICHSTAEDT	30/06/1985	0,60	1,20	0,40	3,00		5,20	6º	Classificado
1028	LAIS GABRIELA RAMOS	18/12/1995	0,60	0,30	1,00	3,00		4,90	Não Classificado	Reprovado
1058	ANTONIO JEFFERSON MIRANDA SANTOS	13/06/1984	-	0,30	0,80	3,60		4,70	Não Classificado	Reprovado
1138	JAISSON BOGO	27/06/1986	0,30	0,30	0,40	3,60		4,60	Não Classificado	Reprovado
1195	FIDJOL JUNIOR CERUTTI	16/03/1985	-	0,90	0,40	3,00		4,30	Não Classificado	Reprovado
1204	ANA LUIZA BLOEMER ELIAS	07/07/1996	0,90	-	0,40	3,00		4,30	Não Classificado	Reprovado
1236	DANIELA RICHTER	03/09/1996	0,60	0,30	0,20	3,00		4,10	Não Classificado	Reprovado
1121	SIRLEI REZINI	23/04/1993	-	0,60	0,40	3,00		4,00	Não Classificado	Reprovado
1146	DOUGLAS DE SOUZA	18/08/1993	-	0,90	0,40	2,40		3,70	Não Classificado	Reprovado
1155	CRISTIANE BARBOSA DE SOUSA	19/05/1986	-	-	0,80	2,40		3,20	Não Classificado	Reprovado
1111	ADRIELI REZINI ROEDEL	23/02/1995	0,30	-	0,60	1,80		2,70	Não Classificado	Reprovado
1225	JAQUELINE DANIELA MOSER	09/04/1994	0,30	0,60	0,40	1,20		2,50	Não Classificado	Reprovado

1139	DANIELA DE OLIVEIRA	17/12/1994	-	-	0,40	1,80	2,20	Não Classificado	Reprovado
1133	ANDRESSA RESINI	27/09/1995	0,30	-	0,60	1,20	2,10	Não Classificado	Reprovado
1072	MARCELO DA SILVA	22/04/1974	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado
1172	ISRAEL ANTUNES DOS SANTOS	04/01/1990	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado
1156	DANIELA FUCHT	19/09/1992	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado

ENFERMEIRO

Inscrição	Candidato	Data	PT	MT	CG	CE	Nota Final	Colocação	Resultado
1124	CAROLINE PORCELIS VARGAS	02/08/1986	1,20	1,50	0,40	3,00	6,10	1º	Classificado
1184	GUSTAVO PINTARELLI	17/09/1988	0,90	0,30	0,60	4,20	6,00	2º	Classificado
1222	MICHELI LEAL FERREIRA	05/10/1982	1,20	1,20	0,60	2,40	5,40	3º	Classificado
1216	BRUNA COELHO	02/11/1993	0,90	1,50	0,20	2,40	5,00	4º	Classificado
1106	MARIO ALEXANDRE TERRIBELLE FANTINATO	08/04/1985	0,60	0,60	0,40	3,00	4,60	Não Classificado	Reprovado
1097	DANIELA NOTARI	27/04/1992	0,60	0,60	0,40	3,00	4,60	Não Classificado	Reprovado
1189	ARIEL PINTARELLI	17/09/1988	0,90	0,60	0,20	2,40	4,10	Não Classificado	Reprovado
1074	SILVANA TENFEN	01/10/1981	0,60	0,30	0,40	2,40	3,70	Não Classificado	Reprovado
1258	TATIANI MARIA BAPTISTA NUNES	26/09/1982	0,60	0,30	0,40	2,40	3,70	Não Classificado	Reprovado
1013	DANIELA GRACIOSA SALVADOR	06/12/1979	0,30	0,30	0,40	2,40	3,40	Não Classificado	Reprovado
1209	NANCY JANSEN FREITAS	27/08/1968	0,30	-	0,60	1,80	2,70	Não Classificado	Reprovado
1143	JULIANA MABEL MOSER	31/07/1990	0,60	0,60	0,60	0,60	2,40	Não Classificado	Reprovado
1226	KARLA FABIANA SEIBT	22/08/1980	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado
1007	CARLA RIBEIRO	27/04/1982	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado

MÉDICO (ESP. EM PSIQUIATRIA OU SAÚDE MENTAL)

Inscrição	Candidato	Data	PT	MT	CG	CE	Nota Final	Colocação	Resultado
1103	ANDRE RONCHETTI	14/05/1963	0,90	0,90	0,60	3,60	6,00	1º	Classificado
1182	MATHEUS BERTHOUD OLIVEIRA	04/10/1985	0,60	1,20	0,80	3,00	5,60	2º	Classificado

MOTORISTA

Inscrição	Candidato	Data	PT	MT	CG	CE	Nota Final	Colocação	Resultado
1228	MILTON CESAR NUNES	12/03/1970	0,90	0,60	0,60	4,20	6,30	1º	Classificado
1241	MAIQUEL DANELON KOLOGESKI	20/05/1982	0,60	0,30	0,80	4,20	5,90	2º	Classificado
1164	ELIVELTON REGIS DA SILVA	18/06/1992	-	-	0,60	4,20	4,80	Não Classificado	Reprovado
1254	CLEYTON JOSE EISING	28/10/1986	-	1,20	0,80	2,40	4,40	Não Classificado	Reprovado
1099	ANDRE CELESTINO	10/06/1982	-	-	0,60	3,60	4,20	Não Classificado	Reprovado
1043	JAISON CLEMENTE FERNANDES	10/03/1975	0,30	0,60	0,60	1,80	3,30	Não Classificado	Reprovado
1178	LUIZ ARTUR DA SILVA	29/05/1957	0,60	0,60	-	1,80	3,00	Não Classificado	Reprovado
1205	JOAO PAULO ELIAS	06/09/1989	0,30	0,60	0,20	0,60	1,70	Não Classificado	Reprovado
1171	VANDERLEI SCHROEDER	24/07/1974	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado
1140	JONATA COSTA	23/08/1986	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado

PSICÓLOGO

Inscrição	Candidato	Data	PT	MT	CG	CE	Nota Final	Colocação	Resultado
1068	FREDY RICHARD EICHSTAEDT	15/08/1978	0,90	0,90	0,60	3,60	6,00	1º	Classificado
1150	JOSEANE FERNANDA DA SILVA	11/09/1987	0,60	-	0,60	4,20	5,40	2º	Classificado
1032	CRISLAINE ROZA	05/05/1990	-	0,30	0,80	4,20	5,30	3º	Classificado
1214	KETHLEN MAZZINI	22/04/1988	0,60	0,30	0,40	3,60	4,90	Não Classificado	Reprovado
1089	MARIA JOSEANE RIBEIRO NUNES	20/11/1974	0,30	0,60	0,60	3,00	4,50	Não Classificado	Reprovado
1116	SANDRA DA CUNHA ALVES	05/12/1990	-	0,90	0,40	3,00	4,30	Não Classificado	Reprovado
1232	JUCIMARA SEIFERT	26/09/1992	-	0,90	0,40	3,00	4,30	Não Classificado	Reprovado
1093	JULIANA PEREIRA ZIMMER	15/05/1990	1,20	0,30	0,20	2,40	4,10	Não Classificado	Reprovado

1132	LILIAN MAZUREK MEYER	03/08/1979	0,30	0,90	0,40	2,40	4,00	Não Classificado	Reprovado
1014	FABRICIA JAQUELINE PEREIRA	24/02/1988	0,60	0,60	0,40	2,40	4,00	Não Classificado	Reprovado
1148	THAIS KUHNEM	15/07/1991	0,30	0,30	0,60	1,20	2,40	Não Classificado	Reprovado
1137	GIOVANA SENEM HECKMANN	04/06/1982	0,30	0,60	0,20	1,20	2,30	Não Classificado	Reprovado
1160	PAOLA CAROLINE DA SILVA	26/09/1993	0,30	0,30	0,20	1,20	2,00	Não Classificado	Reprovado
1242	SONIA JENSEN KLAUMANN	16/10/1959	0,30	-	0,40	1,20	1,90	Não Classificado	Reprovado
1131	ROSENILDA GONCALVES	01/10/1981	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado
1207	MICHELE ZANELLA	04/10/1985	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado
1145	PAMELA XAVIER DA SILVA	01/06/1987	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado
1102	SUELEN TATIANA SEIBT	22/04/1988	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Inscrição	Candidato	Data	PT	MT	CG	CE	Nota Final	Colocação	Resultado
1190	ANA PAULA CUSTODIO	01/03/1981	-	0,60	0,20	3,00	3,80	Não Classificado	Reprovado
1255	KATIA SUELEN PERINI	10/05/1989	-	0,60	0,40	2,40	3,40	Não Classificado	Reprovado
1122	REJANE RUFINO	08/12/1979	0,60	0,30	-	1,20	2,10	Não Classificado	Reprovado
1100	NAYARA REGINA DE NASCIMENTO	18/01/1987	0,60	-	0,20	1,20	2,00	Não Classificado	Reprovado
1151	ROSELI HASCKEL	08/10/1974	0,30	0,60	0,40	0,60	1,90	Não Classificado	Reprovado
1176	VITELIO CARNIN	23/08/1973	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado
1149	SIMONE SANTOS QUEIROZ	02/04/1983	-	-	-	-	-	Não Compareceu	Reprovado

Legendas: PT = Nota obtida em Língua Portuguesa; MT = Nota obtida em Matemática; CG = Nota obtida em Conhecimentos Gerais; CE = Nota obtida em Conhecimentos Específicos do Cargo; Nota Final= Soma das Notas obtidas da Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

INFORMAÇÕES GERAIS:

A admissão dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final, estabelecida neste Edital.

No ato da posse será exigido original (ou cópia autenticada em cartório, no caso de posse por procurador) da Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor com comprovante de regularidade (comprovante de votação ou justificativa da última eleição), Certificado de Reservista (sexo masculino), CNH, duas fotos 3x4 coloridas, comprovante de escolaridade, comprovante de residência e, em caso de deficiência, declaração médica expressando ser compatível a deficiência com as atribuições do emprego público pretendido.

Caso o candidato convocado para assumir o emprego público não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, o CIAPS convocará o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo emprego. Para todas as admissões é obrigatório o exame médico admissional. Os candidatos serão avaliados com os conceitos "Apto" ou "Inapto", sendo considerados aprovados para contratação os candidatos que obtiverem conceito "Apto".

Os candidatos admitidos deverão possuir e/ou abrir conta corrente no Banco do Brasil, para depósito da remuneração salarial.

Na hipótese de desistência do candidato, notificado para tomar posse do emprego público, o mesmo deverá assinar declaração desistindo da vaga. O candidato não se manifestando no prazo de 15 (quinze) da convocação, considerar-se-á desistência tácita, sendo convocado o próximo classificado.

Toda documentação deve ser entregue e os exames admissionais realizados com êxito no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do ato de provimento, prorrogáveis por igual período mediante requerimento justificado, sob pena de revogação do ato e perda da vaga.

O prazo de validade do concurso será de 02 (dois) anos, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

APIÚNA (SC), 19 de março de 2015.

NICANOR MORRO
Presidente do CIAPS

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

Resolução nº 11, de 27 de Fevereiro de 2015.

Designa preposto da Presidência para efetuar pagamento de obrigações do CIAPS, por meio eletrônico, através de conta corrente junto ao Banco do Brasil S.A.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS; e Considerando-se as disposições do art. 28, §§ 1º e 2º, do Estatuto do Consórcio Público, e as dificuldades operacionais de manutenção de assinatura digital com responsabilidade concomitante para mais de um órgão público e/ou a substituição constante da habilitação do Presidente do CIAPS junto a agência bancária; Considerando-se a necessidade de desburocratização dos trabalhos do CIAPS e agilização dos pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas, através de conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil S.A;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor FREDY RICHARD EICHSTAEDT, CPF nº 020.366.099-45, ocupante da função de Coordenador Executivo, como preposto da Presidência do CIAPS para efetuar pagamentos por meio eletrônico das despesas regularmente processadas pelo Consórcio Público, através de conta corrente mantida junto ao Banco do Brasil S.A.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna - SC, em 27 de Fevereiro de 2015.

Nicanor Morro

Presidente do CIAPS

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 02/2015

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 02/2015

Aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, (02/02/2015), às 08:00 horas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, presente o Sr. NICANOR MORRO, Presidente do CIAPS, compareceu o Sr. FREDY RICHARD EICHSTAEDT, CPF nº 020.366.099-45, que declarou vir, na forma da Cláusula Décima Segunda e do Anexo I do Contrato de Consórcio Público do CIAPS, prestar o compromisso de posse ao emprego público de confiança de COORDENADOR EXECUTIVO, salário mensal de R\$ 4.249,20, para carga horária semanal regular de 40:00 horas e dedicação integral ao serviço, do Quadro de Pessoal do CIAPS.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao emprego público, no qual foi empossado a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Sr. Presidente lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Apiuna (SC), 02 de Fevereiro de 2015.

NICANOR MORRO
Presidente do CIAPS

FREDY RICHARD EICHSTAEDT
Empregado

Balneário Rincão**PREFEITURA****DECRETO/ GP/Nº 229/2015**

DECRETO/ GP/Nº 229/2015, DE 21 DE JANEIRO DE 2015.

FAZ CORREÇÃO DA TABELA DA TARIFA DE ÁGUA E DA TAXA DE COLETA DE LIXO DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei 006/2013.

Art. 1º - Ficam corrigidas as Tabelas de Tarifa de Água e da Taxa de Coleta de Lixo para o exercício de 2015 em 6,34% (seis vírgula trinta e quatro por cento) referente ao acúmulo do INPC/IBGE (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), de janeiro de 2014 a dezembro de 2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 21 de janeiro de 2014.

DECRETO/ GP/Nº 243/2015

DECRETO/ GP/Nº 243/2015, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

FIXA PRORROGADO O CALENDÁRIO FISCAL PARA TVCPNU (TAXA DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE POSTURA E NORMAS URBANÍSTICAS) PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Eu DÉCIO GOMES GÓES, Prefeito Municipal de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do artigo 84 da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar 02, de 30 de dezembro de 1998.

Art. 1º - O pagamento da TVCPNU (Taxa de Verificação do Cumprimento de Postura e Normas Urbanísticas), referente ao exercício de 2015, poderá ser efetuado até o dia 27 de março de 2015, em cota única, com desconto de 15% ou em até 03 parcelas mensais, com os seguintes vencimentos:

1ª Parcela: 27 de março de 2015;

2ª Parcela: 27 de abril de 2015;

3ª Parcela: 27 de maio de 2015;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente decreto no mural da sede da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão em 10 de março de 2015.

Benedito Novo

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº. 25/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 02 de abril de 2015.

ABERTURA: às 09:05h do dia 02 de abril de 2015.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 20 de março de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº. 26/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: AQUISICAO PARCELADA DE FRALDAS DESCARTAVEIS GERIÁTRICAS E INFANTIS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 15:00h do dia 02 de abril de 2015.

ABERTURA: às 15:05h do dia 02 de abril de 2015.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: www.beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 20 de março de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 747/2015

PORTARIA nº 747 de 27 de fevereiro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Maria José Tinoco, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Maria José Tinoco, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 27 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 750/2015

PORTARIA nº 750 de 27 de fevereiro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Roselene Maria Elias, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Roselene Maria Elias, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 20 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 751/2015

PORTARIA nº 751 de 27 de fevereiro de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ROSELENE MARIA ELIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSELENE MARIA ELIAS, de

acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 27 de fevereiro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 754/2015

PORTARIA nº 754 de 27 de fevereiro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Alciliete Anália Soares Abreu, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Alciliete Anália Soares Abreu, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 27 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 756/2015

PORTARIA nº 756 de 27 de fevereiro de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Raquel Orlando Vieira, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Raquel Orlando Vieira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 27 de fevereiro de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 919/2015

PORTARIA nº 919 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) IVONETE WEBER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVONETE WEBER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 920/2015

PORTARIA nº 920 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) BETÂNIA KEILA SERRANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BETÂNIA KEILA SERRANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/02/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 921/2015

PORTARIA nº 921 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ISABEL CRISTINA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ISABEL CRISTINA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/02/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 922/2015

PORTARIA nº 922 de 19 de março de 2015
Admitir o (a) Servidor (a) JAQUELINE DE SOUZA BARBOSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAQUELINE DE SOUZA BARBOSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/02/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 923/2015

PORTARIA nº 923 de 19 de março de 2015
Admitir o (a) Servidor (a) ANDRÉ JUCÉLIO PRAZERES CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDRÉ JUCÉLIO PRAZERES CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/02/2015 a 24/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/02/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 924/2015

PORTARIA nº 924 de 19 de março de 2015
Admitir o (a) Servidor (a) GRAZIELA NUNES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GRAZIELA NUNES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 a 17/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 925/2015

PORTARIA nº 925 de 19 de março de 2015
Admitir o (a) Servidor (a) ECLAIR DARLENTE CONSTÂNCIO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ECLAIR DARLENTE CONSTÂNCIO DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 926/2015

PORTARIA nº 926 de 19 de março de 2015
Admitir o (a) Servidor (a) ROSANE QUEIROZ SCALABRIN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSANE QUEIROZ SCALABRIN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/02/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 927/2015

PORTARIA nº 927 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) SHIRLEY HELENA OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL) - SEM REGÊNCIA DE CLASSE, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SHIRLEY HELENA OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL) - SEM REGÊNCIA DE CLASSE, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 928/2015

PORTARIA nº 928 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANGELITA AURA GONÇALVES DE ASSUNÇÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELITA AURA GONÇALVES DE ASSUNÇÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 a 11/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 929/2015

PORTARIA nº 929 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) PALOMA GUIMARÃES COSTA MARINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PALOMA GUIMARÃES COSTA MARINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 930/2015

PORTARIA nº 930 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANDERSON FERREIRA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (CIÊNCIAS), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANDERSON FERREIRA ROSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (CIÊNCIAS), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 04/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 04/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 931/2015

PORTARIA nº 931 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) EDULA DA GRAÇA BELTRAMI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDULA DA GRAÇA BELTRAMI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/02/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 932/2015

PORTARIA nº 932 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) KARINA HOFFMANN HEINZEIN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARINA HOFFMANN HEINZEIN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 933/2015

PORTARIA nº 933 de 19 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Marisa Antunes de Sá Ploêncio, ocupante do cargo temporário de Professor III (Artes), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Marisa Antunes de Sá Ploêncio, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Artes), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 28/02/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 934/2015

PORTARIA nº 934 de 19 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Daiani Rosa dos Anjos, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Daiani Rosa dos Anjos, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 935/2015

PORTARIA nº 935 de 19 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Graziela de Oliveira, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Graziela de Oliveira, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 936/2015

PORTARIA nº 936 de 19 de março de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Samuel Flores, ocupante do cargo temporário de Pintor, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Samuel Flores, detentor do cargo de provimento temporário de Pintor, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 937/2015

PORTARIA nº 937 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) NEUZI PORTO DA CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de FARMACÊUTICO, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) NEUZI PORTO DA CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário

de FARMACÊUTICO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 23/02/2015 a 02/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/02/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 938/2015

PORTARIA nº 938 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ANI ZOCCOLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ARQUITETO, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANI ZOCCOLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ARQUITETO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 09/03/2015 a 09/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 939/2015

PORTARIA nº 939 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) CATIANA DENISE QUEVEDO DIAS GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Administração, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CATIANA DENISE QUEVEDO DIAS GONÇALVES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 05/03/2015 a 30/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 940/2015

PORTARIA nº 940 de 19 de março de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) ROSELI DOS SANTOS CORREIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSELI DOS SANTOS CORREIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 941/2015

PORTARIA nº 941 de 19 de março de 2015

Nomeia Débora Evelyn Costa Prates, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Infraestrutura e Obras, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Débora Evelyn Costa Prates, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Infraestrutura e Obras, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a contar de 17/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 942/2015

PORTARIA nº 942 de 19 de março de 2015

Nomeia Ederson Luiz Silva, para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Ederson Luiz Silva, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente Técnico, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 17/03/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2015.

Biguaçu, 19 de março de 2015.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

PORTARIA Nº 18.539/2015

PORTARIA Nº 18.539, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 63/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 002/2014, a contar de 18 de março de 2015:

VALERIA VERGARA DA FONSECA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIANA LOPES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CARLISE PEREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLEBER MOACIR DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELTON ELISEU DIAS GONÇALVES DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Artes, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SANTOLINA ALEXANDRE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SANDRA MARCHESINI DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BARBARA RENATA MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

AFRANIO CRISTIAN DO NASCIMENTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MAIARA REGINA ZANELLA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIANE ARAÚJO DE SOUZA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LOURIETE ZIMMERMANN CAMPOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

EDELMARA LUZIA PANATA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FATIMA DE LUCCA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIZANGELA PATRICIA DE SOUZA TOMAZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

KAMILA DOS SANTOS MAFRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOSSIMARA FERREIRA DA SILVA RODRIGUES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CRISLEINE MORGANA TELLES FAGUNDES DOS REIS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROBERTA ANALINE DESCHAMPS HASS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LEILA REGINA PEIXE GUBERT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE,

jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA GORETE LEICHT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Infantil, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.540/2015

PORTARIA Nº 18.540, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,
com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 63/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 18 de março de 2015:

MELISSA GUIMARÃES KRAEMER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

HELOISA CASTANHEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ADRIANA ARNOLD VARELA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ELIANA CRISTINA ANDRADE DA SILVA CAMPITELLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

DEBORA FRITZSCHE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PERCIO RIBEIRO BUENO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LENON DOEGE TAMANINI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLEITON CLOVIS DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

SHAIANE HONORIO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JOSE CARLOS FORMENTO MATOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

BRUNO LEITE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CATARINE CORREA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

JULICA RESNER DITTRICH, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

NILCE STANGE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GABRIEL VANZUITA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TOMAZ ROCHA NAVES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LETICIA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PAULO HENRIQUE STEININGER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de

Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FERNANDO MACCARINI ROSSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

GIANCARLO DA SILVA ROCHA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FRED HORST MANKE JUNIOR, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

TIAGO EDUARDO ZIESE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ISABEL GELATTI MUELLER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;
ISOLDE DO AMARAL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIANA OLIVEIRA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA JOSE VIEIRA DE OLIVEIRA CANDIDO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Cozinheiro, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.541/2015

PORTARIA Nº 18.541, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de

28 de novembro de 2007, e Memorando nº 63/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 002/2011, a contar de 18 de março de 2015:

CIRLENE MARTINS DE LIMA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ANGELO VANDINEY CORDEIRO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de História, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLAUDIMARA DA SILVA PFIFFER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ALESSANDRA FLORES RAMPELOTTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSIMERE GONÇALVES TIMM, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Matemática, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARCIO ALEXANDRE LOURENÇO DE LIMA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Português, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

RAQUEL FURLANETTO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Português, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ZENAIDE LUCHETTA MOREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Português, do Quadro Permanente do Magistério Público, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 18.542/2015

PORTARIA Nº 18.542, DE 10 DE MARÇO DE 2015.
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 63/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2014, a contar de 12 de março de 2015:

BRUNA CAMILA SCHUHARDT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LORENA KRUTZSCH DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUANA APPEL DOS SANTOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSANE ISABEL GASPAROTTO LEMOS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LILIANE DA SILVA CARESIA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Feminino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

CLAITON SCHERER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Masculino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ODILEI SCHAEFER, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Educador Social - Masculino, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FERNANDO ROSA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Motorista - CNH Categoria B, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

MARIA HELOISA CUSTODIO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

FAGNER UILSON SANTOS MOREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LAURA ALVES DO AMARAL, para ocupar o cargo de provimento

efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

PAULA PEREIRA DA SILVA LIMA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ERVI NUNES BRITO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de março de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 28.063/2015 - SEDEAD

PORTARIA SEDEAD Nº 29.063, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

CEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

NEUSA PASTA FELIZETTI À SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU - SDR.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL, Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.049, de 23/07/2013, resolve:

CEDER

com ônus para o Município, a servidora pública municipal NEUSA PASTA FELIZETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada no Gabinete do Vice Prefeito - GAVICE, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau - SDR, a fim de exercer suas funções, a contar de 11 de fevereiro de 2015, de acordo com o Processo Administrativo nº 2015/02/02332.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 19 de março de 2015.

RONALDO ROGÉRIO WAN-DALL

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO Nº 047/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 047/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa

Fehrman & Cia. LTDA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 187/2013- TERMO ADITIVO Nº. 002

OBJETO: Prestação de serviços de mão de obra de profissional eletricista e auxiliar de eletricista para pequenas obras e manutenções nos diversos campi da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 140/2013 e Contrato Nº. 187/2013, de 08 de outubro de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº. 187/2013 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 14 de outubro de 2014 a 13 de outubro de 2015, totalizando 24 (vinte e quatro) meses contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais que não conflitarem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 187/2013 e no Termo Aditivo no. 001.

DATA: 19/03/2015

EXTRATO Nº 048/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Extrato nº. 048/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e a empresa
Serv Plus Limpeza e Conservação LTDA.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 115/2013- TERMO ADITIVO Nº. 015

OBJETO: "Prestação de Serviços de Mão de Obra em Serviços de Manutenção, Serviços Gerais e Jardinagem nos diversos Campi da FURB"

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 054/2013 e Contrato Nº. 115/2013 de 10 de julho de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Contrato nº. 115/2013 suplementado em R\$ 457,43 (quatrocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e três centavos), em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 0,0840204% (zero vírgula zero oito quatro zero dois zero quatro por cento) do valor global atualizado do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Resta o Contrato nº. 115/2013 suplementado, portanto, até o presente momento, em R\$ 1.329,31 (mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e um centavos), montante correspondente a 0,2441668% (zero vírgula dois quatro quatro um seis seis oito por cento) do valor global atualizado do instrumento pactual.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Fica registrado que o valor global do Contrato passa a ser de R\$ 545.756,11 (quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e seis reais e onze centavos), em decorrência do somatório dos acréscimos pecuniários realizados pelos Aditivos nos. 013, 014 e 015.

CLÁUSULA QUARTA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 115/2013 e Aditivos nos. 001 à 014 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 19/03/2015

EXTRATO Nº 049/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Extrato nº. 049/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e a empresa
GECAR INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 179/2013- TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: "Fornecimento de rede de gases e centrais (oxigênio medicinal, ar comprimido e vácuo - exceto bombas de vácuo), com materiais, utensílios, equipamentos e serviços de instalação, com garantia, para a obra do Ambulatório Universitário."

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 120/2013 e Contrato Nº. 179/2013 de 27 de setembro de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Termo de Contrato nº 179/2013 suplementado em R\$ 7.640,00 (sete mil seiscentos e quarenta reais), em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 9,92% (nove vírgula noventa e dois por cento) do valor global do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Os pagamentos serão realizados com a entrega de Notas Fiscais relacionadas aos equipamentos, materiais e serviços, conforme proposta apresentada pela contratada:

- R\$ 3.280,00 (três mil, duzentos e oitenta reais) de equipamentos;
- R\$ 3.280,00 (três mil, duzentos e oitenta reais) de materiais;
- R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais) de serviço de mão de obra com nota fiscal de prestação de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Contrato nº 179/2013, que não colidirem com o presente termo.

DATA: 19/03/2015

EXTRATO Nº 050/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Extrato nº. 050/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e a empresa
THEMA INFORMÁTICA LTDA.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

CONTRATO Nº. 264/2012 - TERMO ADITIVO Nº. 003

OBJETO: Contratação de serviços de suporte técnico de manutenção, modalidade garantia legal e tecnológica e de suporte técnico de manutenção, modalidade assessoria operacional, para o sistema ERP instalado na FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 145/2012 e Contrato Nº. 264/2012, de 30 de novembro de 2012.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 264/2012, fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 1º de dezembro de 2014 até 30 de novembro de 2015, o que

resulta num período total contratado de 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A Cláusula Primeira do Contrato nº 246/2014, em seu item 1.4, passa a ter a seguinte redação, a partir da assinatura deste termo aditivo:

1.4.. Para o período de vigência deste aditivo, a CONTRATANTE pagará pelo objeto contratado, o preço constante na tabela abaixo:

Item	Código FURB	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário do Item em R\$	Preço Total, por ano, em R\$
01	33496	12	Meses	Serviço de suporte técnico de manutenção do Sistema ERP instalado na FURB, na modalidade "Garantia Legal e Tecnológica (GLT)".	16.609,88	199.318,56
02	33497	120	Horas	Serviços de suporte técnico de manutenção do Sistema ERP instalado na FURB, na modalidade Assessoria Operacional.	93,00	11.160,0

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 264/2012 e aditivo nº 01 e 02.

DATA: 19/03/2015

EXTRATO Nº 052/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Extrato nº. 052/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa
Serv Plus Limpeza e Conservação Ltda.

ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 115/2013- TERMO ADITIVO Nº. 016

OBJETO: "Prestação de Serviços de Mão de Obra em Serviços de Manutenção, Serviços Gerais e Jardinagem nos diversos Campi da FURB"

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial 054/2013 e Contrato Nº. 115/2013 de 10 de julho de 2013.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica o Contrato nº. 115/2013 suplementado em mais R\$ 331,56 (trezentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos), em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, correspondente a 0,0609007 % (zero vírgula zero seis zero nove zero sete por cento) do valor global atualizado do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Resta o Contrato nº. 115/2013 suplementado, portanto, até o presente momento, em R\$ 1.660,87 (um mil, seiscentos e sessenta reais e oitenta e sete centavos), montante correspondente a 0,3050676 (zero vírgula três zero cinco zero seis sete seis por cento) do valor global atualizado do instrumento actual.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Fica registrado que o valor global do Contrato passa a ser de R\$ 546.087,67 (quinhentos e quarenta e seis mil, oitenta e sete reais e sessenta e sete centavos), em decorrência do somatório dos acréscimos pecuniários realizados pelos Aditivos nos. 013 ao 16..

CLÁUSULA QUARTA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 115/2013 e Aditivos nos. 001 à 015 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 19/03/2015

EXTRATO Nº 053/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Extrato nº. 053/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e a empresa
Prevenção Extintores LTDA.
ADITIVO DE SUPLEMENTAÇÃO

CONTRATO Nº. 078/2012- TERMO ADITIVO Nº. 008

OBJETO: Prestação de serviços de inspeção técnica e manutenção de primeiro nível, segundo nível e terceiro nível nos extintores de incêndio e mangueiras de combate a incêndio da FURB, com treinamento de funcionários.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 039/2012 e Contrato Nº. 078/2012 de 10 de maio de 2012.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

Altera parcialmente a Cláusula Primeira do Contrato nº. 078/2012, que passa a ter a seguinte redação:

"[...]1.3. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço global de R\$ 17.772,71 (dezessete mil, setecentos e setenta e dois reais e setenta e um centavos), acrescidos de R\$ 3.919,59 (três mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta e nove centavos), em decorrência das suplementações feitas através dos Termos Aditivos nos. 001, 003, 004, 006, 007 e 008."

CLÁUSULA SEGUNDA:

Em decorrência do acréscimo quantitativo do objeto, fica o Contrato nº. 078/2012 suplementado em R\$ 786,50 (setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), equivalentes a 4,4253% (quatro vírgula quatro dois cinco três por cento) do valor inicial do mencionado instrumento, sendo que até a presente data, após a prorrogação da vigência do Contrato, realizada através do Termo Aditivo nº. 005, o montante suplementado corresponde a 17,8092% (dezessete vírgula oito zero zero nove dois por cento) da quantia contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais que não conflitem com as cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 078/2012 e nos Termos Aditivos nos. 001 a 007.

DATA: 19/03/2015

EXTRATO Nº 054/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Extrato nº. 054/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e a empresa
Sociedade Divina Providência-Hospital Santa Isabel

ADITIVO DE REAJUSTE

CONTRATO Nº. 019/2014 - TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: "UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS FÍSICOS PARA ENSINO/APRENDIZAGEM, DO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE PATOLOGIAS NAS ÁREAS CLÍNICAS E CIRÚRGICAS EM PACIENTES ADULTOS, POR PARTE DE ALUNOS E PROFESSORES DA FURB".

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº. 008/2014 e Contrato nº. 019/2014, de 18 de fevereiro de 2014.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

A Cláusula Primeira, Item 1.6. do Contrato nº. 019/2014 passa a ter a seguinte redação a partir da assinatura do presente Termo Aditivo:

Para o período de 1º de fevereiro de 2015 a 31 de janeiro de 2016, o valor mensal contratual passará a ser R\$ 84.891,11 (oitenta e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais e onze centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA:

Considerando o valor mensal inicial e o reajustado, o valor total contratado para o período de 01.02.14 a 31.01.2016 passa a ser de R\$ 1.956.803 (um milhão, novecentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e três reais), deduzindo-se o valor de R\$ 72. 000,00 (setenta e dois mil reais), por conta do item 1.6.1 do referido termo.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 019/2014 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 19/03/2015.

EXTRATO Nº 055/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Extrato nº. 055/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e a empresa
Igua Control Indústria, Comércio e Serviços Ltda.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

CONTRATO Nº. 008/2011- TERMO ADITIVO Nº. 005

OBJETO: Prestação de serviço de assistência técnica ao tratamento preventivo da água da torre, com fornecimento de materiais químicos no Bloco I do Campus II da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de licitação nº 074/2010 e Contrato Nº. 008/2011, de 16 de fevereiro de 2011.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Quarta do Contrato nº 008/2011, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a partir de 1º de março de 2015 até 28 de fevereiro de 2016, totalizando 60

(sessenta) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 008/2011 e aditivos 01 a 04, que não colidirem com o presente Termo.

DATA: 19/03/2015

EXTRATO Nº 056/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
Extrato nº. 056/2015

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e a empresa
INF. TED. Soluções em Informática e Serviços Ltda.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E REAJUSTE

CONTRATO Nº.014/2014 - TERMO ADITIVO Nº. 001

OBJETO: "Permissão onerosa de uso de áreas localizadas nos campi I e II da FURB, destinadas à exploração comercial de serviços de reprografia para servidores, alunos e comunidade".

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Pública nº. 181/2013 e Contrato Nº. 014/2014, de 04 de fevereiro de 2014.

ALTERAÇÕES: CLÁUSULA PRIMEIRA:

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, Item 1.4 do Contrato nº. 014/2014 fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 1º de março de 2015 até 28 de fevereiro de 2016.

CLÁUSULA SEGUNDA:

A contar de 1º de março de 2015, o valor mensal pago pela permissão, será de R\$ 1.083,68 (um mil, oitenta e três reais e sessenta e oito centavos).

CLAUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 014/2014 que não colidirem com o presente Termo Aditivo.

DATA: 19/12/2014

PORTARIA Nº 831/2014 - FURB

PORTARIA Nº 831/2014, DE 1º DE JULHO DE 2014

Nomeia Sue Ellen Pereira para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2013, NOMEIA

SUE ELLEN PEREIRA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, com lotação no Centro de Ciências da Saúde, referência inicial 20.

Blumenau, 1º de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 832/2014 - FURB

PORTARIA Nº 832/2014, DE 1º DE JULHO DE 2014

Nomeia Cristina Evaristo Silva para ocupar o cargo de provimento efetivo de Químico.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

CRISTINA EVARISTO SILVA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Químico, com lotação no Departamento de Química, referência inicial 55.

Blumenau, 1º de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 833/2014 - FURB

PORTARIA Nº 833/2014, DE 2 DE JULHO DE 2014

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, na Área Temática (Matéria) Biotecnologia e Fisiologia Vegetal - Componentes Curriculares (Disciplinas): Biologia Geral, Biotecnologia; Biotecnologia Vegetal; e Fisiologia Vegetal.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação unânime da Câmara de Ensino, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº. 094/2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas regido pelo Edital nº. 025/2014, de 04 de abril de 2014, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, na Área Temática (Matéria) Biotecnologia e Fisiologia Vegetal - Componentes Curriculares (Disciplinas): Biologia Geral, Biotecnologia; Biotecnologia Vegetal; e Fisiologia Vegetal, conforme a seguir:

Candidatos	Nota Final	Resultado
Ricardo Bittencourt	8,52	1º. Classificado
Marcelo Borghezan	8,37	2º. Classificado
Aline Ritter Curti		Desclassificada

Blumenau, 2 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 834/2014 - FURB

PORTARIA Nº 834/2014, DE 2 DE JULHO DE 2014

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, na Área Temática (Matéria) Física Geral.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação unânime da Câmara de Ensino, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº.091/2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas regido pelo Edital nº 18/2014, de 11 de março de 2014, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário,

sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, na Área Temática (Matéria) Física Geral, conforme a seguir:

Candidatos	Nota Final	Resultado
Robson Zacarelli Denke	8,70	1º. Classificado
Sérgio Souto Rocha	6,97	2º. Classificado
Jorge Leonardo Leite Batista		Desclassificado
Márcio Higino da Silva		Desclassificado
Margaret Luzia Froehlich		Desclassificada

Blumenau, 2 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 835/2014 - FURB

PORTARIA Nº 835/2014, DE 2 DE JULHO DE 2014

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, na Área Temática (Matéria) Projeto e Construção de Estradas e Pavimentação - Componentes Curriculares (disciplinas): Projeto e Construção de Estradas; Pavimentação; Técnica e Economia dos Transportes; e Engenharia de Tráfego.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação unânime da Câmara de Ensino, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº 0095/2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas regido pelo Edital nº. 022/2014, de 25 de março de 2014, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, na Área Temática (Matéria) Projeto e Construção de Estradas e Pavimentação - Componentes Curriculares (disciplinas): Projeto e Construção de Estradas; Pavimentação; Técnica e Economia dos Transportes; e Engenharia de Tráfego, conforme a seguir:

Candidato	Resultado
ALEXANDRE GEVAERD	Classificado

Blumenau, 2 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 836/2014 - FURB

PORTARIA Nº 836/2014, DE 2 DE JULHO DE 2014

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas, para o provimento efetivo de 02 (duas) vagas para o cargo de Professor Universitário, na Área Temática (Matéria): Construção Civil - Componentes Curriculares: Construção Civil I; Construção Civil II; Suprimentos na Construção Civil; Sustentabilidade na Construção Civil; Gerenciamento e Planejamento na Construção Civil; e Exercício Profissional na Engenharia Civil.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação unânime da Câmara de Ensino, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº. 092/2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas regido pelo Edital nº. 20/2014, de 25 de março de 2014, para o provimento efetivo de 02 (duas) vagas para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares

Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, na Área Temática (Matéria): Construção Civil - Componentes Curriculares: Construção Civil I; Construção Civil II; Suprimentos na Construção Civil; Sustentabilidade na Construção Civil; Gerenciamento e Planejamento na Construção Civil; e Exercício Profissional na Engenharia Civil, conforme a seguir:

Candidatos	Nota Final	Resultado
Priscila Dionara Krambeck Braun	8,35	1ª. Classificada
Abraão Bernardo Rohden	7,35	2º. Classificado
Guilherme Höehr Trindade		Desclassificado

Blumenau, 2 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 837/2014 - FURB

PORTARIA Nº 837/2014, DE 2 DE JULHO DE 2014

Homologa os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, nas disciplinas: Introdução a Engenharia de Alimentos; Planejamento de Experimentos e Otimização de Processos e Higiene e Legislação de Alimentos I.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso de suas atribuições legais, considerando deliberação unânime da Câmara de Ensino, ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE - Processo nº. 093/2014, HOMOLOGA os resultados do Concurso Público de Títulos e Provas regido pelo Edital nº. 10/2014, de 18 de fevereiro de 2014, para o provimento efetivo de 01 (uma) vaga para o cargo de Professor Universitário, sob o Regime Estatutário, com fulcro nas Leis Complementares Municipais nºs 743, 745 e 746, de 19 de março de 2010, nas disciplinas: Introdução a Engenharia de Alimentos; Planejamento de Experimentos e Otimização de Processos e Higiene e Legislação de Alimentos I, conforme a seguir:

Candidato	Resultado
Carolina Krebs de Souza	Classificada

Blumenau, 2 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 838/2014 - FURB

PORTARIA Nº 838/2014, DE 2 DE JULHO DE 2014

Torna sem efeito, por desistência da vaga e do cargo, a nomeação de CRISTINA EVARISTO SILVA no cargo de Químico.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 660/2007, 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, RESOLVE:

Tornar sem efeito, por desistência expressa da vaga e do cargo, nos termos do Artigo 16, da Lei Complementar 660/2007, a nomeação de CRISTINA EVARISTO SILVA no cargo de QUÍMICO, nomeada pela Portaria nº 832/2014, de 1º de julho de 2014.

Blumenau, 2 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 839/2014 - FURB

PORTARIA Nº 839/2014, DE 3 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Vilmar José Zermiani.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

VILMAR JOSÉ ZERMIANI

cadastro funcional nº 1413, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Matemática, para participar da XXX Feira Catarinense de Matemática, em Jaraguá do Sul - SC, no período de 22 a 24 de outubro de 2014.

Blumenau, 3 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 840/2014 - FURB

PORTARIA Nº 840/2014, DE 3 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Janaína Poffo Possamai.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

JANAÍNA POFFO POSSAMAI

cadastro funcional nº 8399, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Matemática, para participar da XXX Feira Catarinense de Matemática, em Jaraguá do Sul - SC, no período de 22 a 24 de outubro de 2014.

Blumenau, 3 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 841/2014 - FURB

PORTARIA Nº 841/2014, DE 3 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Viviane Clotilde da Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

VIVIANE CLOTILDE DA SILVA

cadastro funcional nº 3206, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Matemática, para participar da XXX Feira Catarinense de Matemática, em Jaraguá do Sul - SC, no período de 22 a 24 de outubro de 2014.

Blumenau, 3 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 842/2014 - FURB

PORTARIA Nº 842/2014, DE 3 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada à Servidora Henriette Damm.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA à Servidora

HENRIETTE DAMM

cadastro funcional nº 3207, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Matemática, para participar de reunião para discussão técnica e contratual, relativamente à pesquisa de mercado contratada pela GNC Cinemas, em Porto Alegre - RS, nos dias 7 e 8 de julho de 2014.

Blumenau, 3 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 843/2014 - FURB

PORTARIA Nº 843/2014, DE 3 DE JULHO DE 2014

Concede exoneração à Servidora Regiane Rudolf.

O reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE EXONERAÇÃO à Servidora

REGIANE RUDOLF

cadastro funcional nº 5379, ocupante do cargo de Técnico de Laboratório - Higiene Dental, lotada no Departamento de Odontologia, a contar de 23 de junho de 2014.

Blumenau, 3 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 844/2014 - FURB

PORTARIA Nº 844/2014, DE 3 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Rinaldo Danesi Pinto.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

RINALDO DANESI PINTO

cadastro funcional nº 4194, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina, para participar do Energy So TM Train-The-Trainer, em São Paulo - SP, no período de 4 a 6 de agosto de 2014.

Blumenau, 3 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 845/2014 - FURB

PORTARIA Nº 845/2014, DE 3 DE JULHO DE 2014

Concede licença remunerada ao Servidor Hélio dos Santos Silva.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e de acordo com o inciso VII do art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 746, de 19 de março de 2010, bem como, ainda, o disposto no art. 155 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, CONCEDE LICENÇA REMUNERADA ao Servidor

HÉLIO DOS SANTOS SILVA

cadastro funcional nº 1425, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Física, para participar do Evento CISIS 2014, em Birmingham - Inglaterra, no período de 30 de junho a 9 de julho de 2014.

Blumenau, 3 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 847/2014 - FURB

PORTARIA Nº 847/2014, DE 3 DE JULHO DE 2014

Concede licença prêmio ao Servidor Amilcar José Bogo.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 05 (cinco) dias -, de 21 a 25 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 20 de fevereiro de 2000 a 19 de fevereiro de 2005, ao Servidor

AMILCAR JOSÉ BOGO

cadastro funcional nº 2869, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

Blumenau, 3 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 848/2014 - FURB

PORTARIA Nº 848/2014, DE 4 DE JULHO DE 2014

Concede licença prêmio à Servidora Adriana Correa Nunes Ferrari.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO - 05 (cinco) dias -, no período de 7 a 11 de julho de 2014, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 2003 a 12 de março de 2008, à Servidora

ADRIANA CORREA NUNES FERRARI

cadastro funcional nº 2368, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Divisão de Administração Financeira.

Blumenau, 4 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 849/2014 - FURB

PORTARIA Nº 849/2014, DE 4 DE JULHO DE 2014

Concede licença-prêmio para capacitação à Servidora Cristiane Mansur de Moraes Souza.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o § 2º do art. 38 da Lei Complementar Municipal nº 746/2010, de 19 de março de 2010, CONCEDE LICENÇA PREMIO PARA CAPACITAÇÃO - 106 (cento e seis) dias -, referente ao período aquisitivo de 10 de maio de 1994 a 20 de julho de 2004, à Servidora

CRISTIANE MANSUR DE MORAES SOUZA

cadastro funcional nº 2784, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, para fins de capacitação profissional (participação como professora visitante no Mestrado/Doutorado de Gestão Urbana da PUC-PR), no período de 29 de julho a 11 de novembro de 2014.

Blumenau, 4 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

PORTARIA Nº 851/2014 - FURB

PORTARIA Nº 851/2014, DE 4 DE JULHO DE 2014

Nomeia André Gancotti Ferreira para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório - Engenharia Elétrica.

O Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, no uso das atribuições que lhe são conferidas e considerando as Leis Complementares Municipais nº 743/2010, nº 744/2010 e nº 746/2010, de 19/03/2010, e suas alterações, do Município de Blumenau, bem como a classificação no Concurso Público regido pelo Edital nº 02/2013, NOMEIA

ANDRÉ GIANCOTTI FERREIRA

para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico de Laboratório - Engenharia Elétrica, com lotação no Departamento de Engenharia Elétrica e de Telecomunicações, referência inicial 35.

Blumenau, 4 de julho de 2014.

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

CÂMARA MUNICIPAL**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 2015.**

Reunião Ordinária do dia 17 de março de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau

Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Lei nº 6.751. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Resolução nº 482 e os Projetos de Lei nºs 6.755, 6.762 e 6.764. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além 303, 304, 306, 307 e 308/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Retirados o Projeto de Resolução nº 479 e o Projeto de Lei Complementar nº 1.350. Destino: ao arquivo.

Promulgada a Lei Ordinária nº 8.076. Destino: comunique-se e publique-se.

Mensagens nºs 27 e 28/2015 - encaminhando Projeto de Lei Complementar que "SUBSTITUI O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 751, DE 23 DE MARÇO DE 2010".

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2256, 2277, 2278 e 2279. Destino: comunique-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo o Projeto de Decreto Legislativo nº 893; o Projeto de Lei nº 1.426 e o Projeto de Lei nº 6.788, de conformidade com o art. 19, § 6º, da Lei Orgânica do Município.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 17 DE MARÇO DE 2015.

Reunião Extraordinária do dia 17 de março de 2015.

Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final do Projeto de Resolução nº 482. Destino: comunique-se e publique-se.

RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE MARÇO DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 19 de março de 2015.
Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Antônio João Veneza de Souza
Cezar João Cim	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
Marcelo Lanzarin	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

ORDEM DO DIA

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 6.755, 6.762 e 6.764. Destino: à sanção do Executivo.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar nº 1.421; e os Projetos de Lei nºs 6.765 e 6.768.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 321 e 323/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2260, 2261 e 2262. Destino: comunique-se e publique-se.

Promulgada a Resolução nº 436 (Projeto de Resolução nº 482/2015). Destino: comunique-se e publique-se.

Braço do Trombudo**PREFEITURA****EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 12 2014 DO PREGÃO 21 2014**

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 12/2014 DO PREGÃO 21/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: GRILO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

CNPJ nº 05.567.019/0001-38

sito a Rua Tiradentes, 107 - Bairro Centro

Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais para pavimentação com lajota no Beco Evaldo Gaertner, de acordo com a Lei municipal 0745/2014 de 29.05.2014, município de Braço do Trombudo

Valor: 2.396,06 (dois mil trezentos e noventa e seis reais e seis centavos).

Data da assinatura: 18.03.2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 09 2015

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 09/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: AMAPE SERVIÇOS DE EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

CNPJ nº 07.650.694/0001-51

sito a Rua Hartwig Will, 61 - Bairro Centro

Cidade de Agrolândia - SC

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, COLOCAÇÃO DE MEIO FIO E ACABAMENTOS NA RUA EVALDO GAERTNER NO CENTRO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC

Valor: 809,40 (oitocentos e nove reais e quarenta centavos).

Data da assinatura: 18.03.2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE CONTRATO 25 2015

EXTRATO DE CONTRATO 25/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: CONEXÃO ALTO VALE LTDA ME

CNPJ: 14.498.598/0001-03

sito a Rua Coelho Neto, 75 - Edif. Coelho Neto - sala 32 - centro

Cidade de Rio do Sul -SC

Objeto: Contratação de Serviço de produção e impressão de revista, compreendendo projeto gráfico, redação, edição, diagramação, arte final, impressão e serviços fotográficos.

Valor: R\$ 7.960,00 (sete mil, novecentos e sessenta reais)

Data da assinatura: 19.03.2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 26 2015

EXTRATO DE CONTRATO 26/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: CRISTINA APARECIDA HENZEL

cnpj: 14.303.635/0001-72

sito a Rua Dom Pedro - centro

Cidade de Braço do Trombudo -SC

Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviço de Ensino, Arte, Cultura e Fabricação de Artesanato.

Valor: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais)

Vigência até 31.12.2015.

Data da assinatura: 19.03.2015

Romildo Teske

Prefeito Municipal em Exercício

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.335

DECRETO Nº 6.335, de 13 de março de 2015.

Nomeia Comissão de Enquadramento dos cargos de provimento efetivo do Magistério Público Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para comporem a Comissão de Enquadramento dos cargos de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, previsto nos artigos 64 e 68, da Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que Institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências:

- I - Karin Rech dos Santos - representante da Secretaria da Administração;
- II - Joice Luiza Flores de Matias Wagner - representante da Procuradoria Geral do Município;
- III - Iria Lezan Ribeiro - representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
- IV - Mauro Rogério dos Reis - representante do Magistério Público Municipal;
- V - Marcia Alves de Oliveira Hahn - representante da Secretaria de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.337

DECRETO Nº 6.337, de 16 de março de 2015.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, EMERSON SCHMIDT, PEDRO ANTONIO MASIERO e RICARDO CERRY, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação do imóvel localizado na Rua Orestes Pereira Gomes, registrado no R. I. desta Comarca com a transcrição nº 14.039, com área construída em alvenaria medindo 53,90m2 (cinquenta e três metros e noventa decímetros quadrados), devendo apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. A avaliação se faz necessária para possível indenização, pois a edificação está sobre o córrego do Santelmo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.338

DECRETO Nº 6.338, de 16 de março de 2015.

Nomeia membros do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas- COMAD.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no Decreto nº 1.752, de 29/05/1998 e na Lei nº 2.648, de 22/10/2009 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos, a seguir relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas- COMAD, pelo prazo de dois anos, de acordo com o art. 5º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.648, de 22/10/2009, conforme segue:

Entidades Governamentais:

I - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Titular: Suzana Ribeiro

Suplente: Carlos Antonio Arruda Wagner

II - Sistema Nacional de Emprego - SINE

Titular: Beatriz de Camargo Shimigel

Suplente: Neuzeli Aparecida da Silva

III - Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Juçara Schneider Muller João

Suplente: Dinamar Aparecida Gomes

IV - Secretaria Municipal de Educação

Titular: Itamara de Oliveira

Suplente: Felizarda Lemos Francio

V - Fundação Municipal de Cultura

Titular: Leonires Gonçalves

Suplente: Vera Lúcia Braun Berardi

VI - Polícia Militar do Município

Titular: Luiz Carlos da Silva Muniz

Suplente: Jocimar Antonio Soares de Abreu

VII - Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC

Titular: Edgar Aimi

Suplente: José Augusto Moreira

VIII - Procuradoria Geral do Município

Titular: João Paulo Debarba

Suplente: Gianni Lúcio Parizotto

IV - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Titular: Elaine Raquel Pasini Bulat

Suplente: Marcelo Marques

X - Tiro de Guerra 05-006

Titular: Sargento Sandro Marcos Jacyntho

Suplente: Marcelo Fernandes

XI - Secretaria Municipal da Administração

Titular: Adriele Belli Carlin Danese

Suplente: Romaiane Aparecida Dal Ponte

XII - Polícia Civil

Titular: Pedro Dias

Suplente: Andréia Paula Moro

Entidades não governamentais

I - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas

Titular: Janeth Anne de Almeida

Suplente: Amanda de Almeida Kirschner

II - ONG Superação

Titular: Luís Remi Marchezan

Suplente: Maximino Antoninho

III - Associação Comercial e Industrial de Caçador - ACIC

Titular: Cristiane Brusco Schwartz

Suplente: Patrícia Scolaro

IV - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador - APAE

Titular: Jaqueline D. Costa

Suplente: Melissa C. A. Sorgatto

V - Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador - APAS

Titular: Rubens Ribeiro

Suplente: Marcia Regina dos Santos

VI - UNOPAR

Titular: Fabiane Boneti

Suplente: André Luiz Bettio

VII - Associação de Psicólogos

Titular: Geneia Lucas dos Santos

Suplente: Suzana Scolaro

VIII - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

Titular: Iria Lezan Ribeiro

Suplente: Terezinha Castanheiro Anciutti

IX - Diocese de Caçador

Titular: Bispo Dom Severino Clasen

Suplente: Juliana Kades

X - Associação Cultural Beneficente XV de Novembro

Titular: Álvaro Prieto Junior

Suplente: Aramis José Driessen

XI - Igreja Evangélica Assembléia de Deus

Titular: Vagner Galvão

Suplente: José Haroldo Cardoso

XII - Bombeiros Voluntários

Titular: Anderson Caetano de Souza

Suplente: Giancarlo de Oliveira

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decretos nº 4.549, de 08 de julho de 2010, nº 4.581, de 10 de agosto de 2010, nº 4.620, de 20 de setembro de 2010 e 4.862, de 26 de maio de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.339

DECRETO Nº 6.339, de 16 de março de 2015.

Substitui membro nomeado pelo Decreto nº 5.944/14, para compor o Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família- CCSPBF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro da entidade governamental abaixo relacionada, nomeado pelo Decreto nº 5.944, de 25 de março de 2014, para compor o Conselho de Controle e Participação Social do Programa Bolsa Família- CCSPBF, na forma que segue:

5- Representante da Secretaria Municipal de Administração

Titular: Vivian de Lemos Estrowispy

Suplente:

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.340

DECRETO Nº 6.340, de 16 de março de 2015.

Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 5.657/13, para comporem o Conselho Municipal do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 5.657, de 06 de agosto de 2013, para comporem o Conselho Municipal do Idoso, na forma que segue:

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Marinez Stefan de Mello

Suplente: Diocleia Alves de Moura

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.347

DECRETO Nº 6.347, de 19 de março de 2015.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e atendendo ao disposto na Lei nº 3.210, de 18 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 76.919,66 (setenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e sessenta e seis centavos):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco Investimentos

4.4.90.00.00.00.00.0371 - Aplicações Diretas.....	R\$ 76.919,66
---	------------------

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 76.919,66 (setenta e seis mil, novecentos e dezenove reais e sessenta e seis centavos):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.90.00.00.00.00.0371 - Aplicações Diretas.....	R\$ 76.919,66
---	------------------

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.348

DECRETO Nº 6.348, de 19 de março de 2015.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e atendendo ao disposto na Lei nº 3.211, de 18 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Infraestrutura, no valor de R\$ 640.177,36 (seiscentos e quarenta mil, cento e setenta e sete reais e trinta e seis centavos), na forma que segue:

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0021.2.080 - Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários

3.3.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

4.4.90.00.0024 - Aplicações Diretas R\$ 340.177,36

Total R\$ 640.177,36

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, serão utilizados

recursos financeiros provenientes do Termo de Compromisso nº 0352.357-44/2011, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades e o Município de Caçador, tendo por finalidade a transferência de recursos da União para a execução de obras de infraestrutura, equipamento comunitário, recuperação de área degradada, no âmbito do Programa FNHIS - Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários, Ação Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.349

DECRETO Nº 6.349, de 19 de março de 2015.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Educação.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e atendendo ao disposto na Lei nº 3.212, de 18 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Educação, no valor de R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais

4.4.90.00.0058 - Aplicações Diretas ... R\$ 218.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.2.049 - Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.0058 - Aplicações Diretas ... R\$ 218.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.350

DECRETO Nº 6.350, de 19 de março de 2015.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Educação.

O Prefeito Municipal de Caçador, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, e atendendo ao disposto na Lei nº 3.213, de 18 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2015, em favor da Secretaria de Educação, no valor de R\$ 895.777,37 (oitocentos e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.0011.1.036 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros de Educação Infantil

4.4.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 895.777,37

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias, do Orçamento Geral vigente da Prefeitura Municipal de Caçador, na importância de R\$ 895.777,37 (oitocentos e noventa e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e trinta e sete centavos):

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.106 - Construção e Reformas de Ginásios de Esportes

3.3.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 64.964,00

12.361.0011.1.031 - Construção e Reformas de Quadras de Esportes

4.4.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 254.500,00

12.361.0011.1.030 - Construção, Ampliação e Reformas de Escolas Municipais

4.4.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 254.500,00

3.3.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 54.500,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.0001 - Aplicações Diretas R\$ 267.313,37

Total... R\$ 895.777,37

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015
PROC. DE LICITAÇÃO Nº 02-2015 - FMAS**

Estado de Santa Catarina
Município de Caçador/SC
Fundo Municipal de Assistência Social

Inexigibilidade de Licitação nº 01/2015 Proc. de Licitação nº 02-2015 - FMAS

O Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador/SC torna pública a Inexigibilidade de Licitação nº 01/2015 para AQUISIÇÃO DE VALE TRANSPORTE, DESTINADOS AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELOS CRAS E CREAS, DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC, Empresa Auto Coletivo Caçador Ltda - CNPJ - 83.060.327/0001-86, valor total R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) pelo período de 12 meses, de conformidade com o artigo 25, Inciso I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Caçador/SC, 19 de março de 2015.
Beatriz Ribeiro dos Santos,
Secretária Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 25.023

PORTARIA Nº 25.023, de 13 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 52, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, e ainda o que prevê o art. 40, § 19 da Constituição Federal, combinando com as Emendas Constitucionais nº 41 e 47,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal JOÃO DE OLIVEIRA PRESTES, matrícula nº 611, ocupante do cargo de Mecânico, o pagamento do abono de permanência, por ter completado o tempo de contribuição e continuar desempenhando suas funções, com efeitos a contar de 01 de Janeiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.067

PORTARIA Nº 25.067, de 27 de Janeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, especificando: código, nome dos servidores, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de dias	A contar de:
3290 9073	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Professora	Secretaria Municipal de Educação	15	26/01/2015
8309	Vanessa Souza da Silva Gilioli	Professora de Educação Infantil	CMEI Sini-nho	120	23/01/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Janeiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.129

PORTARIA Nº 25.129, de 05 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, a cidadã a seguir relacionada, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da contratação	Período da Contratação
Daniela Susin	Telefonista	14	35	Vaga vinculada a da servidora Mirna Mingotti, Licença Tratamento de Saúde e Licença Prêmio	03/02/2015 a 30/06/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.147

PORTARIA Nº 25.147, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ATRIBUIR EXERCÍCIO, para os Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Educação, a seguir relacionados, especificando: código, nome dos servidores, carga horária, cargo, escola de lotação, local da atribuição e período da atribuição, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Cargo	Escola de Lotação	Local da Atribuição de Exercício	Período da Atribuição
6948	Adriana Loss	03	Professora de História	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barboza	EMEB Alcides Tombini, Excedente	02/02/15 a 18/12/15
10537	Adriana Zeni Bof	20	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Alto Bonito, V.V. Claudia Maurílio, Lab. de Informática	02/02/15 a 18/12/15
4275	Andreia Carla Comel	20	Professora de Educação Infantil	EMEB Esperança	CMEI Santa Clara, V.V. Michelle de Sousa Santos, atribuição EMEB Nossa Sra Salete	02/02/2015 a 18/12/2015
7779	Atilio da Silveira de Oliveira	09	Professor de História	EMEB Pierina Santin Perret	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Nilce Fanta Fornari, direção	02/02/15 a 18/12/15
804	Beatriz Aparecida Pereira	32	Professora de Português	EMEB Alcides Tombini	EMEB Henrique Julio Berger, Excedente	02/02/15 a 18/12/15
10430	Bruna Stello Padilha	40	Auxiliar de Creche e Berçário	CMEI Pierina Adami	CMEI Sonho Encantado, V.V. Ana Maria Miozzo Vidal, Bem Estar	02/02/15 a 18/12/15
3388	Catarina Zanotti	44	Servente da Educação	EMEB Alcides Tombini	Secretaria Municipal de Educação	A contar de 02/02/2015
2016	Cizete Catelan	20	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Esperança	EMEB Pierina Santin Perret, V.V. Izabel Salamoni, atribuição EMEB Henrique Julio Berger	02/02/15 a 31/12/15
9074	Cristina Lazzarotti	27	Professora de História	EMEB Alto Bonito/ EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Morada do Sol, V.V. Dirceu R. Mello, Sindicato	02/02/15 a 18/12/15
11914	Diva Neide Pacheco Rodrigues	40	Auxiliar de Creche e Berçário	EMEB Ulysses Guimarães	CMEI Sininho, V.V. Vanderléia Campos, Lic sem Vencimentos	02/02/15 a 18/12/15
10081	Elisandra Scapinelli	20	Professora de Ed. Infantil	CMEI Sonho Encantado	EMEB Ir. Venâncio José, V.V. Daniele Jociane Fortunato, atribuição EMEB Pe. José Chamot	02/02/15 a 18/12/15
4263	Franciele Marin Menzel	20	Professora de Ed. Infantil	EMEB Hilda G. Sousa	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Elisabete M. Bortolini, SME	02/02/15 a 18/12/15
1088	Gisele Rossi Canalli Beher	20	Professora de Ed. Infantil	CMEI Pierina Adami	EMEB Henrique J Berger, V. Transitória	02/02/15 a 18/12/15
4276	Izabel Crisistina Salamoni de Araújo	20	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Pierina Santin Perret	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Rosângela Balchak, Direção	02/02/15 a 18/12/15
511	Jandir Bortotto	12	Prof de Ed. Física	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	EMEB Henrique Julio Berger	02/02/2015 a 31/12/2015
4599	Luciane do Carmo Padilha	20	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Hilda G. Sousa	EMEB Tabajara, V.V. Marilene Setti, Lic Tratamento de Saúde	02/02/2015 a 18/12/15
11912	Marcia Pires de Camargo	40	Auxiliar de Creche e Berçário	EMEB Ulysses Guimarães	CMEI Pierina Adami, Vaga Transitória	02/02/15 a 18/12/15
10522	Maria Célia Badlhuk	20	Professora de Séries Iniciais	EMEB Colônia Polidoro	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa, V.V. Teresinha Rosicléia Kamienski, direção	02/02/2015 a 18/12/2015
1318	Maria Geni Huçulak	44	Servente da Educação	EMEB Morada do Sol	EMEB Nossa Sra da Salete	03/02/2015 a 18/12/2015
6957	Marilde Aparecida Scapin	20	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Hilda G. Sousa	EMEB Alcides Tombini, V.V. Itamara de Oliveira, disposição da SME	02/02/2015 a 18/12/2015
326	Marilene Girardi Escher	20	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Henrique J Berger, V.V. Rosângela Pretto, disposição AEE	02/02/15 a 18/12/15
1042	Marineis Dambros Castalani	40	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Alto Bonito	EMEB Vereda dos Trevos, V.V. Ailton Carlos Leite, SME	02/02/2015 a 18/12/2015
10522	Maristela Cordeiro da Silva	20	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	EMEB Alto Bonito, V.V. Marineis Dambros Castalani, atrib. EMEB Vereda dos Trevos	03/02/2015 a 18/12/2015

187	Marta Maboni	40	Professora de 1º ao 5º ano	20h00-EMEB Esperança 20h00- EMEB Walsin Nunes Garcia	EMEB Pd José Chamot, V.V. Vardelei Furlan, Lab. de Informática	02/02/2015 a 31/12/2015
682	Neusa Teresinha Pelegrini	10	Professora de Matemática	EMEB Hilda Grannemann de Sousa	EMEB Alto Bonito, Vaga Excedente	02/02/15 a 18/12/15
1019	Sirlei Carlim da Silva	44	Merendeira	EMEB Alto Bonito	EMEB Walsin Nunes Garcia	02/02/15 a 18/12/15
6950	Terezinha Castanheiro Anciutti	20	Especialista em Assuntos Educacionais (Supervisora Escolar)	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa (CEM)	02/02/15 a 18/12/15
656	Vanuzza Zart	20	Professora de 1º ao 5º ano	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	EMEB Henrique Julio Berger, V.V. Meriluci Trento, Lab. Informática	02/02/2014 a 18/12/2014
4264	Vera Lucia de Moura	20	Professora de Educação Infantil	EMEB Nossa Sra da Salette	EMEB Alto Bonito, Vaga Transitória	02/02/2015 a 18/12/2015
942	Vera Lucia Tibes	44	Servente da Educação	EMEB Tabajara	EMEB Walsin Nunes Garcia	03/02/2015 a 18/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.148

PORTARIA Nº 25.148, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 23.568, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores, com relação a Servidora CLENIR APARECIDA NURILLES ROSARIO, matrícula nº 13080, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, no que se refere ao local de trabalho, que passa a ser CMEI Santa Terezinha, 40 horas semanais, a contar de 02/02/15 a 18/12/15.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.151

PORTARIA Nº 25.151, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR A PORTARIA nº 23.562, de 15 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores, com relação a Servidora ADRIANA BATISTA GOMES DE OLIVEIRA GODINHO, matrícula nº 13327, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche e Berçário, no que se refere ao local de trabalho que passa a ser na EMEB Ulysses Guimarães, Vaga Vinculada a servidora Diva Neide Pacheco, atribuição e exercício na CMEI Sonho Encantado, e a data fim que passa a ser 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.152

PORTARIA Nº 25.152, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 23.751, de 09 de Abril de 2014, que colocou a disposição da Secretaria Municipal de Educação a Servidora Pública Municipal KARYANA ALVES DOS SANTOS, matrícula 9869, ocupante do cargo de Secretária Escolar, com carga horária 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a EMEB Professora Maria Luiza Barbosa, a contar de 02 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.153

PORTARIA Nº 25.153, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 22.585, de 17 de Abril de 2013, que colocou a disposição da Secretaria Municipal de Educação, (Laboratório de Informática) a Servidora Pública Municipal SCHEILA BALBINOTTO ANCIUTTI, matrícula nº 6955, ocupante do cargo de Professora, REDUZINDO A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas para 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.154

PORTARIA Nº 25.154, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 22.644, de 08 de Maio de 2013, que designou diversos Servidores Públicos Municipais, para exercer Função Gratificada na Secretaria Municipal de Educação, no que se refere a Servidora Pública Municipal BRUNA STELLO PADILHA, matrícula nº 10430, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche e Berçário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada junto a CMEI Pierina Adami, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.234

PORTARIA Nº 25.234, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 52, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006, e ainda o que prevê o art. 40, § 19 da Constituição Federal, combinando com as Emendas Constitucionais nº 41 e 47,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal ZENILDA APARECIDA RODRIGUES, matrícula nº 137, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, o pagamento do abono de permanência, por ter completado o tempo de contribuição e continuar desempenhando suas funções, com efeitos a contar de 01 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 06 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.249

PORTARIA Nº 25.249, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, Licença Prêmio a que faz jus, especificando: código, nome da servidora, cargo, secretaria de lotação, período de aquisição e período de gozo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de Aquisição	Período de Gozo
8334	Eveline Semke Moraes	Agente Municipal de Segurança e Trânsito	12/03/2008 a 12/03/2013	14/02/2015 a 15/03/2015
883	Mirna Mingotti	Telefonista	01/04/2007 a 01/04/2012	23/02/2015 a 24/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.308

PORTARIA Nº 25.308, de 13 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na LEI nº 3.065, de 21 de Novembro de 2013, que firmou Convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR à disposição da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador - SDR, a Servidora Pública Municipal LUCIANA GRANEMANN SOUZA TRAMONTINA, matrícula nº 6969, ocupante do cargo de Professora, lotada junto a Secretaria de Municipal de Educação, sem ônus para o Município, com efeitos a contar de 23 de Fevereiro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 13 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 25.347

PORTARIA nº 25.347, de 27 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período

de 01/02/2015 a 28/02/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Faltas
13567	Ilse Maria Schmidt Driessen	30 dias
12774	Roberto Kendi Anziliero Lanna	30 dias
12765	Wyler Marinho Robert	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco -
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.348

PORTARIA nº 25.348, de 27 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/02/2015 a 28/02/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
12586	Matheus Moro	03 h e 30 min.
13370	Raphael Salgado Pedroso	98 h e 30 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Fevereiro de 2015.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.350

PORTARIA nº 25.350, de 27 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS/PLANTÕES, realizado

no período de 01/02/2015 a 28/02/2015, junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e porcentagem, conforme segue:

Código	Nome	Nº Horas
Horas Extras 50%		
12682	Anderson Braun	60 h
13764	Bruna de Araújo Vivan	7 h
13474	Dilson Luiz Correia	110 h
13571	Douglas Pereira Carniel	22 h
12773	Everton Zeni	90 h
1092	João Gomes Soares	21 h
12885	Lenise Heinzmann	22 h e 30 min.
13491	Rodrigo Renno Martins Toledo	60 h
13583	Sulivan Francisco da Silva	69 h
13320	Youssef Elias Ammar	105 h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 27 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.359

PORTARIA Nº 25.359, de 02 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, o cidadão a seguir relacionado, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Johney Maicou Damião da Silva	Bioquímico	34	20h	Vaga vinculada a da servidora Marcia Regia Mostiack – Licença Tratamento de Saúde	02/03/2015 a 30/06/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.360

PORTARIA Nº 25.360, de 02 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, a cidadã a seguir relacionada, para atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, motivo da contratação e período, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Motivo da Contratação	Período da Contratação
Thabita Kelyne Rotta	Técnico em Enfermagem	30	35h	Vaga vinculada a da servidora Terezinha Salete dos Santos Pereira – Licença Tratamento de Saúde	02/03/2015 a 21/05/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 25.364

PORTARIA Nº 25.364, de 04 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda no art. 31, parágrafo único, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e dá outras providências,

RESOLVE:

COLOCAR à disposição da Fundação do Meio Ambiente - FATMA, o Servidor Público Municipal MARCELO JOSÉ ALVES DE ANDRADE, ocupante do cargo de Agente Municipal de Segurança e Trânsito, lotado junto a Diretoria de Trânsito, Transporte e Segurança de Caçador - DITTESC, com ônus para o Município, com efeitos a partir de 18 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 25.365

PORTARIA Nº 25.365, de 04 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

RESOLVE:

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS da Servidora Pública Municipal LUCIANE REGINA PEREIRA, ocupante do cargo de Professora, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 3.345 (três mil, trezentos e quarenta e cinco) dias, ou 09 (nove) anos e 02 (dois) meses, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00010/15-6, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 04 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de Março de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

RESOLUÇÃO Nº 01 CMI

Resolução 01/2015 de 17 de março de 2015

Dispõe sobre a convocação da IV Conferência Municipal da Pessoa Idosa.

O Conselho Municipal do Idoso - CMI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.953, de 14 de agosto de 2003 que institui o Conselho Municipal do Idoso e Lei nº 2.804, de 13 de abril de 2011 que altera dispositivos da Lei 1.953.

CONSIDERANDO o Passo a Passo- Orientações para as Conferências Municipais ou Regionais e Estaduais dos Direitos da Pessoa Idosa- Brasília, 30 de outubro de 2014.

CONSIDERANDO as Atas nº 69 e 70 do CMI.

Resolve:

Art. 1º. Convocar a IV Conferência Municipal da Pessoa Idosa, com o seguinte Tema: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa- Por um Brasil de todas as idades", tendo por objetivo enfatizar a necessidade de colocar a temática da pessoa idosa no cenário político. Uma vez que as pessoas idosas estão longe de incorporarem a "agenda política" e isto se dá, em grande parte, pela timidez da "ação protogônica" deste segmento etário. Local de realização: Plenário Osvaldo José Gomez- Câmara Municipal de Caçador, sito à Rua Fernando Machado, 139- centro. Dia: 29 de abril de 2015 das 13h30min às 17h30min e no dia 30 de abril de 2015 das 13h30min às 17h30min.

Art. 2º. Nomear as pessoas abaixo relacionadas para comporem a comissão organizadora da IV Conferência Municipal da Pessoa Idosa: Julio Cesar Moschetta da Silva, Norma Eger Pontes, Maria Aparecida Dal Bosco Baseggio, Leoni Welicz, Leticia Rostirolla, e Pamela Maccari Trindade.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 17 de março de 2015.

JULIO CÉSAR MOSCHETTA

Presidente do Conselho Municipal do Idoso- CMI

Camboriú

PREFEITURA**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015 - PMC**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 014/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 016/2015 - PMC - . SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, VEÍCULOS PESADOS (CAMINHÕES, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS) QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 19/03/2016

1ª Publicação.

CC 001/15- FUNDESP

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 001/2015 - FUNDESP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTES IRINEU BORNHAUSEN PARA APROVAÇÃO DO ALVARÁ JUNTO AO CORPO DE BOMBEIROS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA REFORMA DO MEZANINO DO CENTRO DE EVENTOS DO GINÁSIO DE ESPORTES IRINEU BORNHAUSEN COM ÁREA DE REFORMA 360,80 M2 NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 27 (Vinte e Sete) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 19 de Março de 2015

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

CC 01/15 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 001/2015 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EDIFICAÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, COM ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA DE 740,59 M2. CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 19 de Março de 2015

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO 02/2015 DO CONCURSO PÚBLICO 025/2013 (PNE)

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 002/2015

(Edital de Concurso Público nº. 025/2013)

DOS CANDIDATOS PNE (Portadores de Necessidades Especiais)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013 e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012, na Lei Complementar nº. 40 de 02 de Janeiro de 2012;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013, conforme os Cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getúlio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 13:00h às 18:00h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

CÓPIAS AUTENTICADAS

1. Comprovante de residência no nome (água, luz ou telefone fixo) se em nome de terceiro apresentar declaração do proprietário do imóvel reconhecido em cartório, com o respectivo comprovante de residência

2. RG (não pode ser Carteira de Habilitação)

3. CPF

4. Comprovante de inscrição no conselho de classe e certidão negativa de débito, respectivo (quando couber)

5. Carteira de Saúde para nos cargos de Merendeira

6. Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital do concurso)

7. Certidão de casamento

8. PIS/PASEP

9. Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)

10. Título de eleitor

11. Certificado de reservista (se masculino)

12. CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)

13. Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)

14. Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

DOCUMENTOS ORIGINAIS

Foto 3x4 atualizada

Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

Atestado médico admissional saúde física solicitar encaminhamento no Setor de Gestão de Pessoas

Atestado médico saúde mental (somente psiquiatra) de sua preferência

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de docs) em anexo

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de docs) em anexo

Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho

(entregue para preenchimento no ato da entrega de docs) em anexo

Declaração de IR (se houver)

Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de docs) em anexo

Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos (WWW.tre-sc.jus.br)

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (WWW.tj.sc.gov.br)

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal (WWW.trf4.gov.br)

§1º - O Atestado médico admssional será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 20 de Março de 2015.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
PREFEITA MUNICIPAL

MARCIO DA ROSA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Publicado no Mural Público Municipal e Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Marcio da Rosa
Secretário de Administração

ANEXO I
CARGO: MONITOR

01. CLASSIFICADO	CRISTIANE TONETTO ESCOBAR
------------------	---------------------------

CARGO: MONITOR DE INCLUSÃO - 40H

01. CLASSIFICADO	ALESSANDRA CRISTINA DA SILVA FRANCISCA
------------------	--

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,, CPF nº., possuo os seguintes bens:

1.
2.
3.
4.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
Camboriú - SC,/ /.....

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que eu,, CPF nº., não possuo bens a declarar.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS. _____

Camboriú - SC,/ /.....

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Declaro para os devidos fins que eu,, CPF nº., estou isento de declarar imposto de renda, relativo ao ano/calendário nº

Por ser verdade, firmo o presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARANTE

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu,, CPF nº., exerço o Cargo de lotado na com carga horária de na cidade de estando desta forma amparada pela alínea c, do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firmo a presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, CPF nº. não acumulo Cargo Público ou de Condições de Acumulação Amparada pela constituição.

Por ser verdade, firmo o presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu, CPF nº., não sofri no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90.

Lei 8.112/90 = Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos: (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de

empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses. (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

Camboriú - SC,/ /.....

AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO EM CONTA

Declaro para os devidos fins que eu, CPF nº, autorizo o depósito referente à minha remuneração salarial no Banco Itaú na Agência conta da cidade de

Assinatura do servidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú -/ /.....

EDITAL DE CHAMAMENTO 01/2015 DO CONCURSO PÚBLICO 025/2013

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 001/2015

(Edital de Concurso Público nº. 025/2013)

"Convoca aprovados em concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013 e dá outras providências".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº. 39 de 02 de Janeiro de 2012, na Lei Complementar nº. 40 de 02 de Janeiro de 2012;

Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 025/2013, conforme os Cargos constantes do Anexo I, parte integrante do presente Edital.

Art. 2º - Os convocados por este Edital deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getulio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal, ou seja, das 13:00h as 18:00h.

Art. 3º Os aprovados no Concurso ora convocados deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de nomeação e posse:

CÓPIAS AUTENTICADAS

1.Comprovante de residência no nome (água, luz ou telefone fixo) se em nome de terceiro apresentar declaração do proprietário do imóvel reconhecido em cartório, com o respectivo comprovante de residência

2.RG (não pode ser Carteira de Habilitação)

3.CPF

4.Comprovante de inscrição no conselho de classe e certidão negativa de débito, respectivo (quando couber)

5. Carteira de Saúde para nos cargos de Merendeira

6.Fotocópia do Diploma ou Certificado das titulações exigido para o cargo (conforme Edital do concurso)

7.Certidão de casamento

8.PIS/PASEP

9.Carteira de Trabalho (frente com a foto e verso com os dados do servidor)

10.Título de eleitor

11.Certificado de reservista (se masculino)

12.CNH (somente para o cargo do motorista, outros cargos é opcional)

13.Nº de Conta no Banco Itaú (frente e verso do cartão se houver)

14.Certidão de nascimento de filhos menores (até 21 anos)

DOCUMENTOS ORIGINAIS

Foto 3x4 atualizada

Exames de Laboratório e Imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG(Eletrocardiograma) e RX Tórax.

Atestado médico admissional saúde física solicitar encaminhamento no Setor de Gestão de Pessoas

Atestado médico saúde mental (somente psiquiatra) de sua preferência

Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (entregue para preenchimento no ato da entrega de dcos) em anexo

Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (entregue para preenchimento no ato da entrega de dcos) em anexo

Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (entregue para preenchimento no ato da entrega de dcos) em anexo

Declaração de IR (se houver)

Declaração com firma reconhecida de bens ou de não possuir bens (entregue para preenchimento no ato da entrega de dcos) em anexo

Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos (WWW. tre-sc.jus.br)

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (WWW.tj.sc.gov.br)

Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal (WWW.trf4.gov.br)

§1º - O Atestado médico admssional será emitido pela JUNTA MÉDICA do município constituída para tal finalidade.

§2º - Para emissão do atestado médico, destinado a comprovar a boa saúde física e mental, o candidato deverá apresentar os seguintes exames de laboratório e imagem: Hemograma completo, glicemia, VDRL, parcial de urina, ECG (Eletrocardiograma) e RX Tórax.

§3º - Os exames devem ser realizados em data posterior a publicação deste edital.

Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado.

Art 5º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete a Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 20 de Março de 2015.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS PREFEITA MUNICIPAL	MARCIO DA ROSA SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO
---	---

Publicado no Mural Público Municipal e
Registrado no Livro de Publicações
Na data supra

Marcio da Rosa
Secretário de Administração

ANEXO I

CARGO: ADMINISTRADOR ESCOLAR

10. CLASSIFICADO	PAOLA PAES NEVES
------------------	------------------

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS

85. CLASSIFICADO	ALESSANDRA PORTELLA
------------------	---------------------

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

07. CLASSIFICADO	ADRIANE NASCIMENTO MENDONCA
------------------	-----------------------------

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL

05. CLASSIFICADO	NATHALLY VIANA MACHADO
------------------	------------------------

CARGO: PROFESSOR ANOS INICIAIS

19. CLASSIFICADO	LUCINEIA TOZZI
20. CLASSIFICADO	ISABEL DEBATIN
21. CLASSIFICADO	SIMONE PIZZI
22. CLASSIFICADO	JULIANA PRIM
23. CLASSIFICADO	MARCIA HELENA BECKER
24. CLASSIFICADO	RAQUEL SILVIANA KANNENBERG

CARGO: PROFESSOR DE CIENCIAS

3. CLASSIFICADO	MONICA DIP HANNEMANN
4. CLASSIFICADO	LENA RIBEIRO LEITAO
5. CLASSIFICADO	DENISE EVANGELISTA FERREIRA
6. CLASSIFICADO	RAQUEL GARCIA DA SILVA

CARGO: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

36. CLASSIFICADO	MARIALDA FRANCA MARTINS MACHADO
37. CLASSIFICADO	MARCIO LUIZ DA SILVA
38. CLASSIFICADO	SIMONE BRAGA DE FREITAS

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

49. CLASSIFICADO	SANDRA MARA KLECKNER SANCHES
50. CLASSIFICADO	BERNADETE LEAL
51. CLASSIFICADO	ELIANE DE SOUZA MELLO

52. CLASSIFICADO	ANGELA MARIA CARDOSO ULIANA
53. CLASSIFICADO	JANAINA JOANA SIMMERMAN GERVASIO
54. CLASSIFICADO	MARINA PACHESNYK
55. CLASSIFICADO	ANA CLAUDIA DE ANDRADE
56. CLASSIFICADO	REGINA CARLA VINHA GARCIA
57. CLASSIFICADO	LUCILEIA CRISTINA FLORENCIO ZUCHI
58. CLASSIFICADO	ELIZANDRA CLEMENTE

CARGO: PROFESSOR DE HISTORIA

3. CLASSIFICADO	MARLENE TOLEDO SISNANDES
-----------------	--------------------------

CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA

7. CLASSIFICADO	JOSIANE FIDELIS
8. CLASSIFICADO	CLAUDETE MARIA BARBOSA

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA

7. CLASSIFICADO	CRISTIANO ARCENO
8. CLASSIFICADO	ALDAIR ANTONIO GOMES
9. CLASSIFICADO	CARLOS ALEXANDRE PORT MENDONÇA

CARGO: SUPERVISO EDUCACIONAL

12. CLASSIFICADO	KASSIA PEREIRA DE BRITO
13. CLASSIFICADO	ROSANGELA DO ROCIO VALENTIM FERREIRA DA SILVA
14. CLASSIFICADO	MARLI FOPPA FACCHI
15. CLASSIFICADO	DEBORA MEDEIROS
16. CLASSIFICADO	MARCIA RODRIGUES DA COSTA
17. CLASSIFICADO	CLEIA REGINA SALOME SILVA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,, CPF nº., possuo os seguintes bens:

1.
2.
3.
4.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
Camboriú - SC,/ /.....

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem possa interessar que eu,, CPF nº., não possuo bens a declarar.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS.

Camboriú - SC,/ /.....

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA

Declaro para os devidos fins que eu,, CPF nº., estou isento de declarar imposto de renda, relativo ao ano/calendário nº

Por ser verdade, firmo o presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARANTE

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu,, CPF nº., exerço o Cargo de lotado na com carga horária de na cidade de estando desta forma amparada pela alínea c, do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firmo a presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, CPF nº. não acumulo Cargo Público ou de Condições de Acumulação Amparada pela constituição.

Por ser verdade, firmo o presente.

Camboriú (SC),/ /.....

DECLARANTE

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu, CPF nº., não soufrir no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90.

Lei 8.112/90 = Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; (Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos: (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses. (Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

Camboriú - SC,/ /.....

AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO EM CONTA

Declaro para os devidos fins que eu, CPF nº., autorizo o depósito referente à minha remuneração salarial no Banco Itaú na Agência conta da cidade de

Assinatura do servidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú -/ /.....

PR 020/15 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2015-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS A VA-
REJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADO AO ABAS-
TECIMENTO DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas
no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº.
8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 16:00 horas do dia 08
(Oito) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento de
Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Cam-
boriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no
site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 19 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 10/15 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2015-FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SER-
VIÇO DE DECORAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA
FORMATURAS DOS CURSOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO PRO-
NATEC (PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO MUNDO DO TRA-
BALHO).

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas
no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº.
8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 09
(Nove) de Abril de 2015, na sala de Reunião do Departamento
de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de
Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no
site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 19 de Março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre**PREFEITURA****APOSTILA Nº 3/2015**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

APOSTILA Nº 3/2015

(REF. PREGÃO 114/2014)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2015

Considerando a Comunicação de reajuste de preços apresenta-
da pela empresa contratada EKO SUPERMERCADO LTDA EPP, em
decorrência ao aumento de preços repassado as distribuidoras de
LEITE;

RESOLVE,

ALTERAR o valor do litro do leite UHT integral, para manutenção
do equilíbrio econômico-financeiro, passando o leite UHT integral
de R\$ 1,83 para R\$ 2,89 o litro.

Campo Alegre, 19 de março de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 - Modalidade Pregão Ele-
trônicoValidade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar
desta data.

Aos dezenove dias do mês de março de 2015, no Serviço de Supri-
mentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços
para eventual aquisição de material de expediente para diversos
órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito
na tabela abaixo, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO ALE-
GRE e a empresa M MOBILE EIRELI - EPP, CNPJ: 15.764.033/0001-
85, em decorrência da homologação do processo licitatório nº
20/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro
de Preços.

ITEM	QUANT.	UNI- DADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁ- RIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	10	Caixa	Alfinete com cabeça colori- da, c/ 50 unidades.	4,14	41,40
2	10	Unida- de	Almofada para carimbo azul	3,99	39,90
3	10	Unida- de	Almofada para carimbo preta	4,09	40,90
4	10	Unida- de	Almofada para carimbo vermelha	5,90	59,00
5	20	Unida- de	Apontador de metal	3,35	67,00
6	50	Unida- de	Bobina para calculadora 57 mm largura X 30m.	1,19	59,50
7	100	Unida- de	Borracha branca nº 40	0,41	41,00
8	800	Unida- de	Caixa papelão para arquivo morto, 1ª linha. Medidas internas (C x L x A): 340 x 140 x 241mm.	2,28	1.824,00

9	10	Unidade	Calculadora de mesa 12 dígitos, dimensões aproximadas: 11,8 cm Altura X 15,5 cm Largura. Incluso pilha ou bateria.	26,99	269,90
10	15	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1.0, cor azul, corpo sextavado, caixa com 50 unidades.	34,67	520,05
11	2	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1.0, cor vermelha, corpo sextavado, caixa com 50 unidades.	34,67	69,34
12	5	Caixa	Caneta esferográfica ponta 1.0, preta, corpo sextavado, caixa com 50 unidades.	34,65	173,25
13	5	Caixa	Caneta esferográfica ponta fina 0,7 (de aço), caixa c/ 12 unidades, azul.	50,35	251,75
14	40	Caixa	Caneta marca texto caixa com 12 unidades, cor amarela.	12,39	495,60
27	10	Caixa	Clips galvanizados 3/0 – 500g	7,16	71,60
28	20	Caixa	Clips galvanizados 4/0 – 500g	7,16	143,20
29	15	Caixa	Clips galvanizados 8/0 – 500g	7,16	107,40
30	50	Tubo	Cola branca líquida 40g	0,54	27,00
31	50	Tubo	Cola branca líquida 90g	1,04	52,00
32	50	Tubo	Cola em bastão 40g	8,99	449,50
33	30	Tubo	Cola em bastão 10g	1,09	32,70
34	10	Caixa	Colchete latonado nº 8 - Caixa Com 72 Unidades	4,49	44,90
35	15	Bloco	Cópia de cheque azul, bloco com 50 fls	3,36	50,40
36	100	Unidade	Corretivo em fita, fabricação nacional, 5mm x 6m.	6,60	660,00
38	500	Unidade	Envelope ofício branco 11 x 23	0,10	50,00
43	200	Unidade	Espiral 12 mm	0,10	20,00
45	300	Unidade	Espiral 17mm	0,12	36,00
47	200	Unidade	Espiral 50mm	1,44	288,00
53	50	Unidade	Fita duxex 12mm x 50m	0,79	39,50
55	5	Unidade	Fita para impressora Epson FX 880.	12,17	60,85
60	20	Caixa	Grampo para grampeador 23/10. Caixa com 1000 grampos.	3,45	69,00
62	50	Caixa	Grampo para grampeador 26/6. Caixa com 5000 grampos cobreados.	2,64	132,00
63	100	Embalagem	Grampo trilho plástico branco 80mm para 200 fls, 75gr, com 50 unidades.	7,79	779,00
64	10	Embalagem	Grampo trilho plástico estendido branco para 600 fls, 75gr, com 50 unidades.	12,89	128,90
66	10	Unidade	Livro Ata capa Dura 100 fls paginadas	12,99	129,90

67	10	Unidade	Livro Ata capa Dura 200 fls paginadas	11,89	118,90
69	3	Rolo	Papel contact 45cm x 25 m	32,99	98,97
70	10	Caixa	Papel granito 180g/m², cor verde claro. Caixa com 50 unidades.	15,72	157,20
72	5	Caixa	Papel vergê 180g/m², cor branco. Caixa com 50 unidades.	7,69	38,45
73	3	Caixa	Papel vergê 180g/m², cor salmão. Caixa com 50 unidades.	7,69	23,07
74	25	Unidade	Pasta aba elástico PP (Polipropileno), ofício, transparente, com dorso de 40mm.	2,19	54,75
75	50	Unidade	Pasta AZ lombo estreito ofício c/ ferragens resistentes, montada, 1ª linha. Cor azul ou preta.	5,72	286,00
76	150	Unidade	Pasta AZ lombo largo ofício c/ ferragens resistentes, montada, 1ª linha. Cor azul ou preta.	5,77	865,50
77	10	Caixa	Pasta suspensa marmorizada plastificada. Com 1 visor, etiqueta branca, 4 ponteiros plásticos fincados com ilhós, 1 grampo plástico. Caixa com 25 unidades.	76,2	762,00
78	5	Unidade	Perfurador de papel, 2 furos, em metal, para até 50 folhas.	50,00	250,00
79	20	Unidade	Perfurador de papel, 2 furos, em metal, para até 25 folhas.	23,99	479,80
80	50	Unidade	Pilha alcalina, tamanho AA.	2,00	100,00
81	30	Unidade	Pincel atômico azul 850, ponta redonda.	2,00	60,00
82	30	Unidade	Pincel atômico preto 850, ponta redonda.	2,00	60,00
83	30	Unidade	Pincel atômico vermelho 850, ponta redonda.	2,00	60,00
86	15	Bloco	Recibo simples com 50 fls.	0,89	13,35
87	80	Unidade	Régua plástica, 30 cm transparente	0,35	28,00
88	10	Unidade	Tesoura, cabo de polipropileno; lâmina em aço inoxidável (resistente a corrosão, ferrugem e cola); dimensão da lâmina: 12cm, aproximadamente; dimensão total: 21cm; corte preciso.	3,79	37,90
89	10	Unidade	Tinta para carimbo azul 40 ml	1,57	15,70
90	10	Unidade	Tinta para carimbo preta 40 ml	1,57	15,70
91	10	Unidade	Tinta para carimbo vermelha 40 ml	1,57	15,70
VALOR TOTAL				R\$ 10.865,43	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

M MOBILE EIRELI - EPP
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezenove dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material de expediente para diversos órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE e a empresa DAGEAL - COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA, CNPJ: 07.245.458/0001-50, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 20/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
15	30	Unidade	Caneta para retro projetor, várias cores.	1,20	36,00
16	250	Unidade	Capa PVC encadernação tamanho A4, preta (fundo).	0,20	50,00
17	250	Unidade	Capa PVC encadernação tamanho A4, transparente.	0,22	55,00
18	5	Caixa	Carbono filme, tamanho 21x29,7cm (preto), com 100 folhas.	59,20	296,00
37	25	Unidade	Corretivo líquido, da indústria nacional, frasco com 18 ml.	0,84	21,00
39	100	Unidade	Envelope saco branco 16 x 23	0,12	12,00
40	200	Unidade	Envelope saco branco 24 x 34	0,22	44,00
41	200	Unidade	Envelope saco Kraft 17 x 25	0,99	198,00
42	100	Unidade	Envelope saco Kraft 24 x 34	0,15	15,00
44	100	Unidade	Espiral 14 mm	0,14	14,00
46	200	Unidade	Espiral 33mm	0,60	120,00
48	5	Caixa	Etiqueta ink - jet / laser Carta 25,4mm x 101,6 mm – 6181. Caixa com 100 folhas.	25,00	125,00
49	20	Unidade	Extrator de grampo piranha	9,90	198,00
50	50	Unidade	Extrator de grampos, tipo espátula, em metal.	0,70	35,00
51	80	Unidade	Fita adesiva marrom de papel de 25mm x 50m, 1ª linha	4,00	320,00
52	100	Unidade	Fita Crepe 16mm x 50m	2,30	230,00
54	20	Unidade	Fita durex 45mm x 50m	2,50	50,00

56	10	Pacote	Folha em EVA 600x400x2mm. Cores sortidas. Pacote com 10 unidades.	12,30	123,00
57	15	Unidade	Grampeador metálico grande, capacidade 200 grampos 26/6, dimensões 55mm x 60mm x 200mm.	13,90	208,50
58	15	Unidade	Grampeador metálico médio, capacidade 100 grampos 26/6, dimensões 40mm x 60mm x 140mm.	8,60	129,00
59	5	Pacote	Grampo "U" em alumínio para arquivo morto. Pacote com 50 unidades.	19,00	95,00
61	10	Caixa	Grampo para grampeador 23/13. Caixa com 1000 grampos.	3,50	35,00
65	10	Unidade	Lápis borracha	9,90	99,00
68	30	Unidade	Molha dedo 12g	1,40	42,00
84	15	Unidade	Porta canetas em acrílico, 9cm de altura.	3,60	54,00
85	15	Unidade	Porta clips com imã	5,00	75,00
VALOR TOTAL				R\$ 2.679,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DAGEAL - COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezenove dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material de expediente para diversos órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DANNA COMERCIAL EIRELI - ME, CNPJ: 13.550.358/0001-30, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 20/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
71	1000	Resma	Papel multiuso branco A4 210x297 mm, 75g/m, com 500 folhas.	12,55	12.550,00
VALOR TOTAL				R\$ 12.550,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

DANNA COMERCIAL EIRELI - ME
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezenove dias do mês de março de 2015, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de material de expediente para diversos órgãos e unidades da administração municipal, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa LEXBEMARK COMÉRCIO LTDA - EPP, CNPJ: 03.328.413/0001-98, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 20/2015, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
19	5	Unidade	Cartucho de tinta para impressora Epson XP-214. Cor: AMARELO.	20,77	103,85
20	5	Unidade	Cartucho de tinta para impressora Epson XP-214. Cor: CIANO.	20,75	103,75
21	5	Unidade	Cartucho de tinta para impressora Epson XP-214. Cor: MAGENTA.	22,78	113,90
22	5	Unidade	Cartucho de tinta para impressora Epson XP-214. Cor: PRETO.	22,78	113,90
23	5	Unidade	Cartucho de tinta para impressora HP Deskjet Ink Advantage 4615. Original, modelo XL. Cor: AMARELO.	49,20	246,00
24	5	Unidade	Cartucho de tinta para impressora HP Deskjet Ink Advantage 4615. Original, modelo XL. Cor: CIANO.	49,20	246,00
25	5	Unidade	Cartucho de tinta para impressora HP Deskjet Ink Advantage 4615. Original, modelo XL. Cor: MAGENTA.	49,20	246,00
26	5	Unidade	Cartucho de tinta para impressora HP Deskjet Ink Advantage 4615. Original, modelo XL. Cor: PRETO.	49,20	246,00
VALOR TOTAL				R\$ 1.419,40	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente

de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

LEXBEMARK COMÉRCIO LTDA - EPP
Representante legal

DECRETO Nº 8.925 DE 19 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.925 DE 19 DE MARÇO DE 2015

AUTORIZAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DIRIGIR VEÍCULO DA FROTA DO PODER EXECUTIVO EM CASO DE NECESSIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Fica autorizada a Servidora Pública Municipal ALESSANDRA GODINHO VALENTIM, Matrícula Funcional nº 000630, Registro no Sistema sob nº 955057, ocupante do cargo Público e exercendo a função de Nutricionista, para dirigir de forma eventual, o veículo da Frota Pública Municipal, descrito no Parágrafo 1º deste Artigo.

§1º - Veículo Marca Peugeot, Modelo Partner Placa MKH-6360, Registrado no Patrimônio sob nº 29999, veículo da Frota do Poder Executivo Municipal.

§2º - O veículo mencionado no parágrafo 1º poderá ser utilizado pela Servidora Pública Municipal autorizada, em casos de necessidade quando não houver Servidor Público Municipal no cargo público exercendo a Função de Motorista, e que esteja disponível para dirigi-lo;

§3º - A Servidora Pública Municipal mencionada no caput deste Artigo, somente poderá dirigir o veículo da Frota Pública Municipal, descrito no Parágrafo 1º deste Decreto, se estiver devidamente habilitada pelo Órgão Estadual de Trânsito.

Art.2º) Em caso de justificada necessidade, a Secretária Municipal de Educação poderá autorizar outros servidores a dirigirem o veículo da Frota Pública Municipal, descrito no Parágrafo 1º deste Decreto, observadas as condições impostas pelos Parágrafos 2º e 3º deste Decreto.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de Março de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.926 DE 19 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.926 DE 19 DE MARÇO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta: Art.1º) Abre crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo.	
20.606.0083.1.010 -	Festa Estadual da Ovelha.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339039.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 2.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo.	
20.606.0083.1.010 -	Festa Estadual da Ovelha.	
300000.00.136 -	Despesas Correntes	
330000.00.136 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.136 -	Aplicações Diretas	
339030.00.136 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00
339036.00.136 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 800,00
339047.00.136 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 200,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
19 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2015

Objeto: Fornecimento de 1.384 toneladas de calcário dolomítico a granel, tipo C, PRNT igual ou superior a 75,2%, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o Processo Licitatório nº 19/2015, modalidade Pregão Presencial.

Dotação orçamentária: Entidade: 1 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 7.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Unidade: 7.01 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente Função : 20 - Agricultura; Subfunção: 606 - Extensão Rural; Programa: 28 - Agregação de Renda ao Produtor Rural; Projeto: 1.039 - Distribuição de Calcário; Elemento de Despesa: 3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita.

Vigência: 12/03/2015 a 31/12/2015.

Do valor total: R\$ 39.997,60 (trinta e nove mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).

Contratada: LUCIO RASERA JUNIOR EIRELI - ME

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

LEI Nº 4.273 DE 17 DE MARÇO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.273 DE 17 DE MARÇO DE 2015

"AUTORIZA CONCEDER CONTRIBUIÇÃO ÀS ENTIDADES DESCRITAS NOS INCISOS DO ARTIGO 1º DESTA LEI E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Contribuição as seguintes Entidades abaixo descritas, estabelecidas no Município de Campo Alegre/SC:

I - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE BATEIAS DE CIMA, R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais);

II - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE CAMPINAS, R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais);

III - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SALTINHO, R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais);

IV - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE SALTO, R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais);

V - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE TIJUCUME, R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais);

VI - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LOCALIDADE DE CORREDEIRAS, R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais);

VII - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA LOCALIDADE DE CUBATÃO, R\$ 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

§ 1º - Os valores descritos nos Incisos deste Artigo serão repassados em 05 (zero cinco) parcelas nos meses: Março, Maio, Julho, Setembro e Novembro do corrente ano.

§ 2º - Os recursos constantes no caput deste Artigo, deverão ser

aplicados pela respectiva Entidade em despesas com a Manutenção, Coordenação e Desenvolvimento de suas atividades Estatutárias, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado.

Art.2º) A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido de cada parcela, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC, conforme estabelece Decreto nº 8.620 de 21 de Outubro de 2014, que: ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

Art.3º) É obrigatório o Depósito dos Recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques nominais/cruzados e individuais por credor.

Parágrafo Único - Os recursos concedidos poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integram a respectiva prestação de contas.

Art.4º) O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos nesta Lei, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

Art.5º) O saldo não aplicado do Recurso previsto no Artigo 2º desta Lei, será obrigatoriamente devolvido a Tesouraria do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a prestação de contas.

Art.6º) São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido o Presidente e o Tesoureiro da Entidade.

Art.7º) A Prestação de Contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do repasse dos Recursos, instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão;
II	Cópia dos comprovantes das despesas realizadas;
III	Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
IV	Contratos, se houver;
V	Cópia das ordens bancárias, das transferências eletrônicas ou dos cheques emitidos;
VI	Demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nas contratações de serviços, especialmente os de assessoria e assistência, de consultoria, de capacitação e promoção de seminários e congêneres, indicando o profissional, sua qualificação, a data, o número de horas trabalhadas e o valor;
VII	Relatório de cumprimento do objeto/finalidade;
VIII	Relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos, se houver e indicação de sua localização;
IX	Relação dos serviços prestados se houver;
X	Relação dos treinados ou capacitados, se houver;
XI	Relação com o nome, número do CPF/MF, endereço e telefone dos beneficiados, em caso de doação;
XII	Fotografias dos bens permanentes adquiridos e das obras executadas se houver;
XIII	Comprovante de devolução dos bens remanescentes, conforme previsto no Termo de Convênio, se for o caso;
XIV	Manifestação do controle interno do conveniente quanto à regular aplicação dos recursos no objeto do Convênio; e
XV	Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver.

Parágrafo Único - A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis das respectivas Entidades.

Art.8º) Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas a partir do recebimento da primeira parcela do exercício de 2015.

Art.9º) As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: 02.01.2009.335041.00 - Contribuições, do Projeto

Atividades Subvenção a Entidades Educacionais e Assistências do Município, do Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC.

Art.10) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 17 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 20/03/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO ADITIVO Nº 002/2015

TERMO ADITIVO Nº 002/2015

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 057/2014 QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO CHRISTINA DE MEDEIROS.

CONTRATADO: Dr^a. CHRISTINA DE MEDEIROS, médica, portador do CPF/MF nº 065.039.489-56, residente e domiciliada a Rua Tenente Antônio João, nº 105, Bairro Bom Retiro, Joinville/SC.

OBJETO: Atender necessidade temporária de excepcional Interesse Público, prevista no Inciso VII do Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, até a contratação de servidor mediante Concurso Público Municipal. O objeto específico do presente contrato é o cumprimento das funções e atribuições do Cargo de Médico IV, constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02.

CLAUSULA PRIMEIRA: Prorroga Contrato Por Prazo Determinado.

PRAZO: Prorrogação: 19 de março de 2015

Término: 19 de maio de 2015

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas e disposições do Termo de Contrato permanecem inalteradas e em vigor.

Campo Alegre/SC, 19 de Março de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CHRISTINA DE MEDEIROS Contratada
--	-------------------------------------

Testemunhas:

1. _____

2. _____

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 02/2015 SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015.

O Município de Campos Novos através do Fundo Municipal de Assistência Social de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 02 de abril de 2015 às 16.00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO PARA OFICINA DE ESPORTES PARA ATUAR NO PROJETO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS SUPERVISIONADO PELA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL PARA O ANO DE 2015. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08:30 as 11:00 e das 13:30 às 18:30, diariamente.

Campos Novos, 19 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal.

AVISO DE PP Nº14/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº14/2015.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 06 de Março de 2015 às 14.00 HORAS, na sala de reuniões da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA O TERMINAL RODOVIÁRIO PEDRO IVO CAMPOS E DA CASA DO ARTESANATO E LIMPEZA DOS VIDROS DO TERMINAL RODOVIÁRIO E DO PRÉDIO DA PREFEITURA. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30 min às 11.00horas 13h30min às 17h00 horas, diariamente.

Campos Novos, 19 de Março de 2015.

Jairo Luft

Prefeito em exercício.

AVISO PP 15/2015 LEITE - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02/04/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE LEITE PARA DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES E FILHOS DE MÃES SORO POSITIVAS ATÉ SEIS MESES DE IDADE /PROGRAMA MUNICIPAL HIV/AIDS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS SC. O Edital que está amparado na

lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br, ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 20 de março de 2.015.

Nelson Luiz de Paula

Secretario Municipal de Saúde

EDITAL DE ALTERAÇÃO PERMANENTE DE CARGA HORÁRIA EDITAL 02/2013

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EDITAL Nº 02-2014 - SMEC

EDITAL DE RESULTADO FINAL RETIFICADO

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições, torna público a retificação do Resultado Final do Processo Seletivo constante do Edital 07/2013.

Art. 1º. Consta no ANEXO I o Resultado Final, por cargo, habilitados e não habilitados.

Art. 2º. Torna-se sem efeito o Edital anterior do Resultado Final, divulgado em 22/01/2014.

Art. 3º. Fica retificado e homologado o Resultado Final.

Art. 4º. Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural Público Municipal, no site www.camposnovos.sc.gov.br da Prefeitura Municipal e no site www.no-roesteconcursos.com.br.

Campos Novos, 31 de janeiro de 2014

Aprovo o presente Edital.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

Professor Artes - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo de Serviço	Nota Final	Classificação
000000000470	AIDA ZANOTTO ANTUNES	Prof. Artes	3,55	5,50	2,00	47,35	1
000000000474	CRISTIANE APARECIDA DA SILVA	Prof. Artes	5,00	2,00	2,00	47,00	2
000000000478	IVANIR DOS ANJOS TOLOMEOTTI	Prof. Artes	4,00	3,00	2,00	43,00	3
000000000472	ANA MARIA CAMARGO ZEN	Prof. Artes	4,50	3,00	0,00	40,50	4
000000000482	MARIVANA DOS SANTOS MELOTTI	Prof. Artes	4,70	2,00	0,00	38,90	5
000000000471	ALEXANDRA CANANI SILVA	Prof. Artes	3,90	3,00	0,00	36,30	6
000000000477	FABIOLA FERREIRA	Prof. Artes	4,20	1,00	0,00	32,40	7

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Artes - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo de Serviço	Nota Final	Classificação
000000000479	LETICIA MARTINS RIBEIRO	Prof. Artes	4,95	0,00	0,00	34,65	1
000000000473	CLAUDIA GIZELI ALVES FRANÇA	Prof. Artes	4,70	0,00	0,00	32,90	2
000000000475	ÉDINA CRISTINA DA SILVA	Prof. Artes	4,45	0,50	0,00	32,65	3
000000000483	PATRÍCIA FAVARETTO VARGAS	Prof. Artes	3,95	0,50	0,00	29,15	4
000000000480	LUCÉLIA REGIANE BETIOLO	Prof. Artes	3,65	0,50	0,00	27,05	5

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Ciências - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo de Serviço	Nota Final	Classificação
000000000462	DENIR BRANCALIONE	Prof. Ciências	5,50	5,50	2,00	61,00	1
000000000469	SINTHIA MARIA MECABO CORREA	Prof. Ciências	4,40	5,50	2,00	53,30	2
000000000468	MARIA ROZA BARBOZA MECABÔ	Prof. Ciências	5,00	5,50	0,00	51,50	3
000000000465	FRANCIELE GUZATTI	Prof. Ciências	3,90	5,50	0,00	43,80	4

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Ciências – NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo de Serviço	Nota Final	Classificação
000000000467	LARA CRISTINA BIOLCHI	Prof. Ciências	5,05	0,00	0,00	35,35	1
000000000466	GABRIELA BESSEGATO ARSEGO	Prof. Ciências	4,80	0,00	0,00	33,60	2

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor de Educ. Física Bacharelado - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo de Serviço	Nota Final	Classificação
000000000543	RISONI PEREIRA DIAS	Prof. Educ. Física - Bacharelado	4,50	5,50	2,00	54,00	1
000000000532	CLOVIS LUCAS FERREIRA DA SILVA	Prof. Educ. Física - Bacharelado	4,40	5,50	2,00	53,30	2
000000000538	FRANCIELLI DE OLIVEIRA KUNEN	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,85	5,50	2,00	49,45	3
000000000544	ROBSON ANDREY GRANEMANN	Prof. Educ. Física - Bacharelado	4,50	3,00	2,00	46,50	4
000000000533	ÉLISON ANTUNES KUNEN	Prof. Educ. Física - Bacharelado	5,00	3,00	0,00	44,00	5
000000000534	ELITON MARCIO ZANONI	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,95	3,00	2,00	42,65	6
000000000542	MARCELO HERMINIO LISTON	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,50	3,00	2,00	39,50	7
000000000527	ANDRÉ FILIPE SPADER	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,65	3,00	0,00	34,55	8
000000000525	ALICE XAVIER ALMEIDA	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,60	3,00	0,00	34,20	9

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor de Educ. Física Bacharelado - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000536	EMANUELY AP. LOPES DOS SANTOS	Prof. Educ. Física - Bacharelado	5,05	0,50	0,00	36,85	1
000000000528	ARTEMIO GREEF JÚNIOR	Prof. Educ. Física - Bacharelado	4,50	0,50	0,00	33,00	2
000000000545	VINICIUS LUIZ TOLEDO M. MACHADO	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,65	0,00	2,00	31,55	3
000000000529	CAMILA DE CÁSSIA G. CORDEIRO	Prof. Educ. Física - Bacharelado	4,25	0,50	0,00	31,25	4
000000000540	JOSEMAR MACIEL	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,90	0,00	0,00	27,30	5
000000000526	ANA CAROLINA RIBEIRO	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,60	0,50	0,00	26,70	6
000000000530	CARLOS LEONARDO G. GONÇALVES	Prof. Educ. Física - Bacharelado	3,70	0,00	0,00	25,90	7

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Educ. Física Docência - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000512	LILIANE STEFANES	Prof. Educ. Física - Docência	5,10	5,50	2,00	58,20	1
000000000498	CRISTIANE PELOZATO	Prof. Educ. Física - Docência	4,70	5,50	2,00	55,40	2
000000000511	LILIANE SCOLARO HENZ	Prof. Educ. Física - Docência	4,60	5,50	2,00	54,70	3
000000000522	SIMONE DA SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	4,55	5,50	2,00	54,35	4
000000000493	ANDREA APARECIDA RODRIGUES	Prof. Educ. Física - Docência	4,45	5,50	2,00	53,65	5
000000000513	LUCY MARA WOLFF	Prof. Educ. Física - Docência	4,15	5,50	2,00	51,55	6
000000000519	ROSELENE DALLAMICO GODEL	Prof. Educ. Física - Docência	4,10	5,50	2,00	51,20	7
000000000510	LEILA GOTTSSELIG	Prof. Educ. Física - Docência	4,00	5,50	2,00	50,50	8
000000000492	ANA MARIA A. F. FIRMINO	Prof. Educ. Física - Docência	3,90	5,50	2,00	49,80	9
000000000518	PATRICIA MARTINS ANTUNES	Prof. Educ. Física - Docência	3,85	5,50	2,00	49,45	10
000000000514	MATEUS SCORTEGAGNA	Prof. Educ. Física - Docência	4,65	3,00	2,00	47,55	11
000000000504	FÁBIA BIASUS COSTA	Prof. Educ. Física - Docência	4,20	5,50	0,00	45,90	12
000000000524	TATIANA SERPA CORREA BECKER	Prof. Educ. Física - Docência	4,40	3,00	2,00	45,80	13
000000000523	TANIA TORMEM	Prof. Educ. Física - Docência	4,20	3,00	2,00	44,40	14
000000000506	HELIA DE FATIMA PEREIRA DIAS	Prof. Educ. Física - Docência	5,05	3,00	0,00	44,35	15
000000000507	JACYKELLY DAMOCLYS GIACOMELI	Prof. Educ. Física - Docência	4,20	3,00	0,00	38,40	17
000000000521	SHEILA VARGAS REDANTE	Prof. Educ. Física - Docência	3,70	3,00	0,00	34,90	18
000000000502	EMELY DO AMARAL SCHMITZ	Prof. Educ. Física - Docência	3,70	3,00	0,00	34,90	19

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Educ. Física Docência - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000503	EVANDRO RAMOS DE MATOS	Prof. Educ. Física - Docência	5,05	0,50	2,00	42,85	1
000000000496	CARISE APARECIDA ALVES SOUZA	Prof. Educ. Física - Docência	4,75	0,00	0,00	33,25	2
000000000505	GELSON RIBEIRO DA SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	4,75	0,00	0,00	33,25	3
000000000501	DANIELA LAIS SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	4,45	0,00	0,00	31,15	4
000000000491	ALINE MARIA MATOS LAGO	Prof. Educ. Física - Docência	4,45	0,00	0,00	31,15	5
000000000520	SAMANTA SANTOS DA SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	4,30	0,00	0,00	30,10	6
000000000494	BRUNO RICARDO DOS SANTOS	Prof. Educ. Física - Docência	4,15	0,00	0,00	29,05	7
000000000517	NATÁLIA BITTENCOURT DA SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	4,15	0,00	0,00	29,05	8
000000000500	DANIEL DA SILVA	Prof. Educ. Física - Docência	3,90	0,00	0,00	27,30	9
000000000509	JOÃO ROBERTO DUTRA DUARTE	Prof. Educ. Física - Docência	3,85	0,00	0,00	26,95	10
000000000490	ALEF AMALCABURIO	Prof. Educ. Física - Docência	3,85	0,00	0,00	26,95	11
000000000495	CAMILA DAROS DALMOLIN	Prof. Educ. Física - Docência	3,65	0,00	0,00	25,55	12
000000000499	CRISTIANO FORTES	Prof. Educ. Física - Docência	3,60	0,00	0,00	25,20	13
000000000515	MATHEUS ANTONIO DEITOS	Prof. Educ. Física - Docência	3,55	0,00	0,00	24,85	14

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Educ. Infantil – HABILITADOS

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000292	THAIS APARECIDA BECKER	Prof. Educação Infantil	6,15	5,50	2,00	65,55	1
000000000112	GIOVANA MARILEA VARELA	Prof. Educação Infantil	5,90	5,50	2,00	63,80	2
000000000091	ELIZANDRA RIETTA MAIA	Prof. Educação Infantil	5,90	5,50	2,00	63,80	3
000000000286	SUZAMARA BRANCO MAXIMILIANO PERIN	Prof. Educação Infantil	5,85	5,50	2,00	63,45	4
000000000131	IVONETE FRANCONI	Prof. Educação Infantil	5,65	5,50	2,00	62,05	5
000000000081	ELIANE DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	5,60	5,50	2,00	61,70	6
000000000307	WALQUIRIA ZANON LUQUES LOPES	Prof. Educação Infantil	5,40	5,50	2,00	60,30	7
000000000052	CLAUDIA MÔNICA FORMIGHIERI	Prof. Educação Infantil	5,35	5,50	2,00	59,95	8
000000000306	VIVIANI VICENTE BERNABÉ	Prof. Educação Infantil	5,30	5,50	2,00	59,60	9
000000000074	EDILVANE PEREIRA DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	5,25	5,50	2,00	59,25	10
000000000222	NOELI TEREZINHA PADILHA	Prof. Educação Infantil	5,10	5,50	2,00	58,20	11
000000000071	DIREI TITON DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	5,10	5,50	2,00	58,20	12
000000000046	CARLA SOARES DE ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	5,05	5,50	2,00	57,85	13
000000000288	TANISMAR APARECIDA RIBAS	Prof. Educação Infantil	6,10	3,00	2,00	57,70	14
000000000230	PATRICIA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,95	5,50	2,00	57,15	15
000000000299	VANIA MARIA DE OLIVEIRA BECKER	Prof. Educação Infantil	5,80	5,50	0,00	57,10	16
000000000122	ILDA EVA CARDOSO DE OLIVEIRA CORDEIRO	Prof. Educação Infantil	4,75	5,50	2,00	55,75	17
000000000210	MARITÂNIA HELENA BRANDALISE DE DEUS	Prof. Educação Infantil	4,75	5,50	2,00	55,75	18
000000000169	LILIANE CRISTINA SUTIL	Prof. Educação Infantil	4,75	5,50	2,00	55,75	19
000000000146	JUCÉLIA DE FATIMA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	5,60	5,50	0,00	55,70	20
000000000277	SONIA APARECIDA COLOMBO BORTOLOSO	Prof. Educação Infantil	4,70	5,50	2,00	55,40	21
000000000026	ANDRÉIA APARECIDA BOM	Prof. Educação Infantil	4,70	5,50	2,00	55,40	22
000000000077	EDYNA ANTUNES PEREIRA ZOLDAN	Prof. Educação Infantil	4,70	5,50	2,00	55,40	23
000000000274	SOLANGE APARECIDA SOUZA ANDRADE	Prof. Educação Infantil	6,15	2,00	2,00	55,05	24
000000000180	LUCIANE REGINA JUNG MACHADO	Prof. Educação Infantil	4,60	5,50	2,00	54,70	25
000000000049	CLAUDETE AP. HEINZEN RECALCATTI	Prof. Educação Infantil	5,65	3,00	2,00	54,55	26
000000000302	VERA APARECIDA PEREIRA DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	4,55	5,50	2,00	54,35	27
000000000184	LUZIA DE MENECH	Prof. Educação Infantil	5,40	5,50	0,00	54,30	28
000000000198	MARIA ELSA GRACIETTI	Prof. Educação Infantil	4,50	5,50	2,00	54,00	29
000000000151	JULIANA DE OLIVEIRA MENA BARRETO	Prof. Educação Infantil	4,50	5,50	2,00	54,00	30
000000000290	TEREZINHA LURDES MAZZUCO MORO	Prof. Educação Infantil	5,35	5,50	0,00	53,95	31
000000000057	CRISLAINE DE OLIVEIRA DUARTE	Prof. Educação Infantil	4,45	5,50	2,00	53,65	32
000000000090	ELIZANDRA RAMOS MATOS	Prof. Educação Infantil	4,45	5,50	2,00	53,65	33
000000000154	JURANDINA MARIA MECABÔ	Prof. Educação Infantil	4,40	5,50	2,00	53,30	34
000000000176	LUCIANA TEREZINHA FLESCH NUNES	Prof. Educação Infantil	4,30	5,50	2,00	52,60	35
000000000269	SILVIA SIMA	Prof. Educação Infantil	6,20	1,00	2,00	52,40	36
000000000283	SONIA NARA APARECIDA CALGARO	Prof. Educação Infantil	4,25	5,50	2,00	52,25	37
000000000182	LUCIMARI APARECIDA VICENTE	Prof. Educação Infantil	4,25	5,50	2,00	52,25	38
000000000207	MARILSE ALVES FRANÇA	Prof. Educação Infantil	5,30	3,00	2,00	52,10	39
000000000167	LIDIANE APARECIDA SUTIL	Prof. Educação Infantil	5,30	3,00	2,00	52,10	40
000000000281	SÔNIA APARECIDA VARGAS DEJESUS	Prof. Educação Infantil	4,20	5,50	2,00	51,90	41
000000000181	LUCIMARA DE OLIVEIRA DE VILLA	Prof. Educação Infantil	4,20	5,50	2,00	51,90	42
000000000148	JULIA IZABEL V. C. MENEGAS	Prof. Educação Infantil	5,05	5,50	0,00	51,85	43
000000000168	LILIANE APARECIDA DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	6,10	1,00	2,00	51,70	44
000000000204	MARILENE TURELLA	Prof. Educação Infantil	4,15	5,50	2,00	51,55	45
000000000234	REGINA MARIA THIBES	Prof. Educação Infantil	4,15	5,50	2,00	51,55	46
000000000272	SOLANGE ALVES MACIEL	Prof. Educação Infantil	4,15	5,50	2,00	51,55	47
000000000086	ELISANGELA BERLANDA FAGUNDES	Prof. Educação Infantil	5,05	3,00	2,00	50,35	48

000000000015	AMOARA RUBIA DA ROSA	Prof. Educação Infantil	3,95	5,50	2,00	50,15	49
000000000276	SONIA DE FATIMA RIBEIRO DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	5,00	3,00	2,00	50,00	50
000000000251	ROSENIR DAS N. S. BRUGNERA	Prof. Educação Infantil	3,90	5,50	2,00	49,80	51
000000000133	IVONETE THEODORO DE ANHAYA	Prof. Educação Infantil	3,90	5,50	2,00	49,80	52
000000000149	JULIANA BORGES DE MATTOS	Prof. Educação Infantil	3,90	5,50	2,00	49,80	53
000000000186	MAISA APARECIDA PEIXOTO MENEGAS	Prof. Educação Infantil	3,85	5,50	2,00	49,45	54
000000000271	SIMONE DIAS DE OLIVEIRA DE MORAIS	Prof. Educação Infantil	3,85	5,50	2,00	49,45	55
000000000079	ELIANA DE MENECH	Prof. Educação Infantil	4,70	5,50	0,00	49,40	56
000000000245	ROSEÉLE ANGELICA DE QUADROS XAVIER	Prof. Educação Infantil	5,30	2,00	2,00	49,10	57
000000000278	SÔNIA APARECIDA DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	6,15	2,00	0,00	49,05	58
000000000068	DANIÉLLI SIQUEIRA BRANDÃO	Prof. Educação Infantil	4,85	3,00	2,00	48,95	59
000000000092	ELIZANGELA CAROLINE DE OLIVEIRA ZACARON	Prof. Educação Infantil	5,25	2,00	2,00	48,75	60
000000000060	CRISTINA AP. C. DE AVILA	Prof. Educação Infantil	4,80	3,00	2,00	48,60	61
000000000284	SULEICA BOEIRA DA ROSA ONEDA	Prof. Educação Infantil	3,70	5,50	2,00	48,40	62
000000000096	EVA LUCIANA DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	4,55	5,50	0,00	48,35	63
000000000080	ELIANA MAI	Prof. Educação Infantil	5,60	1,00	2,00	48,20	64
000000000123	ILDENEI BORGES	Prof. Educação Infantil	3,65	5,50	2,00	48,05	65
000000000244	ROSANI CARNIEL FRANÇA	Prof. Educação Infantil	4,70	3,00	2,00	47,90	66
000000000249	ROSELY DE FÁTIMA DONATTI STRADIOT-TI	Prof. Educação Infantil	3,60	5,50	2,00	47,70	67
000000000259	SANDRA APARECIDA LOPES MATOS	Prof. Educação Infantil	5,50	1,00	2,00	47,50	68
000000000038	ANNY C. DE SOUZA G. RAYSEL	Prof. Educação Infantil	5,50	3,00	0,00	47,50	69
000000000247	ROSELI BOEIRA DA R. T. DE CAMPOS	Prof. Educação Infantil	3,55	5,50	2,00	47,35	70
000000000258	SABRINA GOUVEIA RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	5,90	2,00	0,00	47,30	71
000000000140	JOSEANE T. DE MATOS REINALDO	Prof. Educação Infantil	5,00	2,00	2,00	47,00	72
000000000083	ELIS REGINA DE MATOS	Prof. Educação Infantil	5,35	3,00	0,00	46,45	73
000000000173	LOURDES DE FATIMA PICININ	Prof. Educação Infantil	5,35	3,00	0,00	46,45	74
000000000099	FÁTIMA MARIA LESSE GARCIA	Prof. Educação Infantil	4,45	3,00	2,00	46,15	75
000000000084	ELIS REGINA ZACARON	Prof. Educação Infantil	4,20	5,50	0,00	45,90	76
000000000062	DAIANE CRISTINA CESTONARO	Prof. Educação Infantil	5,25	3,00	0,00	45,75	77
000000000261	SANTA CATARINA ALVES DA COSTA	Prof. Educação Infantil	4,80	2,00	2,00	45,60	78
000000000054	CLEIDI DUARTE DE MATTIA	Prof. Educação Infantil	4,15	5,50	0,00	45,55	79
000000000135	JANETE DE FÁTIMA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	5,60	2,00	0,00	45,20	80
000000000216	MICHELLE MAZOCO MEDEIROS	Prof. Educação Infantil	4,25	3,00	2,00	44,75	81
000000000070	DINAMAR CARBONERA DO CARMO AN-TUNES	Prof. Educação Infantil	4,25	3,00	2,00	44,75	82
000000000160	KATIANE RODRIGUES DE ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	5,95	1,00	0,00	44,65	83
000000000007	ADRIANE RIETTA	Prof. Educação Infantil	4,20	3,00	2,00	44,40	84
000000000294	VALERIA DUTRA	Prof. Educação Infantil	5,05	1,00	2,00	44,35	85
000000000095	ELLEN MARIA C. B. PEICHO	Prof. Educação Infantil	5,05	3,00	0,00	44,35	86
000000000229	PATRICIA BALESTRIN	Prof. Educação Infantil	4,15	3,00	2,00	44,05	87
000000000260	SANDRA MARILETE FISCHER FLESCHE	Prof. Educação Infantil	5,00	3,00	0,00	44,00	88
000000000225	PÂMELA APARECIDA ALVES	Prof. Educação Infantil	5,85	1,00	0,00	43,95	89
000000000001	ADELITA TEREZINHA SERPA	Prof. Educação Infantil	5,40	2,00	0,00	43,80	90
000000000279	SONIA AP. GONÇALVES ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	3,80	5,50	0,00	43,10	91
000000000162	KELLY TAYNARA GIUSTI	Prof. Educação Infantil	5,70	1,00	0,00	42,90	92
000000000252	ROSMARI DOS SANTOS LORINI	Prof. Educação Infantil	3,95	3,00	2,00	42,65	93
000000000190	MARCIA APARECIDA REQUES SCOLARO	Prof. Educação Infantil	3,85	3,00	2,00	41,95	94
000000000018	ANA CAROLINA THIBES K. SPILMANN	Prof. Educação Infantil	3,85	3,00	2,00	41,95	95
000000000235	REJANE RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	5,55	1,00	0,00	41,85	96
000000000303	VIVIANE DE SOUZA GRAEFF	Prof. Educação Infantil	5,50	1,00	0,00	41,50	97
000000000022	ANA QUÉZIA SILVA DA ROSA RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	5,00	2,00	0,00	41,00	98
000000000064	DANIELA DA SILVA LESSE	Prof. Educação Infantil	5,40	1,00	0,00	40,80	99

000000000039	BRUNA PINHEIRO LOPES	Prof. Educação Infantil	5,35	1,00	0,00	40,45	100
000000000025	ANDRÉA CORRÊA LEMOS	Prof. Educação Infantil	3,60	3,00	2,00	40,20	101
000000000107	FRANCIÉLE DIONISIO	Prof. Educação Infantil	5,30	1,00	0,00	40,10	102
000000000295	VALQUIRIA TERESINHA BOEIRA DA ROSA	Prof. Educação Infantil	3,55	3,00	2,00	39,85	103
000000000128	IVANDIRA DE FATIMA LOPES DE SOUZA	Prof. Educação Infantil	3,95	2,00	2,00	39,65	104
000000000282	SÔNIA GORETI MARTINS	Prof. Educação Infantil	4,80	2,00	0,00	39,60	105
000000000006	ADRIANE MUTERLE DA LUZ	Prof. Educação Infantil	4,25	3,00	0,00	38,75	106
000000000088	ELISÂNGELA RAIZER MACULAN	Prof. Educação Infantil	5,10	1,00	0,00	38,70	107
000000000017	ANA CAROLINA PADILHA DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	5,05	1,00	0,00	38,35	108
000000000120	GRACILIANA CORDEIRO CORREIA	Prof. Educação Infantil	4,15	3,00	0,00	38,05	109
000000000268	SILVIA ANGELA BEVILAQUA LOPES	Prof. Educação Infantil	4,15	3,00	0,00	38,05	110
000000000237	RENATA DE LIMA	Prof. Educação Infantil	4,55	2,00	0,00	37,85	111
000000000033	ANDRESSA PIRES NOHATTO	Prof. Educação Infantil	4,90	1,00	0,00	37,30	112
000000000067	DANIELI ALVES	Prof. Educação Infantil	3,95	3,00	0,00	36,65	113
000000000043	CAMILA MACHADO LINS	Prof. Educação Infantil	3,95	3,00	0,00	36,65	114
000000000098	FÁTIMA DORVALINA HIMMER FERREIRA	Prof. Educação Infantil	3,95	1,00	2,00	36,65	115
000000000215	MICHELI DIONISIO	Prof. Educação Infantil	4,80	1,00	0,00	36,60	116
000000000157	KARINE VICENTE DANIELEWICZ	Prof. Educação Infantil	4,80	1,00	0,00	36,60	117
000000000132	IVONETE MACHADO VICENTE	Prof. Educação Infantil	3,90	3,00	0,00	36,30	118
000000000012	ALINE APARECIDA DE ALMEIDA PEREZ	Prof. Educação Infantil	3,90	3,00	0,00	36,30	119
000000000159	KARIZE VICENTE	Prof. Educação Infantil	4,75	1,00	0,00	36,25	120
000000000191	MARCIA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,70	1,00	0,00	35,90	121
000000000273	SOLANGE APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,55	1,00	0,00	34,85	122
000000000223	OLIVIA XAVIER BRAGHEROLLI	Prof. Educação Infantil	4,50	1,00	0,00	34,50	123
000000000029	ANDREIA HERCILIA GERHARDT DA ROSA	Prof. Educação Infantil	4,50	1,00	0,00	34,50	124
000000000030	ANDRÉIA PRATES PERTUSSATI	Prof. Educação Infantil	4,50	1,00	0,00	34,50	125
000000000045	CARLA ROBERTA DE JESUS VICENTE	Prof. Educação Infantil	4,50	1,00	0,00	34,50	126
000000000193	MARCIANA REGINA CEZAR GOMES	Prof. Educação Infantil	3,60	3,00	0,00	34,20	127
000000000082	ELIANE MARIA CRISTINA B. SANDRI	Prof. Educação Infantil	4,40	1,00	0,00	33,80	128
000000000227	PATRICIA ALVES	Prof. Educação Infantil	4,35	1,00	0,00	33,45	129
000000000094	ELIZETE SANTOS	Prof. Educação Infantil	3,85	2,00	0,00	32,95	130
000000000078	ELESANDRA SCUZIATTO ZINI	Prof. Educação Infantil	4,25	1,00	0,00	32,75	131
000000000242	ROSANGELA DAS GRAÇAS FERNANDES	Prof. Educação Infantil	4,20	1,00	0,00	32,40	132
000000000108	FRANCIÉLI CALAI	Prof. Educação Infantil	4,20	1,00	0,00	32,40	133
000000000047	CARLA TOLOMEOTTI DE MOURA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,20	1,00	0,00	32,40	134
000000000010	ALEXSSANDRA APARECIDA RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	4,20	1,00	0,00	32,40	135
000000000044	CAMILA NAZARIO CRUZ DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,20	1,00	0,00	32,40	136
000000000158	KARIZE FACIN MARCHEZAN	Prof. Educação Infantil	4,15	1,00	0,00	32,05	137
000000000211	MARIZETE DE FATIMA BECKER TOIGO	Prof. Educação Infantil	4,15	1,00	0,00	32,05	138
000000000263	SHERONLINE FERREIRA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,15	1,00	0,00	32,05	139
000000000103	FRANCELINA BERNADETE FRANÇA	Prof. Educação Infantil	4,00	1,00	0,00	31,00	140
000000000127	IVANA ZANIN HOLLEWEGER	Prof. Educação Infantil	3,95	1,00	0,00	30,65	141
000000000238	RITA DE CACIA PENAFORTE	Prof. Educação Infantil	3,85	1,00	0,00	29,95	142
000000000296	VANDERLÉIA APARECIDA GRASSMAM	Prof. Educação Infantil	3,65	1,00	0,00	28,55	143
000000000214	MAYLA PEREIRA DE OLIVEIRA	Prof. Educação Infantil	3,65	1,00	0,00	28,55	144
000000000200	MARIAH JULIA PINTO	Prof. Educação Infantil	3,65	1,00	0,00	28,55	145
000000000061	DAIANA APARECIDA DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	3,55	1,00	0,00	27,85	146

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Educ. Infantil - NÃO HABILITADOS							
Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000113	GISELE ALVES DE SOUZA	Prof. Educação Infantil	4,75	0,50	2,00	40,75	1
000000000185	MAIREAD CRISTINA DE JESUS PEREIRA	Prof. Educação Infantil	5,60	0,00	0,00	39,20	2
000000000124	ILIANE APARECIDA WOLKERT SPADER	Prof. Educação Infantil	5,60	0,00	0,00	39,20	3
000000000171	LILIANE DE ANDRADE RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	5,35	0,50	0,00	38,95	4
000000000085	ELISABETE APARECIDA PACHECO	Prof. Educação Infantil	5,30	0,50	0,00	38,60	5
000000000111	GABRIELI DORINI	Prof. Educação Infantil	5,40	0,00	0,00	37,80	6
000000000236	RENATA ALVES DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	5,10	0,50	0,00	37,20	7
000000000109	FRANCIELI MARIA SILVESTRINE Sá	Prof. Educação Infantil	5,30	0,00	0,00	37,10	8
000000000027	ANDREIA DE AZEREDO	Prof. Educação Infantil	5,30	0,00	0,00	37,10	9
000000000280	SONIA AP. G. THIBES	Prof. Educação Infantil	5,00	0,50	0,00	36,50	10
000000000208	MARINA SCHALY	Prof. Educação Infantil	5,00	0,50	0,00	36,50	11
000000000156	KARIN REGINA SCHALY	Prof. Educação Infantil	5,20	0,00	0,00	36,40	12
000000000196	MARIA DE FATIMA VARELLA	Prof. Educação Infantil	5,15	0,00	0,00	36,05	13
000000000177	LUCIANE MOREIRA ZANÃO	Prof. Educação Infantil	5,10	0,00	0,00	35,70	14
000000000293	VALÉRIA BELLOZUPKO	Prof. Educação Infantil	5,10	0,00	0,00	35,70	15
000000000051	CLÁUDIA ELIANE DE LIMA	Prof. Educação Infantil	5,05	0,00	0,00	35,35	16
000000000265	SILMARA DE FATIMA CARNIEL SILVEIRA	Prof. Educação Infantil	5,05	0,00	0,00	35,35	17
000000000089	ELIZANDRA DE OLIVEIRA FRANÇA	Prof. Educação Infantil	4,80	0,50	0,00	35,10	18
000000000143	JOSIANE TONHOLI	Prof. Educação Infantil	4,80	0,50	0,00	35,10	19
000000000032	ANDRESSA FÁTIMA BAGNARA	Prof. Educação Infantil	5,00	0,00	0,00	35,00	20
000000000226	PAMELA MORAIS R. DE FREITAS	Prof. Educação Infantil	5,00	0,00	0,00	35,00	21
000000000134	IZABEL CRISTINA PEREIRA MARTINS	Prof. Educação Infantil	4,75	0,50	0,00	34,75	22
000000000121	GRAZIELI APARECIDA C. C. MAI	Prof. Educação Infantil	4,75	0,50	0,00	34,75	23
000000000137	JAQUELINE SCHWANTES	Prof. Educação Infantil	4,70	0,50	0,00	34,40	24
000000000072	DIRLENE MARIA RECH TRAVERSINI	Prof. Educação Infantil	4,65	0,50	0,00	34,05	25
000000000264	SILMARA APARECIDA REDANTE	Prof. Educação Infantil	4,85	0,00	0,00	33,95	26
000000000188	MARCELA LUCIANA PEREIRA	Prof. Educação Infantil	4,80	0,00	0,00	33,60	27
000000000192	MARCIA DISSEGNA	Prof. Educação Infantil	4,55	0,50	0,00	33,35	28
000000000036	ANGELICA PRISCILA GERHARDT	Prof. Educação Infantil	4,75	0,00	0,00	33,25	29
000000000129	IVANI CRISTINA DE CAMPOS HAACK	Prof. Educação Infantil	4,75	0,00	0,00	33,25	30
000000000250	ROSENILDA DE ALMEIDA FOGAÇA	Prof. Educação Infantil	4,75	0,00	0,00	33,25	31
000000000058	CRISTIANE CORRÊIA GRACIETTI	Prof. Educação Infantil	4,50	0,50	0,00	33,00	32
000000000298	VANESSA DE MELO NUNES	Prof. Educação Infantil	4,70	0,00	0,00	32,90	33
000000000291	THAÍS ANGÉLICA MOREIRA	Prof. Educação Infantil	4,70	0,00	0,00	32,90	34
000000000093	ELIZANGELA GONÇALVES	Prof. Educação Infantil	4,45	0,50	0,00	32,65	35
000000000194	MARGARET APARECIDA MEIRA	Prof. Educação Infantil	4,40	0,50	0,00	32,30	36
000000000175	LUCIANA RIBEIRO LIMA	Prof. Educação Infantil	4,55	0,00	0,00	31,85	37
000000000059	CRISTINA ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	4,50	0,00	0,00	31,50	38
000000000066	DANIELE RIBEIRO SCOLARO	Prof. Educação Infantil	4,50	0,00	0,00	31,50	39
000000000289	TATIANI BACH DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,50	0,00	0,00	31,50	40
000000000301	VANUSA FATIMA FACIN CAMASSOLA	Prof. Educação Infantil	4,50	0,00	0,00	31,50	41
000000000275	SOLANGE DE F. ALVES F. DE LIMA	Prof. Educação Infantil	4,25	0,50	0,00	31,25	42
000000000065	DANIELE CAMILE PESSOLE SOUZA	Prof. Educação Infantil	4,25	0,50	0,00	31,25	43
000000000270	SIMARA ANTUNES GONÇALVES	Prof. Educação Infantil	4,45	0,00	0,00	31,15	44
000000000205	MARILIA DOMINGUES DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,45	0,00	0,00	31,15	45
000000000145	JUÇARA RECALCATTI DA SILVA	Prof. Educação Infantil	4,45	0,00	0,00	31,15	46
000000000152	JULIANA INÊS BET BOFF	Prof. Educação Infantil	4,20	0,50	0,00	30,90	47
000000000161	KELINE MARIA DE MATTOS VARELA	Prof. Educação Infantil	4,40	0,00	0,00	30,80	48
000000000028	ANDREIA DE FATIMA RIBEIRO ANTUNES	Prof. Educação Infantil	4,40	0,00	0,00	30,80	49
000000000233	REGIANE VARELA	Prof. Educação Infantil	4,10	0,50	0,00	30,20	50

000000000285	SUSANA RAMPON MASCARELLO	Prof. Educação Infantil	4,30	0,00	0,00	30,10	51
000000000197	MARIA DOS SANTOS	Prof. Educação Infantil	4,25	0,00	0,00	29,75	52
000000000266	SILVANA APARECIDA DE ARRUDA	Prof. Educação Infantil	4,25	0,00	0,00	29,75	53
000000000097	EVELIZE ADRIELI DE OLIVEIRA MACHADO	Prof. Educação Infantil	4,00	0,50	0,00	29,50	54
000000000262	SCHEILE DA COSTA RIETTA ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	4,20	0,00	0,00	29,40	55
000000000178	LUCIANE CRISTINA DA SILVA CALDEROLI	Prof. Educação Infantil	4,20	0,00	0,00	29,40	56
000000000300	VANICE SABEI CASSANIGA	Prof. Educação Infantil	4,15	0,00	0,00	29,05	57
000000000164	LEONICE PADILHA DA COSTA	Prof. Educação Infantil	4,15	0,00	0,00	29,05	58
000000000254	ROZE APARECIDA TEIXEIRA	Prof. Educação Infantil	4,15	0,00	0,00	29,05	59
000000000232	PRISCILLA STRAMOSK	Prof. Educação Infantil	3,90	0,50	0,00	28,80	60
000000000144	JOZIELE APARECIDA CARNEIRO	Prof. Educação Infantil	4,10	0,00	0,00	28,70	61
000000000203	MARILENE DE F. DE O. CEREGATTI	Prof. Educação Infantil	3,85	0,50	0,00	28,45	62
000000000100	FERNANDA BECKER	Prof. Educação Infantil	3,85	0,50	0,00	28,45	63
000000000073	EDILAINE ANTUNES GONÇALVES	Prof. Educação Infantil	4,05	0,00	0,00	28,35	64
000000000035	ANGÉLICA APARECIDA DA SILVA	Prof. Educação Infantil	3,80	0,50	0,00	28,10	65
000000000041	CALINCA PIERI	Prof. Educação Infantil	4,00	0,00	0,00	28,00	66
000000000209	MARINES APARECIDA MELLO	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	67
000000000115	GISÉLI RITA DE MORAIS	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	68
000000000110	FRANCIELLI JAQUELINE XAVIER	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	69
000000000239	ROSANA DE FÁTIMA BOM BERNABE	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	70
000000000056	CRISLAINE DE ALMEIDA	Prof. Educação Infantil	3,95	0,00	0,00	27,65	71
000000000002	ADRIANA ALBUQUERQUE	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	72
000000000142	JOSIANE I. COSTA DE LARA FERREIRA	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	73
000000000297	VANESA MACARIO DA ROCHA	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	74
000000000163	LEIDIANE AP CHUIQUER	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	75
000000000218	NATHÁLIA PIRES NOHATTO	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	76
000000000136	JAQUELINE SCHALY	Prof. Educação Infantil	3,90	0,00	0,00	27,30	77
000000000106	FRANCIELE CORREA MIGUEL	Prof. Educação Infantil	3,85	0,00	0,00	26,95	78
000000000040	BRUNA RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	3,85	0,00	0,00	26,95	79
000000000147	JUCELIA SPADER DE MATTOS	Prof. Educação Infantil	3,85	0,00	0,00	26,95	80
000000000199	MARIA GORETE LOPES CORDEIRO	Prof. Educação Infantil	3,85	0,00	0,00	26,95	81
000000000228	PATRICIA APARECIDA DOS SANTOS BOITA	Prof. Educação Infantil	3,85	0,00	0,00	26,95	82
000000000179	LUCIANE PINTO RIBEIRO	Prof. Educação Infantil	3,80	0,00	0,00	26,60	83
000000000217	MÍRIAM GONÇALVES DIAS	Prof. Educação Infantil	3,70	0,00	0,00	25,90	84
000000000231	PATRICIA JULIANA FRANÇA BLEICHWEL	Prof. Educação Infantil	3,65	0,00	0,00	25,55	85
000000000590	LUCIANA DE OLIVEIRA MOREIRA	Prof. Educação Infantil	3,65	0,00	0,00	25,55	86
000000000024	ANDRÉ SANTOS MICHELON	Prof. Educação Infantil	3,65	0,00	0,00	25,55	87
000000000130	IVETE APARECIDA DA CRUZ SILVA	Prof. Educação Infantil	3,65	0,00	0,00	25,55	88
000000000087	ELISANGELA DE SOUZA M. DA SILVA	Prof. Educação Infantil	3,65	0,00	0,00	25,55	89
000000000101	FERNANDA BUENO	Prof. Educação Infantil	3,60	0,00	0,00	25,20	90
000000000102	FLAVIA CRISTIANE FRANÇA	Prof. Educação Infantil	3,55	0,00	0,00	24,85	91

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Espanhol - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000489	SIVLENI MARIA FORNARA LEMOS	Prof. Espanhol	4,50	3,00	2,00	46,50	1

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Geografia - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000455	LUIS CLAUDIO VIDAL	Prof. Geografia	6,20	5,50	2,00	65,90	1
000000000458	MARINÊS CECHIN ROTINI	Prof. Geografia	5,90	5,50	2,00	63,80	2

000000000449	EDNA L. DA SILVA JORRA	Prof. Geografia	5,35	5,50	2,00	59,95	3
000000000453	JOCEMARA APARECIDA RIBAS	Prof. Geografia	5,60	3,00	2,00	54,20	4
000000000448	CLÁUDIA BARBOSA	Prof. Geografia	5,35	5,50	0,00	53,95	5
000000000450	GORETE TEREZINHA LINS	Prof. Geografia	4,45	5,50	2,00	53,65	6
000000000456	MARILISA GANZALA	Prof. Geografia	5,25	5,50	0,00	53,25	7
000000000457	MARILU LEMOS DOS SANTOS CALGARO	Prof. Geografia	4,15	5,50	2,00	51,55	8
000000000454	JOILSON DE GIACOMETTI	Prof. Geografia	5,00	3,00	0,00	44,00	9
000000000451	JANETE DA SILVA LESSE AMORIM	Prof. Geografia	4,75	3,00	0,00	42,25	10
000000000459	SONIA APARECIDA TESSER QUIBEM	Prof. Geografia	3,60	3,00	2,00	40,20	11
000000000447	ANADIR ANTUNES DE SA	Prof. Geografia	3,55	3,00	0,00	33,85	12

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Geografia - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000446	ANA PAULA PEREIRA	Prof. Geografia	5,80	0,00	0,00	40,60	1

Professor História - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000444	VALDERI MIORELLI DISSEGNA	Prof. História	5,00	5,50	2,00	57,50	1
000000000439	MARIA LORENA DO NASCIMENTO DA SILVA	Prof. História	5,85	5,50	0,00	57,45	2
000000000440	MARINES VARELA DA SILVA ROSA	Prof. História	4,70	5,50	2,00	55,40	3
000000000434	GRAZIELE DE FATIMA ZANCHETT	Prof. História	4,25	5,50	2,00	52,25	4
000000000433	DARLEI PELENTIR	Prof. História	4,70	3,00	2,00	47,90	5
000000000442	THIAGO BROLEZZI	Prof. História	5,00	3,00	0,00	44,00	6

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor História - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000432	ANGELA MARIA LAGO	Prof. História	4,25	0,00	0,00	29,75	1
000000000443	TIAGO CARVALHO MENEGAZ	Prof. História	4,15	0,00	0,00	29,05	2
000000000435	IVO CESAR SILVEIRA	Prof. História	4,00	0,00	0,00	28,00	3
000000000445	VANESSA FERREIRA REBOUCAS	Prof. História	3,95	0,00	0,00	27,65	4
000000000437	JOSÉ ROBERTO DA ROSA	Prof. História	3,65	0,00	0,00	25,55	5
000000000441	TAILA APARECIDA RECALCATTI	Prof. História	3,65	0,00	0,00	25,55	6

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Inglês - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000484	ELIZE APARECIDA DE LIMA	Prof. Inglês	5,25	5,50	2,00	59,25	1
000000000486	MARISOL BEATRIZ ALVES	Prof. Inglês	4,25	3,00	2,00	44,75	2
000000000488	SUELI MARIA REDANTE	Prof. Inglês	4,35	3,00	0,00	39,45	3

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Matemática - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000422	JOELMA KOMINKIEWICZ SCOLARO	Prof. Matemática	5,25	5,50	2,00	59,25	1
000000000413	ALBERTINA RICHARTZ ROSA	Prof. Matemática	5,05	5,50	2,00	57,85	2
000000000425	LUCIANA APARECIDA MEDEIROS	Prof. Matemática	4,70	5,50	2,00	55,40	3
000000000415	ALINI GUARDA	Prof. Matemática	5,70	3,00	2,00	54,90	4
000000000429	VANESSA BARROS BORTOLINI	Prof. Matemática	5,55	3,00	2,00	53,85	5

000000000426	MARCELA TEREZINHA BITTENCOURT	Prof. Matemática	4,15	5,50	2,00	51,55	6
000000000424	JULIANA NUNES	Prof. Matemática	5,05	3,00	2,00	50,35	7
000000000421	GELSON LUIS MELLEGARI DOS SANTOS	Prof. Matemática	4,50	5,50	0,00	48,00	8
000000000428	ONELIA DE MATHIA PADILHA	Prof. Matemática	4,30	5,50	0,00	46,60	9
000000000416	ANGELITA APARECIDA PEREIRA	Prof. Matemática	3,70	3,00	2,00	40,90	10
000000000420	FRANCIÉLI RODRIGUES DA ROSA MACHADO	Prof. Matemática	4,55	3,00	0,00	40,85	11
000000000427	MONAISE FATIMA CESA CRIVELATTI	Prof. Matemática	4,45	3,00	0,00	40,15	12

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Matemática - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000419	ELIZANDRA FATIMA MACHAJEWSKI	Prof. Matemática	5,90	0,00	0,00	41,30	1
000000000417	CONCEIÇÃO SILMARA RIBEIRO BECKER	Prof. Matemática	4,75	0,00	2,00	39,25	2
000000000423	JOICE APARECIDA MENDES	Prof. Matemática	5,25	0,00	0,00	36,75	3
000000000430	WILLYAN CARLOS MELOTTI	Prof. Matemática	4,95	0,00	0,00	34,65	4

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Português - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000404	JOSIELI PACECKA KUNRATH	Prof. Português	5,85	3,00	2,00	55,95	1
000000000405	MARA SIMONE XAVIER ALVES DA ROSA	Prof. Português	4,20	5,50	2,00	51,90	2
000000000409	SUELI DE GODOI	Prof. Português	6,10	3,00	0,00	51,70	3
000000000402	GLÓRIA CAROLINE NERI MANTOVANI	Prof. Português	5,65	3,00	0,00	48,55	4
000000000406	MÁRCIO FELIPE PADILHA	Prof. Português	5,25	3,00	0,00	45,75	5
000000000397	ALESSANDRA CAMILA MAI	Prof. Português	4,20	3,00	2,00	44,40	6
000000000403	IZABETI TEREZINHA BONATO	Prof. Português	4,95	3,00	0,00	43,65	7
000000000411	VANESSA SCHNEIDER	Prof. Português	4,85	3,00	0,00	42,95	8
000000000398	CAROLINE FAGUNDES	Prof. Português	3,80	3,00	0,00	35,60	9
000000000400	GENY CAROLINA BROCARDI KÖRNER	Prof. Português	3,60	3,00	0,00	34,20	10
000000000396	ALESSANDRA BERTAIOLI	Prof. Português	3,60	3,00	0,00	34,20	11

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Professor Português - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000401	GISELE MORESCO DOS SANTOS	Prof. Português	5,35	0,50	0,00	38,95	1
000000000399	EDSON BATISTA PEGORARO	Prof. Português	5,30	0,00	0,00	37,10	2
000000000410	TÁLICE APARECIDA CAMASSOLA CRIVELATTI	Prof. Português	4,50	0,50	0,00	33,00	3
000000000412	VIRIDIANE LAÍS BETIOLLO	Prof. Português	3,90	0,00	0,00	27,30	4

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI Corredeira - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000566	LUCIMAR DOS SANTOS MORAES	Prof. Séries Iniciais - EI Corredeira	4,30	2,00	2,00	42,10	1
000000000567	TAIS ANGELA PINHEIRO MACHADO	Prof. Séries Iniciais - EI Corredeira	4,80	1,00	0,00	36,60	2

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI Corredeira - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000565	JESSICA KERVALD DA SILVA	Prof. Séries Iniciais - EI Corredeira	3,55	0,00	0,00	24,85	1

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI Encruzilhada - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000580	ALMERINDA A. DE O. KORB	Prof. Séries Iniciais - EI Encruzilhada	4,50	5,50	2,00	54,00	1
000000000579	ALDETE DA SILVA S. TONIELLO	Prof. Séries Iniciais - EI Encruzilhada	3,90	1,00	0,00	30,30	2

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI Pe. Jósimo M. Tavares - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000569	MARILUCI RAMOS	Prof. Séries Iniciais - EI Pe. Jósimo M. Tavares	5,75	3,00	2,00	55,25	1

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI Pinhal Preto - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000568	INDIAMARA CRISTINA ROSSETTO	Prof. Séries Iniciais - EI Pinhal Preto	3,90	1,00	0,00	30,30	1

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries I. - EI Profa. Andréia Durigon - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000570	CLAUDIANA S. DA SILVA	Prof. Séries I. - EI Profa. Andréia Durigon	3,55	3,00	2,00	39,85	1
000000000571	LUCIANA A. DA SILVA	Prof. Séries I. - EI Profa. Andréia Durigon	4,75	1,00	0,00	36,25	2

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries I. - EI Profa. Lides T. D.Titon - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000572	SILUI MARIA S. ROSSETTO	Prof. Séries I. - EI Profa. Lides T. D.Titon	3,90	5,50	2,00	49,80	1

Prof. Séries Iniciais - EI São João dos Campos Novas - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000575	MARINALVA DA C. SILVA	Prof. S. I. - EI São João dos Campos Novas	4,20	0,50	2,00	36,90	1

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - EI São Simão Panho - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000576	IVANIA AP.DE O. STEFANES	Prof. Séries Iniciais - EI São Simão Panho	4,45	5,50	2,00	53,65	1
000000000578	MARILEIA GI. M. FAGUNDES	Prof. Séries Iniciais - EI São Simão Panho	3,70	5,50	2,00	48,40	2
000000000577	JOSSILENY G. STEFANES	Prof. Séries Iniciais - EI São Simão Panho	4,50	3,00	0,00	40,50	3

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - HABILITADOS

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000318	CANDIDA APARECIDA DA ROSA SERPA	Prof. Séries Iniciais	5,30	5,50	2,00	59,60	1
000000000353	LAUDICÉIA BERNARDI	Prof. Séries Iniciais	5,30	5,50	2,00	59,60	2
000000000363	MARIA MAFALDA CASSANIGA	Prof. Séries Iniciais	5,00	5,50	2,00	57,50	3
000000000372	PATRICIA TOMAZONI PELENTIR	Prof. Séries Iniciais	4,75	5,50	2,00	55,75	4
000000000373	QUELIN SOARES BORGES	Prof. Séries Iniciais	4,75	5,50	2,00	55,75	5
000000000320	CARMELINA DE FÁTIMA WILPERT MOCELIN	Prof. Séries Iniciais	4,65	5,50	2,00	55,05	6
000000000316	ANDREIA HILDEBRANDO DOS SANTOS SALMÓRIA	Prof. Séries Iniciais	3,95	7,00	2,00	54,65	7
000000000329	ELENICE APARECIDA MERFORT	Prof. Séries Iniciais	5,60	3,00	2,00	54,20	8
000000000339	FABIANA DE FÁTIMA ROSSA	Prof. Séries Iniciais	4,50	5,50	2,00	54,00	9
000000000312	ANA ELOI SOBIECZIAK DE OLIVEIRA	Prof. Séries Iniciais	4,40	5,50	2,00	53,30	10
000000000394	VILMAIR FLÔRES JUNHO	Prof. Séries Iniciais	4,35	5,50	2,00	52,95	11
000000000323	CÉLIA CORREA	Prof. Séries Iniciais	4,20	5,50	2,00	51,90	12
000000000336	ELIANI APARECIDA CORREIA CARMINATI	Prof. Séries Iniciais	4,15	5,50	2,00	51,55	13
000000000360	MARIA CLAUDIA SOARES ROSSI	Prof. Séries Iniciais	4,15	5,50	2,00	51,55	14
000000000355	LETÍCIA SABEI DE ALMEIDA	Prof. Séries Iniciais	5,00	5,50	0,00	51,50	15
000000000376	RITA DE CASSIA ZANCHET DALPIVA	Prof. Séries Iniciais	3,90	5,50	2,00	49,80	16
000000000386	SULANDRA APARECIDA PEREIRA	Prof. Séries Iniciais	3,80	5,50	2,00	49,10	17
000000000337	ELIZETE APARECIDA DA SILVA FIGUEIREDO	Prof. Séries Iniciais	4,80	3,00	2,00	48,60	18
000000000309	ALESSANDRA DE LIMA	Prof. Séries Iniciais	4,75	3,00	2,00	48,25	19
000000000358	LUCIANA TOLOMEOTE ROSSI	Prof. Séries Iniciais	3,55	5,50	2,00	47,35	20
000000000354	LENICE STEFANES	Prof. Séries Iniciais	4,50	3,00	2,00	46,50	21
000000000352	KAMILA XAVIER	Prof. Séries Iniciais	4,45	3,00	2,00	46,15	22
000000000313	ANA PAULA BOSI BERTELLI	Prof. Séries Iniciais	5,25	3,00	0,00	45,75	23
000000000391	VANDERLEIA APARECIDA DE CAMPOS	Prof. Séries Iniciais	4,00	5,50	0,00	44,50	24
000000000356	LUCIA DE FATIMA DA SILVA	Prof. Séries Iniciais	3,90	5,50	0,00	43,80	25
000000000346	JACIRA PEREIRA DE JESUS	Prof. Séries Iniciais	4,95	3,00	0,00	43,65	26
000000000377	ROMILDA SALETE SPIASSI ZOTTI	Prof. Séries Iniciais	3,85	5,50	0,00	43,45	27
000000000345	IVONETE TEREZINHA DEBASTIANI	Prof. Séries Iniciais	3,95	3,00	2,00	42,65	28
000000000378	ROSECLER SCHMITZ SERENA	Prof. Séries Iniciais	3,90	3,00	2,00	42,30	29
000000000322	CAROLINE PESSOLE SOUZA DA SILVA	Prof. Séries Iniciais	4,75	3,00	0,00	42,25	30
000000000393	VANIA CATARINA MEIRA DE CARVALHO	Prof. Séries Iniciais	3,80	3,00	2,00	41,60	31
000000000371	PATRICIA AVELINO MENDONÇA RAYSEL	Prof. Séries Iniciais	4,45	3,00	0,00	40,15	32
000000000368	MERY CRISTINA PINHEIRO PEIXOTO	Prof. Séries Iniciais	4,20	3,00	0,00	38,40	33
000000000310	ALINE ARAUJO DE MATOS	Prof. Séries Iniciais	5,00	1,00	0,00	38,00	34
000000000375	RITA DE CASSIA DOS PASSOS	Prof. Séries Iniciais	3,90	3,00	0,00	36,30	35
000000000379	ROSMARI BORGES COSTA	Prof. Séries Iniciais	3,85	3,00	0,00	35,95	36
000000000390	TAYNARA XAVIER ALVES DO AMARAL	Prof. Séries Iniciais	4,70	1,00	0,00	35,90	37
000000000351	JOSIANE M. R. FRANKE	Prof. Séries Iniciais	3,60	3,00	0,00	34,20	38
000000000327	DIANE MARCELA DA SILVA	Prof. Séries Iniciais	3,60	3,00	0,00	34,20	39
000000000365	MARILSE TEREZINHA DOS PASSOS	Prof. Séries Iniciais	4,40	1,00	0,00	33,80	40
000000000347	JAICIANE TELLES GOMES DA SILVA	Prof. Séries Iniciais	4,15	1,00	0,00	32,05	41
000000000332	ELIANE EDIMARA VIEIRA	Prof. Séries Iniciais	3,90	1,00	0,00	30,30	42
000000000384	SILVANA APARECIDA THIBES	Prof. Séries Iniciais	3,85	1,00	0,00	29,95	43

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Séries Iniciais - NÃO HABILITADOS

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação
000000000311	ANA BEVILAQUA	Prof. Séries Iniciais	5,25	0,00	2,00	42,75	1
000000000348	JANICE MURER BERNARDI	Prof. Séries Iniciais	5,85	0,00	0,00	40,95	2

000000000382	SANDRA FERREIRA	Prof. Séries Iniciais	4,80	0,50	0,00	35,10	3	
000000000385	SILVIO CESAR FERREIRA	Prof. Séries Iniciais	4,80	0,00	0,00	33,60	4	
000000000374	RAQUEL CAVALHERI	Prof. Séries Iniciais	4,75	0,00	0,00	33,25	5	
000000000326	DIANA MARINA DE SOUZA	Prof. Séries Iniciais	4,70	0,00	0,00	32,90	6	
000000000349	JOCEMARA DONIZETE RIBAS DA SILVA	Prof. Séries Iniciais	4,45	0,50	0,00	32,65	7	
000000000317	ANDRÉIA ZANOTTO FAGUNDES	Prof. Séries Iniciais	4,45	0,50	0,00	32,65	8	
000000000314	ANA PAULA GONÇALVES	Prof. Séries Iniciais	4,55	0,00	0,00	31,85	9	
000000000334	ELIANE MARIA CARPES	Prof. Séries Iniciais	4,50	0,00	0,00	31,50	10	
000000000319	CARINE APARECIDA DOS SANTOS STEFANES	Prof. Séries Iniciais	4,50	0,00	0,00	31,50	11	
000000000392	VANDRÉIA CARLA BASQUERA COLOMBO	Prof. Séries Iniciais	4,40	0,00	0,00	30,80	12	
000000000370	NEOCIMARA TALITA ROSALEN	Prof. Séries Iniciais	4,25	0,00	0,00	29,75	13	
000000000335	ELIANE TEREZINHA FIGUEIREDO	Prof. Séries Iniciais	4,15	0,00	0,00	29,05	14	
000000000357	LUCIANA APARECIDA WOLFF ROSSA	Prof. Séries Iniciais	4,10	0,00	0,00	28,70	15	
000000000362	MARIA HELENA LOPES	Prof. Séries Iniciais	4,00	0,00	0,00	28,00	16	
000000000328	EDI GRAFF	Prof. Séries Iniciais	3,85	0,00	0,00	26,95	17	
000000000321	CAROLINA APARECIDA FERREIRA	Prof. Séries Iniciais	3,85	0,00	0,00	26,95	18	
000000000367	MAYARA JUNHO DE QUADROS	Prof. Séries Iniciais	3,80	0,00	0,00	26,60	19	
000000000364	MARIA ROSANGELA MARQUES DE SOUZA	Prof. Séries Iniciais	3,65	0,00	0,00	25,55	20	
000000000325	DÁBILA CRISTINA DO AMARAL	Prof. Séries Iniciais	3,65	0,00	0,00	25,55	21	
000000000344	GREICIÉLI CRISTINE HANAUER	Prof. Séries Iniciais	3,65	0,00	0,00	25,55	22	
000000000383	SIBÉLI ANGELA BET	Prof. Séries Iniciais	3,65	0,00	0,00	25,55	23	
000000000387	TAIS LOPES RODRIGUES	Prof. Séries Iniciais	3,60	0,00	0,00	25,20	24	
000000000359	LUCINEIA MACHADO	Prof. Séries Iniciais	3,60	0,00	0,00	25,20	25	

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Educação Especial - HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação	
000000000555	HELIANE LEMOS DOS SANTOS BET	Prof. Educação Especial	5,30	5,5	2,0	59,6	1	
000000000560	MARIZETTE ANTUNES	Prof. Educação Especial	5,15	5,5	2,0	58,6	2	
000000000562	NELICE DA GRAÇA STEFANES	Prof. Educação Especial	4,55	5,5	2,0	54,4	3	
000000000553	FABIA MARTENDAL	Prof. Educação Especial	4,35	5,5	2,0	53,0	4	
000000000549	AMÉLIA TEREZINHA TORMEN TEIXEIRA	Prof. Educação Especial	3,95	5,5	2,0	50,2	5	
000000000557	LUCIANA APARECIDA PIZATTO DA CRUZ	Prof. Educação Especial	3,95	5,5	2,0	50,2	6	
000000000558	MARIA GORETI ALVES	Prof. Educação Especial	3,65	5,5	2,0	48,1	7	
000000000554	GIVANI DOS SANTOS	Prof. Educação Especial	3,60	5,5	2,0	47,7	8	
000000000547	ALDINEIA SALETE DE ALMEIDA	Prof. Educação Especial	4,20	3,0	2,0	44,4	9	

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

Prof. Educação Especial - NÃO HABILITADO

Inscrição	Nome	Cargo	Nota Objetiva	Nota Título Educação	Nota Tempo Serviço	Nota Final	Classificação	
000000000548	ALINE CRISTIANE VIEIRA	Prof. Educação Especial	5,00	0,0	0,0	35,0	1	
000000000550	ANITA CARLOS STEFANES	Prof. Educação Especial	4,25	0,0	0,0	29,8	2	
000000000552	ELDER LUIZ RUAS	Prof. Educação Especial	3,65	0,0	0,0	25,6	3	

Realização: Sociedade de Desenvolvimento Vale do Bandeirantes

PORTARIA 631/15

PORTARIA Nº631/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GELSON RIBEIRO DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, GELSON RIBEIRO DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 632/15

PORTARIA Nº632/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GIOVANA MARILEA VARELA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, GIOVANA MARILEA VARELA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 633/15

PORTARIA Nº633/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GISELE ALVES DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, GISELE ALVES DE SOUZA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos

estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 634/15

PORTARIA Nº634/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GORETE TEREZINHA LINS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, GORETE TEREZINHA LINS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 635/15

PORTARIA Nº635/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GRACILIANA CORDEIRO CORREIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, GRACILIANA CORDEIRO CORREIA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 636/15

PORTARIA Nº636/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ILDA EVA CARDOSO DE OLIVEIRA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ILDA EVA CARDOSO DE OLIVEIRA CORDEIRO para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 637/15

PORTARIA Nº 637/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ILIANE APARECIDA WOLKERT SPADER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ILIANE APARECIDA WOLKERT SPADER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 638/15

PORTARIA Nº638/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO INDIANARA CRISTINA ROSSETTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, INDIANARA CRISTINA ROSSETTO para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 639/15

PORTARIA Nº 639/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVANA PIOVESAN ZANIN HOLLEWEGER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, IVANA PIOVESAN ZANIN HOLLEWEGER para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 640/15

PORTARIA Nº641/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVANDIRA DE FATIMA LOPES DE SOUZA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, IVANDIRA DE FATIMA LOPES DE SOUZA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 641/15

PORTARIA Nº 641/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVANIA APARECIDA DE OLIVEIRA STEFANES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, IVANIA APARECIDA DE OLIVEIRA STEFANES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 642/15

PORTARIA Nº642/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVANIR DOS ANJOS TOLOMEOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, IVANIR DOS ANJOS TOLOMEOTTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 643/15

PORTARIA Nº643/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVONETE FRANCONI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, IVONETE FRANCONI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga

horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 644/15

PORTARIA Nº644/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVONETE MACHADO VICENTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, IVONETE MACHADO VICENTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 645/15

PORTARIA Nº645/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVONETE TEREZINHA DEBASTIANI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, IVONETE TEREZINHA DEBASTIANI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 646/15

PORTARIA Nº 646/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO IVONETE THEODORO DE ANHAYA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, IVONETE THEODORO DE ANHAYA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 648/15

PORTARIA Nº 648/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAICIANE TELLES GOMES DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JAICIANE TELLES GOMES DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 654/15

PORTARIA Nº 654/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JAQUELINE SCHWANTES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JAQUELINE SCHWANTES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma

carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 655/15

PORTARIA Nº 655/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOCEMARA APARECIDA RIBAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JOCEMARA APARECIDA RIBAS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 657/15

PORTARIA Nº 657/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSEANE MIRIAN FAGUNDES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JOSEANE MIRIAN FAGUNDES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de fevereiro de 2015.

COMUNIQUE - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA 661/15

PORTARIA Nº 661/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSSILENY GEDEL STEFANES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JOSSILENY GEDEL STEFANES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 663/15

PORTARIA Nº 663/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JUCELIA DE FATIMA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JUCELIA DE FATIMA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 664/15

PORTARIA Nº 664/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIA GRAZIELI SAURIN REDANTE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JULIA GRAZIELI SAURIN REDANTE para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe

uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 665/15

PORTARIA Nº 665/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIA IZABEL VALENTE CARVALHO MENEGAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JULIA IZABEL VALENTE CARVALHO MENEGAS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 666/15

PORTARIA Nº 666/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANA INES BET BOFF

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JULIANA INES BET BOFF para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 667/15

PORTARIA Nº 667/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JULIANA NUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, JULIANA NUNES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de fevereiro de 2015.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 858/15

PORTARIA Nº 858/15 de 11/03/2015

AUTORIZA SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII e IX da Lei Orgânica, e considerando que eventualmente, na falta ou impedimentos de motoristas, obedecidas as exigências de habilitação, verifica-se a obrigatoriedade de serem autorizados como condutores outros servidores municipais, na condução de veículo oficial,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor FLAVIO BITTENCOURT, portador da CNH nº 01962095228, categoria AC, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, do quadro de funcionários do Fundo Municipal de Saúde, a conduzir eventualmente veículos oficiais da frota da Prefeitura Municipal, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua expedição, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 11 de março de 2015

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 859/15

PORTARIA Nº 859/15 DE 12/03/2015

FAZ READAPTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO QUE MENCIONA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica e Constituição Federal;

Considerando o pedido da servidora e os laudos médicos emitidos pela Junta Médica do Município, onde se verifica que a servidora pública RITA DE CASSIA SILVESTREIN ZOLDAN está inapta para

exercer as funções de seu cargo, com restrições para atividades. Considerando as regras contidas no art. 25 do estatuto dos Servidores Públicos do Município (LC nº 03/00);

RESOLVE:

Art. 1º- Fica readaptada a servidora RITA DE CASSIA SILVESTREIN ZOLDAN no cargo de Professora, na Operacionalização dos Projetos no Grupo Escolar Municipal Deputado Waldemar Rupp.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de maio de 2014.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em 12 de Março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA 860/15

PORTARIA Nº 860/15 DE 16/03/15

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIZANGELA APARECIDA DELAVY MARQUES

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando que o funcionário efetivo ANA CAROLINA VIEL MATTE encontra-se afastado por LICENÇA MATERNIDADE.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário ELIZANGELA APARECIDA DELAVY MARQUES, para exercer o cargo de NUTRICIONISTA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 16 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

EXTRATOS CONTRATOS FEVEREIRO 2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: AMPLAS NET PROVEDOR DE INTERNET LTDA

CNPJ: 08.184.812/0001-46

Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 36/2013

Número do Processo: 80/2013

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 28/2015

Fundamento Legal:

Objeto: Mediante solicitação da Secretaria de Educação, o município resolve aditar o item nº 01 no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e item nº 03 no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) mensais, do Processo nº 80/13 Convite nº 36/13, sendo instalação, fornecimento e configuração de equipamento de internet e manutenção de link de internet compartilhada empresarial 1Mgbs.

Data da Assinatura: 04/02/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/02/2015

Vigência: 04/02/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 975,00

Forma de Pagamento: 30 dias

Contratado: SOFEC SEGURANCA PRIVADA LTDA - ME

CNPJ: 06.955.642/0001-20

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 5/2015

Número do Processo: 17/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 29/2015

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILANCIA NÃO ARMADA NOS EVENTOS ALUSIVOS AOS 134 ANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E NO CARNAVAL DE RUA DO BAIRRO APARECIDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA

Data da Assinatura: 09/02/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/02/2015

Vigência: 09/02/2015 a 31/03/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 44.500,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ISO - INSTITUTO DE SAUDE OCUPACIONAL S/S LTDA - EP**CNPJ:** 04.568.799/0001-78**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 33/2013**Número do Processo:** 77/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 30/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência pra o exercício de 2015, com vencimento em 31/12/2015 do contrato original nº 261/2013, item 02. Este termo tem efeito retroativo desde 31/12/2014.**Data da Assinatura:** 09/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/02/2015**Vigência:** 09/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** DR. CHRISTIAN FARIAS SANTOS**C.P.F.:** 770.908.459-15**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 33/2013**Número do Processo:** 77/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 31/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo e vigência pra o exercício de 2015, com vencimento em 31/12/2015 do contrato original nº 260/2013, item 03. Este termo tem efeito retroativo desde 31/12/2014**Data da Assinatura:** 09/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/02/2015**Vigência:** 09/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROSSA DA SILVA SERVIÇOS MEDICOS LTDA**CNPJ:** 13.808.881/0001-13**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 33/2013**Número do Processo:** 77/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 32/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante necessidade, o município resolve prorrogar prazo de 28/02/2015 até 31/12/2015 do contrato original nº 262/2013, item 01.**Data da Assinatura:** 09/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/02/2015**Vigência:** 09/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ANTONIO VALMOR DE MELLO -ME- JAINE TRANSPORTES**CNPJ:** 10.602.485/0001-47**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 33/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** TRANSPORTE DE ESCOLAR DA PERCORRENDO RESIDÊNCIA DO SR. EDEMAR PADILHA, SR. MARIO CARNEIRO, SR ADELAR PADILHA, SR. GODOY, SR. PADILHA, SR NADIR ZUCCO ATÉ A ESCOLA LIDES TITON, DUAS VEZES POR SEMANA, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES.**Data da Assinatura:** 09/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/02/2015**Vigência:** 09/02/2015 a 10/05/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 101,25**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: VALDUGA E DE OLIVEIRA LTDA ME
CNPJ: 15.210.280/0001-30

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 34/2015

Fundamento Legal:

Objeto: TRANSPORTE DE ESCOLAR PERCORRENDO A RESIDENCIA DO SR. GALIOTO, IGREJA DO ALTO BELA VISTA, RESIDENCIA BEVILAQUA, RESIDENCIA DO SR. STURMER, ANTIGA ESTAÇÃO ATÉ A ESCOLA ANDRE REBOUÇAS, NOS PERÍODOS MATUTINO E VESPERTINO COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES.

Data da Assinatura: 09/02/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/02/2015

Vigência: 09/02/2015 a 10/05/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 252,50

Forma de Pagamento: 30 DIAS

Contratado: CARLOS EMILIO MACHADO

CNPJ: 83.016.907/0001-76

Modalidade:

Número da Licitação:

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 35/2015

Fundamento Legal:

Objeto: TRANSPORTE ESCOLAR PERCORRENDO A FAZENDA BOM RETIRO, CAXAMBU, FAZENDA AGUAS CLARAS, PARQUE DE EXPOSIÇÕES, ATÉ A FAZENDA SÃO SEBASTIÃO, ATÉ A ESCOLA PAULO BLASI, NO PERÍODO NOTURNO, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 15 LUGARES.

Data da Assinatura: 09/02/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 09/02/2015

Vigência: 09/02/2015 a 10/05/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 245,64

Forma de Pagamento: 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** IRMÃOS HELLER TRANSPORTES LTDA ME**CNPJ:** 21.008.277/0001-30**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 36/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: TRANSPORTE DA LINHA ESMERALDA, RESIDENCIA ANTONIO CAMASSSOLA, PONTO DE ÔNIBUS CRISTO REI, SOBE NA LINHA CAMPINAS, PASSA PELA RESIDÊNCIA DO SR. VILSON COSTA, FAZ A VOLTA NO AVIÁRIO DE CÍCERO DORINI, RIO PARDO PARA A EMEF ANDRE REBOUÇAS, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, AS 17 HORAS E 20 MINUTOS VAI ATÉ A ENCRUZILHADA EUCLAIR PRIGOL, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO DE 53 PASSAGEIROS PERCORRENDO 124,5 KM DIÁRIOS.

Data da Assinatura: 09/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/02/2015**Vigência:** 09/02/2015 a 10/05/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 367,28**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** IRMÃOS HELLER TRANSPORTES LTDA ME**CNPJ:** 21.008.277/0001-30**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 37/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: TRANSPORTE DA LINHA SÃO JOSÉ, POCINHOS, CRISTO REI, LINHA ESMERALDA, LINHA CAMPINAS PARA EMEF ANDRE REBOUÇAS NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO E DA EMEF ANDRE REBOUÇAS PARA ESCOLA MATER DOLORUM E APAE DE CAPINZAL, NO PERÍODO MATUTINO, PERCORRENDO 169KM DIÁRIOS, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 35 LUGARES.

Data da Assinatura: 09/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/02/2015**Vigência:** 09/02/2015 a 10/05/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 496,86**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** IRMÃOS HELLER TRANSPORTES LTDA ME**CNPJ:** 21.008.277/0001-30**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 38/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: TRANSPORTE ESCOLAR SAINDO DE SÃO JOSÉ, CANHADÃO, ENCRUZILHADA MONTE VERDE, PINHAL PRETO, CAXAMBU, SEDE DO HUMAITA PARA A EEB PAULO BLASI, NO PERÍODO NOTURNO, PERCORRENDO 73KM DIÁRIOS, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 20 LUGARES.

Data da Assinatura: 09/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/02/2015**Vigência:** 09/02/2015 a 10/05/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 205,13**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** IRMÃOS HELLER TRANSPORTES LTDA ME**CNPJ:** 21.008.277/0001-30**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 39/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA LOCALIDADE DE SANTA BARBARA/GUARANI, PERCORRENDO A RESIDENCIA DE CASSIO FACIN, JURANDIR SURDI, LINHA WAGNER, OSMAR CAMASSSOLA (NETO), MARCELO DE LAZARI, LEANDRO DE LAZARI (LEANDRA, CATRIEL), ADELIR SURDI, GABRIELI PADILHA, FUNCIONÁRIO ROMANI PARA O COLÉGIO ESTADUAL SÃO CRISTOVÃO E MATER DOLORUM DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, NO PERÍODO MATUTINO, COM VEÍCULO DE NO MÍNIMO 20 PASSAGEIROS, PERCORRENDO 70 KM DIÁRIOS

Data da Assinatura: 09/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/02/2015**Vigência:** 09/02/2015 a 10/05/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 196,70**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MARILEIA SÁ BRITO MACIEL**CNPJ:** 08.862.695/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 47/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica suprimido 12 Km, passando de 63,75 Km para 51,75 Km na linha 60, com o seguinte percurso: devido a saída de aluno do transporte escolar que frequenta a escola carlotina cordeiro Antunes no Distrito de Pacheco. Apartir de 09/02/2015.

Data da Assinatura: 10/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/02/2015**Vigência:** 10/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** MENSAL**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 9/2013**Número do Processo:** 96/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 45/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 289/2013, até 15 de março de 2015, para execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização horizontal e vertical e passeios em paver nas ruas: Frei Rogério, Elizio José Biolchi, Pedro Carlos Stefanos, Germano Foppa e recapeamento na rua Rodolfo Matos, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 10/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/02/2015**Vigência:** 10/02/2015 a 15/03/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 8/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 49/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 44/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 196/2013, até 15 de março de 2015, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização nas ruas João Maria Becker, Santo Amaro Da Imperatriz e João Fernandes Gonçalves, conforme projeto básico. Programa PAC II - Urbanização Contrato Nº 352.288-09/2011-Ministério das Cidades.

Data da Assinatura: 10/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/02/2015**Vigência:** 10/02/2015 a 15/03/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 24/2014**Número do Processo:** 131/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 43/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 294/2014, para 15 de março de 2015, para executar obra de pavimentação asfáltica em chão natural, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares na Avenida Caetano Belincanta Neto, conforme projeto básico.

Data da Assinatura: 10/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/02/2015**Vigência:** 10/02/2015 a 15/03/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 9/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 64/2013**Número do Processo:** 168/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 42/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 452/2013, até 15 de março de 2015, para execução de obra de drenagem pluvial e pavimentação das Ruas Coronel Farrapo, Caetano Carlos, Nereu Ramos e Coronel Lucidoro, conforme projeto básico.

Data da Assinatura: 10/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/02/2015**Vigência:** 10/02/2015 a 15/03/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 9/2014**Número do Processo:** 70/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 41/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 162/2014, até 15 de março de 2015, para execução de obras de pavimentação asfáltica e recapeamento de pavimentação asfáltica com drenagem pluvial nas ruas Walter Andonini, Cel Pedro Carlos, Caetano Carlos e Cel Pedro Carlos Stefanes, conforme especificações do projeto básico. Recursos: Orçamento Geral da União - Termo de Compromisso nº 1007749-16/2013 - Ministê

Data da Assinatura: 10/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/02/2015**Vigência:** 10/02/2015 a 15/03/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 10/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 03.377.072/0001-40**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 21/2014**Número do Processo:** 152/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 40/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 351/2014, até 28 de fevereiro de 2015, para conclusão da obra de infraestrutura incluindo pavimentação com pedra basalto, drenagem pluvial, sinalização e passeios, no Loteamento Faedo - Projeto PAC II - Urbanização.

Data da Assinatura: 10/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/02/2015**Vigência:** 10/02/2015 a 28/02/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** ERNESTO MORAIS DOS SANTOS - ME**CNPJ:** 07.769.616/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 46/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Aditivo de 21Km, passando de 86 km para 107 Km. Este aditivo se deu devido aumento de quilometragem na linha 50, percorrendo A RESIDENCIA DE ALICE TORMEM, RENI BECKER LAVINIR MORAES.

Data da Assinatura: 10/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/02/2015**Vigência:** 10/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,63**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 11/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** MARCELO PERTILLE - ME**CNPJ:** 07.735.231/0001-92**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 4/2015**Número do Processo:** 15/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 48/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO.**Data da Assinatura:** 13/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/02/2015**Vigência:** 13/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 86.264,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** PLM TRANSPORTES LTDA**CNPJ:** 85.143.964/0001-41**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 4/2015**Número do Processo:** 15/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 49/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO.**Data da Assinatura:** 13/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/02/2015**Vigência:** 13/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 45.130,80**Forma de Pagamento:** 30 dias

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 12/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** THIAGO RAMOS TRANSPORTES - ME**CNPJ:** 21.506.875/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 4/2015**Número do Processo:** 15/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 50/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO.**Data da Assinatura:** 13/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/02/2015**Vigência:** 13/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 44.447,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** THIAGO RAMOS TRANSPORTES - ME**CNPJ:** 21.506.875/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 4/2015**Número do Processo:** 15/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 51/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTO COTAÇÃO.**Data da Assinatura:** 13/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/02/2015**Vigência:** 13/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 44.447,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 13/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JOÃO CARNIEL FILHO**CNPJ:** 07.762.548/0001-18**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 67/2014**Número do Processo:** 142/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 52/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Aditivo de 11,80 Km, passando de 72,50 km para 84,30 Km. Este aditivo se deu devido aumento de quilometragem na linha 2, percorrendo O PERCURSO DA PROPRIEDADE DE LURDES VIVAN NO DISTRITO DE ESPINILHO COM OS ALUNOS (SARA DE OLIVEIRA, ALAN PAULO PRESTES BRITO, NATHAN DE OLIVEIRA) PARA ESCOLA E.E.F. NOVOS CAMPOS.

Data da Assinatura: 13/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 13/02/2015**Vigência:** 13/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** AUTO ELITE LTDA - CAMPOS NOVOS**CNPJ:** 83.270.397/0009-16**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 7/2015**Número do Processo:** 20/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 53/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto E MANUTENÇÃO DE VEICULOS DA SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Data da Assinatura: 19/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 19/02/2015**Vigência:** 19/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 64.944,13**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 14/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**CNPJ:** 11.499.653/0001-83**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 6/2015**Número do Processo:** 18/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 57/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E SECRETARIA DE ESPORTE NO ANO DE 2015, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS**Data da Assinatura:** 24/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/02/2015**Vigência:** 24/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 27.566,47**Forma de Pagamento:** 30 dias**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 54/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** Aditivo de 12 Km, passando de 75,2 km para 87,2 Km, aumentando a quilometragem na linha 25, aumentando o percurso da propriedade de Marcio Ernesto Wagner, percorrendo residência da Sra. Ivonete Pasquali, São Francisco, Ass. Vitória, Reassentamento Enercan, São Simão até a Escola Paulo Blasi e Ceja em Campos Novos, no período noturno**Data da Assinatura:** 24/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/02/2015**Vigência:** 24/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 15/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EBERSON MELLO ME**CNPJ:** 09.234.474/0001-72**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 67/2014**Número do Processo:** 142/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 55/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Aditivo de 11 Km, passando de 125 km para 136 Km. Este aditivo se deu devido a entrada de aluno novo, aumentando a quilometragem na linha 1, que percorre a comunidade de São Simão Panho, São Francisco, residência Sr. Pestana, Assentamento Enercan, Sr. Ezidro Manfroí para o Caic Professora Nair da Silva Gris, EEB Henrique Rupp, EEB Paulo Blasi e Apae, no período matutino.

Data da Assinatura: 24/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/02/2015**Vigência:** 24/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** JOAQUIM CELIO MENA BARRETO BARRETO TRANSPORTES**CNPJ:** 11.876.519/0001-54**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 56/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Fica suprimido 4 Km, passando de 74,8 Km para 70,8 Km na linha 35, com o seguinte percurso: transporte escolar para a El São Simão, Fazenda Biro Granzotto, Bahia, Panho, percorrendo São Francisco com alunos da Itinerante, residência do Sr. Jango Maciel e Domingos Pinto e Chico Maciel, até a residência do Sr. Celso de Souza, portão do condomínio, Encruzilhada do Sr. Pasquali, no período matutino e vespertino com veículo de no mínimo 09 lugares. Devido a saída de um aluno nesta linha.

Data da Assinatura: 24/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/02/2015**Vigência:** 24/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 16/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ASSOC. COMUNITÁRIA E DESPORTIVA CAMPONOVENSE
CNPJ: 02.561.951/0001-65
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 4/2015 **Número do Processo:** 26/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 58/2015
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MINISTRAR AULAS DE JUDÔ PARA TREINAMENTO DOS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS.

Data da Assinatura: 24/02/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 24/02/2015
Vigência: 24/02/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 7.900,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS

Contratado: MARCELO PERTILLE - ME
CNPJ: 07.735.231/0001-92
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 8/2015 **Número do Processo:** 23/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 59/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DO COLÉGIO CEDUP CAETANO COSTA DE SÃO JOSÉ DO CERRITO-SC.CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II.

Data da Assinatura: 27/02/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/02/2015
Vigência: 27/02/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 52.400,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 17/17

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** V.T. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**CNPJ:** 76.323.633/0001-00**Modalidade:** Concorrência p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2012**Número do Processo:** 176/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 60/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante requerimento da empresa e conforme prevê o contrato original, o reajuste de acordo com o índice INPC (7,67%), município resolve aditar os valores pagos por tonelada, passando para R\$ 146,60 (cento e quarenta e seis reais e sessenta centavos), para coleta e transporte; e R\$ 99,26 (noventa e nove reais e vinte e seis centavos), para destinação final, do Processo nº 176/2012 - CC nº 36/12, para coleta, transporte e tratamento (reciclagem) de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urban

Data da Assinatura: 27/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 27/02/2015**Vigência:** 27/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

EXTRATOS CONTRATOS JANEIRO 2015 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: MARIA DE LURDES VICENTE DA ROSA

C.P.F.: 679.142.849-04

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 0/0

Número do Processo:

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 01/2015

Fundamento Legal:

Objeto: EMPENHO REFERENTE À LOCAÇÃO DE IMÓVEL PELO PERÍODO DE SEIS MESES, ATÉ QUE FIQUE PRONTA AS INSTALAÇÕES NOVA DA CRECHE CEBOLINHA, NO DISTRITO DO IBICUI. REFERENTE AO MÊS DE JANEIRO AO MÊS DE JULHO DE 2015.

Data da Assinatura: 05/01/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 05/01/2015

Vigência: 05/01/2015 a 30/06/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 4.344,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS

Contratado: ODETE MARIA DE LIMA

C.P.F.: 947.211.739-20

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 1/2015

Número do Processo: 4/2015

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 02/2015

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DO IMÓVEL, LOCALIZADO À RUA CORONEL LUCIDORO, 2043, BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, PARA FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNDO ENCANTADO PARA O ANO LETIVO DE 2015. DE ACORDO COM ARTIGO 24, INCISO X DA LEI 8.666/93.

Data da Assinatura: 13/01/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 13/01/2015

Vigência: 13/01/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 18.360,00

Forma de Pagamento: 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE SÃO CARLOS**CNPJ:** 90.397.555/0001-01**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 5/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 03/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DA ACADAV- ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENSE DE DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, DE ACORDO COM O ARTIGO 24 INCISO X DA LEI 8.666/93.

Data da Assinatura: 14/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2015**Vigência:** 14/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.366,52**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LTDA**CNPJ:** 83.156.331/0001-42**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 3/2015**Número do Processo:** 14/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 04/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO "AM" PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INFORMATIVOS MUNICIPAIS E INSERÇÕES. CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.

Data da Assinatura: 22/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2015**Vigência:** 22/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 75.900,00**Forma de Pagamento:** MENSAL MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CINDARA PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA**CNPJ:** 10.803.816/0001-07**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 3/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 05/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER NO ANO DE 2015, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS.**Data da Assinatura:** 22/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2015**Vigência:** 22/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 31.485,52**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** MERCADO SANANDUVA LTDA ME**CNPJ:** 03.005.106/0001-76**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 3/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 06/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER NO ANO DE 2015, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS.**Data da Assinatura:** 22/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2015**Vigência:** 22/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.343,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA**CNPJ:** 82.699.067/0001-20**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 3/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 07/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E GENEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER NO ANO DE 2015, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS.**Data da Assinatura:** 22/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2015**Vigência:** 22/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.107,90**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** F & S PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA.**CNPJ:** 11.515.243/0001-89**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 11/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 08/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços artísticos, na forma de um Show Nacional com a dupla sertaneja Fernando & Sorocaba, nas festividades de aniversário do município, na data de 28 de março de 2015, conforme proposta.**Data da Assinatura:** 22/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2015**Vigência:** 22/01/2015 a 30/03/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 350.000,00**Forma de Pagamento:** 2 PARCELAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** JADS E JADSON PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA- ME**CNPJ:** 15.641.222/0001-60**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 11/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 09/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços artísticos, na forma de um Show Nacional com a dupla sertaneja Jads E Jadson, nas festividades de aniversário do município, na data de 29 de março de 2015, com duração de 1hr30min, conforme proposta.

Data da Assinatura: 22/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2015**Vigência:** 22/01/2015 a 30/03/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 180.000,00**Forma de Pagamento:** 2 PARCELAS**Contratado:** NDN EMPREENDIMENTOS ARTÍSTICOS LTDA- ME.**CNPJ:** 07.589.127/0001-37**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 11/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 10/2015**Fundamento Legal:**

Objeto: Prestação de serviços artísticos, na forma de um Show Nacional com a banda Nenhum de Nós, nas festividades de aniversário do município, na data de 27 de março de 2015, conforme proposta.

Prestação de serviços artísticos, na forma de um Show Nacional com a banda Nenhum de Nós, nas festividades de aniversário do município, na data de 27 de março de 2015, conforme proposta. Prestação de serviços artísticos, na forma de um Show Nacional com a banda Nenhum de Nós, nas festividades de aniversário

Data da Assinatura: 22/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 22/01/2015**Vigência:** 22/01/2015 a 30/03/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 40.000,00**Forma de Pagamento:** 2 PARCELAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: SIMPATIA FM 89,3
CNPJ: 03.818.131/0001-79
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 3/2015 **Número do Processo:** 6/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 12/2015
Fundamento Legal:
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO FM PARA TRANSMISSÃO DE PROGRAMA INFORMATIVO DE ATOS E PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS E EDUCATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS.

Data da Assinatura: 27/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/01/2015
Vigência: 27/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 73.014,15 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS

Contratado: RODRIGO JOSÉ DORINI
C.P.F.: 042.989.549-60
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 3/2015 **Número do Processo:** 16/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 23/2015
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.

Data da Assinatura: 29/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/01/2015
Vigência: 29/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 6.820,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PEDRO MENEGAZ**C.P.F.:** 307.965.800-06**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2015**Número do Processo:** 16/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 22/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.**Data da Assinatura:** 29/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/01/2015**Vigência:** 29/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 10.049,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** OSNI ANTONIO SCARABOTTO**C.P.F.:** 182.513.319-00**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2015**Número do Processo:** 16/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 21/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.**Data da Assinatura:** 29/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/01/2015**Vigência:** 29/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 7.866,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 8/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** OSMAR ESPEDITO CAMASSOLA**C.P.F.:** 558.617.179-15**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2015**Número do Processo:** 16/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 20/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.**Data da Assinatura:** 29/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/01/2015**Vigência:** 29/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5.110,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** MADALENA DE FATIMA STEFANES CRUZ DA SILVA**C.P.F.:** 017.799.349-98**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2015**Número do Processo:** 16/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 19/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.**Data da Assinatura:** 29/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/01/2015**Vigência:** 29/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.936,50**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 9/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ADEMIR ONEDA
C.P.F.: 020.794.429-61
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 3/2015 **Número do Processo:** 16/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 14/2015
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD Nº 38/2009.

Data da Assinatura: 29/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/01/2015
Vigência: 29/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 9.244,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS

Contratado: JONAS GILIOLI
C.P.F.: 092.202.749-81
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 3/2015 **Número do Processo:** 16/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 17/2015
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº 38/2009.

Data da Assinatura: 29/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 29/01/2015
Vigência: 29/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 5.072,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 10/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** INGRACIO GONÇALVES WALTER NETO**C.P.F.:** 049.860.559-09**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2015**Número do Processo:** 16/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 16/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.**Data da Assinatura:** 29/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/01/2015**Vigência:** 29/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.131,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** INEZ ROSSA DE CASTRO**C.P.F.:** 031.954.039-19**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2015**Número do Processo:** 16/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 15/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.**Data da Assinatura:** 29/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/01/2015**Vigência:** 29/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 11/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** QUIMICAMPOS COMERCIO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS**CNPJ:** 15.411.229/0001-96**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 5/2015**Número do Processo:** 9/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 13/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR A LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.**Data da Assinatura:** 29/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/01/2015**Vigência:** 29/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 8.510,00**Forma de Pagamento:** 30 dias**Contratado:** JOSÉ EDUARDO DICK**C.P.F.:** 057.901.579-39**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2015**Número do Processo:** 16/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 18/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.**Data da Assinatura:** 29/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 29/01/2015**Vigência:** 29/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.165,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 12/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** VILSON RODRIGUES DE FREITAS**C.P.F.:** 494.615.089-72**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2015**Número do Processo:** 16/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 26/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.**Data da Assinatura:** 30/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/01/2015**Vigência:** 30/01/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 16.134,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** A SAGA MARKETING BUSINESS & EVENTOS LTDA-ME**CNPJ:** 18.562.103/0001-00**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação**Número da Licitação:** 4/2015**Número do Processo:** 19/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 24/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRODUÇÃO DE SHOW NACIONAL, PARA AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AOS 134 ANOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS DE ACORDO COM A LEI 8.666/93, ARTIGO 25, INCISO III.**Data da Assinatura:** 30/01/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 30/01/2015**Vigência:** 30/01/2015 a 31/03/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 80.000,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 13/13

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Janeiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: VILMA DA SILVA
C.P.F.: 031.771.749-97
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
Número da Licitação: 3/2015 **Número do Processo:** 16/2015 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 25/2015
Fundamento Legal:
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE GENÉROS ALIMENTÍCIOS DE AGRICULTORES FAMILIAR, CFE. LEI 11.947/09 E A RESOLUÇÃO FNDE Nº38/2009.

Data da Assinatura: 30/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/01/2015
Vigência: 30/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 17.211,00 **Forma de Pagamento:** 30 DIAS

Contratado: GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA
CNPJ: 08.543.640/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 11/2014 **Número do Processo:** 24/2014 **Outra Entidade:** Não
Número do Contrato ou Aditivo: 27/2015
Fundamento Legal:
Objeto: Mediante necessidade, o Município resolve prorrogar o prazo de vigência do contrato original nº 97/2014, para o exercício de 2015, com vencimento em 31 de dezembro de 2015, para fornecimento de link internet em fibra óptica para o prédio da prefeitura municipal de Campos Novos. Este contrato tem efeito retroativo desde 31/12/2014.

Data da Assinatura: 30/01/2015
Data da Publicação no Diário Oficial: 30/01/2015
Vigência: 30/01/2015 a 31/12/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:
Gestão / Número:
Número do Empenho:
Valor: 0,00 **Forma de Pagamento:**

CÂMARA MUNICIPAL**MOÇÃO Nº 25/2015**

MOÇÃO Nº 25/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"

O Poder Legislativo de Campos Novos SC, por meio de seus representantes Legais a pedido do Vereador Adavilson Telles "Mancha", manifesta integral e irrestrita parabenização ao evento...

"SEGUNDO ENCONTRÃO DA JUVENTUDE DO GRUPO DE JOVENS ÁGUA VIVA"

Por seu trabalho desenvolvido junto à comunidade Camponovense, em especial, ao evento realizado nos dias 06, 07 e 08 de Março de 2015 no Salão da Paróquia São João Batista.

Assim sendo, reiteramos nossas congratulações a todos os integrantes do Grupo de Jovens Água Viva, aos organizadores e aos apoiadores do evento e desejando-lhes sucesso na continuidade de seus trabalhos e nos futuros eventos.

Sala das Sessões, em 16/03/2015.

Adavilson Telles
2º Secretário

Nelson Carafa
Presidente da Mesa

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL 27/2015 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 27/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 22/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais de limpeza e higiene para a manutenção das atividades das Secretarias do Município de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 01 de abril de 2015, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 19 de março de 2015.

ANTONIO DA SILVA

Prefeito do Município.

EXTRATO EDITAL 28/2015 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 28/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 23/2015

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais de toners e cartuchos de impressão remanufaturados e originais, para a manutenção das atividades das Secretarias do Município de Canelinha, conforme itens descritos no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 01 de abril de 2015, às 14:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 19 de março de 2015.

ANTONIO DA SILVA

Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº 201/2015

PORTARIA Nº. 201/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 12 (doze) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor FERNANDO LUIS TOKARSKI, efetivo no cargo de Fotógrafo, junto ao Gabinete, referente ao período aquisitivo de 1997/2002, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 2º. Fica autorizada a conversão de 07 (sete) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ANGELA MARIA SOARES, efetiva no cargo de Professor atualmente exercendo o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 1999/2004, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 3º. Fica autorizada a conversão de 12 (doze) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor ARLEI HAVAI VOTCOSKI, efetivo no cargo de Motorista de Automóvel, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 4º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora MARIA OLANDIR DE JESUS SANTOS, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 5º. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora CARMEN NOERNBERG, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 1998/2003, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 6º. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor FREDERICO VALDIR ECKER, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 7º. Fica autorizada a conversão de 65 (sessenta e cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor HAMILTON CHAMBERG, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2006/2011, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 8º. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora MARILEI DE JESUS PEREIRA SCHLIKMAN, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento,

referente ao período aquisitivo de 1995/2000, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 9º. Fica autorizada a conversão de 11 (onze) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor AIRES REINALDO LANGER, efetivo no cargo de Auxiliar Geral de Manutenção, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 10. Fica autorizada a conversão de 03 (três) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor ALCIONE FERREIRA, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, sendo 02 dias referente ao período aquisitivo de 2000/2005 e 01 dia referente ao período aquisitivo de 2005/2010, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 11. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor ANTONIO FERREIRA FILHO, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 12. Fica autorizada a conversão de 03 (três) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor BENEDITO THEREZIO DE CARVALHO, efetivo no cargo de Engenheiro Civil, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento urbano, referente ao período aquisitivo de 2001/2006, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 13. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor CELIO KRIZINSKI, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 14. Fica autorizada a conversão de 09 (nove) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor CELIO NAVROSKI, efetivo no cargo de Mecânico de Máquinas e Veículos, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2005/2010, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 15. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor DENILSON CRESTANI, efetivo no cargo de Auxiliar Geral de Manutenção, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 1986/1991, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 16. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor EDENILSON DE CASTRO DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 1998/2003, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 17. Fica autorizada a conversão de 12 (doze) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor GIVANILDO RODRIGUES, efetivo no cargo de Motorista de Caminhão, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 18. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor HÉLIO KRIGINSKI, efetivo no

cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, sendo 03 dias referente ao período aquisitivo de 1997/2002 e 03 dias referente ao período aquisitivo de 2002/2007, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 19. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor JANUÁRIO VIEIRA DE LIMA, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 20. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor JOÃO ORLEY CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 21. Fica autorizada a conversão de 09 (nove) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor JOSÉ DIAS DE CASTRO, efetivo no cargo de Pedreiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 22. Fica autorizada a conversão de 03 (três) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor JOSE OSCAR SIMÕES DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Motorista de Caminhão, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 23. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor LEOMAR DRANKA, efetivo no cargo de Motorista de Caminhão, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 24. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor LUIS SERGIO MACHADO, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 25. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor MARIO WOIDELELLA, efetivo no cargo de Mecânico Soldador, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 26. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor NELSON VARELA DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 27. Fica autorizada a conversão de 09 (nove) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor NORBERTO FRANCISCO BRAUTL, efetivo no cargo de Mecânico de Máquina e Veículo, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 28. Fica autorizada a conversão de 03 (três) dias de Licença

Prêmio em dinheiro ao servidor EDSON MASSANEIRO, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 1997/2002, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 29. Fica autorizada a conversão de 03 (três) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor JOAQUIM JOSÉ LEITE, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 30. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora MARI CELI APARECIDA CORDEIRO, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2005/2010, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 31. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor ARNALDO SOARES, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 32. Fica autorizada a conversão de 07 (sete) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor JEFERSON MORTEAN GONÇALVES, efetivo no cargo de Técnico Agrícola, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, sendo 05 dias referente ao período aquisitivo de 1996/2001 e 02 dias referente ao período aquisitivo de 2001/2006, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 33. Fica autorizada a conversão de 27 (vinte e sete) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor JAIR ZATTAR, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 34. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor ONÉLIO ANTONIO MAZURKIEWICZ, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 35 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 36 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 202/2015

PORTARIA Nº. 202/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designado a EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARCIA APARECIDA TABORDA DE CARVALHO OSTROSKI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 008/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 10/03/2015, conforme comunicação interna nº 087/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 203/2015

PORTARIA Nº. 203/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 09 (nove) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ELIANE TEREZINHA NOGUEIRA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 2º. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor FERNANDO CESAR PIONHIEVCZ, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 3º. Fica autorizada a conversão de 11 (onze) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora MARIA HELOISA KOHLER, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal

de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 4º. Fica autorizada a conversão de 08 (oito) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor OLIVAR KWITCHAL, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1988/1993, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 5º. Fica autorizada a conversão de 09 (nove) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora DAISY LAUTH HANEMANN VALLE BASTOS, efetiva no cargo de Odontólogo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 6º. Fica autorizada a conversão de 11 (onze) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora SOLANGE MARIA VAILATTE, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 7º. Fica autorizada a conversão de 12 (doze) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor ALVACIR ANTONIO MARCONDES, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo 10 dias referente ao período aquisitivo de 2002/2007 e 02 dias referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 8º. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ANA MARIA CRESTANI, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1995/2000, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 9º. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora LEONILDA DE FÁTIMA PAVARIN, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 10. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor OSVALDO BENTO DA SILVA, efetivo no cargo de Motorista de Ônibus, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 11. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora SILVANA HENNING, efetiva no cargo de Auxiliar de Farmácia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2001/2006, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 12. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA, efetiva no cargo de Auxiliar de Farmácia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo 01 dia referente ao período aquisitivo de 1999/2004 e 04 dias referente ao período aquisitivo de 2004/2009, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 13. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora CIRLEI TEREZINHA RODRIGUES, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 14. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS, efetivo no cargo de Auxiliar de Farmácia, junto à Secretaria

Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 15. Fica autorizada a conversão de 11 (onze) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora TELMA REGINA BLEY, efetiva no cargo de Assistente Social, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 16. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora MARIA SALETE CHACHAROVSKI, efetiva no cargo de Técnico em Higiene Dental, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1996/2001, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 17. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora CASSIA APARECIDA KARVATE, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2006/2011, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 18. Fica autorizada a conversão de 07 (sete) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora GILVANA D'AQUINO MUZZULÃO, efetiva no cargo de Auxiliar de Farmácia, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2006/2011, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 19. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor SILVIO FERREIRA DOS SANTOS, efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo 02 dias referente ao período aquisitivo de 2003/2008 e 02 dias referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 20 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 204/2015

PORTARIA Nº. 204/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 28 (vinte e oito) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora LINDARCI DE FATIMA CORREA, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme

requerimento.

Art. 2º. Fica autorizada a conversão de 07 (sete) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora VERA LUCIA SOARES FRAGOSO, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 3º. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ROSANGELA APARECIDA CASTRO, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2000/2005, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 4º. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor MARIO RIBEIRO, efetivo no cargo de Motorista, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 5º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora LINDAMIR SOARES WOHL, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2000/2005, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 6º. Fica autorizada a conversão de 02 (dois) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora CLEONICE OLESCOVICZ ANTONOWICZ, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2002/2007, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 7º. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora SIMONE WESOLOVSKI DEMIKOSKI, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 8º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ROSANE GRACHESKI DA ROCHA, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 9º. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora SILVANA REGINA FRITCHE HOEPERS, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, sendo 02 dias referente ao período aquisitivo de 2004/2009 e 04 dias referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 10. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora DANIELA SOARES FRAGOSO DE SOUZA E SILVA, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 11. Fica autorizada a conversão de 02 (dois) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor LUIS ROBERTO HOLLER, efetivo no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 12. Fica autorizada a conversão de 15 (quinze) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ROSILENE DOS SANTOS COLLODEL, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 13. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora SIOMARA APARECIDA KICHELESKI CORREA, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2001/2006, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 14. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora MARIA CELINA MURARO, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 15. Fica autorizada a conversão de 02 (dois) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ELISA DALILA LINHARES DA SILVA, efetiva no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2005/2010, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 16. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ANGELA MARIA LEÃO JURKIR, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 17. Fica autorizada a conversão de 11 (onze) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora LUCIA SUELI BRZOZOWSKI, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 18. Fica autorizada a conversão de 04 (quatro) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora DENISE BAZZANELA, efetiva no cargo de Professor, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 19. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora REGIANE ANDREA SUCKOW, efetiva no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 20. Fica autorizada a conversão de 03 (três) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora LILIANE KNOP ALVES MACHADO, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 205/2015

PORTARIA Nº. 205/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de férias em dinheiro ao servidor LUIS ANSELMO CHAGAS, efetivo no cargo de Agente Administrativo Auxiliar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2004/2005, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 206/2015

PORTARIA Nº. 206/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 40 horas semanais, 30% de regência, período matutino e vespertino, designado a EBM Maria Lovatel Pires e GEM Reinaldo Kruger, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional DEBORA REGINA VAZ JENZURA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 005/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 11/03/2015, conforme comunicação interna nº 078/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 207/2015

PORTARIA Nº. 207/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 18/03/2015 a 01/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 208/2015

PORTARIA Nº. 208/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de férias em dinheiro ao servidor NORBERTO FRANCISCO BRAUTL, efetivo no cargo de Mecânico de Máquinas e Veículos, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 09/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 209/2015

PORTARIA Nº. 209/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido CARINE RODRIGUES FERREIRA, efetiva no cargo de Monitor de Biblioteca, 40 horas semanais na EBM Achilles Pazda, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 09/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 210/2015

PORTARIA Nº. 210/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao CEI Landi Ama Neppel, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MARLENE DE FÁTIMA SOARES aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 008/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 12/03/2015, conforme comunicação interna nº 094/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 211/2015 PORTARIA Nº. 211/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da lei Orgânica do Município e art.27 da Lei 2.305/1990 e Decreto nº 190/2007;

CONCEDER ALTERAÇÃO E REMOÇÃO TEMPORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida a remoção temporária da servidora CACIANE HENNING MEIRELLES, efetiva no cargo de Professor de Geografia, 10 horas semanais, realizou Remoção Temporária de 10 horas semanais, 15% de regência na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, a partir de 16/03/2015, permanecendo 10 horas semanais na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, conforme comunicação interna nº 089/SME-RH/2015.

Art. 2º - Fica concedida a alteração temporária da servidora CACIANE HENNING MEIRELLES, efetiva no cargo de Professor de Geografia, 10 horas semanais, realizou Alteração Temporária de 20 horas semanais, 15% de regência na EBM Maria Izabel de Lima Cubas na vaga vinculada do professor readaptado Edson Luiz Hacker, a partir de 16/03/2015, permanecendo 30 horas semanais na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, conforme comunicação interna nº 090/SME-RH/2015.

Art. 3º - Fica concedida a alteração temporária do servidor LAÉRCIO BOBROVICZ, efetivo no cargo de Professor de Geografia, 10 horas semanais, realizou Alteração Temporária de 10 horas semanais, 15% de regência na EBM Benedito Thérézio de Carvalho na vaga vinculada da professora em processo de remoção Caciane Henning Meirelles, a partir de 16/03/2015, permanecendo 20 horas semanais na EBM Benedito Thérézio de Carvalho, conforme comunicação interna nº 091/SME-RH/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 212/2015 PORTARIA Nº. 212/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o inteiro teor da Portaria nº. 087/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Rafaela Ciupka, Vera Lucia Bredun e Iolanda Ruthes da Silveira, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos ocorridos descritos conforme Comunicação Interna nº 016/2015 proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 213/2015 PORTARIA Nº. 213/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o inteiro teor da Portaria nº. 093/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Rafaela Ciupka, Vera Lucia Bredun e Iolanda Ruthes da Silveira, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos ocorridos descritos conforme Comunicação Interna nº 016/2015 proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 214/2015

PORTARIA Nº. 214/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o inteiro teor da Portaria nº. 094/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

"Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Rafaela Ciupka, Vera Lucia Bredun e Iolanda Ruthes da Silveira, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos conforme Comunicação Interna nº 016/2015 proveniente da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem."

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 215/2015

PORTARIA Nº. 215/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de férias a ANDREIA FONTANA KAUVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 11/03/2015 a 25/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 216/2015

PORTARIA Nº. 216/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR

Art. 1º - Fica concedida exoneração compulsória por idade à CLODOMAR DE SOUZA PINHEIRO, concursado no cargo de Fiscal II, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 10/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 217/2015

PORTARIA Nº. 217/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado a pedido KEINY RODRIGO BURGARDT, comissionado no cargo de Advogado Municipal, junto ao Gabinete, a partir de 10/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 218/2015

PORTARIA Nº. 218/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 11/03/2015, ao servidor JOSÉ ROSSI MOREIRA CORDEIRO, comissionado no cargo de Diretor Financeiro, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme comunicação interna Nº 074/SMAFO/2015.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 11/03/2015, a servidora MAYARA PADILHA DA SILVA, comissionada no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme comunicação interna Nº 004/SMDR/2015.

Art. 3º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 11/03/2015, ao servidor ADILSON JOSÉ SAMARONE FONTANA, efetivo no cargo de Fiscal I, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Turismo, conforme comunicação interna Nº 075/SMAFO/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 219/2015

PORTARIA Nº. 219/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e o art. 78, da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990; resolve:

CONCEDER ADICIONAL DE TEMPO INTEGRAL

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 11/03/2015, ao servidor DÁRIO LOURENÇO KLUGE, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna Nº 088/SME/2015.

Art. 2º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 11/03/2015, ao servidor JUCIMAR EDSON FELÍCIO DE CASTRO, efetivo no cargo de Eletrecista, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme comunicação interna Nº 088/SME/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 220/2015

PORTARIA Nº. 220/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 3.511/2002; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, o profissional LUIZ RONALTE NUNES, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2012, inscrito sob nº. 0715, e convocado conforme Edital nº 006 de 24 de fevereiro de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 16/03/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 221/2015

PORTARIA Nº. 221/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Diogo Carlos Seidel, José Marcos Carvalho e Maristela Murara Burgardt, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos em relação a procedência do resto a pagar processado ao credor AWS - Prestadora de Serviços Ltda - ME, bem como, a necessidade ou do pagamento ou do cancelamento do mesmo, conforme Comunicação Interna nº 066/2015 proveniente da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 222/2015

PORTARIA Nº. 222/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Diogo Carlos Seidel, Maristela Murara Burgardt e José Marcos Carvalho sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na CI nº 048/SEMAS/2015, referente às notas fiscais emitidas pela empresa Bazuca Comércio de Artigos Esportivos, conforme Comunicação Interna nº 076/SMAFO/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 223/2015

PORTARIA Nº. 223/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 30% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Evaldo Dranka, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ADRIANA BUENO DE OLIVEIRA ERHARDT aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 005/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/03/2015, conforme comunicação interna nº 098/

SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 224/2015

PORTARIA Nº. 224/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a IVETE DE SOUZA, concursada no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 23/03/2015 a 01/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 225/2015

PORTARIA Nº. 225/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a PAMELA REGINA

LOURENÇO VIEIRA DE MORAES, concursada no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 09/03/2015 a 06/07/2015, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 226/2015

PORTARIA Nº. 226/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de férias em dinheiro a servidora ANDREIA FONTANA KAUVA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2012/2013, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 227/2015

PORTARIA Nº. 227/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Diogo Carlos Seidel, Maristela Murara Burgardt e José Marcos Carvalho sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar e elucidar os fatos relatados através da correspondência, expedida em 05/03/2015, pela empresa Digitalnet Brasil Sistemas de Colaboração Ltda (fotocópia da documentação anexa), referentes à nota fiscal emitida à Secretaria Municipal de Educação (referente empenho nº 4082/2013), conforme Comunicação Interna nº 077/SMAFO/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 228/2015

PORTARIA Nº. 228/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional CRISTIANE JUNGLES FERREIRA PADILHA, concursada no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/03/2015, conforme comunicação interna nº 088/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 229/2015

PORTARIA Nº. 229/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional IVONETE ASTRISI PIRES aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 008/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 16/03/2015, conforme comunicação interna nº 100/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 230/2015

PORTARIA Nº. 230/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional VILMA DE SOUZA NOGUEIRA, concursada no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/03/2015, conforme comunicação interna nº 093/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 231/2015

PORTARIA Nº. 231/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação a ISABELLE CRISTINA NEUMANN, concursado no cargo de Professor - 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 05/03/2015 a 02/07/2015, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 2º - Fica concedida Licença Gestação a VILMA DE SOUZA NOGUEIRA, concursado no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 12/03/2015 a 09/07/2015, conforme Atestado Médico incluso no requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 232/2015

PORTARIA Nº. 232/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 3.283/2001 e da Lei Municipal nº 3.943/2005; resolve:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado IVAN GILBERTO KRAUSS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Advogado Municipal junto ao Gabinete do Prefeito, com gratificação de 30%, a partir de 12/03/2015, conforme comunicação interna nº 080/SMAFO/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 233/2015

PORTARIA Nº. 233/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, do Capítulo IV, art. 23, Parágrafo Único da Lei Municipal nº. 2.307/1.990 e do Art. 36 da Lei Complementar 0038/2001; resolve:

CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida Redução de Carga Horária para 20 horas semanais com a proporcional redução da remuneração, a partir 16/03/2015, à servidora LUCINÉIA FERNANDES DOS SANTOS, efetiva no cargo de Professor, 40 horas semanais, Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, fica designada no ano letivo/2015 para a EBM Benedito Therezio de Carvalho, período vespertino, conforme comunicação interna.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 234/2015

PORTARIA Nº. 234/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Municipal nº 2.741/1996; da Lei Municipal nº 3.386/2001; da Lei Municipal nº 3.511/2001; da Lei Municipal nº 4.485/2010 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Língua Portuguesa, 15% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a EBM Severo de Andrade

e para a EBM Alberto Wardenski, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional JAQUELINE DE FÁTIMA NAIZER aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 005/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 16/03/2015, conforme comunicação interna nº 101/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada ao GEM Menino Jesus, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional SUELI FERREIRA DE SOUZA aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 008/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 17/03/2015, conforme comunicação interna nº 102/SME/2015.

Art. 3º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 235/2015

PORTARIA Nº. 235/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 122/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Anos Iniciais, 30% de regência, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional DILMA VIEIRA DOS SANTOS, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 001/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 12/02/2015, conforme comunicação interna nº 044/SME/2015.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 236/2015

PORTARIA Nº. 236/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

RETIFICAR PORTARIA

Art. 1º - Ficam retificados os Artigos 62, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82 e 83 da Portaria nº. 111/2015, onde se lê 09/02/2015 a 18/02/2015 passa passando a vigorar da seguinte forma: “09/02/2015 a 18/12/2015”.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 13 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 13/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 237/2015

PORTARIA Nº. 237/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei Municipal nº 2.830/1997; CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho a partir de 16/03/2015 do profissional JEAN CARLO DA SILVEIRA, concursado no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, para atuar junto à Secretaria Municipal de Saúde, conforme comunicação interna nº 023/SMODU/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 238/2015

PORTARIA Nº. 238/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a JOICE DE MORAES, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, lotada no CEI Ruth Rocha, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 16/03/2015 a 14/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 239/2015

PORTARIA Nº. 239/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, do Capítulo IV, art. 23, Parágrafo primeiro da Lei Municipal nº. 2.307/1.990, resolve:

CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida Redução de Carga Horária para 30 horas semanais com a proporcional redução da remuneração, a partir 17/03/2015, à servidora ANA MARIA ROHRBACHER SAKR, efetiva no cargo de Agente Administrativo, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, conforme parecer jurídico nº 016 de 13 de março de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 240/2015

PORTARIA Nº. 240/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional DEISI EMANUELE SCHIESSL DE SOUZA, efetiva no cargo de Auxiliar de Suporte - PA, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14/03/2015, conforme comunicação interna nº 097/DP/2015.

Art. 2º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional ROSE MARI DE LURDES HOLLEN, efetiva no cargo de Médico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 17/03/2015, conforme comunicação interna nº 097/DP/2015.

Art. 3º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional VERA ROSANE CARPILOVSKY REVOREDO ALVES, efetiva no cargo de Médico Clínico Geral, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 16/03/2015, conforme comunicação interna nº 097/DP/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

TELMA REGINA BLEY
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 241/2015

PORTARIA Nº. 241/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional SANDRA MATHIAS, concursada no cargo de Cuidador, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 14/03/2015, conforme comunicação interna nº 098/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 242/2015

PORTARIA Nº. 242/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional MARILISE VIEIRA DE LIMA KRAUSS, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2015, conforme comunicação interna nº 098/DP/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 243/2015

PORTARIA Nº. 243/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a ARI JOSNEI SCHULTZ CORDEIRO, efetivo no cargo de Borracheiro, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2009/2014, a desfrutar no período de 25/03/2015 a 23/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 244/2015

PORTARIA Nº. 244/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de férias a WILLIAN THIAGO GROTH CARDOSO, comissionado no cargo de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2013/2014, a desfrutar no período de 18/03/2015 a 27/03/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de março de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/03/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 037/2015

DECRETO Nº 037, DE 17 DE MARÇO DE 2015

Reajusta as tarifas cobradas no Transporte Coletivo de Passageiros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o disposto nos artigos 58, V e XX e 72, I, "i" da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Lei Complementar nº 61, de 04 de setembro de 2002, alterado pela Lei Complementar nº 175, de 4 de março de 2015, que implantou o Transporte Coletivo Rural no Município de Capinzal;

CONSIDERANDO a necessidade de se adequar o valor da tarifa praticada aos custos efetivamente necessários à realização dos serviços de que trata o presente Decreto;

DECRETA:

Art. 1º Fica reajustado o preço da tarifa do Transporte Coletivo Urbano e Rural de Passageiros do Município de Capinzal, a seguir especificado:

- I - para os usuários do Transporte Coletivo Urbano será cobrado o valor de R\$ 1,75 (um real e setenta e cinco centavos) e;
- II - para os usuários do Transporte Coletivo Rural será cobrado o valor de R\$ 3,00 (três reais).

Art. 2º Aos portadores de bilhetes do transporte coletivo adquiridos anteriormente à data de entrada em vigor deste Decreto fica assegurada a sua utilização sem qualquer reajuste ou pagamento complementar.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de abril 2015.

Capinzal, em 17 de março de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C59

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: TA 001/2015 C59 - Contrato Nº: 0059/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada....: RIQUETI VITALE ENGENHARIA LTDA - ME

Valor.....: 0,00 (zero)

Vigência.....: Início: 19/03/2015 Término: 05/05/2015

Licitação.....: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2015 Processo_Licitatório....: 00043 / 2015

Recursos.....: Dotação:

Objeto.....: Objeto do presente TERMO ADITIVO é a prorrogação da vigência do contrato original, com termo final na data de 05/05/2015, conforme solicitação da empresa e parecer jurídico em anexo.

Capinzal, 19 de Março de 2015

Catanduvas

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SOFTWARE

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SOFTWARE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

Objetivos do Contrato: A locação de SISTEMA de informática, denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO e a prestação de serviços técnicos especializados de adequação, instalação e treinamento operacional do SISTEMA locado, conforme cronograma, ou de comum acordo entre as partes.

Vigência: A partir da assinatura do mesmo, e expirará em 31 de dezembro de 2015.

Valor: R\$ 360,00 (Trezentos e sessenta reais) mensais.

Dotação Orçamentária: Órgão: 03 Administração Geral

Atividade: MANUT. ATIVIDADES SERCET. ADMINIST. FINANÇAS

Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Data de assinatura: 02 de janeiro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 2.057, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

DECRETO Nº 2.057, de 19 de fevereiro de 2015.

"DENOMINA QUADRA E LOTES CONTANTES DO PERÍMETRO URBANO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas -SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do art. 103, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica denominado como QUADRA 295, o terreno urbano com área de 2.386,80m² (dois mil, trezentos e oitenta e seis metros e oitenta centímetros quadrados), localizado na Rua Breno Penteado, Bairro Cidade Jardim, nesta cidade de Catanduvas-SC, composto pelos Lotes Urbanos nº 01, 02, 03, e 04.

Art. 2º Fica denominado como QUADRA 296, o terreno urbano com área de 2.250,00m² (dois mil, duzentos e cinquenta metros quadrados), localizado na Rua Breno Penteado, Bairro Cidade Jardim, nesta cidade de Catanduvas-SC, composto pelos Lotes Urbanos nº 01, 02, 03, e 04.

Art. 3º Fica denominado como QUADRA 297, o terreno urbano com área de 1.800,00m² (mil e oitocentos metros quadrados), localizado na Estrada Geral Catanduvas/Pedra Lisa, Bairro Cidade Jardim, nesta cidade de Catanduvas-SC, contendo um único lote com nº 01.

Parágrafo único. As QUADRAS e respectivos lotes, estão descritos na Planta Planialtimétrica e Geométrica que acompanha o requerimento apresentado junto ao Setor de Tributos da Prefeitura.

Art. 2º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 19 de fevereiro de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0003/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0003/2015

PREGÃO Nº 0009/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

CONTRATADA: DAIANE SIGNORE RIBEIRO POLIMENTO

OBJETO: Serviços especializados de lavagem, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Assistência Social, Saúde e Desenvolvimento Social e Conselho Tutelar.

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0004/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0004/2015

PREGÃO Nº 0010/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

CONTRATADA: RAPIGAS COMERCIO DE GÁS LTDA ME

OBJETO: Fornecimento de água e gás visando o desenvolvimento das secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura, Saúde e Desenvolvimento Social, Assistência Social, Conselho Tutelar, Casa Mortuária e Administração.

VALOR: R\$ 778,80 (setecentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 26 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMAS Nº 0005/2015

TERMO DE CONTRATO FMAS Nº 0005/2015

PREGÃO Nº 0010/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

CONTRATADO: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A,

OBJETO: Fornecimento de gás visando o desenvolvimento das secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura, Saúde e Desenvolvimento Social, Assistência Social, Conselho Tutelar, Casa Mortuária e Administração.

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 26 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0013/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0013/2015

PREGÃO Nº 0005/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: COR E ARTE COM. E DISTR. LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de limpeza e higiene para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 7.962,50 (sete mil novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 10 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0014/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0014/2015

PREGÃO Nº 0005/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0007/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO: Fornecimento de materiais de limpeza e higiene para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 3.928,73 (três mil novecentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 10 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0015/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0015/2015

PREGÃO Nº 0006/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0008/2015)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: P.V ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA ME

OBJETO: Contratação empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, para atender os grupos diabéticos, hipertensos, gestantes, tabagismo e outros grupos que serão organizados pelas equipes dos ESFs e NASF em 2015, através dos programas realizados para a população nos grupos para promoção em saúde, para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 15.457,36 (quinze mil quatrocentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0016/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0016/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 8.017,35 (oito mil dezessete reais e trinta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0017/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0017/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 6.784,40 (seis mil setecentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0018/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0018/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: ALIANÇA HOSPITALAR LTDA ME

OBJETO: Fornecimento de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 7.514,60 (sete mil quinhentos e quatorze reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0019/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0019/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 7.234,61 (sete mil duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e um centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0020/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0020/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 9.326,60 (nove mil trezentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0021/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0021/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 10.230,00 (dez mil duzentos e trinta reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0022/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0022/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: VANUSA DIAS EIRELI - EPP

OBJETO: Fornecimento de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

REAJUSTE: R\$ 361,40 (trezentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0023/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0023/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADO: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: Fornecimento de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 9.665,80 (nove mil seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0024/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0024/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES

OBJETO: Fornecimento de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 23,00 (vinte e três reais)

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0025/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0025/2015

PREGÃO Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0005/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ISAMED MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA ME

OBJETO: Fornecimento de materiais de Enfermagem para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 26.809,10 (vinte e seis mil oitocentos e nove reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 11 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0026/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0026/2015

PREGÃO Nº 0004/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: COR E ARTE COM. E DISTR. LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de materiais de expediente para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde, visando o desenvolvimento das atividades realizadas nos ESF's do município e da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 8.606,00 (oito mil seiscentos e seis reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 12 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0027/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0027/2015

PREGÃO Nº 0004/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA

OBJETO: Contratação empresa para fornecimento de materiais de expediente para a manutenção e o desenvolvimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde, visando o desenvolvimento das atividades realizadas nos ESF's do município e da Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 9.809,10 (nove mil oitocentos e nove reais e dez centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 12 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0028/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0028/2015

PREGÃO Nº 0007/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MASSON TURISMO E TRANSPORTES LTDA - ME

OBJETO: Contratação de serviços de transporte de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS residentes no Município de Catanduvas/SC para Tratamento Fora de Domicilio - TFD, e procedimentos/exames especializados de média e alta complexidade nas cidades de referência, para a Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 82.840,00 (oitenta e dois mil oitocentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0029/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0029/2015

PREGÃO Nº 0007/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0009/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: VALDIR LUIZ SOSTER & CIA LTDA

OBJETO: Contratação de serviços de transporte de pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS residentes no Município de Catanduvas/SC para Tratamento Fora de Domicilio - TFD, e procedimentos/exames especializados de média e alta complexidade nas cidades de referência, para a Secretaria Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 36.890,00 (trinta e seis mil oitocentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0030/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0030/2015

PREGÃO Nº 0009/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: DAIANE SIGNORE RIBEIRO POLIMENTO

OBJETO: Fornecimento de serviços especializados de lavação, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Assistência Social, Saúde e Desenvolvimento Social e Conselho Tutelar.

VALOR: R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0031/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0031/2015

PREGÃO Nº 0010/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2015
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATADA: RAPIGAS COMERCIO DE GÁS LTDA ME

OBJETO: Fornecimento de gás visando o desenvolvimento das secretarias de Educação, Cultura e Desporto; Infraestrutura, Saúde e Desenvolvimento Social, Assistência Social, Conselho Tutelar, Casa Mortuária e Administração.

VALOR: R\$ 598,80 (quinhentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2015.

DATA DE ASSINATURA: 26 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0032/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0032/2015

DISPENSA POR LIMITE Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas-SC.

VALOR: R\$ 52.016,50 (cinquenta e dois mil dezesseis reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0033/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0033/2015

DISPENSA POR LIMITE Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas-SC.

VALOR: R\$ 32.565,40 (trinta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0034/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0034/2015

DISPENSA POR LIMITE Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas-SC.

VALOR: R\$ 18.010,00 (dezoito mil e dez reais).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0035/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0035/2015

DISPENSA POR LIMITE Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas-SC.

VALOR: R\$ 7.820,20 (sete mil oitocentos e vinte reais e vinte centavos).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0036/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0036/2015

DISPENSA POR LIMITE Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas-SC.

VALOR: R\$ 12.029,50 (doze mil vinte e nove reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC
Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0037/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0037/2015

DISPENSA POR LIMITE Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas-SC.

VALOR: R\$ 31.123,76 (trinta e um mil cento e vinte e três reais e setenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0038/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0038/2015

DISPENSA POR LIMITE Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: S & R DISTRIBUIDORA LTDA

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas-SC.

VALOR: R\$ 23.987,60 (vinte e três mil novecentos e oitenta e sete reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0039/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0039/2015

DISPENSA POR LIMITE Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: PROMEFARMA REPRES. COMERCIAIS LTDA

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas-SC.

VALOR: R\$ 39.700,70 (trinta e nove mil setecentos reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0040/2015

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0040/2015

DISPENSA POR LIMITE Nº 0003/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: AGLON MEDICAMENTOS COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de medicamentos para a Secretaria Municipal de Saúde de Catanduvas-SC.

VALOR: R\$ 29.125,00 (vinte e nove mil cento e vinte e cinco reais).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015.

DATA DE ASSINATURA: 27 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS - SC

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0028/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0028/2014

PREGÃO Nº 0063/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: POSTO CARRETÃO LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 18 de dezembro de 2014, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Reajustar o valor do item abaixo especificado no percentual de 9,45% (nove virgula quarenta e cinco por cento) de acréscimo ao valor unitário para o item 3, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
3	3420	GASOLINA comum,	BANDEIRA BRANCA	L	3,02	3,30

Catanduvas - SC, 09 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Catanduvas - SC

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0064/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0064/2014

PREGÃO Nº 0063/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: POSTO CARRETÃO LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 18 de dezembro de 2014, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Reajustar o valor dos itens abaixo especificados no percentual de 7,7% (sete virgula sete por cento) de acréscimo ao valor unitário para o item 3 e 9,45% (nove virgula quarenta e cinco por cento) de acréscimo ao valor unitário para o item 2, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
2	3419	OLEO DIESEL,	BANDEIRA BRANCA	L	2,71	2,91
3	3420	GASOLINA comum	BANDEIRA BRANCA	L	3,02	3,30

Catanduvas - SC, 09 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Catanduvas - SC

Elizete Cardoso da Silva

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0097/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0097/2014
PREGÃO Nº 0063/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0090/2014)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
CONTRATADO: POSTO CARRETÃO LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 18 de dezembro de 2014, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Reajustar o valor dos itens abaixo especificados no percentual de 7,7% (sete virgula sete por cento) de acréscimo ao valor unitário para o item 3 e 9,45% (nove virgula quarenta e cinco por cento) de acréscimo ao valor unitário para o item 2, passando a vigorar da seguinte forma:

Conselho Tutelar

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
3	3420	GASOLINA comum,	BANDEIRA BRANCA	L	3,02	3,30

Secretaria Municipal de Educação

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
2	3419	OLEO DIESEL,	BANDEIRA BRANCA	L	2,71	2,91
3	3420	GASOLINA comum	BANDEIRA BRANCA	L	3,02	3,30

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Item	Cód Item	Especificações	Marca	UN	Preço Unitário	Preço Unitário Atualizado
2	3419	OLEO DIESEL	BANDEIRA BRANCA	L	2,71	2,91
3	3420	GASOLINA comum	BANDEIRA BRANCA	L	3,02	3,30

Catanduvás - SC, 09 de fevereiro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FMS Nº 0001/2011

QUARTO TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO FMS Nº 0001/2011

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CAPS I - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL TIPO I.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC) - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE (SC) - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC,

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do presente convênio até 31 de dezembro de 2015, iniciando em 1º de janeiro de 2015.

Catanduvás/SC, 05 de janeiro de 2015.
MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
Fundo Municipal de Saúde
Elizete Cardoso da Silva

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 0001/2015

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATER Nº 0001/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

OBJETO: O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), divididos em 10 (dez) parcelas.

DOTAÇÃO: Fonte: 100

Ação : 03.0301.04.122.0009.20.05 - Manutenção das atividades da Sec. Da ADM

Modalidade: Outras despesas correntes

PRAZO DOS SERVIÇOS: O prazo estipulado terá início em 02.01.2015 até 31.12.2015.

DATA DE ASSINATURA: 02 de janeiro de 2015.

Gisa Aparecida Giacomini
Prefeito(a) Municipal

Caxambu do Sul**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 17/2015**

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 17/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 07/2015
Tipo: Menor Preço/Preço Global.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, IMPLANTAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES/USUÁRIOS PARA USO DO SOFTWARE, HOSPEDAGEM DO SISTEMA ACIMA DESCRITO EM SERVIDOR VIRTUAL (DATACENTER) E SUPORTE TÉCNICO.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 01 de Abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 18h00min do dia 01 de Abril de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h00min às 13h00min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 19 DE MARÇO DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

Celso Ramos**PREFEITURA****CONTRATO 66/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 37/2015
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 04/2015
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação da Dupla Sertaneja Pedro Bento e Zé da Estrada para apresentação musical.

Contratante: Município de Celso Ramos.

Contratada: Helton Jax Cordeiro dos Santos ME - C3 Agência e Eventos

Valor: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Período de vigência: Início na assinatura e término em 19/04/2015.

Fundamento legal: Art. 25, inciso III da Lei nº 8.66/93 e alterações posteriores.

Inês Terezinha Pegoraro Schons
Prefeita Municipal

61 A 66/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS

Relação dos Contratos

Página: 1/1

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
186	61/2015	19/03/2015	19/03/2016	27/2015	Não	695.723,05		MAT DE CONSTRUÇÃO SIMILA CONSTRUCER MAT.DE CONSTR. E AGROPECUAR	
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS DO MUNICÍPIO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E SIMILARES, PARA ATENDER AS									
NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E PROGRAMAS DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME O TERMO DE									
REFERENCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS, SENDO RESERVADA A COTA DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS E									
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.									
187	62/2015	18/03/2015	31/12/2015	31/2015	Não	55.320,00		SERVIÇO DE RECAPAGEM E V GRANDO PNEUS LTDA	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS									
NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES									
ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, SENDO RESERVADA A COTA DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.									
188	63/2015	18/03/2015	31/12/2015	31/2015	Não	65.830,00		SERVIÇO DE RECAPAGEM E V RECAUCHUTADORA RODA LTDA	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS									
NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES									
ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, SENDO RESERVADA A COTA DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.									
189	64/2015	18/03/2015	31/12/2015	31/2015	Não	55.046,00		SERVIÇO DE RECAPAGEM E V FM PNEUS LTDA	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS, CONFORME DEMANDA, PARA ATENDER ÀS									
NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS PESADOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES									
ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, SENDO RESERVADA A COTA DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.									
190	65/2015	18/03/2015	31/12/2015	32/2015	Não	38.400,00		AQUISIÇÃO DE ADUBOS ADUBOS OURO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	
Objeto: AQUISIÇÃO DE ESTERCO DE AVES PARA ADUBAÇÃO E FERTILIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS DO MUNICÍPIO, CONFORME DISPOSTO NA LEI MUNICIPAL 925, QUE TER POR									
OBJETO CONCEDER INCENTIVOS AOS PRODUTORES RURAIS, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E ANEXOS.									
Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 123/06.									
191	66/2015	19/03/2015	31/12/2015	37/2015	Não	27.000,00		CONTRATAÇÃO DE SHOW ZE I HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS - ME	
Objeto: CONTRATAÇÃO DA DUPLA SERTANEJA PEDRO BENTO E ZÉ DA ESTRADA.									

Total: 6

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 05.2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2015

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este edital a candidata selecionada no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 01/2014, a seguir relacionada, para comparecerem no Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para admissão em caráter temporário-ACT, sob regime administrativo especial, afim de exercerem as seguintes funções:

NOME	FUNÇÃO
Lucimara da Silva de Oliveira	Orientador Social - 20 Horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 19 de março de 2015.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício.

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMAS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/FMAS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMAS/2015

Objeto: Registro de preços de Brinquedos Lúdicos e Pedagógicos, no atendimento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 02/04/2015.

Abertura: Dia 02/04/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 19 de março de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 2/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2/2015- PMC

Sistema de Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de material de construção, material hidráulico, material elétrico, material para sinalização viária e de trânsito, ferramentas em geral e materiais diversos para manutenção de serviços urbanos e das atividades das unidades administrativas, com recursos oriundos de convênios com o governo federal, estadual e próprio, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 09/04/2015 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 09/04/2015 as 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 19 de março de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 08/2013 - FMEC

Contrato Nº : 8/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NAZARÉ

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 3/2013

Objeto : Locação de Imóvel para o desenvolvimento das atividades da Fundação Municipal de Esportes - FMEC para treinamento das equipes para competição e escolinhas de iniciação esportivas.

Vigência : Início: 12/03/2015 Término: 14/03/2016

Assinatura : 12/03/2015

Valor R\$: 4.410,20 (Quatro Mil, Quatrocentos e Dez Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 302 - 17.001.2452.333903910000000.01000001

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 18/2014 - FMC

Contrato Nº : 18/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 7/2014

Objeto : Aquisição, Fabricação, instalação e (montagem no local, conforme layout fornecido) de mobiliário em geral a serem

instalados no Centro Cultural Concórdia, neste município com recursos oriundos do Convênio Repasse MINC/PRONAC nº 145465, patrocinadas pela empresa Tractebel, conforme descrições constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 25/05/2015

Assinatura : 10/03/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 03/2012 - FMC

Contrato Nº : 3/2012/2012

Aditivo Nº : 3TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : UNITECNO-COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

Licitação : Pregão Presencial 1/2012

Objeto : Sistema para gerenciamento da Biblioteca Publica Municipal.

Vigência : Início: 12/03/2015 Término: 13/03/2016

Assinatura : 12/03/2015

Valor R\$: 5.471,04 (Cinco Mil, Quatrocentos e Setenta e Um Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 281 - 16.001.2401.333903911000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 11/2012 - FMEC

Contrato Nº : 11/2012/2012

Aditivo Nº : 3 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA SADIA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 2/2012

Objeto : LOCAÇÃO DE IMOVEIS PARA TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DAS ESCOLINHAS ESPORTIVAS DA FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 08/03/2016

Assinatura : 06/03/2015

Valor R\$: 63.161,78 (Sessenta e Três Mil, Cento e Sessenta e Um Reais e Setenta e Oito Centavos)

Dotação : 302 - 17.001.2452.333903910000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 12/2012 - FMEC

Contrato Nº : 12/2012/2012

Aditivo Nº : 3 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA - SESI

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 3/2012

Objeto : LOCAÇÃO DE IMOVEIS PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA FMEC PARA TREINAMENTO DAS EQUIPES DE COMPETICAO E ESCOLINHAS.

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 08/03/2016

Assinatura : 06/03/2015

Valor R\$: 8.858,70 (Oito Mil, Oitocentos e Cinquenta e Oito Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 302 - 17.001.2452.333903910000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 15/2014 - FMC

Contrato Nº : 15/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2015

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 4/2014

Objeto : Aquisição e instalação de climatizadores de ar novos, para o Centro Cultural Concórdia com recursos oriundos do convênio PRONAC 145.465 e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do

Vigência : Início: 26/11/2014 Término: 27/05/2015

Assinatura : 10/03/2015

Valor R\$: 18.695,25 (Dezoito Mil, Seiscentos e Noventa e Cinco Reais e Vinte e Cinco Centavos)

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 1/2015-FUMDEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO -Nº 1/2015 - FUMDEMA

O Diretor Superintendente da Fundação Municipal de Meio Ambiente- Levi Elói dos Santos, torna público que ratificou o ato do Edno Gonçalves, Chefe de Departamento Administrativo, que declarou inexigível a licitação, nos termos do inciso I, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 19 de março de 2015, para contratação de empresa do ramo gráfico para confecção e impressão e fornecimento de revistas educativas, com o tema "Protegendo o Meio Ambiente", para campanha em escolas, na semana internacional do meio ambiente. A favor da empresa PROMIDIA COMUNICAÇÃO LTDA.

LEVI ELÓI DOS SANTOS

Diretor Superintendente da Fundação Municipal de Meio Ambiente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/2015 -FMC

Contrato Nº : 3/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : IRMAOS BOHRER ELETRO ELETRONICOS LTDA-ME

Licitação : Pregão Eletrônico 6/2014

Objeto : Aquisição e instalação (montagem no local, conforme layout fornecido) de diversos equipamentos para iluminação cênica e equipamentos de sonorização ambiente do Centro Cultural Concórdia, deste município com recursos oriundos do Convênio Repasse MINC/PRONAC, patrocinadas pela empresa Tractebel. e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 05/03/2015 Término: 04/05/2015

Assinatura : 05/03/2015

Valor R\$: 22.276,00 (Vinte e Dois Mil e Duzentos e Setenta e Seis Reais)

Dotação : 357 - 16.001.2403.344905233000000.01340000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2015 -FMC

Contrato Nº : 4/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : INCENTIVE PROJETOS E EVENTOS LTDA - ME

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 1/2015

Objeto : Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria, acompanhamento e prestação de contas referente os recursos provenientes do Ministério da Cultura, patrocinado pela Empresa Tractebel Energia S.A, visando o desenvolvimento das atividades inerentes ao Projeto beneficiado "Finalização do Centro Cultural Concórdia", cadastrado junto ao PRONAC sob o nº 145465.

Vigência : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016

Assinatura : 06/03/2015

Valor R\$: 32.850,00 (Trinta e Dois Mil e Oitocentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 327 - 16.001.2403.333903905000000.01340000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2015 -FMC

Contrato Nº : 05/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : MUNDIAL SERIGRAF - COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 3/2015

Objeto : Contratação de empresa para fabricação e instalação de móveis e contratação de serviços de plotagem de acordo com o projeto/layout e especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2017

Assinatura : 11/03/2015

Valor R\$: 2.499,90 (Dois Mil, Quatrocentos e Noventa e Nove Reais e Noventa Centavos)

Dotação : 359 - 16.001.2403.333903044000000.03000001

Dotação : 360 - 16.001.1401.344905242000000.03000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2015 -FMC

Contrato Nº : 6/2015

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 3/2015

Objeto : Contratação de empresa para fabricação e instalação de móveis e contratação de serviços de plotagem de acordo com o projeto/layout e especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 11/03/2015 Término: 11/03/2017

Assinatura : 11/03/2015

Valor R\$: 26.500,00 (Vinte e Seis Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 359 - 16.001.2403.333903044000000.03000001

Dotação : 360 - 16.001.1401.344905242000000.03000001

Coronel Freitas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 03/2015

Objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEM, NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS E BAINHA

Validade: 12 meses

Ata Registro de Preço nº 03a/2015

Empresa com preços registrados: COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE LTDA

CNPJ: 08818603/000107

Itens: 04; 05; 07; 08; 09; 10 e 11

Total: R\$ 186.050,00 (Cento e oitenta e seis mil cinqüenta reais)

Ata Registro de Preço nº 03b/2015

Empresa com preços registrados: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA

CNPJ: 85.093.524/0001-27

Itens: 01; 02 e 03

Total: R\$ 25.180,00 (Vinte e cinco mil cento e oitenta reais)

Ata Registro de Preço nº 03c/2015

Empresa com preços registrados: FABIO JOSÉ RECKZIEGEL

CNPJ: 10.369.055/0001-27

Itens: 06

Total: R\$ 32.500,00 (Trinta e dois mil quinhentos reais)

Coronel Freitas (SC), 20 de Março de 2015

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 21 E 22/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2015

Contratado: J.M.R. COMERCIO DE MAQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA ME

Objeto: Terceirização de maquinas fotocopadoras.

Valor: R\$ 8.850,00 (Oito mil oitocentos e cinqüenta reais)

Vigência: 31/12/2015

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2015

Contratado: TONER MAIS LTDA ME

Objeto: Terceirização de maquinas fotocopadoras

Valor: R\$ 7.000,00 (Sete mil reais)

Vigência: 31/12/2015

Coronel Martins**PREFEITURA****ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 017/2015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 017/2015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2015 NÚMERO CONTRATO: PMCM 017/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/11/2013

OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE

Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas

DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Recursos do Repasse da União R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos reais).

PRAZOS

Data da Assinatura do Contrato de Repasse e Anexos: 05/11/2013

Término da Vigência Contratual: 31/03/2015

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATANTE: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO- REPRESENTADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 018/2015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 018/2015 DE 18 DE MARÇO DE 2015.

MÊS/ANO: MARÇO/2015 NÚMERO CONTRATO: PMCM 018/2015

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 05/11/2013

OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE

Aquisição de Patrulha Agrícola Mecanizada

DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Recursos do Repasse da União R\$ 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil duzentos e cinquenta reais).

PRAZOS

Data da Assinatura do Contrato de Repasse e Anexos: 05/11/2013

Término da Vigência Contratual: 31/03/2015

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATANTE: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO- REPRESENTADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO 2015.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/03/2015

A UNIDADE CONCEDENTE, PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, CNPJ 95.993.093/0001-09 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL MARTINS, representada por DIRCEU FAVRETTO, a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, representada por Taiz Regina Balardin Antonini e o (a) ESTAGIÁRIO (A) LUCIMARA VALARDÃO matrícula 201211831 curso de DIREITO - 7º período, acertam o seguinte, na forma da Lei nº 11788 de 25 de setembro de 2008.

CLÁUSULA TERCEIRA

O(A) ESTAGIÁRIO(A) desenvolverá as seguintes atividades: AUXILIAR NA FORMULAÇÃO DE CONTRATOS, TERMOS ADITIVOS, OFÍCIOS, CONVÊNIOS, ENTRE OUTROS; PARTICIPAR DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, MANTENDO CONTATO DIÁRIO COM A MATÉRIA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, PRINCIPALMENTE; ACOMPANHAR AS COMPRAS DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES REALIZADOS COM DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES COM RECURSOS DA MANUTENÇÃO OU PROVENIENTES DE OUTRAS FONTES.

CLÁUSULA NONA

O (A) ESTAGIÁRIO (A) receberá uma bolsa no valor de R\$ 631,98 (SEISCENTOS E TRINTA E UM REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS) + auxílio transporte.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445
TIPO DE PESSOA (1/2): 1 CPF: 088.705.329-76
ESTAGIÁRIO: LUCIMARA VALARDÃO

LEI COMPLEMENTAR Nº 042/2015

Lei Complementar nº 042/2015

Institui gratificação de soldador e dá outras providências.

DIRCEU FAVRETTO, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Ao servidor ocupante de cargo de provimento efetivo de mecânico que realizar também as funções de soldador, fica instituída a Gratificação de Soldador em valor equivalente a R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, não incorporável ao vencimento.

§ 1º O valor previsto no caput deste artigo será reajustado nos mesmos índices e igual periodicidade dos reajustes e revisões de vencimentos concedidos aos servidores públicos municipais.

§ 2º A gratificação prevista neste artigo poderá ser concedida a servidor efetivo ainda que submetido a estágio probatório.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,
em 03 de março de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei Complementar foi publicada e registrada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

LEI Nº 649, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 649, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS MEMBROS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. De conformidade com a Lei Federal n. 11.738/2008 que dispõe sobre a fixação do piso nacional dos membros do magistério público, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover o escalonamento do reajuste de vencimento a que fazem jus os membros do Magistério Público Municipal neste exercício financeiro de 2015, no valor de 13,01 % (treze vírgula zero um por cento), em 03 (três) parcelas iguais, incidentes sobre a folha de pagamento dos meses de fevereiro, junho e outubro de 2015.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins em,
17 de Março de 2015.
DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****ERRATA DE TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 12/2015 PMCP**

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
TOMADA DE PREÇOS 12/2015

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital da Tomada de Preços - Processo n.º 12/2015 PMCP, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA AVENIDA TANCREDO NEVES, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. Alterando-se o item 1, subitem 1.2 do edital, onde se lê: "R\$ 499.363,57 (Quatrocentos e noventa e nove mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e sete centavos)", passa a ser lido: "R\$ 320.322,78 (Trezentos e vinte mil, trezentos e vinte e dois reais, e setenta e oito centavos)", mantendo-se o mesmo horário e data de abertura da licitação, às 14:00 horas do dia 31 de março de 2015.

Correia Pinto, 20 de março de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

ERRATA DE TOMADA DE PREÇOS - PROCESSO 13/2015 PMCP

ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
TOMADA DE PREÇOS 13/2015

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital da Tomada de Preços - Processo n.º 13/2015 PMCP, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA, REFERENTE A IMPLANTAÇÃO DE TREVO DE ACESSO NA RODOVIA BR 116, KM 237,00, CONFORME ANEXOS DO EDITAL. Alterando-se a data de abertura da licitação, onde se lê: "03/04/2015", passa a ser lido: "07/04/2015", mantendo-se o mesmo horário, às 14:00 horas.

Correia Pinto, 20 de março de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

NATHASA AMARAL PEREIRA
Presidente da Comissão de Licitação

Corupá**PREFEITURA****ERRATA DA PORTARIA Nº 2819 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014, PUBLICADO EM 25 DE FEVEREIRO DE 2014.**

Errata da PORTARIA Nº 2819 de 21 de fevereiro de 2014, publicado em 25 de fevereiro de 2014.

ONDE SE LÊ: Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 2, a servidora JULIANE AUERHAHN MAIA, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

LEIA-SE: Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 2, a servidora JULIANE AUERHAHN MAIA, para atuar na Atenção Básica no que diz respeito ao atendimento das agentes comunitárias de todas as ESFs, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Corupá, 21 de fevereiro de 2014.

PORTARIA Nº 2819/14

PORTARIA Nº 2819/14
CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG - 2, A SERVIDORA JULIANE AUERHAHN MAIA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - Fica concedida a Função Gratificada, com denominação de FG - 2, a servidora JULIANE AUERHAHN MAIA, para atuar na Atenção Básica no que diz respeito ao atendimento das agentes comunitárias de todas as ESFs, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 03 de fevereiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
21 de fevereiro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 12/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 12/2015

Aos dezoito dias do mês de Março de 2015, no FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Kleberson Luciano Lima, doravante denominado simplesmente de FUNDO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 12/2015, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de

12 (doze) meses,

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

- I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;
- II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;
- III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;
- V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.
- VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.
- VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitibanos, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitibanos, 18 de Março de 2015.

Kleberson Luciano Lima

Presidente do Fundo

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE SOFTWARE PARA GESTÃO EDUCACIONAL, COMPOSTO POR MÓDULOS PARA GESTÃO E CONTROLE DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 01/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 18 de Março de 2015.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do FundoDiego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

RREO_PRIMEIRO BIMESTRE 2015

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 19/03/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

GUIOMAR G.DE CAMPOS
Técn.em Contab.CRC/SC 023050/0-0

RREO_PRIMEIRO BIMESTRE 2015

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial	—		38.220.000,00	
Previsão Atualizada	—		38.220.000,00	
Receitas Realizadas	6.208.258,50		6.208.258,50	
Déficit Orçamentário	—		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—		0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial	—		38.220.000,00	
Créditos Adicionais	—		8.076.730,37	
Dotação Atualizada	—		46.296.730,37	
Despesas Empenhadas	8.329.521,69		8.329.521,69	
Despesas Liquidadas	3.870.316,39		3.870.316,39	
Superavit Orçamentário	—		2.337.942,11	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		8.329.521,69	8.329.521,69	
Despesas Liquidadas		3.870.316,39	3.870.316,39	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			35.922.961,42	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)	0,00		0,00	
Liquidadas	0,00		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-584.710,97	0,00
Resultado Primário		0,00	2.203.770,12	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	11.302.210,68	2.957,41	1.690.151,19	9.609.102,08
EXECUTIVO	11.259.739,15	2.957,41	1.690.151,19	9.566.630,55
LEGISLATIVO	42.471,53	0,00	0,00	42.471,53
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.146.214,16	0,00	916.513,30	229.700,86
EXECUTIVO	1.137.246,07	0,00	911.267,26	225.978,81
LEGISLATIVO	1.085,40	0,00	15,00	1.070,40
EXECUTIVO	7.641,23	0,00	4.989,58	2.651,65
LEGISLATIVO	241,46	0,00	241,46	0,00
TOTAL:	12.448.424,84	2.957,41	2.606.664,49	9.838.802,94
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		83.996,45	25%	2,26
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		581.316,69	60%	65,40
Liquidadas		581.316,69		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		54.287,54	10.166.586,98	

Continua 1/2

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		976.622,91	15,00	0,00
Liquidadas		976.622,91		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

DIONISIO CERQUEIRA , 19/03/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES
 Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
 C. Interno - CRA/SC 11527

GUIOMAR G.DE CAMPOS
 Técn.em Contab.CRC/SC 02

RREO_PRIMEIRO BIMESTRE 2015

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.220.000,00	46.296.730,37	8.329.521,69	8.329.521,69	3.870.316,39	3.870.316,39	100,00	8,36
Legislativa	1.478.500,00	1.478.500,00	205.372,21	205.372,21	123.051,45	123.051,45	3,18	8,32
Ação Legislativa	1.478.500,00	1.478.500,00	205.372,21	205.372,21	123.051,45	123.051,45	3,18	8,32
Administração	4.653.400,00	4.574.400,37	953.399,83	953.399,83	479.317,33	479.317,33	12,38	10,48
Planejamento e Orçamento	182.000,00	182.000,00	24.657,80	24.657,80	24.657,80	24.657,80	0,64	13,55
Administração Geral	3.998.400,00	3.919.400,37	881.699,63	881.699,63	414.592,54	414.592,54	10,71	10,58
Administração Financeira	198.000,00	198.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Controle Interno	105.000,00	105.000,00	21.087,01	21.087,01	17.549,71	17.549,71	0,45	16,71
Administração de Receitas	170.000,00	170.000,00	25.955,39	25.955,39	22.517,28	22.517,28	0,58	13,25
Defesa Nacional	31.300,00	31.300,00	5.335,29	5.335,29	4.015,29	4.015,29	0,10	12,83
Defesa Terrestre	31.300,00	31.300,00	5.335,29	5.335,29	4.015,29	4.015,29	0,10	12,83
Segurança Pública	322.767,25	322.767,25	40.700,56	40.700,56	13.324,38	13.324,38	0,34	4,13
Policimento	53.144,00	53.144,00	26.993,41	26.993,41	10.559,71	10.559,71	0,27	19,87
Defesa Civil	269.623,25	269.623,25	13.707,15	13.707,15	2.764,67	2.764,67	0,07	1,03
Assistência Social	2.264.088,64	2.283.901,45	318.259,33	318.259,33	230.099,14	230.099,14	5,95	10,07
Administração Geral	937.441,00	937.441,00	140.844,07	140.844,07	112.504,75	112.504,75	2,91	12,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.144.147,64	1.144.147,64	158.774,52	158.774,52	102.969,43	102.969,43	2,66	9,00
Assistência Comunitária	182.500,00	202.312,81	18.640,74	18.640,74	14.624,96	14.624,96	0,38	7,23
Saúde	14.020.790,46	16.180.790,46	3.416.926,56	3.416.926,56	1.674.857,65	1.674.857,65	43,27	10,35
Atenção Básica	1.136.885,00	1.136.885,00	229.333,70	229.333,70	125.041,03	125.041,03	3,23	11,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.864.250,46	7.954.250,46	1.896.529,27	1.896.529,27	1.039.022,04	1.039.022,04	26,85	13,06
Vigilância Sanitária	4.452.210,00	6.522.210,00	1.161.463,37	1.161.463,37	425.538,11	425.538,11	10,99	6,52
Vigilância Epidemiológica	500.500,00	500.500,00	84.600,22	84.600,22	40.256,47	40.256,47	1,04	8,04
Educação	66.945,00	66.945,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	1,16	67,22
Administração Geral	9.451.586,15	13.236.623,07	1.167.582,43	1.167.582,43	866.586,02	866.586,02	22,39	6,55
Administração Financeira	509.300,00	509.300,00	107.533,77	107.533,77	74.223,23	74.223,23	1,92	14,57
Ensino Fundamental	26.250,00	26.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Médio	5.481.883,81	9.238.220,73	753.806,86	753.806,86	547.559,97	547.559,97	14,15	5,93
	258.037,50	258.037,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.220.000,00	46.296.730,37	8.329.521,69	8.329.521,69	3.870.316,39	3.870.316,39	100,00	8,36
Educação	9.451.566,15	13.236.623,07	1.167.582,43	1.167.582,43	866.586,02	866.586,02	22,39	6,55
Educação Infantil	3.129.894,84	3.158.614,84	306.241,80	306.241,80	244.802,82	244.802,82	6,33	7,75
Educação de Jovens e Adultos	46.200,00	46.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	187.650,00	187.650,00	3.250,00	3.250,00	3.250,00	3.250,00	0,08	1,73
Difusão Cultural	187.650,00	187.650,00	3.250,00	3.250,00	3.250,00	3.250,00	0,08	1,73
Urbanismo	1.836.337,50	3.415.337,13	809.105,66	809.105,66	177.293,08	177.293,08	4,58	5,19
Infra-Estrutura Urbana	100.000,00	1.678.999,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	1.569.350,00	1.569.350,00	804.755,66	804.755,66	172.943,08	172.943,08	4,47	11,02
Energia Elétrica	166.987,50	166.987,50	4.350,00	4.350,00	4.350,00	4.350,00	0,11	2,60
Saneamento	25.000,00	25.000,00	3.720,72	3.720,72	2.098,52	2.098,52	0,05	8,39
Saneamento Básico Rural	25.000,00	25.000,00	3.720,72	3.720,72	2.098,52	2.098,52	0,05	8,39
Agricultura	1.112.000,00	1.723.880,64	424.657,54	424.657,54	91.943,03	91.943,03	2,38	5,33
Administração Geral	1.027.000,00	1.638.880,64	412.157,54	412.157,54	91.943,03	91.943,03	2,38	5,61
Abastecimento	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	70.000,00	70.000,00	12.500,00	12.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.765.250,00	1.765.250,00	693.580,67	693.580,67	115.356,01	115.356,01	2,98	6,53
Transporte Rodoviário	1.765.250,00	1.765.250,00	693.580,67	693.580,67	115.356,01	115.356,01	2,98	6,53
Desporto e Lazer	316.350,00	316.350,00	11.394,21	11.394,21	10.023,21	10.023,21	0,26	3,17
Desporto Comunitário	316.350,00	316.350,00	11.394,21	11.394,21	10.023,21	10.023,21	0,26	3,17
Encargos Especiais	595.000,00	595.000,00	276.236,68	276.236,68	79.101,28	79.101,28	2,04	13,29
Serviço da Dívida Interna	325.000,00	325.000,00	16.236,68	16.236,68	16.236,68	16.236,68	0,42	5,00
Outros Encargos Especiais	270.000,00	270.000,00	260.000,00	260.000,00	62.864,60	62.864,60	1,62	23,28

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	38.220.000,00	46.296.730,37	8.329.521,69	8.329.521,69	3.870.316,39	3.870.316,39	100,00	8,36
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II)	38.220.000,00	46.296.730,37	8.329.521,69	8.329.521,69	3.870.316,39	3.870.316,39	100,00	8,36

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 18/03/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal	CLEONIR L. WELTER C. Interno - CRAV/SC 11527	GUIOMAR G.DE CAMPOS Técn.em Contab.CRC/SC 023050/0-0
---	---	---

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO_PRIMEIRO BIMESTRE 2015

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	38.220.000,00	38.220.000,00	6.208.258,50	6.208.258,50	16,24	32.011.741,50
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.157.609,00	38.157.609,00	5.233.582,15	5.233.582,15	13,72	32.924.026,85
IMPOSTOS	5.763.196,44	5.763.196,44	406.749,23	406.749,23	7,06	5.356.447,21
TAXAS	4.051.871,44	4.051.871,44	367.700,65	367.700,65	9,07	3.684.170,79
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.448.825,00	1.448.825,00	39.048,58	39.048,58	2,70	1.409.776,42
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	262.500,00	262.500,00	0,00	0,00	0,00	262.500,00
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	151.410,00	151.410,00	37.545,95	37.545,95	24,80	113.864,05
RECEITA PATRIMONIAL	151.410,00	151.410,00	37.545,95	37.545,95	24,80	113.864,05
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	309.345,23	309.345,23	137.531,84	137.531,84	44,46	171.813,39
RECEITA DE SERVIÇOS	309.345,23	309.345,23	137.531,84	137.531,84	44,46	171.813,39
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.263.469,55	2.263.469,55	154.873,92	154.873,92	6,84	2.108.585,63
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.367.743,66	28.367.743,66	4.439.616,32	4.439.616,32	15,65	23.928.127,34
Transferências de Instituições Privadas	28.189.311,66	28.189.311,66	4.431.611,84	4.431.611,84	15,72	23.757.699,82
Transf. de Conv.	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00	0,00	145.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	33.432,00	33.432,00	8.004,48	8.004,48	23,94	25.427,52
Multas e Juros de Mora	1.302.454,12	1.302.454,12	57.264,89	57.264,89	4,40	1.245.189,23
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	289.612,68	289.612,68	22.305,69	22.305,69	7,70	267.306,99
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	126,50	126,50	0,00	-126,50
RECEITAS DIVERSAS	988.523,44	988.523,44	32.648,15	32.648,15	3,30	955.875,29
RECEITAS DE CAPITAL	62.391,00	62.391,00	974.676,35	974.676,35	8,98	22.133,45
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	12.978,00	12.978,00	1.208,31	1.208,31	9,31	11.769,69
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	49.413,00	49.413,00	973.468,04	973.468,04	970,06	-924.055,04
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.544,00	5.544,00	5.365,91	5.365,91	96,79	178,09
Transf. de Instituições Privadas	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	25.869,00	25.869,00	968.102,13	968.102,13	742,33	-942.233,13
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.220.000,00	38.220.000,00	6.208.258,50	6.208.258,50	16,24	32.011.741,50
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	38.220.000,00	38.220.000,00	6.208.258,50	16,24	6.208.258,50	16,24
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	38.220.000,00	38.220.000,00	6.208.258,50	16,24	6.208.258,50	16,24
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.066.730,37	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	1.360.912,12	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	3.695.818,25	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	38.220.000,00	8.076.730,37	46.296.730,37	8.329.521,69	8.329.521,69	3.870.316,39	3.870.316,39	8,36
DESPESAS CORRENTES	35.945.804,00	120.051,85	36.065.855,85	7.951.075,66	7.951.075,66	3.816.028,85	3.816.028,85	10,58
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.117.907,12	-89.481,33	20.028.425,79	2.938.958,38	2.938.958,38	2.938.958,38	2.938.958,38	14,67
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	25.000,00	0,00	25.000,00	632,27	632,27	632,27	632,27	2,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.802.896,88	209.533,18	16.012.430,06	5.011.485,01	5.011.485,01	876.438,20	876.438,20	5,47
DESPESAS DE CAPITAL	2.264.196,00	7.956.678,52	10.220.874,52	378.446,03	378.446,03	54.287,54	54.287,54	0,53
INVESTIMENTOS	2.064.196,00	7.956.678,52	10.020.874,52	374.510,14	374.510,14	50.351,65	50.351,65	0,50
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	200.000,00	0,00	200.000,00	3.935,89	3.935,89	3.935,89	3.935,89	1,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.220.000,00	8.076.730,37	46.296.730,37	8.329.521,69	8.329.521,69	3.870.316,39	3.870.316,39	8,36

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	38.220.000,00	8.076.730,37	46.296.730,37	8.329.521,69	8.329.521,69	3.870.316,39	3.870.316,39	8,36
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	2.337.942,11	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	38.220.000,00	8.076.730,37	46.296.730,37	8.329.521,69	8.329.521,69	3.870.316,39	6.208.258,50	13,41

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 18/03/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES Prefeito Municipal	CLEONIR L. WELTER C. Interno - CRASC 11527	GUIOMAR G.DE CAMPOS Técn. em Contab.CRC/SC 0230500-0
---	---	---

RREO_PRIMEIRO BIMESTRE 2015

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RP - PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	RP NÃO PROCESSADOS												R\$ 1,00
	RP PROCESSADOS			RP NÃO PROCESSADOS									
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo							
PODER/ÓRGÃO	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Inscritos	Saldo	Cancelados	Pagos	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)													
EXECUTIVO													
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	120.242,70	1.025.971,46	916.513,30	-		229.700,86	4.133.707,68	7.168.503,00	1.751.050,13	1.690.151,19	2.957,41		9.608.102,08
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	70.225,63	641.588,97	587.403,96	0,00		124.410,62	430.204,35	6.379.206,69	1.158.613,98	1.133.943,10	0,00		5.675.467,94
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	0,00	213,14	0,00	0,00		213,14	0,00	1.195,89	650,00	650,00	0,00		546,89
SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	244,00	23.330,93	23.404,25	0,00		170,68	0,00	11.434,00	8.920,00	8.920,00	0,00		2.514,00
SEC. MUN. DE SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO I	12.178,87	64.966,29	60.520,50	0,00		16.654,66	281.305,80	68.026,45	29.605,61	10.308,53	0,00		339.023,72
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MEK	0,00	102.390,75	97.417,27	0,00		4.943,48	0,00	2.895.556,37	687.297,57	684.855,77	0,00		2.210.700,60
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E F	4.395,22	24.863,23	21.596,65	0,00		7.661,80	0,00	1.414.822,01	189.051,56	188.051,56	0,00		1.225.770,45
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	4.205,50	83.860,58	67.792,59	0,00		20.273,49	273,33	38.319,62	25.793,31	25.793,31	0,00		12.799,64
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO I	12.464,21	16.059,80	17.295,70	0,00		11.227,31	0,00	370.232,11	15.456,61	12.524,61	0,00		357.707,50
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTUR	0,00	680,18	680,18	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E	36.737,83	323.110,27	295.582,04	0,00		63.266,06	84.467,11	1.579.250,24	201.469,32	201.469,32	0,00		1.462.248,03
SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	64.156,11	0,00	0,00	0,00	0,00		64.156,11
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E G	0,00	984,25	984,25	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQ	0,00	1.149,55	0,00	0,00		0,00	0,00	370,00	370,00	370,00	0,00		0,00
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	20.297,20	248.730,17	238.112,99	0,00		30.914,38	121,78	334.538,27	82.302,63	58.778,59	1,30		275.880,16
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19.338,47	0,00	95,96	0,00		19.242,49	121,78	0,00	0,00	0,00	0,00		121,78
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	956,73	0,00	0,00	0,00		956,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA	0,00	248.730,17	238.017,01	0,00		10.713,16	0,00	334.538,27	82.302,63	58.778,59	1,30		275.758,38
HOSPITAL MUNICIPAL DR. LUIZ CARLOS BARREIR	28.393,01	135.662,32	90.739,87	0,00		73.305,46	3.660.910,02	454.758,04	510.133,52	497.429,50	2.956,11		3.615.282,45
LEGISLATIVO	28.393,01	135.662,32	90.739,87	0,00		73.305,46	3.660.910,02	454.758,04	510.133,52	497.429,50	2.956,11		3.615.282,45
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊ	1.326,86	0,00	256,46	0,00		1.070,40	42.471,53	0,00	0,00	0,00	0,00		42.471,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.070,40	0,00	0,00	0,00		1.070,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E	256,46	0,00	256,46	0,00		0,00	42.471,53	0,00	0,00	0,00	0,00		42.471,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E	0,00	-	-	-		-	-	-	-	-	-		-
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)													
TOTAL (III) = (I + II):	120.242,70	1.025.971,46	916.513,30	0,00		229.700,86	4.133.707,68	7.168.503,00	1.751.050,13	1.690.151,19	2.957,41		9.608.102,08
MONTE:													

FONTE:

DIONÍSIO CERQUEIRA , 18/03/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

GUIOMAR G.DE CAMPOS
Técno em Contábil.CRC/SC 023050/00

RREO_PRIMEIRO BIMESTRE 2015

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	10.220.874,52	54.287,54	0,00	10.166.586,98
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	10.220.874,52	54.287,54	0,00	10.166.586,98
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-10.220.874,52	-54.287,54		-10.166.586,98

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 18/03/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRA/SC 11527

GUIOMAR G.DE CAMPOS
Téc.n.ºm Contab.CRC/SC 023050/0-0

RREO_PRIMEIRO BIMESTRE 2015

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	37.848.263,77	5.096.050,31	5.096.050,31	4.894.446,26
Receita Tributária	5.763.196,44	406.749,23	406.749,23	422.199,07
I.P.T.U.	1.218.000,00	901,59	901,59	1.857,16
I.S.S.	1.711.147,20	195.201,56	195.201,56	218.205,61
I.T.B.I.	750.000,00	83.767,58	83.767,58	101.087,27
I.R.R.F.	372.724,24	87.829,92	87.829,92	65.629,07
Outras Receitas Tributárias	1.711.325,00	39.048,58	39.048,58	35.419,96
Receita de Contribuição	151.410,00	37.545,95	37.545,95	27.174,40
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	151.410,00	37.545,95	37.545,95	27.174,40
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	309.345,23	137.531,84	137.531,84	107.199,37
(-) Aplicações Financeiras	309.345,23	137.531,84	137.531,84	107.199,37
Transferências Correntes	28.367.743,66	4.439.616,32	4.439.616,32	4.248.732,65
F.P.M.	9.002.110,00	1.614.855,08	1.614.855,08	1.640.032,42
I.C.M.S.	5.182.200,00	914.633,59	914.633,59	811.823,26
Convênios	33.432,00	8.004,48	8.004,48	8.421,00
Outras Transferências Correntes	14.150.001,66	1.902.123,17	1.902.123,17	1.788.455,97
Demais Receitas Correntes	3.565.913,67	212.138,81	212.138,81	196.340,14
Dívida Ativa	988.523,44	32.648,15	32.648,15	39.063,27
Diversas Receitas Correntes	2.577.390,23	179.490,66	179.490,66	157.276,87
RECEITAS DE CAPITAL (II)	62.391,00	974.676,35	974.676,35	197.388,21
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	12.978,00	1.208,31	1.208,31	938,21
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	450,00
Transferências de Capital	49.413,00	973.468,04	973.468,04	196.000,00
Convênios	25.869,00	968.102,13	968.102,13	196.000,00
Outras Transferências de Capital	23.544,00	5.365,91	5.365,91	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	49.413,00	973.468,04	973.468,04	196.000,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	37.897.676,77	6.069.518,35	6.069.518,35	5.090.446,26
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	36.065.855,85	3.816.028,85	3.816.028,85	3.520.113,39
Pessoal e Encargos Sociais	20.028.425,79	2.938.958,38	2.938.958,38	2.779.168,17
Juros e Encargos da Dívida (IX)	25.000,00	632,27	632,27	933,16
Outras Despesas Correntes	16.012.430,06	876.438,20	876.438,20	740.012,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	36.040.855,85	3.815.396,58	3.815.396,58	3.519.180,23
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	10.220.874,52	54.287,54	54.287,54	8.866,79
Investimentos	10.020.874,52	50.351,65	50.351,65	574,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	200.000,00	3.935,89	3.935,89	8.292,79
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	10.020.874,52	50.351,65	50.351,65	574,00

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	46.071.730,37	3.865.748,23	3.865.748,23	3.519.754,23
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-8.174.053,60	2.203.770,12	2.203.770,12	1.570.692,03
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 18/03/2015

 ALTAIR CARDOSO RITTES
 Prefeito Municipal

 CLEONIR L. WELTER
 C. Interno - CRA/SC 11527

 GUIOMAR G.DE CAMPOS
 Técn.em Contab.CRC/SC 023050/0-0

RREO_PRIMEIRO BIMESTRE 2015

Município de DIONISIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.610.763,15	1.610.763,15	1.608.750,08
DEDUÇÕES (II)	12.330.389,56	12.330.389,56	12.913.087,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	13.472.189,26	13.472.189,26	13.790.492,43
Demais Haveres Financeiros	4.414,46	4.414,46	4.414,46
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.146.214,16	1.146.214,16	881.819,43
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-10.719.626,41	-10.719.626,41	-11.304.337,38
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-10.719.626,41	-10.719.626,41	-11.304.337,38

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2015 (C - A)
VALOR	-584.710,97	-584.710,97

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Fev 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

DIONISIO CERQUEIRA , 18/03/2015

ALTAIR CARDOSO RITTES
Prefeito Municipal

CLEONIR L. WELTER
C. Interno - CRAVSC 11527

GUIOMAR G.DE CAMPOS
Téc.n.em Contab.CRC/SC 023050/0-0

RREO_PRIMEIRO BIMESTRE 2015

Município de DIONÍSIO CERQUEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	R\$ 1,00
		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015		
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	2.512.008,78	2.657.283,93	2.701.984,62	2.475.128,03	3.076.707,55	2.547.737,49	2.699.988,61	2.789.798,17	4.328.081,33	6.146.825,84	2.927.040,01	2.551.759,03	37.414.004,39	39.543.390,48
	IPTU	311.848,78	276.653,43	199.307,28	287.337,66	761.130,10	256.042,42	299.886,63	311.536,46	253.076,93	347.339,25	214.256,21	192.469,02	3.732.469,17	5.763.166,44
	IPTU - L.P.T.U.	0,00	93,86	67,00	17.132,01	363.396,10	33.405,08	27.338,54	23.986,12	21.075,18	22.885,03	624,09	77,50	510.302,51	1.218.000,00
	I.R.R.F.	59.986,56	62.456,66	65.061,20	68.000,91	47.637,09	43.404,43	43.951,19	47.186,45	46.994,44	111.427,94	45.723,69	42.105,23	688.176,79	372.724,24
	I.S.S.	105.639,68	104.694,58	83.138,17	102.653,67	81.222,75	107.397,35	125.944,04	117.980,67	91.680,01	125.095,54	94.779,40	100.422,16	1.240.591,02	1.711.147,20
	I.T.E.U.	46.480,47	74.691,44	36.470,00	52.359,31	55.060,00	73.482,81	61.859,99	92.977,02	66.263,90	57.486,00	60.210,00	23.557,58	697.866,52	750.000,00
	Outras Receitas Tributárias	100.763,07	34.726,89	16.170,91	27.991,76	213.814,16	36.092,75	40.792,87	29.394,20	26.123,40	31.061,74	12.719,03	26.329,55	596.570,33	1.711.325,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	13.249,39	16.126,78	13.226,93	17.116,46	11.322,18	16.638,94	14.265,72	0,00	38.431,61	17.390,84	19.745,65	17.800,30	195.284,80	151.410,00
	RECEITA PATRIMONIAL	52.341,44	68.136,51	69.114,79	69.632,47	69.802,23	82.923,34	73.686,82	66.054,01	70.196,39	78.354,43	69.440,71	68.091,13	837.783,27	309.346,23
	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	5.640,35	47.893,67	101.334,35	126.502,61	123.007,95	32.759,55	122.439,40	192.867,15	175.598,25	199.753,15	60.325,10	94.548,82	1.282.600,36	2.263.456,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.090.411,91	2.213.247,23	2.275.818,32	1.967.003,70	2.069.190,73	2.072.951,33	2.152.495,20	2.176.529,16	3.795.778,53	4.150.945,57	2.534.242,65	2.150.590,56	29.628.507,89	29.753.525,14
	Cota-Parte do FPM	502.391,07	573.394,64	764.119,10	573.040,02	482.163,67	597.901,44	524.110,60	486.336,46	665.643,82	1.138.132,65	796.114,26	815.740,82	7.931.056,97	9.002.110,00
	Cota-Parte do ICMS	502.489,05	489.945,31	489.025,66	505.259,21	469.529,74	492.588,28	530.374,56	544.546,22	600.784,77	578.688,65	604.410,50	539.881,29	6.480.000,00	6.480.000,00
	Cota-Parte do IPVA	91.549,66	109.777,93	96.500,65	115.540,45	115.206,49	97.103,79	85.579,16	77.937,84	58.110,22	26.298,73	67.523,67	72.797,87	1.013.926,46	1.520.000,00
	Cota-Parte do ITR	27,93	24,75	59,37	5,00	0,00	156,84	4.624,54	12.692,21	524,50	249,92	152,19	66,44	18.453,69	24.874,50
	Outras Transferências Correntes	597.596,21	638.105,63	477.804,06	357.267,98	606.391,02	472.813,01	599.724,69	606.367,22	1.965.619,90	1.954.583,84	591.750,48	289.420,84	9.178.054,48	7.283.782,64
	Transferências da LC 61/1989	5.508,43	5.996,69	6.522,39	6.212,22	6.391,50	6.573,32	6.190,54	6.629,55	7.612,70	7.511,52	10.062,98	6.004,71	81.241,85	107.068,50
	Transferências da LC 87/1996	0,00	2.199,46	2.199,46	2.199,46	2.199,46	2.199,46	0,00	2.199,46	2.199,46	4.398,92	0,00	0,00	19.795,14	35.698,50
	Transferências do FUNDEB	390.847,56	393.802,62	430.597,63	407.479,36	377.313,25	403.610,19	411.891,11	430.345,18	449.283,16	446.384,34	461.191,07	427.576,59	5.030.414,05	5.300.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	38.516,91	36.274,31	42.592,95	27.135,13	42.247,36	46.461,90	37.194,64	42.827,39	21.029,62	1.347.169,60	23.029,69	29.235,20	1.737.728,90	1.302.454,12
DEDUÇÕES (II)	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	118.813,15	120.389,33	119.356,84	124.600,68	117.924,35	119.723,13	125.279,81	128.476,06	133.816,41	124.823,11	135.095,72	123.141,38	1.491.442,97	1.521.886,80
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.393.195,63	2.536.904,60	2.682.627,78	2.350.527,35	2.958.783,20	2.428.074,36	2.574.688,80	2.661.319,11	4.194.264,92	6.022.002,73	2.791.944,29	2.428.617,65	35.922.961,42	38.021.503,68

Fonte:

DIONÍSIO CERQUEIRA , 18/03/2015

ALTAIR CARDOSO RITES Prefeito Municipal	CLEONIR L. WELTER C. Interno - CRA/SC 11527	GUIOMAR G.DE CAMPOS Técnico Contab.CRC/SC 020350100
--	--	--

Doutor Pedrinho**PREFEITURA****PORTARIA 049/2015**

PORTARIA no 049, de 17 de Março de 2015.

Homologa procedimento de Sindicância Administrativa, aplica penalidade funcional e dá outras providências.

O Prefeito em exercício do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990; e com fundamento nos artigos 105 a 143 da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se a denúncia formulada contra a atuação funcional do servidor, o desenvolvimento regular da Sindicância Administrativa instaurada e a conclusão do Relatório Final elaborado pela Comissão Especial de Sindicância; resolve:

1 - HOMOLOGAR O PROCEDIMENTO DE SINDICÂNCIA instaurado pela Portaria nº 004/2015 e conduzido pela Comissão Especial designada para apurar denúncia formulada contra a atuação funcional do servidor NIVALDO PEREIRA, ocupante do emprego público de Motorista de Ambulância;

2 - APLICAR PENALIDADE DISCIPLINAR ao servidor NIVALDO PEREIRA, ocupante do emprego público de Motorista de Ambulância, por infração aos artigos 105, I, II e VII, e 106, IV, VI e XV, cominados com a sanção estabelecida nos artigos 110, II, e 113, todos da Lei Complementar nº 50/2006, consistente na SUSPENSÃO pelo prazo de 04 (quatro) dias, a serem cumpridos no período de 23 a 26 de março de 2015;

3 - DETERMINAR o retorno do servidor NIVALDO PEREIRA, ao exercício regular de suas funções a contar de 27 de março do corrente, cientificando-o da responsabilidade administrativa, civil e penal na ocorrência de novos danos aos bens e serviços da municipalidade e agravamento da penalidade em caso de reincidência.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 17 de Março de 2015;
27º ano de Fundação; 25º ano de Emancipação Política.

JOSÉ ARILDO DE CASTILHO

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC, em exercício.

Ermo**PREFEITURA****CONVÊNIO Nº. 002/2015**

Convênio nº. 002/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Ermo.

Contratado: APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Turvo.

Objeto: ajuda financeira à APAE de Turvo, para custear despesas com a manutenção de Alunos do Município de Ermo.

Valor: R\$ 74,00 (setenta e quatro reais) por aluno matriculado.

Vigência: 09 de fevereiro de 2015 até 31 de dezembro de 2015

Data de assinatura: 09 de fevereiro de 2015.

CONVÊNIO Nº. 003/2015

Convênio nº. 003/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Ermo.

Contratado: Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Turvo, Ermo, Meleiro, Morro Grande e Timbé do Sul.

Objeto: contribuição financeira no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), divididos em 12 (doze) parcelas.

Vigência: 02 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Data de assinatura: 17 de março de 2015.

Erval Velho**PREFEITURA****EXTRATO DE EDITAL CONCORRÊNCIA 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 020/2015

Edital de Concorrência nº 002/2015

Objeto: Outorga de Concessão de direito real de uso de bens imóveis. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 11 /05/2015.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal.

Faxinal dos Guedes**PREFEITURA****1EXTRATO DE EDITAL_REG PREÇOS MATERIAL DE EXPEDIENTE PREF.**

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços exclusivo para ME e EPP.

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0009/2015

Processo licitatório nº: 0020/2015

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de expediente destinados a prefeitura de Faxinal dos Guedes.

Data do Recebimento: 02/04/2015 às 09h00 min.

Data da abertura: 02/04/2015 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

1EXTRATO DE EDITAL_REG PREÇOS MATERIAL HIGIENE E LIMPEZA PREF

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços exclusivo para ME e EPP.

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0008/2015

Processo licitatório nº: 0019/2015

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de higiene, limpeza, gás e outros para o município de Faxinal dos Guedes.

Data do Recebimento: 01/04/2015 às 09h00 min.

Data da abertura: 01/04/2015 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2015.

GERALCI JOÃO AMPOLINI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO ADT 2º DOS SANTOS E PAVAN - ESTAÇÃO DE TRAT. ESGOTO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: Dos Santos & Pavan Ltda Me

Objeto: Contratação de assessoria, orientação, avaliação emissão de laudos e pareceres, junto a estação de tratamento de esgoto, com controle de qualidade dos parâmetros físico - químico e microbiológico de efluente, TRT (termo de responsabilidade técnica)

ART (anotação de responsabilidade técnica).
Número do Contrato: 0029/2013
Segundo Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0024/2013 na Modalidade Carta Convite nº 0009/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de março de 2015.
GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO DE EDITAL1_REG PREÇOS ÓLEOS LUBRIFICANTES

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços.
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0010/2015
Processo licitatório nº: 0021/2015
Objeto: Aquisição de forma parcelada de óleos lubrificantes para os veículos da prefeitura de Faxinal dos Guedes.
Data do Recebimento: 07/04/2015 as 09h00 min.
Data da abertura: 07/04/2015 às 09h15 min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2015.
GERALCI JOÃO AMPOLINI
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

EXTRATO DE EDITAL_1REG PREÇOS ALIMENTOS SOCIAL

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços exclusivo para ME e EPP.
Modalidade: Pregão Presencial nº: 0004/2015
Processo licitatório nº: 0004/2015
Objeto: Aquisição de forma parcelada de alimentos para o fundo municipal de assistência social.
Data do Recebimento: 01/04/2015 as 14h00 min.
Data da abertura: 01/04/2015 às 14h15 min.
Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de março de 2015.
FERNANDA DE CAMPOS
DIRETORA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LC - 117 - ALTERA - VENDA TERRENO CAMARA

LEI COMPLEMENTAR Nº 116/2015

ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS NO ART. 2º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 115\2014 QUE "AUTORIZA ALIENAÇÃO DE BEM IMÓVEL DESAFETADO MEDIANTE CONCORRÊNCIA PÚBLICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º. Altera a redação do art. 2º, da Lei Complementar n. 115\2014 e inclui incisos I, II e III, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. A venda dos imóveis descritos no artigo primeiro, será da seguinte forma:

- I - 10% do valor da avaliação mais 12 parcelas mensais e sucessivas;
- II - 20% do valor da avaliação mais 24 parcelas mensais e sucessivas;
- III - 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas.

Art. 2º. Após infrutífero a tentativa das alienações dos imóveis, proceder-se-á a venda direta dos mesmos, mediante procedimento legal.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de março de 2015.
EDEGAR GIORDANI
Prefeito Municipal
Oriundo PLC 001/2015

RETIFICAÇÃO DE 1 EDITAL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS DE OXIGÊNIO

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO UNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES
AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL - TOMADA DE PREÇOS 0003/2015- PROCESSO LICITATÓRIO 0014/2015.

O fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de TOMADA de preços nº 0003/2015, que trata da "Contratação de empresa para locação de máquinas de oxigênio para oxigenoterapia domiciliar, conforme prescrição médica", está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.
Ficam alterados os seguintes itens:

ITEM 3 DO EDITAL REFERENTE A HABILITAÇÃO;
ANEXO III - DA DESCRIÇÃO DOS ITENS;
AS DATAS PARA O RECEBIMENTO DO ENVELOPE DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA PASSAM A SER REMARCADAS PARA RECEBIMENTO ATÉ DIA 31/03/2015 ÀS 09:00 HORAS E ABERTURA DE ENVELOPES PARA DIA 31/03/2015 AS 09:15 HORAS.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.
Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site www.faxinal.sc.gov.br.
Permanecem inalteradas as demais clausulas.

Faxinal dos Guedes, 17 de março de 2015.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 47/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital de Pregão Presencial Nº. 47/PMF/2015.

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota de caminhões e ônibus do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 09 de abril de 2015 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 19 de março de 2015.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

DECRETO Nº. 058, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº. 058, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA, SOB A FORMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO, AOS ESTUDANTES DE CURSO DE NÍVEL SUPERIOR QUE RELACIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinada com a Lei Municipal nº. 1.825, de 12 de janeiro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida assistência financeira mensal, de março a dezembro de 2015, sob a forma de auxílio financeiro aos estudantes de curso de nível superior os seguintes acadêmicos abaixo relacionados:

	NOME DO ACADÊMICO	%	UNIVERSIDADE
1	ARIANA M. MARTINS	25	ESUCRI
2	BÁRBARA MARTINELLO	20	ESUCRI
3	DANIEL SACOMAN FAGUNDES	25	ESUCRI
4	DIEGO C.ASSIS	20	ESUCRI
5	FABIANE E. WESTRUP	25	ESUCRI
6	FERNANDO JOSÉ MARTINS	25	ESUCRI
7	FRANCIELE SIMONI DA CRUZ	20	ESUCRI
8	JAQUELINE FABRIS PREMOLI	20	ESUCRI
9	JOANA ELISA FAGUNDES	20	ESUCRI

10	PAMELA TADEU DE SOUZA	25	ESUCRI
11	SAIMON GABRIEL DA SILVA	20	ESUCRI
12	ALEX JUNIOR CECHINEL	10	SATC
13	BRUNO LUIZ ZANONI	20	SATC
14	BRUNO M. BERETTA	20	SATC
15	CHRISTIAN W. MEDEIROS	25	SATC
16	GABRIELA ROVEDA CORRÊA	20	SATC
17	GEAN MICHEL LANGER	20	SATC
18	GEOVANE M. LANGER	20	SATC
19	JOSÉ CARLOS RABELO	10	SATC
20	MATEUS DE CAMPO SCARSI	10	SATC
21	MICHELE MACHADO	10	SATC
22	NATIEL MARTINS	25	SATC
23	NICOLAS RONCHI TEODORO	10	SATC
24	RAFAEL ZEFERINO	25	SATC
25	SABRINA C. VELHO	25	SATC
26	SHAIANE L. JUNKES	25	SATC
27	THIAGO V. AMÉRICO	20	SATC
28	TUANY M. MARIANA	20	SATC
29	WESLEY BERETTA DA SILVEIRA	20	SENAI/UNESC
30	ADRIANE LEITE SILVA	25	UNESC
31	ANA PAULA DE LUCCA	20	UNESC
32	ANDRESA DA SILVA VENÂNCIO	20	UNESC
33	BEATRIZ ILADI MATIAS	20	UNESC
34	CAMILA INÁCIO PREMOLI	20	UNESC
35	CAMILA JUNKES	25	UNESC
36	CARINE TISCOSKI	20	UNESC
37	CHRISTIAN M. RONCONI	20	UNESC
38	CLEITON SOUZA ESTEVES	10	UNESC
39	ERLANE MATEUS	20	UNESC
40	FERNANDA F. PEREIRA	20	UNESC
41	GABRIEL MARANGONI	25	UNESC
42	GABRIELA E. VENSION	20	UNESC
43	GRASIELA M. MEZARI	20	UNESC
44	JÉSSICA DA ROSA BINATTI	25	UNESC
45	JOÃO JOSÉ INÁCIO NETO	20	UNESC
46	KARLA GAVA	20	UNESC
47	KATIANE C. DA SILVA	25	UNESC
48	KETERIN H. ZANELATTO	20	UNESC
49	LARA S. TOPANOTTI	25	UNESC
50	LUAN JONATAN BETT	20	UNESC
51	LUANA ALEXANDRE	20	UNESC
52	LUANA F. DE MOLINER	25	UNESC
53	LUCAS ROSA FERREIRA	20	UNESC
54	LUIZ FERNANDO I. MATIAS	10	UNESC
55	MARCELO VITALI SAVI	20	UNESC
56	PALOMA ALEXANDRE	20	UNESC
57	PAULO A. DA COSTA FILHO	20	UNESC
58	RAYSSA BACKES	25	UNESC
59	REGIANE DA SILVA	20	UNESC
60	ROBSON FERNANDES MORO	20	UNESC
61	SUELEN I. MACHADO	25	UNESC
62	JÉSSICA FERMINO CAMILO	20	UNISUL

Parágrafo único. Os estudantes contemplados com o Auxílio Financeiro do art. 170 da Lei Estadual deixarão, automaticamente, de receber a assistência financeira concedida pelo Município de Forquilha.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 13 de março de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 13 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

PUBLICAÇÃO AUTO DE MULTA 02/2015 E TAXA DE ROÇADA

PUBLICAÇÃO AUTO DE MULTA 02/2015 E TAXA DE ROÇADA.

A Secretaria de Administração e Finanças do Município de Forquilha-SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionada, que encontram-se em local incerto e não sabido ou que recusou o recebimento do lançamento da Taxa de Roçada e do Auto de Multa.

CONTRIBUINTE	CADASTRO	Nº NOTIFICAÇÃO/ANO	Nº DO AUTO DE MULTA/ANO	VALOR TAXA DE ROÇADA (R\$)	VALOR DO AUTO DE MULTA (R\$)	DATA DE VENCIMENTO
ANDRE DE OLIVEIRA	26377	032/2015	009/2015	38,94	251,00	19/04/2015
JEAN FABIO CANDIDO	3279	009/2015	010/2015	39,13	251,00	19/04/2015

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

PORTARIA PGM 001/2015

PORTARIA PGM 001/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

ESTIPULA A DISTRIBUIÇÃO EQUALITÁRIA DE PROCESSOS ENTRE OS PROCURADORES DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Procurador Geral do Município no uso de suas atribuições legais, em conformidade no disposto no artigo 71, I, da Lei Orgânica Municipal, considerando a necessidade de distribuição igualitária de trabalhos, a organização da procuradoria, o bom andamento dos feitos, e considerando as informações da Procuradoria que devem ser repassadas ao Chefe do Poder Executivo, faz publicar a presente Portaria:

Artigo 1º - Os processos em geral, no âmbito administrativo ou judicial, de quaisquer esferas, tribunais, inclusive os de Contas, e quaisquer Poderes, tanto os que tenham o município como autor ou réu, como os que tenham sido propostas contra autoridade municipal, inclusive o procedimento administrativos disciplinares, envolvendo interesse público do município serão distribuídos de acordo com sua chegada ou necessidade de propositura de forma equitativa pelo gabinete da procuradoria geral do município, e, com base nas atribuições específicas de cada Procurador, a iniciar-se pelo procurador de mais tempo de serviço ao procurador de menor tempo de serviço.

Artigo 2º - Os processos já distribuídos entre os procuradores serão de total responsabilidade daqueles que já os receberam, e os que lhes tenham sido repassados mediante procuração, assim permanecerão até segunda ordem ou redistribuição a critério do procurador geral do município, ressalvado os processos judiciais de execução fiscal, que serão redistribuídos.

Parágrafo único - Os processos judiciais de execução fiscal passarão à partir da publicação desta Portaria a ser distribuídos equitativamente aos procuradores lotados no Paço Municipal, sem prejuízo dos demais processos e procedimentos de toda ordem que envolva o interesse do município, sendo que os pretéritos ficarão distribuídos da seguinte maneira: a) ficará a cargo do procurador João Rudinei Belotto os processos executivos fiscais distribuídos até o ano de 2010; b) ficará a cargo da procuradora Simara Cristina Ferreira de Deus Sarturi os procedimentos distribuídos do ano de 2011 até o ano de 2015, com exceção das petições que pedem o parcelamento, a suspensão e baixa de execução que ficarão todos a cargo do procurador Silvano Pelissaro, tanto os de anos posteriores, tanto os de distribuição novas, como ficarão a cargo do mencionado procurador todos os processos de ordem tributária e fiscal, sem prejuízo do disposto no artigo 1º.

Artigo 3º - O procurador Marcos Antônio Maestrini Miguel continuará prestando seus serviços diretamente na Secretária de Saúde, ficará responsável por todos os processos, procedimentos administrativos de toda ordem, inclusive os de ordem disciplinar que envolva a Secretaria de Saúde com exceção de caso de impedimento, férias ou licença autorizada por lei, quando seus processos serão distribuídos de forma equitativa a todos os demais procuradores.

Artigo 4º - A procuradora Simara Cristina Ferreira de Deus Sarturi passará exercer sua função junto ao espaço destinado a procuradoria do município, na parte inferior do Paço Municipal, juntamente com os demais procuradores.

Artigo 5º - Ao receber o processo, o procurador designado obrigatoriamente deverá juntar aos autos procuração outorgada pela municipalidade em seu nome e em nome do procurador geral do município;

Artigo 6º - Os procuradores terão que apresentar ao procurador geral do município relatório de todos os processos a eles vinculados, segundo formulário padrão, inclusive dos processos já distribuídos, informando o estágio processual em que se encontram, até o dia 10 subsequente ao mês que se findou.

Artigo 7º - Os procuradores receberão senhas individuais com o fim específico de informar detalhes do andamento processual em programa de informática destinado ao controle de processos;

Artigo 8º - Serão realizadas reuniões periódicas de todos os procuradores, podendo contra com a preferência de presença do Sr. Prefeito Municipal, em horário e dia designado previamente, para o fim de exposição de problemas, soluções e prevenção, ligados a questões de interesse público.

Artigo 9º - As comunicações serão enviadas preferencialmente por comunicado interno e por e-mail, sendo requisitados os endereços a todos os procuradores e demais funções ligadas à procuradoria geral do município.

Artigo 10º - Em vista das prerrogativas de prazos que envolvem a Fazenda Pública, e do mínimo zelo profissional que é exigido do Procurador do Município, e tendo em conta a natureza e importância das causas que envolvem o interesse público, nada obstante o disposto no artigo 320, II do Código de Processo Civil, os prazos deverão ser praticados impreterivelmente dentro dos estabelecidos por legislação própria, sob pena de responsabilização civil e disciplinar do responsável pelo descumprimento.

Artigo 11º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 19 de março de 2015.
ELTON LUIZ BORRACHINI
PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0002_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de recapeamento com Concreto Asfáltico Usinado a Quente - CAUQ, em trecho da Avenida "Lebon Régis", nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 495,00 m² de pavimentação, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a seguinte licitante: CONSBRITA CONTRUTORA E OBRAS LTDA R\$ 21.921,03 (vinte e um mil, novecentos e vinte e um reais e três centavos), ficando este valor igual ao valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 18 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal.

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0003_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de reforma da sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Arnoldo Frey, Centro, neste Município de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXO AO PAL), nos termos do convênio TR 1341 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira e o Município de Fraiburgo - Processo SDR 09 1438/2014, houve a participação da empresa FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA enquadrada como empresa de pequeno porte, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 18 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0002_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de recapeamento com Concreto Asfáltico Usinado a Quente - CAUQ, em trecho da Avenida "Lebon Régis", nesta cidade de Fraiburgo, com área total de 495,00 m² de pavimentação, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa CONSBRITA CONTRUTORA DE OBRAS LTDA enquadrada como empresa de pequeno porte, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇOS nesta mesma data, nos termos do art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93, e alterações.

Fraiburgo (SC), 18 de março de 2015.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0003_2015-PMF DOM

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2015 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Prefeito Municipal torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de reforma da sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Arnoldo Frey, Centro, neste Município de Fraiburgo/SC, com fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com os memoriais e projetos (ANEXO AO PAL), nos termos do convênio TR 1341 celebrado entre o Estado de Santa Catarina por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - Videira e o Município de Fraiburgo - Processo SDR 09 1438/2014, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora, a licitante FEMAKS CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA com valor global de R\$ 106.867,26 (cento e seis mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos), ficando abaixo do valor máximo e global, estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 18 de março de 2015.

Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

Frei Rogério**PREFEITURA****704 ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 704/2015, 19 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.13, parágrafo 4º e art. 15 da lei nº 806/2014 de 27 de novembro 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito no orçamento no Fundo Municipal de Habitação de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS
Unidade:	07	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE FREI ROGÉRIO
Proj./Ativ.	1.029	CONSTRUÇÃO DE KITS SANITÁRIOS
7	3.3.90.00.00.00.00.0.102	Aplicações Diretas

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	03	FUNDOS MUNICIPAIS	
Unidade:	07	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE FREI ROGÉRIO	
Proj./Ativ.	1.029	CONSTRUÇÃO DE KITS SANITÁRIOS	
7	3.3.90.00.00.00.00.0.102	Aplicações Diretas	R\$ 36.000,00
	TOTAL		R\$ 36.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o Convênio nº 2013TR 004340 no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais), celebrado com Estado de Santa Catarina e o Município de Frei Rogério objetivando a aquisição de materiais de construção destinado a melhoria de 12 moradias em condições precárias através do Programa Meu Cantinho.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Frei Rogério, SC, 19 de março de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON
Prefeito Municipal

Galvão**PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO 021/2015****EXTRATO DE EDITAL**

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 021/2015, Edital de Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preço 014/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 01 de abril de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação LOCAÇÃO DE TENDAS ACOPLADAS, AQUISIÇÃO DE BOLO RECHEADO, COPOS DESCARTÁVEIS, GUARDANAPOS, REFRIGERANTES, TROFÉUS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORNAMENTAÇÃO E SEGURANÇAS PARA REALIZAÇÃO DOS EVENTOS COMEMORATIVOS AO 52º ANIVERSÁRIO DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A íntegra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br

sc.gov.br Galvão - SC, 19 de março de 2015.

Neri Pederssetti

Prefeito Municipal

Garopaba**PREFEITURA****DECRETO Nº 051/2015**

DECRETO N.º 051, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 005/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando, que as atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando, que existem serviços especializados e provenientes de programas e convênios, que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando, O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho/ACESSUAS foi instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social/CNAS, com a finalidade de promover acesso aos usuários da Assistência Social ao mundo do trabalho. Programa a ser implementado em parceria com as secretarias de Assistência Social dos municípios e DF, que se responsabilizam pela mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade ou risco social, para ações de inclusão produtiva;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 005/2015, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem

decrecente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 052/2015

DECRETO N.º 052, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 006/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando que as atividades da Rede Municipal de Educação são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando a implementação de programas e projetos que envolvem profissionais com formações específicas, ainda não contempladas em Concurso Público;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

Considerando a necessidade de reposição de vagas para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde, licença maternidade, entre outros afastamentos;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 006/2015, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 053/2015

DECRETO N.º 053, DE 19 DE MARÇO DE 2015.
DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 007/2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição de vagas;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando a necessidade de suprir as demandas crescentes de conservação e manutenção de vias e espaços públicos;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 007/2015, que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Administração Municipal.

Art. 2º. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, e coordenado por Comissão de Avaliação do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

Art. 3º. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

Art. 4º. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem

decrecente de classificação.

Art. 5º. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 20/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

ERRATA Nº 1: DECRETO Nº 035/2015

ERRATA N.º 1: Decreto nº 035, de 05 de março de 2015

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto nº 035/2015, publicado no DOM/SC, Edição 1697, em 06/03/2015.

Art. 1º Inciso VI onde se Lê:

VI - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS

Titular: João Pacheco de Souza (grupo Maré)

Suplente: Luis Fernando Alves Bitencourt (grupo Maré)

Titular: Roberto Rivelino Vieira (Associação Beira Mar - Gamboa)

Suplente: Tania Maria Vieira (Associação Beira Mar - Gamboa)

Leiam - se

VI - ASSOCIAÇÕES CULTURAIS

Titular: João Pacheco de Souza (grupo Maré)

Suplente: Luis Fernando Alves Bitencourt (grupo Maré)

Titular: Agna Muller (Associação de Dança de Garopaba - ADAG)

Suplente: Tânia Maria Vieira (Associação Beira Mar - Gamboa)

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 19 de março de 2015.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 20/03/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

EXTRATO DO CONTRATO Nº015/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 015/2015. Processo nº 025/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA - ME; CNPJ: 09.346.667/0001-15; Objeto: Execução de drenagem e pavimentação com peças pré moldada de concreto, de trecho da Rua Maria Antônia dos Santos, no município de Garopaba; Valor Total: R\$ 377.299,72 (trezentos e setenta e sete mil duzentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos). Data da Assinatura: 17/03/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº016/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 016/2015. Processo nº 021/2015; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: L1 SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES, FESTAS E EVENTOS LTDA ME; CNPJ: 14.121.384/0001-05; Objeto: Aquisição de aviamentos para os trabalhos que serão realizados pelos grupos organizados de mulheres de Garopaba; Valor Total: R\$ 41.339,00 (quarenta e um mil trezentos e trinta e nove reais). Data da Assinatura: 17/03/2015.

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2015

A Câmara Municipal de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de emissão de passagens aéreas para servidores e agentes políticos da Câmara Municipal de Garopaba.

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Câmara Municipal de Garopaba, sito a Rua 30 de dezembro, nº 240, sala 04, Centro, Garopaba/SC, até as 14h55min do dia 08/04/2015.

A sessão se dará a partir das 15h00min do dia 08/04/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.camaragaropaba.sc.gov.br

Garopaba, 19 de março de 2015.

Luiz Bernardo

Presidente

Câmara Municipal de Garopaba

LEI Nº 1870 DE 19 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1870 DE 19 DE MARÇO DE 2015

"DENOMINA RUAS NO BAIRRO SIRIÚ, MUNICÍPIO DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Eu, LUIZ BERNARDO, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40, §7º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A rua projetada existente no bairro Siriú, tem seu início na GRP 010, ao lado da propriedade residencial de Glória Machado, sentido leste a oeste, possui uma extensão aproximada de 450,00m (quatrocentos e cinquenta metros) de comprimento, por 10,00m (dez metros) de largura, com término em terras de Adalberto Lourenço, passa a ser denominada RUA SEBASTIÃO MACHADO. Conforme croqui anexo.

Art. 2º A rua projetada existente no bairro Siriú, tem seu início na Rua Sebastião Machado, após 100,00 (cem metros), sentido noroeste a sudoeste, possui uma extensão aproximada de 110,00m (cento e dez metros) de comprimento, por 10,00m (dez metros) de largura, com término em terras de Nilton Batista Raup, passa a ser denominada RUA SÃO LOURENÇO. Conforme croqui anexo.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 19 de março de 2015.

Luiz Bernardo
Presidente

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezenove dias do mês de março de 2015.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 51/2015

DECRETO Nº 51, DE 11 DE MARÇO DE 2015

“Decreta o Calendário Municipal de Eventos 2015 Cultural, Esportivo e Turístico”.

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Estabelecido o Calendário Municipal de Eventos para o ano de 2015, conforme programação a seguir:

DATA	EVENTO	LOCAL
MARÇO	Campeonato Municipal De Campo	Estádio Julio de Almeida
MARÇO	Dia Mundial Da Oração	Paróquia Luterana Martinho Lutero
14 DE MARÇO	Abertura Decoração Páscoa APAE e PMG	Praça Tancredo de Almeida Neves
19 DE MARÇO	I Etapa Municipal – JASTI (Jogos Abertos Terceira Idade)	Associação Clube dos Idosos de Garuva e Associação Lúrio Amarelo
22 DE MARÇO	Garuva Radical Show	Rancho Palmital
23 DE MARÇO	Lançamento Calendário De Eventos 2015 Cultural, Esportivo E Turístico De Garuva / Abertura Exposição “Imigrantes” Herison Schorr,	Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo
21 E 22 DE MARÇO	Avivamento	Igreja A Assembleia de Deus
24 DE MARÇO	3ª Copa Serra Do Mar - Futsal	Ginásio Sílvia de Miranda
26 DE MARÇO	II Etapa Municipal – JASTI (Jogos Abertos Terceira Idade)	Associação Clube Idosos de Garuva
29 DE MARÇO	Encontro Casais De Garuva	Paróquia Luterana Martinho Lutero
29 DE MARÇO	Campeonato Vôlei De Quadra - Feminino E Masculino	Ginásio Sílvia de Miranda
ABRIL	Campeonato Futebol Suíço	Em todas as localidades
03 DE ABRIL	Apresentação Da Via Crucis	Paróquia Luterana Martinho Lutero
10 DE ABRIL	Etapa Microregional JASTI – Jogos Abertos Terceira Idade	Araquari
10, 11 e 12 DE ABRIL	II Feira Sabor Rural – Shopping Garten	Joinville
18 DE ABRIL	Noite Do Pastel	Paróquia Luterana Martinho Lutero
18 e 19 DE ABRIL	Encontro De Crianças	Igreja A Assembleia de Deus
19 DE ABRIL	Programa Esporte na Comunidade – CMV E PMG	Três Barras e Urubupunga
30 DE ABRIL	2º Baile Chopp Do Trabalhador	Ginásio Evandro Nagel
1º DE MAIO	Inauguração Mercado Público Municipal	Centro
1º DE MAIO	6º Passeio Ciclístico Do Trabalhador Acig	Trajeto fornecido pela ACIG

09 DE MAIO	Festa E.M. Içá Mirim	Minas Velhas
9 e 10 DE MAIO	1º Encontro De Fé E Milagres	Igreja A Assembleia de Deus
11 DE MAIO	Festa Da Família	E.E.B. Carmem Seara Leite
16 DE MAIO	1º Conferência Municipal da Cultura	Ginásio Evandro Nagel
17 DE MAIO	Festa Nossa Senhora De Fátima	Bom Futuro
17 DE MAIO	Programa Esporte na Comunidade – CMV E PMG	Bom Futuro e Sol Nascente
23 DE MAIO	Noite De Talentos – JELGA	Paróquia Luterana Martinho Lutero
27 DE MAIO	Dia do Desafio “Day of Challenge”	Todo Município
JUNHO	2º Campeonato De Vôlei De Areia Dupla – Feminino E Masculino	Quadra Central
06 DE JUNHO	Festa Junina E.M. Vicente Vieira	E.M. Vicente Vieira
06 e 07 DE JUNHO	Festa Santo Antônio	Palmital
07 DE JUNHO	Programa Esporte na Comunidade – CMV E PMG	Palmital
13 DE JUNHO	Festa Junina Ernesto Alberto Hattenhauer	E.M. Ernesto Alberto Hattenhauer
13 a 21 DE JUNHO	Festa Do Padroeiro São João Batista	Paróquia São João Batista
20 e 21 DE JUNHO	Congresso De Adolescentes	Igreja A Assembleia de Deus
JULHO	4ª Taça Máxima – Feminino E Masculino	Ginásio Silvio de Miranda
JULHO	1º Campeonato Municipal De Basquete 3x3 – Feminino E Masculino	Quadra Central
04 DE JULHO	Festa Julina E.E.B. Carmem Seara Leite	E.E.B. Carmem Seara Leite
03 a 05 DE JULHO	Festa São Pedro	Barrancos
05 DE JULHO	Programa Esporte na Comunidade – CMV E PMG	Barrancos e Baraharas
05 DE JULHO	Festa CEI João de Deus	Centro
11 DE JULHO	Escola Julina E.M. Tancredo De Almeida Neves	E.M. Tancredo de Almeida Neves
18 e 19 DE JULHO	Escola Bíblica De Férias Para Crianças	Paróquia Luterana Martinho Lutero
18 e 19 DE JULHO	Encontro Do Louvor	Igreja A Assembleia de Deus
25 DE JULHO	Encontro Das OASES – Ecumênico	Paróquia Luterana Martinho Lutero
31 DE JULHO, 01 a 02 DE AGOSTO	22ª Festa Do Colono De Garuva	Ginásio Evandro Nagel
AGOSTO	2º Campeonato Municipal Beach Soccer – Feminino Masculino	Complexo poliesportivo Carin Stavick Ulmann
06 a 09 DE AGOSTO	Festa Senhor Bom Jesus	Três Barras
21 a 23 DE AGOSTO	Festa Santa Rosa De Lima	Minas Velhas
23 DE AGOSTO	Programa Esporte na Comunidade – CMV E PMG	Minas Velhas
22 E 23 DE AGOSTO	Congresso De Jovens	Igreja A Assembleia de Deus
02 a 06 DE SETEMBRO	Festa Sagrado Coração De Jesus	Garuva Acima
06 DE SETEMBRO	Programa Esporte na Comunidade – CMV E PMG	Garuva Acima, Vila Verde e Jd Margarida

07 DE SETEMBRO	Desfile Da Independência	Itinerário a ser entregue pela Secretaria de Educação
11 DE SETEMBRO	Festa Pré Escolar Dente de Leite	Centro
12 DE SETEMBRO	Festa E.M. Maria Martins Budal	Vila Trevo
13 DE SETEMBRO	CEI Frei José Bertoldi	Centro
19 e 20 DE SETEMBRO	Encontro De Casais	Igreja A Assembleia de Deus
27 DE SETEMBRO	Festa E.M. Duque de Caxias	Baraharas
OUTUBRO	Campeonato Municipal Infantil – Feminino E Masculino	Ginásio Evandro Nagel e Ginásio Silvio de Miranda
02 a 04 DE OUTUBRO	Festa São Francisco De Assis	Giorgia Paula
04 DE OUTUBRO	Programa Esporte na Comunidade – CMV E PMG	Centro e Giorgia Paulo
09, 10 E 11 DE OUTUBRO	2º Rodeio Estância Rosa Neto	Estância Rosa Neto
10 DE OUTUBRO	2ª Tarde Da Criança	Ginásio Evandro Nagel
10 DE OUTUBRO	Em Guilherme Bekendorf	Rio da Onça
10 a 12 DE OUTUBRO	Festa Nossa Senhora Aparecida	São João Abaixo
12 DE OUTUBRO	Programa Esporte na Comunidade – CMV E PMG	São João Abaixo
16 a 18 DE OUTUBRO	Outubro Rosa E Círculo De Oração	Igreja A Assembleia de Deus
17 e 18 DE OUTUBRO	5º Garulama	Ginásio Evandro Nagel
23 DE OUTUBRO	42º Aniversário Biblioteca Cruz E Sousa	Secretaria de Cultura, esporte e Turismo
14 E 15 DE NOVEMBRO	Congresso Militares	Igreja A Assembleia de Deus
15 DE NOVEMBRO	Programa Esporte na Comunidade – CMV E PMG	Quiriri
25 DE NOVEMBRO	Abertura Decoração Natalina E Casinha Papai Noel – PMG E APAE	Praça Tancredo de Almeida Neves e todo município
DEZEMBRO	Maratona 10 km Acima De 18 Anos – Feminino E Masculino	Trajetos entre bairro Urubuquara – Vila Giorgia Paula – Centro.
05 DE DEZEMBRO	Natal Das Crianças	Paróquia Luterana Martinho Lutero
11 a 13 DE DEZEMBRO	Festa Santa Luzia	Urubuquara
13 DE DEZEMBRO	Programa Esporte na Comunidade – CMV E PMG	Urubuquara
12 DE DEZEMBRO	Carreata Alusiva Ao Dia Da Bíblia	Igreja A Assembleia de Deus
14 a 17 DE DEZEMBRO	Mostra Educacional Teatro, Música E Dança	Ginásio Evandro Nagel
18 DE DEZEMBRO	Festa De Encerramento Do Calendário De Eventos Municipal E 52 Anos De Garuva	Ginásio Evandro Nagel
24 DE DEZEMBRO	Culto De Natal	Igreja A Assembleia de Deus

31 DE DE- ZEMBRO	Show Da Virada 2015 / 2016 - PMG	Praça Tancredo de Almeida Neves
---------------------	----------------------------------	------------------------------------

Art. 2º - Havendo alteração nas datas dos eventos, será revogado decreto e publicado novo com datas alteradas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 42/2015

PORTARIA Nº. 042, de 18 de março de 2015
"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 937/2015;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor MARCIO KUCHLIK.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Operacional III, Classe II, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 18 de março de 2015.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de caixas de concreto montáveis para jazigos (cabeceiras, laterais e tampas). ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 01/04/2015. ABERTURA: às 09h30min. Íntegra do Edital disponível no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 20/03/2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2015

OBJETO: Registro de Preços de asfalto. ENTREGA dos envelopes, de Habilitação e Proposta de Preços, até às 09h do dia 07/04/2015, no Depto. de Compras, Rua Cel. Aristiliano Ramos, nº 435, Centro. ABERTURA às 09h30min. Íntegra do Edital no Depto. de Compras ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 20/03/2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

DECRETO Nº 6.326, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 6.326, DE 10 DE MARÇO DE 2015.

SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso VI, da Lei Municipal nº 3.620, de 27 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado, por superávit financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 365 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 1099 Aquisição de Material Permanente	
Dotação: 314 4.4.90.00.00.00.00.00 0 Aplicações Diretas	R\$ 13.855,91

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de março de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Guaraciaba**PREFEITURA****EXTRATO ADITIVO 01.2015 CONTRATO 63.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad 01/2015 - Contrato Nº: 63/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
Contratada...: CAIXA ECONOMICA FEDERAL
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 19/03/2015 Término: 27/05/2015
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA INSTITUIÇÃO
FINANCEIRA PARA PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS PARA
ARRECADAÇÃO DE RECEITAS TRIBUTÁRIAS E NÃO TRIBUTÁRIAS
DO MUNICIPIO. ALTERA A FORMA DE PAGAMENTO.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 41.2015 PMGBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015
PROCESSO Nº 41/2015 HOMOLOGAÇÃO: 19/03/2015
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AREIA DESTINADA PARA A QUADRA
DE VOLEYBOL PROXIMA AO GINÁSIO DE ESPORTES GENESIO
PASINATO, AQUISIÇÃO DE AREIA DESTINADA PARA OS
PARQUES DAS UNIDADES INFANTIS DO CEIM PRIMEIROS
PASSOS E CRECHE PROF. ALDINO FETTER, AQUISIÇÃO DE
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (AREIA, CAL, BRITA E OUTROS)
QUE SERÃO UTILIZADOS EM REFORMAS, CONSTRUÇÕES E
OUTROS, NAS ESCOLAS FUNDAMENTAIS DA REDE MUNICIPAL
DE ENSINO, E ASSIM SUPRIR AS NECESSIDADES DOS
SERVIÇOS NO ANO DE 2015. REGISTRO DE PREÇOS.

CONTRATADO: BERTI E PALUDO MATERIAL DE CONSTRUÇÃO
LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.967,50 (dezessete mil novecentos e
sessenta e sete reais e cinquenta centavos)

Guaramirim**PREFEITURA****3 CHAMADA MERENDA 03 2015**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE CHAMADA DE AMOSTRAS DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão – Registro de Preços - 03/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MEREN-
DA ESCOLAR.

3º CHAMADA

Conforme Ordem de Classificação, fica as empresas, itens e valo-
res relacionados abaixo, a apresentarem suas amostras de produ-
tos no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis , ou seja 23 de Março
de 2015 até as 16:00 na Secretaria de Educação de Guaramirim :

ITENS QUE NÃO APRESENTARÃO AMOSTRAS

ITEM 26 CHÁ SABOR CAPIM-CIDREIRA. EMBALAGEM: CAIXA DE
PAPEL ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE
CONTER 10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 10g).
Rótulo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes,
informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e
demais especificações exigidas na legislação vigente. Livre de inse-
tose fungos. Registro no órgão competente.
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA EPP- 120 UN R\$ 2,15

ITEM 35 EXTRATO DE TOMATE CONCENTRADO, EMBALAGEM
COM 340G, DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: TO-
MATE, AÇÚCAR E SAL. EMBALAGEM ÍNTEGRA TIPO LATA COM
TAMPA ABRE FÁCIL, A VÁCUO, SEM CONSERVANTES. A EMBA-
LAGEM NÃO DEVE APRESENTAR COM PONTOS DANIFICADOS,
AMASSADOS OU ENFERRUJADOS. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO
FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE FABRI-
CAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXI-
GIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS E FUNGOS.
REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.
L E COMERCIO ATACADISTA LTA ME - 2.900 UM R\$ 2,78

ITENS REPROVADOS

ITEM 31 CHÁ SABOR PÊSSEGO. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPEL
ESPESSO REVESTIDA POR CAMADA DE PLÁSTICO. DEVE CONTER
10 SAQUINHOS DE CHÁ (CONTEÚDO TOTAL= 15G). Não deve
apresentar entre os ingredientes folhas e talos de erva-mate. Rótu-
lo com indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, infor-
mação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais
especificações exigidas na legislação vigente. Livre de insetos e
fungos. Registro no órgão competente.
COMERCIAL STORINNY LTDA ME - 130 UN R\$ 2,98

ITEM 32 CHOCOLATE EM PÓ (PCT 500G), COM NO MÍNIMO
30% DE CACAU. PRODUTO ALIMENTÍCIO CONTENDO OS IN-
GREDIENTES: CACAU EM PÓ SOLÚVEL E AÇÚCAR. DEVE APRE-
SENTAR COLORAÇÃO MARROM ESCURA E SABOR INTENSO DE
CHOCOLATE (NÃO DEVE SER EXAGERADAMENTE ADOCICADO).
NÃO DEVE CONTER LEITE OU DERIVADOS DE LEITE ENTRE OS
INGREDIENTES. PRODUTO SEM GLÚTEN. Rótulo com indicação do
fornecedor, produto, peso, ingredientes, informação nutricional,
data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exi-
gidas na legislação vigente.

L E COMERCIO ATACADISTA LTA ME - 510 UN R\$ 5,50

ITEM 57 LEITE INTEGRAL COM BAIXO TEOR DE LACTOSE. EMBALAGEM COM 1 LITRO. DEVE CONTER ENTRE OS INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, ENZIMA LACTASE E ESTABILIZANTE. DEVE APRESENTAR COLORAÇÃO BRANCA, CONSISTÊNCIA LÍQUIDA (ALIMENTO HOMOGENEIZADO). ISENTA DE GRUMOS OU DE ODOR E SABOR AZEDO. EMBALAGEM ÍNTEGRA, SENDO TETRA-PAK OU PLÁSTICA. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA EPP - 690 LT R\$ 3,57

ITEM 60 MACARRÃO TIPO ESPAGUETE FINO, EMBALAGEM COM 500 G. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTE NATURAL. FORMATO: ESPAGUETE FINO. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA E APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXAR LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICAR ESCURECIDA
JOSE MARTINI NETO SUPERMERCADO MARTINI EIRELI - 4.400 UN R\$ 1,90

ITEM 61 MACARRÃO TIPO PARAFUSO, EMBALAGEM COM 500 G. ALIMENTO CONTENDO ENTRE OS INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO OU FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTE NATURAL. FORMATO: PARAFUSO. DEVE POSSUIR COLORAÇÃO CLARA APRESENTAR-SE SOLTO APÓS O COZIMENTO. AO SER COLOCADO NA ÁGUA NÃO DEVE DEIXAR LA TURVADA. RESSALTA-SE QUE A CONSISTÊNCIA DA MASSA NÃO DEVE FICAR PEGAJOSA DURANTE OU APÓS O PREPARO E QUE A COLORAÇÃO NÃO DEVE SER OU FICAR ESCURECIDA
COMERCIAL STORINNY LTDA ME - 4.500 UN R\$ 1,79

ITEM 76 PÓ PARA PREPARO DE BEBIDA SABOR MORANGO. EMBALAGEM COM 400G. PRODUTO ALIMENTÍCIO EM PÓ PARA SER ADICIONADO NO LEITE OU DERIVADO. EMBALAGEM ÍNTEGRA. DEVE APRESENTAR ENTRE OS INGREDIENTES: AÇÚCAR, MALTO-DEXTRINA, AROMATIZANTE E CORANTE. NÃO DEVE APRESENTAR LEITE EM PÓ OU SORO DE LEITE ENTRE OS INGREDIENTES. RÓTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE. LIVRE DE INSETOS
SUPERMERCADO FRONTAL LTDA EPP - 360 UN R\$ 3,00

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433

GUARAMIRIM (SC), 19/03/2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO 05/2014- FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: 2/2015

Processo Licitatório 05/2015

Tipo: Pregão Presencial

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

Entrega dos Envelopes: 02/04/2015 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 02/04/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 19 de março de 2015.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 28/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2014 - PMG

Processo Licitatório: 18/2014 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO - LTCAT; A ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO DESENVOLVIMENTO E EMISSÃO DO RELATÓRIO ANUAL DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO; A ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, COORDENAÇÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO DESENVOLVIMENTO E EMISSÃO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS - PPRA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: TMK Engenharia Eireli ME. (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 18.486.111/0001-60, com sede na Rua das Zacarias de Góes e Vasconcelos, nº 1261, Centro, Município de União da Vitória, Estado de Santa Catarina.

Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do contrato até 31/03/2015, conforme justificativas apresentadas pela Secretaria de Administração e Finanças.

Vigência: Até 31/03/2015.

GUARAMIRIM (SC), 19/12/2014.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 05/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 05/2014

Processo de Licitação: 010/2014 - PMG
Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia
Tipo: Menor Preço Global.
Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços contínuos de manutenção no sistema de iluminação pública.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: QUARK ENGENHARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.496.490/0001-48, estabelecida na Rua Gothard Kasesmodel, nº 732, bairro Anita Garibaldi, cidade de Joinville (SC).
Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:
a) Constitui objeto do Termo Aditivo alterar a Cláusula Nona - Dos Prazos, em razão da prorrogação por mais 60 (sessenta) dias da vigência do contrato 05/2014, referente ao serviço de manutenção no sistema de iluminação pública.
a.1) O contrato 05/2014 - PMG fica prorrogado por 60 (sessenta) dias, compreendendo o intervalo de 20/03/2015 à 19/05/2015.
b) O valor mensal dos serviços de manutenção é de R\$ 9.290,00 (nove mil e duzentos e noventa reais) e para o serviço de destinação final de lâmpadas inteiras ou quebradas em local licenciado pela FATMA o valor de R\$ 1,00 por lâmpada.

Data da Assinatura: 19/03/2015 Vigência: 19/05/2015.

GUARAMIRIM (SC), 19/03/2015.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Herval d'Oeste**PREFEITURA****CONVOCAÇÃO Nº 125 - FABIANA GONÇALVES PEREIRA**
CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora FABIANA GONÇALVES PEREIRA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 101.954.009-32 reclassificada em 125º. Lugar no Processo Seletivo nº 001/2013/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3248/2014, para o Cargo de Professor de Educação Infantil - Habilitado, para assumir 40hs no período Matutino/Vespertino, nos Centros Municipal de Educação Infantil, (Creches) para substituir as professoras efetivas afastadas em licença prêmio, no decorrer do ano letivo.

. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse do aprovado, ora convocado, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC) em 19 de março de 2015.

Lourdes Ferreira Brandão
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Ciente em ____/____/____

FABIANA GONÇALVES PEREIRA

PORTARIA Nº 419/2015

PORTARIA Nº 419/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora BERNARDETE MARIA SPIER (Matr. 3083), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência - 3/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 3/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de janeiro de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.
Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 420/2015

PORTARIA Nº 420/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora DIVA ZARPELON TREVISOL (Matr. 3088), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência - 3/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 3/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de janeiro de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 421/2015

PORTARIA Nº 421/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora MARIVANE ANTONIAZZI DA SILVA (Matr. 3085), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência - 3/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 3/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de janeiro de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 422/2015

PORTARIA Nº 422/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora JIANA GLAUCIA CELLA (Matr. 3086), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Psicólogo, do Nível/Referência - 12/1/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 12/1/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de janeiro de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 423/2015

PORTARIA Nº 423/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, ao Servidor LUIZ HENRIQUE G. DALOSSO VALGRANDE (Matr. 3087), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Analista de Execução de Obras Públicas, do Nível/Referência - 11/A, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 11/B, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao mês de janeiro de 2015, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 424/2015

PORTARIA Nº 424/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LEIDIONETE ZARPELON DANIELLI (Matr. 3727), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2013 e 31 de outubro de 2014, para serem gozadas a contar de 17 de março de 2015 a 15 de abril de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 425/2015

PORTARIA Nº 425/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 19 de Março de 2015, da servidora LENI APARECIDA SABEI (Matr. 2700), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Controlador de Políticas da Saúde, Nível - 12/1, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 426/2015

PORTARIA Nº 426/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 19 de Março de 2015, da servidora ANGELA MARIA FINGER (Matr. 2777), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 427/2015

PORTARIA Nº 427/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 19 de Março de 2015, da servidora LETICIA FUGA VARELA DE OLIVEIRA (Matr. 2776), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Odontólogo, Nível - 13/1, Referência "B", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 428/2015

PORTARIA Nº 428/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir do dia 19 de Março de 2015, do servidor DOMINGOS F. DA SILVA FILHO (Matr. 624), ocupante do Cargo de Provimento em Efetivo de Motorista, Nível - 7, Referência "E", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Março de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 057/2015

PORTARIA Nº 057, 10 DE MARÇO DE 2015

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93 da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, mais o que consta no artigo 10, da Lei Municipal nº 113, de 05 de janeiro de 1999, bem como Requerimento da servidora, de 10 de março de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora ELISIANE OSÓRIO FAGUNDES, ocupante temporária das funções do cargo de Professor II - Nível 5 - REFERÊNCIA A, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender a Carlos Eduardo Fagundes Trevisol - filho, de conformidade com o atestado médico de Manuel Inácio Mansur Fortes - CRM/SC 8676

Art. 2º. O período de afastamento é de 04 (quatro) dias, conforme atestado médico, no período de 04.03.2015 a 07.03.2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 058/2015

PORTARIA Nº 058, DE 10 DE MARÇO DE 2015

"DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos. VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando a multa aplicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, no veículo com código no RENAVAM 118739654;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa MGL 7489, no dia da infração praticada era dirigido pelo Sr. WALDEMAR CORDEIRO,

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT sob Nº D000132878, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. WALDEMAR CORDEIRO, em parcela única, no mês de março/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 059/2015

PORTARIA Nº 059, DE 10 DE MARÇO DE 2015

"DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos. VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando a multa aplicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, no veículo com código no RENAVAM 467932271;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa MKB 6773, no dia da infração praticada era dirigido pelo Sr. DOMINGOS MACHADO DA SILVA,

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT sob Nº E001481971, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. DOMINGOS MACHADO DA SILVA, em parcela única, no mês de março/2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 060/2015

PORTARIA Nº 060, DE 10 DE MARÇO DE 2015
"FIXA O VALOR DA BOLSA DE ESTUDO PARA O EXERCÍCIO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e;

Considerando a Bolsa de Estudos para Estudantes do Município criada pela Lei Nº 0015/97 de 19/03/1997;

Considerando as disposições da Lei Nº401 de 12 de Maio de 2009.

Com amparo no Artigo 88, Incisos VII - XIII da Lei Orgânica, c/c. Artigo 5º do Decreto Nº 2618 de 17 de Março de 2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Fixar para o Exercício de 2015, o percentual de 30% (trinta por cento) do salário mínimo nacional, equivalente a R\$ 236,40 (duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos) o valor da Bolsa de Estudo a ser concedida aos Estudantes que residem no Município e que frequentem Cursos de Graduação, Técnico Profissionalizante ou Supletivos.

Art. 2º. O valor da bolsa de estudos a que se refere o art. 1º não poderá exceder o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE MARÇO DE 2015.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 061/2015

PORTARIA Nº 061, DE 12 DE MARÇO DE 2015
"SUSPENDE GOZO DE LICENÇA PRÊMIO DE SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 96, § 2º, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do servidor Público do Município, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender o gozo da Licença Prêmio do servidor JUAREZ SIQUEIRA, concedida através da Portaria nº 054, de 02 de março de 2015, por imperiosa necessidade do serviço público, assegurando o direito de concluí-la oportunamente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 12 DE MARÇO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 062/2015

PORTARIA Nº 062, 13 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA DA SERVIDORA LUCILA DALMOLIN CIARNOSCHI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando o artigo 93, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008, bem como Requerimento da Servidora, protocolado em 13 de março de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora LUCILA DALMOLIN CIARNOSCHI, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, Licença por motivo de doença em pessoa da família, sem prejuízo de sua remuneração.

Parágrafo único. A licença de que trata este artigo é para atender Larissa Dalmolin Ciarnoschi - filha, de conformidade com o atestado médico do Dr. Guilherme Damiani - CREMERS 38022.

Art. 2º. O período de afastamento é de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico, no período compreendido de 11.03.2015 a 25.03.2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de março de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE MARÇO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 063/2015

PORTARIA Nº 063, DE 13 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora CAIO MURILO TRAGANCIN RINALDI, servidor efetivo no cargo de Professor II - Educação Física - Nível 5 - Referência C, Licença para Tratamento de Saúde.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Antonio Euclides Pereira de Souza - CRM/SC 1035, para o período de 04 a 10 de março de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de março de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 13 DE MARÇO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

PORTARIA Nº 064/2015

PORTARIA Nº 064, DE 17 DE MARÇO DE 2015
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentar a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Administração e Finanças, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Cleide Teresinha Perosa	06.07.2013 a 05.07.2014	17.03.2015 a 31.03.2015

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 17 DE MARÇO DE 2015.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

RESOLUÇÃO Nº 011/2015 - CODEMI RESOLUÇÃO Nº011/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitaço "in loco" e análise dos documentos do dia 12 de Março de 2015.
RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Adriano Raizer de Souza constituído 15(quinze) horas de Escavadeira Hidráulica, 10(dez) horas de Retroescavadeira, 10(dez) horas de Trator de Esteira e 10(dez) horas de Trator de Pneu.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiã, 12 de Março de 2015.
Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 12/03/2015.
Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiã

RESOLUÇÃO Nº 012/2015 - CODEMI RESOLUÇÃO Nº012/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitaço "in loco" e análise dos documentos do dia 15 de Dezembro de 2014.
RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos a Senhora Crislaine de Oliveira Piaia constituído 10(dez) horas de Escavadeira Hidráulica, 10(dez) horas de Retroescavadeira, 20(vinte) horas de Trator de Esteira e 10(dez) horas de Trator de Pneu.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiã, 19 de Março de 2015.
Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 19/03/2015.
Clóvis José Busatto
Prefeito Municipal de Ibiã

RESOLUÇÃO Nº 013/2015 - CODEMI

RESOLUÇÃO Nº013/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 12 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Romeu Pirolli constituído 05(cinco) horas de Escavadeira Hidráulica, 10(dez) horas de Retroescavadeira, 12(doze) horas de Motoniveladora e 100(cem) km de Caçamba.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 19 de Março de 2015.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 19/03/2015.

Clóvis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

RESOLUÇÃO Nº 014/2015 - CODEMI

RESOLUÇÃO Nº014/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 12 de Março de 2015.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor José Carlos Gheno constituído 15(quinze) horas de Escavadeira Hidráulica, 10(dez) horas de Retroescavadeira e 10(dez) horas de Trator de Pneu.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013 e nº 2707/2014.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiam, 19 de Março de 2015.

Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 19/03/2015.

Clóvis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Ilhota

PREFEITURA

DECRETO 57 2015

Decreto nº 57, de 17 de março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PRESENTE EXERCÍCIO.

LAURI ADÃO JUNIOR, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC em exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014. DECRETA:

Art.1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 55.500,00(Cinquenta e cinco mil e quinhentos reais), por conta da excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atividade: 1.023 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL

Elemento:()4.4.90.00.00.00.00.01.0062 - Aplicações Diretas ..
..... R\$ 55.500,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 2º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I-Recurso de transferências do Fundo Nacional da Educação - FNDE Brasil Carinhoso R\$ 55.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ilhota, 17 de março de 2015.

LAURI ADÃO JUNIOR

Prefeito Municipal em exercício

ANEXO I

Recurso de transferências do Fundo Nacional da Educação-FNDE Brasil Carinhoso:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Recurso de transferências do Fundo Nacional da Educação-FNDE Brasil Carinhoso - 62	
Arrecadação	0.00
Provável Arrecadação	55.500,00
Total	55.500,00
Previsão orçamentária para o exercício de 2015	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	55.500,00

LAURI ADÃO JUNIOR
Prefeito Municipal
em exercício

MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS
Contador CRC S/C 030821

Imarui

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL PMI Nº. 022/2015

Objeto: Constitui como objeto à aquisição de Gasolina Comum, para uso das seguintes Secretarias: Secretária Municipal de Administração e Finanças, Secretária de Assistência e Promoção Social, Conselho Tutelar, Secretária Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Juventude, Secretária Municipal de Saúde, Secretária Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos e Secretária de Desenvolvimento Rural e Pecuário.

Tipo: Pregão Presencial, menor preço por item, registro de preço. Entrega e Abertura da Proposta e Documentação: 06 de abril de 2015, às 14:00 horas. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109, Centro, Imaruí - SC. O edital completo estará à disposição dos interessados de 2.º à 6.º feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 e no setor de licitação e também no pelo e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br.

Imaruí, 19 de Março de 2015.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO PARA A PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

CONVOCAÇÃO PARA A PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Manoel Viana de Sousa, Prefeito Municipal de Imaruí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA todos os cidadãos residentes e as associações representativas deste município a participar da PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA do Plano MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, que será realizada no local e horário abaixo indicado.

OBJETIVO: Tornar público os estudos relativos ao planejamento das ações do Plano Municipal de Saneamento Básico.

LOCAL, DATA E HORÁRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

local: Câmara Municipal de Vereadores

Data: 23 de abril de 2015

Horário: 18h00m em primeira convocação e as 18h30m em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

Imaruí, 19 de março de 2015.
Manoel Viana de Sousa
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO: DISTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SANEAMENTO/SEDURB 2015/24

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: DISTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SANEAMENTO/SEDURB 2015/24

Distratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA

C.N.P.J: 83.073.536/0001-64

Objeto: o PRESENTE DISTRATO TEM COMO OBJETO, O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 24/2015 A/00 CELEBRADO ENTRE AS PARTES SUPRA MENCIONADAS, O QUAL TEVE COMO FUNDAMENTO, O SEGUINTE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORIAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC, DATADO DO DIA 09 DE FEVEREIRO DE 2015, CUJA CÓPIA INCLUSIVE SEGUE ANEXA AO PRESENTE.

Imbituba, 19 de março de 2015.
Eduardo dos Passos Nunes
Secretário Municipal Sedurb
Contratante

Serrana Engenharia Ltda
Representante Legal
Contratada

PORTARIA PMI/GGP Nº 177/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 177, de 18 de março de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida através do Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, para exercer os cargos/funções conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão	Demissão
Cláudia Salvador do Santos (Matr. nº 7525)	Professora II – 20h	027.260.559-07	06/02/2014	31/03/2015
Cláudia Salvador do Santos (Matr. nº 7526)	Professora II – 20h	027.260.559-07	06/03/2014	31/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 18 de março de 2015.
Nicolau Corsino Bento
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Gestão de Pessoas

PORTARIA PMI/SETEC Nº 001, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA PMI/SETEC Nº 001, de 19 de março de 2015.
Dispõe sobre a instauração de Sindicância e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar supostas irregularidades na contratação de serviços de transporte de passageiros pelo Secretário Municipal de Esportes e Lazer Omar Pacheco à época.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

- I ☐ Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, que presidirá;
II - Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município; e
III - Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 19 de março de 2014.
Paulo Jurchen Sefton
Secretária Municipal de Turismo, Esporte e Cultura

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha
Controlador Geral do Município

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CANCELA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 (SEMUSA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEMUSA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica anulado o Processo Licitatório nº 17/2015, na modalidade de Pregão Presencial nº 13/2015, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 20 de março de 2015.
Dilson Petrassen Junior
Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL**ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011/15**

Ato da Presidência nº 011/15

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 7ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 23 de Março de 2015 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
	PLC nº 337/2015	04/03/15	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PLC nº 338/2015	19/03/15	Legislativo Municipal	Mesa Diretora	Cria a nominata Função de Representação para o cargo de Controlador Interno na Lei Complementar nº 1.145, de 15 de maio de 1991, que dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional da Câmara Municipal de Imbituba, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
24	PL nº 4.675/2015	10/03/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza a desafetação e permuta de imóvel público e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
25	PL nº 4.676/2015	10/03/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Executivo Municipal a conceder Subvenção Social ao Instituto dos Pioneiros - IP de Imbituba e, dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
23	PL nº 4.677/2015	10/03/15	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros à Associação de Amigos de Orientação Alternativa – ORIALAN, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
26	PL nº 4.678/2015	12/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo a firmar termo de convênio com a AEUNI – Associação dos Estudantes Universitários de Imbituba, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
27	PL nº 4.679/2015	12/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Altera a redação do Artigo 3º da Lei Municipal nº 2.119, de 15 de março de 2001, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
28	PL nº 4.680/2015	12/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Altera a redação do dispositivo Lei nº 4.215, de 13 de junho de 2013, que institui a nova política municipal de meio ambiente, e dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª
29	PL nº 4.681/2015	12/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Associação Ponto de Apoio Despertar Jovem.	Ordinário	Única	1ª/2ª
30	PL nº 4.682/2015	13/03/15	Executivo Municipal	Elísio Sgrott	Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio Subvenção Social à Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Arçatuba de Imbituba e, dá outras providências.	Ordinário	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 19 de março de 2015.

Luiz Cláudio Carvalho de Souza Presidente	Zeli Pires Vice-Presidente
--	-------------------------------

Rosália Maria de Souza Sgrott
Primeira-Secretária

PORTARIA CMI Nº 031/2015

PORTARIA CMI Nº 031/2015

"Exonera Luiz Dário Rocha do Cargo em Comissão de Controlador Interno"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Exonerar, a partir do dia 19 de março de 2015, o senhor Luiz Dário Rocha, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB sob o nº 13.107, portador da Carteira de Identidade nº 105.732 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 018.419.049-534, residente e domiciliado na Rua Dr. João de Carvalho, nº 229, Centro, neste Município, do Cargo em Comissão de Controlador Interno.

Imbituba, 19 de março de 2015.
Luiz Claudio Carvalho de Souza
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 19/03/2015.

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 054/2015

CONTRATO Nº 054/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE INDAIAL/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL E A EMPRESA UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA LTDA - ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, representado pelo Sr. Enílson Erley de Freitas, brasileiro, Secretário de Saúde, inscrito no CPF sob nº 516.236.509-25 e Cédula de Identidade nº 3.523.244-3, residente e domiciliado à Rua Santos Dumont, nº 168, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 97.466.387/000108, com sede na Alameda Duque de Caxias, nº 145, sala 203, bairro Centro, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jaime Celso Gonçalves, brasileiro, divorciado, médico, inscrito no CRM/SC nº 5.323, CPF sob nº 495.245.269/72 e Cédula de Identidade nº 4/R-209.553 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Cuiabá, nº 212, bairro Bom Retiro, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 008/2013 - Termo de Inexigibilidade nº 002/2014-10430, Edital de Credenciamento 002/2014 - 10430, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, o credenciamento universal para a realização de serviços de procedimentos por ultra-sonografia na Rede Feminina de Combate Ao Câncer de Indaial/SC.

2.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra qualificada para realização completa dos serviços contratados. A disponibilização do local, equipamentos, mobiliários e materiais de consumo necessários para a realização dos serviços serão de responsabilidade do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO:

4.1. Pela prestação de serviços objeto do presente contrato, o Fundo Municipal de Saúde pagará a CONTRATADA os seguintes valores para os respectivos serviços:

Cód. SUS	Nome	Mod.	Comp.	as (R\$)	PLUS (R\$)	TOTAL (R\$)
0205020038	Ultrassonografia de abdomen superior (fígado, vesícula, vias biliares)	01,02,03	MC	24,20	10,00	34,20
0205020046	Ultrassonografia de abdomen total	01,02,03	MC	37,95	10,00	47,95
0205020054	Ultrassonografia de aparelho urinário	01,02,03	MC	24,20	10,00	34,20
0205020062	Ultrassonografia de articulação	01	MC	24,20	10,00	34,20
0205020070	Ultrassonografia de bolsa escrotal	01,02,03	MC	24,20	10,00	34,20
0205020097	Ultrassonografia mamaria bilateral	01	MC	24,20	10,00	34,20
0205020100	Ultrassonografia de prostata (via abdominal)	01	MC	24,20	10,00	34,20
0205020127	Ultrassonografia de tireoide	01,02,03	MC	24,20	10,00	34,20
0205020143	Ultrassonografia obstétrica	01,02,03	MC	24,20	10,00	34,20
0205020160	Ultrassonografia pélvica (ginecológica)	01,02,03	MC	24,20	10,00	34,20
0205020186	Ultrassonografia transvaginal	01	MC	24,20	10,00	34,20

4.2. O valor total estimado para a realização de todos os serviços requeridos pelo Fundo Municipal de Saúde está estimado em R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

4.3. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015 e as respectivas para os exercícios seguintes:

- 30.01.010.301.030.2445.3390000.1381701 (MAC)
- 30.01.010.301.030.2445.3390000.1020000 (Livre)

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. O pagamento será mensal, sendo realizado no 5º (quinto) dia do mês subsequente da realização dos serviços e da entrega do relatório dos serviços, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente do Fundo Municipal de Saúde de Indaial.

6.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

6.4. O pagamento será realizado através de depósito na conta bancária da CONTRATADA, que segue:

Banco: Blucred 756

Agência: 3269

Conta: 33297-6

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTAMENTO E REVISÃO DE PREÇOS:

7.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

7.1.1. Reajuste de Preços:

7.1.1.1. Os preços constantes no contrato serão reajustados na ocasião de reajuste da Tabela de Exames/Procedimentos do SUS da categoria.

7.1.2. Revisão de preços:

7.1.2.1. A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

7.1.2.1.1. A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

7.1.2.1.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última Revisão e do momento do pedido de revisão do contrato;

7.1.2.1.3. Com o requerimento, a CONTRATADA, deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última Revisão, e do momento do pedido de revisão do contrato, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor global pactuado; e

7.1.2.1.4. A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1.3. Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

7.1.4. Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos

a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

7.1.5. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

8.1. O prazo deste Contrato será de 16 de março de 2015 até 16 de março de 2016, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.1. O contrato terá seu vencimento depois de decorrido o prazo do item 8.1 e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

8.1.2. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

8.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

8.3. Os serviços serão efetuados na Rede Feminina de Combate ao Câncer de Indaial, situada à Rua Com. Henrique Wanke, nº 133 - Bairro Centro - CEP: 89130-000, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina.

8.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA NONA - DEVERES DA CONTRATADA:

9.1. Assegurar a realização dos serviços constantes no objeto, conforme as especificações constantes na Cláusula Terceira do presente contrato.

9.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato.

9.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso.

9.4. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

9.5. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa.

9.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato.

9.7. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado.

9.8. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados

pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos.

9.9. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.10. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.11. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 008/2013 - Termo de Inexigibilidade nº 002/2014-10430.

CLÁUSULA DÉCIMA - DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a prestação dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO:

11.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

11.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

11.2.1. Solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de qualquer de seus empregados ou de prepostos, por ineficiência, incompetência, má conduta ou falta de respeito a seus dirigentes, seus empregados ou terceiros;

11.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

11.2.3. Rejeitar todo e qualquer serviço de má qualidade ou não especificado, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

11.2.4. Impugnar todo e qualquer serviço feito em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

11.2.5. Ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, caso, dentro de 48 (quarenta e oito) horas a contar da entrega da notificação correspondente, não seja atendida qualquer reclamação por falha ou incorreção no serviço prestado.

11.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo da prestação dos serviços objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções

previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

12.2.2. Multa, conforme os seguintes critérios:

12.2.2.1. No valor de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, por uso de instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por acumulação de 03 (três) advertências.

12.2.2.4. No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por inobservância do item 15.4 do presente contrato.

12.2.2.5. No valor de 2,0% (dois por cento) do valor do contrato por descumprimento dos Deveres da CONTRATADA, inseridos na Cláusula Décima Segunda, desde que não previstos em outras cláusulas.

12.2.2.6. No valor de 2,5% (dois por cento e cinco décimos) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.7. No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.8. No valor de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

12.2.2.9. No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE.

12.2.2.10. No valor de 10% (dez por cento) do valor do contrato se der causa à Declaração de Inidoneidade.

12.2.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso das sanções previstas nos itens 12.2.2.8, 12.2.2.9 e 12.2.4.1 à 12.2.4.4.

12.2.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

12.2.4.1. Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do contrato;

12.2.4.2. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.2.4.3. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.2.4.4. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, das garantias apresentadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à sanção, o contraditório e a ampla defesa.

12.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

13.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

13.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

13.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

13.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

13.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

13.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

13.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

13.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

13.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

13.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos serviços já realizados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

13.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

13.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.1.14. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 12.5 do presente contrato.

13.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

13.2.1. Determinado por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos itens 13.1.1 à 13.1.10 e 13.1.12 à 13.1.14.

13.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

13.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

13.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 13.1.9 à 13.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

13.5. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

14.1. O presente contrato poderá ser alterado mediante as seguintes condições:

14.1.1. Unilateralmente pela Administração:

- a) - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, desde que não haja a desconfiguração do objeto;
- b) - quando necessário acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei; e,

c) - para a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto.

14.1.2. Por acordo das partes:

a) - quando necessária a modificação do modo de prestação dos serviços, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

b) - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de prestação do serviço; e,

c) - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

15.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

15.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

15.4. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO:

16.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

17.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Lei Federal nº 8.666/93 - Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- b) - Lei Federal nº 4.320/64 - Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- c) - Lei Federal nº 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor;
- d) - Lei Federal nº 10.406/02 - Código Civil Brasileiro;
- e) - Lei Orgânica do Município; e,
- f) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AS PARTES:

18.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 16 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Contratante
--	--

UNISON CLÍNICA DE ULTRA-SONOGRAFIA LTDA – ME Jaime Celso Gonçalves Contratante	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC 13.215
--	--

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 055/2015

CONTRATO Nº 055/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS E A ASSOCIAÇÃO BANDA MUNICIPAL DE INDAIAL PREFEITO WERNER PABST, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91

e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO BANDA MUNICIPAL DE INDAIAL PREFEITO WERNER PABST, inscrita no CNPJ sob nº 05.797.250/0001-18, estabelecida à Rua Dr. Blumenau, nº 05, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Ednaldo Gonçalves Christen, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 990.978.429-72 e Cédula de Identidade nº 3.439.350-SSP/SC, residente à Rua Ouro Preto, nº 176, Bairro Benedito, na cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 044/2015 - Termo de Inexigibilidade 002/2015-28983, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst, para a apresentação nos eventos realizados ou apoiados pela FIC, conforme calendário de eventos, totalizando 20 (vinte) apresentações, de acordo com o quadro a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
01	02	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no mês de março/2015.
02	01	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no mês de abril/2015.
03	02	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no mês de maio/2015.
04	02	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no mês de junho/2015.
05	02	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no mês de julho/2015.
06	02	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no mês de agosto/2015.
07	01	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no mês de setembro/2015.
08	02	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no mês de outubro/2015.
09	02	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no mês de novembro/2015.
10	04	Unid.	Apresentação da Banda Municipal de Indaial Prefeito Werner Pabst no mês de dezembro/2015.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO:

4.1. O preço unitário (apresentação) contratado é de R\$4.000,00 (quatro mil reais), perfazendo o valor total de R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas parceladamente, pelo valor unitário, em 05 (cinco) dias úteis, cotando a partir da realização de cada apresentação, bem como da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente da FIC.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data da conclusão de cada etapa, mediante entrega da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente da Prefeitura Municipal de Indaial.

5.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

5.3. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irrealizáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº

8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL :

7.1. O prazo do presente Contrato é de 16 de março de 2015 até 31 de dezembro de 2015. Datas e horários serão informados na Ordem de Compra/Serviços de cada apresentação.

7.1.2. O contrato terá seu vencimento após decorrido o prazo do item 7.1. e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

7.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

•41.01.013.391.041.2653.339039990000.01000000 - Recurso Próprio

CLÁUSULA NONA - DEVERES DA CONTRATADA:

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.5. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.6. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.7. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.8. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE;

9.9. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.9.1. Constituem motivo para afastamento e/ou dispensa de empregado:

a) - ato de improbidade;

b) - incontinência de conduta ou mau procedimento;

c) - negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

d) - condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

e) - desídia no desempenho das respectivas funções;

f) - embriaguez habitual ou em serviço;

g) - violação de segredo da empresa;

h) - ato de indisciplina ou de insubordinação;

i) - abandono de emprego;

j) - ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) - ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) - prática constante de jogos de azar.

m) - prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

9.10. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.12. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.13. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 044/2015 - Termo de Inexigibilidade nº 002/2015-28983.

9.14. Todos os ensaios necessários para a apresentação de seu repertório serão de inteira responsabilidade e custeio da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

11.7. Constitui motivo para rescisão do presente contrato, o consumo de bebidas alcoólicas no local do serviço/eventos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no

respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6. Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 16 de março de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA
PREFEITO VICTOR PETTERS
Siegfried Wanser Ribeiro
Contratante

ASSOCIAÇÃO BANDA MUNICIPAL
DE INDAIAL PREFEITO WERNER
PABST
Ednaldo Gonçalves Christen
Contratada

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 056/2015

CONTRATO Nº 056/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS E ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA DE TERNO DE REIS ESTRELA DO ORIENTE, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA DE

TERNO DE REIS ESTRELA DO ORIENTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.563.121/0001-90, estabelecida à Rua Santa Catarina, nº 159 - Bairro dos Estados, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada, neste ato, pelo Sr. Carlos Augusto Maçaneiro, brasileiro, casado, inscrita no CPF sob nº 248.439.899-91, e RG nº 914.523-SSP/SC, residente à Rua Firmo José da Silva, 185 - Bairro Estrada das Areias, na cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 045/2015 - Termo de Inexigibilidade 003/2015-28983, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação do Grupo de Terno de Reis Estrela do Oriente para apresentações artísticas musicais em eventos realizados ou apoiados pela FIC, no total de 09 (nove) apresentações, conforme calendário de eventos, conforme quadro à seguir:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
01	01	Unid.	Apresentação do Grupo de Terno de Reis Estrela do Oriente, no mês de março/2015.
02	01	Unid.	Apresentação do Grupo de Terno de Reis Estrela do Oriente, no mês de novembro/2015.
06	07	Unid.	Apresentação do Grupo de Terno de Reis Estrela do Oriente, no mês de março/2015.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO:

4.1. O preço unitário (apresentação) contratado é de R\$2.000,00 (dois mil reais), perfazendo o valor total de R\$18.000,00 (dezoito mil reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas parceladamente, pelo valor unitário, em 05 (cinco) dias úteis, cotando a partir da realização de cada serviço, bem como da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente da FIC.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as

despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.2. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreeajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL:

7.1. O prazo do presente Contrato é de 16 de março de 2015 a 31 de dezembro de 2015. Datas e horários serão informados na Ordem de Compra/Serviços de cada apresentação.

7.1.2. O contrato terá seu vencimento após decorrido o prazo do item 7.1. e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

7.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência

de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

•41.01.013.391.041.2653.339039990000.01000000 - Recurso Próprio

CLÁUSULA NONA - DEVERES DA CONTRATADA

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.5. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.6. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.7. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.8. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.10. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 045/2015 - Termo de Inexigibilidade nº 003/2015-28983.

9.11. Todos os ensaios necessários para a apresentação de seu repertório serão de inteira responsabilidade e custeio da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as

especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

11.7. Constitui motivo para rescisão do presente contrato, o consumo de bebidas alcoólicas no local do serviço/eventos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6. Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 16 de março de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA DE TERNO DE REIS ESTRELA DO ORIENTE Carlos Augusto Maçaneiro Contratada
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215	

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 057/2015

CONTRATO Nº 057/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL CORO DE INDAIAL CORO MISTO INDAIÁ, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL CORO DE INDAIAL CORO MISTO INDAIÁ, pessoa jurídica de direito privado,

inscrita no CNPJ sob nº 16.416.818/0001-20, estabelecida à Rua Maranhão, nº 540, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada por seu representante legal Sr. Mara Rubia Cagliioni, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº 003.941.249-01 e Cédula de Identidade nº 3705389-SSP/SC, residente à Rua Adolfo Miguel, nº 070, Bairro Estrada das Areias, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 046/2015 - Termo de Inexigibilidade 004/2015-28983, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação do Coro Misto Indaiá, para a apresentação em eventos realizados ou apoiados pela FIC, no total de 06 (seis) apresentações, conforme calendário de eventos, de acordo com o quadro a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
01	01	Unid.	Apresentação do Coro Misto Indaiá, que acontecerá no mês de março/2015.
02	01	Unid.	Apresentação do Coro Misto Indaiá na FIC, que acontecerá no mês de setembro/2015.
03	04	Unid.	Apresentação do Coro Misto Indaiá na FIC, que acontecerá no mês de dezembro/2015.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO:

4.1. O preço unitário (apresentação) contratado é de R\$2.000,00 (dois mil reais), perfazendo o valor total de R\$12.000,00 (doze mil reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas parceladamente, pelo valor unitário, em 05 (cinco) dias úteis, cotando a partir da realização de cada apresentação, bem como da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente da FIC.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra

especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data da conclusão de cada etapa, mediante entrega da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente da Prefeitura Municipal de Indaial.

5.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

5.3. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL :

7.1. O prazo do presente Contrato é de 16 de março de 2015 até 31 de dezembro de 2015. Datas e horários serão informados na Ordem de Compra/Serviços de cada apresentação.

7.1.2. O contrato terá seu vencimento após decorrido o prazo do item 7.1. e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

7.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

- 41.01.013.391.041.2653.339039990000.01000000 - Recurso Próprio

CLÁUSULA NONA - DEVERES DA CONTRATADA:

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.5. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.6. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.7. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.8. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibi-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE;

9.9. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.9.1. Constituem motivo para afastamento e/ou dispensa de empregado:

- a) - ato de improbidade;
- b) - incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) - negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d) - condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e) - desídia no desempenho das respectivas funções;
- f) - embriaguez habitual ou em serviço;

g) - violação de segredo da empresa;

h) - ato de indisciplina ou de insubordinação;

i) - abandono de emprego;

j) - ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) - ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) - prática constante de jogos de azar.

m) - prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

9.10. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.12. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.13. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 046/2015 - Termo de Inexigibilidade nº 004/2015-28983.

9.14. Todos os ensaios necessários para a apresentação de seu repertório serão de inteira responsabilidade e custeio da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA - DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

11.7. Constitui motivo para rescisão do presente contrato, o consumo de bebidas alcoólicas no local do serviço/eventos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6. Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão

aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

- b) - Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989;
- c) - Lei Orgânica do Município de Indaial;
- d) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- e) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- f) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- g) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- h) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- i) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- j) - Lei Federal nº 12.846/13. Lei Anticorrupção; e,
- k) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 16 de março de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	ASSOCIAÇÃO CULTURAL CORO DE INDAIAL CORO MISTO INDAIÁ Mara Rubia Caglioni Contratada
---	---

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

CONTRATO Nº 058/2015

CONTRATO Nº 058/2015

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL INDAIALENSE DE VIOLA CAIPIRA, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento a FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FIC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.940/0001-86, com sede na Rua Dr. Blumenau, nº 05, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sra. Siegrid Wanser Ribeiro, Diretora Executiva, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 291.136.959-91 e Cédula de Identidade nº 3/R 223.734, residente e domiciliada à Rua Rio de Janeiro, nº 777, Bairro dos Estados, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO CULTURAL INDAIALENSE DE VIOLA CAIPIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 97.551.323/0001-05, estabelecida à Rua Fortaleza, nº 205, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal Sr. Mario Demetrio, brasileiro, casado, inscrita no CPF sob nº 222.454.649-15 e Cédula de Identidade nº 521.847-SSP/SC, residente à Rua Fortaleza, nº 205, Bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada

simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. O presente contrato se vincula aos termos da proposta que a CONTRATADA apresentou no Processo Licitatório nº 047/2014 - Termo de Inexigibilidade 005/2015-28983, os termos do edital mencionado retro e a legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preços unitários, de acordo com o art. 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação do Grupo de Viola Caipira para apresentações artísticas musicais em eventos realizados ou apoiados pela FIC, no total de 08 (oito) apresentações, conforme calendário de eventos, de acordo com o quadro a seguir:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
01	01	Unid.	Apresentação da Viola Caipira, que acontecerá no mês de março/2015.
02	01	Unid.	Apresentação da Viola Caipira que acontecerá no mês de novembro/2015.
03	06	Unid.	Apresentação da Viola Caipira que acontecerá no mês de dezembro/2015.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR DO CONTRATO:

4.1. preço unitário (apresentação) contratado é de R\$2.000,00 (dois mil reais), perfazendo o valor total de R\$16.000,00 (quinze mil reais).

4.2. As despesas decorrentes desta licitação serão pagas parceladamente, pelo valor unitário, em 05 (cinco) dias úteis, cotando a partir da realização de cada apresentação, bem como da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada pela Unidade Requerente da FIC.

4.3. Quando inadimplente, e período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento não for superior a quinze dias, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

4.4. Em caso de irregularidades na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização do mesmo.

4.5. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como lucro, conforme

projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO:

5.1. O pagamento será realizado até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da data da conclusão de cada etapa, mediante entrega da respectiva nota fiscal/fatura, devidamente aprovada e liquidada pela unidade requerente da Prefeitura Municipal de Indaial.

5.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Indaial, vigente na data de seu pagamento.

5.3. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

5.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preço ou correção monetária.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato são irreajustáveis, exceto pelo reequilíbrio do quantitativo inicialmente acordado, conforme dispõe o art. 65, § 1º e art. 58, I, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato.

6.1.3. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL :

7.1. O prazo do presente Contrato é de 16 de março de 2015 até 31 de dezembro de 2015. Datas e horários serão informados na Ordem de Compra/Serviços de cada apresentação.

7.1.2. O contrato terá seu vencimento após decorrido o prazo do item 7.1. e desde que não tenha havido qualquer prorrogação.

7.1.3. O termo final do presente contrato não extingue as obrigações futuras decorrentes de garantia, direitos trabalhistas e previdenciários a ele relacionados.

7.2. O presente Contrato poderá ser cancelado pela CONTRATANTE depois de 90 (noventa) dias de sua vigência, considerado período probatório, mediante comunicação prévia com antecedência de 30 (trinta) dias, sem que este ato possa gerar quaisquer direitos indenizatórios à CONTRATADA.

7.3. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo ao que ficou paralisado.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

8.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2015:

- 41.01.013.391.041.2653.339039990000.01000000 - Recurso Próprio

CLÁUSULA NONA - DEVERES DA CONTRATADA:

9.1. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pela CONTRATANTE, quanto à execução do contrato;

9.2. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

9.3. Emitir relatórios dos serviços prestados, sempre que solicitado, atendendo à demanda num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas;

9.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência da execução deste Contrato, assegurado o direito de defesa;

9.5. Responsabilizar-se por todo e qualquer acidente de trabalho, bem como sobre o respectivo seguro, de que venham a ser vítimas os seus empregados atuantes na execução do objeto do presente Contrato;

9.6. Responsabilizar-se pela execução de todos os serviços referentes ao Contrato, considerando as exigências operacionais, o atendimento à legislação atual e alterações publicadas durante a vigência do Contrato e a manutenção do padrão de atendimento adequado;

9.7. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

9.8. Manter atualizados os registros e anotações trabalhistas dos profissionais alocados na prestação dos serviços e exibí-los sempre que exigidos pela CONTRATANTE;

9.9. Acatar solicitação da CONTRATANTE de afastamento e/ou dispensa de empregado e/ou equipamentos cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento dos serviços, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

9.10. Todos os ensaios necessários para a apresentação de seu repertório serão de inteira responsabilidade e custeio da CONTRATADA

9.9.1. Constituem motivo para afastamento e/ou dispensa de empregado:

- a) - ato de improbidade;
- b) - incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c) - negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão

do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;

d) - condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

e) - desídia no desempenho das respectivas funções;

f) - embriaguez habitual ou em serviço;

g) - violação de segredo da empresa;

h) - ato de indisciplina ou de insubordinação;

i) - abandono de emprego;

j) - ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) - ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) - prática constante de jogos de azar.

m) - prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

9.10. Efetuar a remuneração dos seus profissionais, respeitada a legislação trabalhista;

9.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução contratual.

9.12. Manter até o termo final deste contrato todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução do contrato, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

9.13. Manter, durante toda a execução do contrato as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 047/2015 - Termo de Inexigibilidade nº 005/2015-28983.

CLÁUSULA DÉCIMA - DEVERES DA CONTRATANTE:

10.1. Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, na data e forma estabelecida neste contrato.

10.2. Fiscalizar a entrega dos serviços objeto do contrato, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com as demais cláusulas.

10.3. Recusar o recebimento dos serviços em desacordo com as especificações da Cláusula Terceira do presente contrato, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os serviços adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

11.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

11.1.3. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

11.1.4. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução,

assim como as de seus superiores;

11.1.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

11.1.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

11.1.7. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

11.1.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

11.1.9. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.10. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

11.1.11. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

11.1.12. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.1.13. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2. Decidido pela rescisão do contrato, será executado da seguinte forma:

11.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 11.1.1. à 11.1.10, 11.1.12. e 11.1.13.

11.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

11.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

11.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 11.1.9. a 11.1.12., desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

11.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

11.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

11.7. Constitui motivo para rescisão do presente contrato, o consumo de bebidas alcoólicas no local do serviço/eventos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES:

12.1. A CONTRATADA, sujeitar-se-á, no que couber, às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e às demais legislações aplicáveis.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência;

12.2.2. Multa, nas seguintes condições:

12.2.2.1. Multa de mora de 0,4% (quatro décimos percentuais) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado.

12.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do contrato, por dia, pela execução de serviços por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

12.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto ou especificações do edital, sem autorização expressa da CONTRATANTE;

12.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

12.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

12.2.2.6. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato na hipótese de declaração em falso;

12.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Indaial, pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

12.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

12.4. As sanções previstas nos itens 12.2.1., 12.2.3. e 12.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 12.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

12.6. Na hipótese do montante das multas aplicadas pela CONTRATANTE ultrapassar o valor previsto no item anterior, serão aplicadas as sanções previstas nos itens 12.2.3. e 12.2.4.

12.7. As sanções estabelecidas neste contrato não eximem a CONTRATADA das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

12.8. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo às sanções, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FISCALIZAÇÃO:

13.1. O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

13.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

13.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

13.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

13.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

13.3. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Todos os prazos previstos no presente contrato são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

14.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição do presente termo de contrato.

14.3. A CONTRATANTE se reserva no direito de fornecer qualquer tipo de material, equipamento ou executar em parte ou no todo qualquer serviço inerente à obra.

14.4. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

14.5. É terminante proibida a subcontratação de qualquer etapa e/ou parcela dos serviços objeto deste edital.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO:

15.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de Indaial - Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

16.1. Aplica-se ao presente contrato, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

b) - Lei Orgânica do Município de Indaial;

c) - Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

d) - Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

e) - Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;

- f) - Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) - Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) - Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal; e,
- i) - Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AS PARTES:

17.1. Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, 16 de março de 2015.

FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Contratante	ASSOCIAÇÃO CULTURAL INDAIALENSE DE VIOLA CAIPIRA Mario Demetrio Contratada
--	--

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 259/2014
EDITAL DE PREGÃO Nº 095/2014-10430
TERMO ADITIVO 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 259/2014 - Edital de Pregão nº 095/2014-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1. CASA DA MERENDA COM. ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.316.546/0001-06,

estabelecida ao Viaduto Colorado, nº 1130 - Bairro Rebouças, no município de Curitiba - Estado do Paraná.

2. VALORES REGISTRADOS:

2.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

2.1.1. Empresa CASA DA MERENDA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, vencedor do lote 17 no item 64 com o valor unitário de R\$ 2,32 (dois reais e trinta e dois centavos), de acordo com justificativa e cópia de documentação apresentada em anexo.

Perfazendo o valor total deste processo em R\$ 2.667.341,55 (dois milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e cinco centavos).

2.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

3. AS PARTES:

3.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 19 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	CASA DA MERENDA COM. DE ALIMENTOS LTDA Juarez Ferreira Padilha Representante Legal
---	---

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2014

TERMO ADITIVO 001 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2014

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e catorze, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado

à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 211/2014 - Edital de Pregão nº 080/2014-10430, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1. G.R.K. PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.620.459/0001-49, estabelecida à Rua Tancredo Neves, nº 4750 - Bairro São Cristóvão, no município de Concórdia - Estado de Santa Catarina.

2. AS PARTES:

2.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 19 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal	G.R.K. PNEUS LTDA Charles Goede Representante Legal

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 180/2014 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 180/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.671.681/0001-73, com sede na rua João Antonio da Silva, nº 39, sala 01, bairro Warnow, na cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Gilberto Reis, brasileiro, solteiro, inscrito sob CPF sob nº 003.649.019-93 e Cédula de identidade sob nº 3.742.476 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua João Antônio da Silva, nº 63, bairro Warnow, na cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na

Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1, do contrato original, que tem como objeto a execução das obras de recuperação de pavimentação em vias públicas, em pavimentos de paralelepípedos, lajotas, pedra portuguesa, piso cimentado, grama e guias, em área total estimada de 25.150,00 m², passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor total do presente contrato é de R\$ 719.415,00 (setecentos e dezenove mil, quatrocentos e quinze reais), conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 19 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	GTA PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA Gilberto Reis Contratada

SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Janio Vilson de Aviz Secretário Municipal

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmara Fruet
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: _____
CPF: _____

Nome Legível: _____
CPF: _____

TERMO ADITIVO Nº 021 DO CONTRATO Nº 007/2010 TERMO ADITIVO Nº 021 AO CONTRATO Nº 007/2010

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado

de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa MOMENTO ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 75.114.504/0001-31, localizada na Rua Samuel Morse, nº 333, bairro Fortaleza, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. Denilson Hoepers, brasileiro, Engenheiro Civil, inscrito no CREA/SC sob nº 38.485-, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula oitava item 8.1, do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para a execução da pavimentação em paver, pavimentação asfáltica e urbanização, incluindo a construção de passeios, fornecimento de mobiliários e construção de deck de madeira e rede de iluminação pública, da Rua Frederico Struwe - Bairro Centro, passa a vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE EXECUÇÃO:

8.1. O prazo de execução das obras é de 23 de março de 2015 a 18 de setembro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 18 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	MOMENTO ENG. DE CONST. CIVIL LTDA Denilson Hoepers Contratada
ASSESSORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Marcelo Lanznaster Assessor Técnico	PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

Assinatura: _____
Nome Legível: _____
CPF: _____

EDITAL DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1634/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1634/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACS4033	54014652N	5002/0	30/12/2014	R\$ 191,53	257 § 8º
ANI2049	54430376E	6050/1	15/12/2014	R\$ 191,53	208
ATK4345	54430179E	7366/2	16/12/2014	R\$ 85,12	252 * VI
DIR8117	55720781E	6270/0	14/12/2014	R\$ 127,69	220 * II
GVM7236	55486394E	5541/5	05/12/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
KCA6912	55721271E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZP1130	55485529E	5207/0	12/11/2014	R\$ 53,20	169
MAC4102	55721457E	5185/1	21/12/2014	R\$ 127,69	167
MEB6605	55721046E	5835/0	20/12/2014	R\$ 127,69	195
MEB6605	55721169E	5835/0	20/12/2014	R\$ 127,69	195
MEB6605	55721170E	6270/0	20/12/2014	R\$ 127,69	220 * II
MGQ9763	55486243E	6068/1	18/11/2014	R\$ 127,69	209
MLD1477	55486576E	5541/1	12/12/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLN0955	55486611E	5185/1	15/12/2014	R\$ 127,69	167
MMM4728	55486336E	7366/2	19/11/2014	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE MARÇO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1631/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1631/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MER4420	54014651N	5002/0	30/12/2014	R\$ 127,69	257 § 8º
MGJ5393	55486669E	6041/2	23/12/2014	R\$ 127,69	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE MARÇO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 234/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 234/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGG1753	8789046401	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJC7001	8789043599	7463/0	05/10/2014	R\$ 127,69	218 * II
ALO7510	8789045107	7455/0	14/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
DLC5200	8789046453	7455/0	27/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCL1858	8789046338	7455/0	23/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCO1357	8789046216	7471/0	19/12/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEO7446	54009293N	5002/0	16/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MEO7446	54009297N	5002/0	16/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MEV9475	8789044959	7463/0	12/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFJ0096	54009339N	5002/0	16/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MGU1075	8789046421	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGY8230	8789045389	7455/0	27/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIH7290	54003264N	5002/0	25/11/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MIM0489	54009317N	5002/0	16/12/2014	R\$ 127,69	257 § 8º
MJR0942	54014722N	5002/0	30/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MJZ8631	8789046406	7463/0	26/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKJ7594	8789045653	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLO1626	8789046177	7455/0	18/12/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE MARÇO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 236/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 236/2015

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABW4857	8789045182	7455/0	19/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
ACX3682	8789044783	7455/0	07/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFD9684	8789044537	7455/0	30/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFW6526	8789045220	7455/0	21/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFY0446	8789045615	7455/0	03/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIC7797	8789045040	7463/0	15/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
AKK8232	8789046298	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AON2848	8789045562	7455/0	01/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
APW3217	8789044948	7455/0	12/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARO4394	54014719N	5002/0	30/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
BJJ3133	8789045736	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
CEJ1818	8789045750	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
CEM3446	8789044643	7455/0	02/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
CJZ0124	8789046187	7455/0	18/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
CKF1160	8789044625	7463/0	02/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
CWK4809	8789045714	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
CXV1622	8789044441	7463/0	28/10/2014	R\$ 127,69	218 * II
DCA6762	8789046249	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
DEL5786	8789044315	7455/0	25/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
DLA0033	8789045399	7463/0	27/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
DLA0033	8789045400	7463/0	27/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
DZK8667	8789046173	7455/0	18/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
EME9689	8789044633	7455/0	02/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
IFX1836	8789046293	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
IGX7262	8789046035	7455/0	13/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
IMK6342	8789044484	7455/0	29/10/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IV12323	8789045210	7455/0	21/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
KMZ6430	8789046222	7455/0	19/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LVO4227	8789045723	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWT8440	8789046252	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWW8203	8789046258	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWX4547	8789046400	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXO9470	8789045927	7455/0	16/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXP0910	8789045875	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXU1706	8789045609	7455/0	03/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXX2409	8789045671	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXX8902	8789046048	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYC1938	8789046103	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYH7799	8789045499	7455/0	30/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYH7799	8789046015	7455/0	13/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYH7799	8789046087	7463/0	14/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYH7799	8789046188	7463/0	18/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYM1515	8789044301	7455/0	25/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYM2696	8789044858	7455/0	09/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYQ8747	8789046445	7455/0	27/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYS5169	8789044896	7455/0	10/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZC9106	8789045826	7455/0	08/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZD3477	8789045539	7455/0	01/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZI7180	8789046047	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZN9728	8789046092	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZP1130	8789044994	7463/0	13/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZP1130	8789045027	7463/0	14/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZP1130	8789045267	7463/0	23/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZV5309	8789045690	7455/0	05/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAC0620	8789045385	7455/0	27/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAC7970	8789045393	7455/0	27/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAG8444	8789046247	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAG8444	8789046248	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAM9043	8789046379	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAN6921	8789046925	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAO7275	8789044440	7455/0	28/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAS9438	8789044756	7455/0	06/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAV0021	8789045836	7455/0	09/12/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAY5870	8789046553	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAZ8641	8789045807	7455/0	08/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBD7213	8789045567	7455/0	01/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBE4094	8789045200	7455/0	20/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG2081	8789045357	7455/0	26/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG7923	8789045899	7455/0	11/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH5642	8789046063	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBI4461	8789045466	7455/0	29/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBJ7800	8789046129	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL3270	8789045449	7463/0	29/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBP3962	8789045766	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBQ6143	8789045702	7455/0	05/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBS0342	8789044577	7455/0	31/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBZ5529	54017158N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MCT3494	8789045917	7455/0	11/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCY5045	8789046054	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDB7662	54017147N	5002/0	22/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MDC0964	8789045639	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF3539	8789046259	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK9297	8789045354	7455/0	26/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDK9994	8789045549	7455/0	01/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ3344	8789045491	7455/0	30/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ7343	8789046088	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR5019	8789045421	7463/0	28/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDY9854	8789045709	7455/0	05/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ2561	8789046295	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEB5120	8789046748	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEH0639	8789044869	7455/0	09/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ6554	8789046947	7463/0	11/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MEJ8714	8789045860	7455/0	09/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEL8306	8789045661	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEP4312	8789045897	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER8931	8789046140	7455/0	16/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEY7525	8789046905	7463/0	11/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MFA2174	8789045533	7455/0	01/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFA7500	8789045737	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB4120	8789045418	7455/0	28/11/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFB4340	8789045785	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFC4899	8789045473	7455/0	29/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM7157	8789045752	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFN3784	8789045371	7455/0	26/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO3785	8789046153	7455/0	17/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFQ0247	8789046644	7455/0	02/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFR3370	8789045415	7463/0	28/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFS4164	8789045862	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFT4718	8789046133	7463/0	16/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFU1218	8789044046	7455/0	18/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFU8584	8789045629	7455/0	03/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV5720	8789046019	7455/0	13/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC0524	8789046244	7455/0	20/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC2007	8789045476	7455/0	29/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGD4558	8789046184	7455/0	18/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGE9368	8789045921	7463/0	11/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGM8705	8789045460	7455/0	29/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ8028	8789046172	7455/0	18/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGST453	8789045531	7455/0	01/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV3636	8789045484	7455/0	30/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV7197	8789045545	7455/0	01/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGX7573	8789044312	7455/0	25/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGZ0294	8789046169	7455/0	18/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHD1339	8789046110	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE6730	8789046948	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHG6685	8789045987	7455/0	12/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHJ2047	8789045443	7463/0	28/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHO5454	8789045699	7463/0	05/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHP7065	8789045951	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU4478	8789045719	7455/0	06/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV0333	8789045412	7455/0	28/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIC8820	8789046392	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII5419	8789045569	7455/0	01/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIK4561	54014720N	5002/0	30/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MIT0355	8789045049	7455/0	15/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT7771	8789046167	7455/0	17/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV4417	8789045646	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIW4956	8789046571	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX5757	8789046581	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJB0409	8789045687	7455/0	05/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJB0409	8789045906	7455/0	11/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJE0319	8789044715	7455/0	05/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH2177	8789045982	7455/0	12/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJI3753	8789045604	7455/0	02/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ8052	8789045988	7455/0	12/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL0586	8789045881	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL4594	8789046289	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL8636	8789045242	7455/0	22/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJP9001	8789045643	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU4256	8789046691	7463/0	04/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJY2042	8789046053	7455/0	14/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF5121	8789045846	7455/0	09/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG1397	8789045814	7455/0	08/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM2258	8789045891	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKM7345	8789045741	7463/0	06/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKO0426	54009331N	5002/0	16/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MLF7324	8789045654	7455/0	04/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN1345	8789045791	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLN5368	8789045855	7455/0	09/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLO4646	8789045758	7455/0	07/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP7748	8789044343	7455/0	26/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLR5455	8789044053	7455/0	19/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLW7343	8789046100	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLW7343	8789046212	7455/0	19/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMC8697	54009324N	5002/0	16/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MMM2992	8789045572	7455/0	02/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MNC8707	8789046729	7455/0	05/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MZB2004	8789045249	7455/0	22/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
OAZ0807	8789046316	7455/0	22/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
OKG6168	8789045968	7471/0	20/12/2014	R\$ 574,61	218 * III
QHA4245	8789046911	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
QHD5384	8789045472	7455/0	29/11/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE MARÇO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1629/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1629/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJZ7238	55486779E	5185/1	29/01/2015	167
BLE3212	55486940E	5525/0	17/02/2015	181 * XV
CFT4375	55486912E	6327/0	10/02/2015	220 * VII
CWK4809	55722103E	5657/0	23/02/2015	182 * IX
LYX2861	55486937E	6564/0	17/02/2015	230 * II
LYX2861	55486938E	6050/2	17/02/2015	208
LYX2861	55486941E	5967/0	17/02/2015	203 * V
MAU5627	55721319E	5835/0	23/01/2015	195
MCM8847	55486858E	5460/0	12/02/2015	181 * IX
MCO9427	55721805E	7030/1	23/01/2015	244 * I
MDP7651	55486914E	5193/0	11/02/2015	168
MDQ8384	54430741E	7366/2	19/02/2015	252 * VI
MDX9486	55722051E	5185/1	19/02/2015	167
MEP5877	55721735E	7048/1	18/02/2015	244 * II
MEP5877	55721736E	5835/0	18/02/2015	195
MFA7811	55721320E	5967/0	08/02/2015	203 * V
MGT1818	55486935E	5185/1	14/02/2015	167
MKT8945	55486931E	5207/0	13/02/2015	169
MLN0955	54028377N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
QHD4680	55486745E	5967/0	26/01/2015	203 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE MARÇO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1633/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1633/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW8512	55486885E	5541/1	20/02/2015	181 * XVII
AIQ1254	55486816E	5185/1	27/01/2015	167
AMI4673	55721419E	5550/0	25/01/2015	181 * XVIII
ANS2328	55487008E	5479/0	25/02/2015	181 * X
CRA2707	55721626E	5525/0	14/01/2015	181 * XV
LZJ0228	55721762E	5738/0	24/01/2015	186 * II
MBW2098	55721834E	7307/0	15/02/2015	251 * II
MCD2937	55486899E	5215/2	21/02/2015	170
MCW1889	55486952E	5452/3	19/02/2015	181 * VIII
MDD0028	55721411E	5550/0	25/01/2015	181 * XVIII
MDT0062	55486882E	5207/0	20/02/2015	169
MEW6713	55486898E	5185/1	21/02/2015	167
MEY3447	55486436E	5568/0	23/02/2015	181 * XIX
MFO6138	55721804E	5525/0	23/01/2015	181 * XV
MGG1143	55486890E	7293/0	20/02/2015	251 * I
MGG1143	55486956E	5452/3	20/02/2015	181 * VIII
MGG6920	55721427E	5550/0	25/01/2015	181 * XVIII
MGQ8883	55487001E	5410/0	23/02/2015	181 * IV
MHD4586	55486947E	5185/1	19/02/2015	167
MHE4009	55721850E	5185/1	03/03/2015	167
MHH8735	55486723E	5541/1	22/01/2015	181 * XVII
MHK5539	55486804E	5185/1	27/01/2015	167
MHT0305	55486951E	5541/1	19/02/2015	181 * XVII
MJM8920	55721837E	5185/1	23/02/2015	167
MMC1427	55486962E	5541/1	21/02/2015	181 * XVII
MMI1641	55486767E	5193/0	27/01/2015	168

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE MARÇO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 233/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 233/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AER1368	8789047219	7463/0	19/01/2015	218 * II
AIM7181	8789047326	7455/0	23/01/2015	218 * I
CHO7260	8789047244	7463/0	20/01/2015	218 * II
CJS5489	8789047280	7455/0	21/01/2015	218 * I
DCX4892	8789047230	7463/0	19/01/2015	218 * II
DLB6758	54024311N	5002/0	29/01/2015	257 § 8º
GSE4393	8789047087	7455/0	10/01/2015	218 * I
IBB5278	8789046969	7455/0	12/01/2015	218 * I
IJW8722	8789047395	7463/0	24/01/2015	218 * II
JNH2117	8789047357	7455/0	24/01/2015	218 * I
JOL6338	8789047050	7455/0	15/01/2015	218 * I
JOL6338	8789047051	7455/0	15/01/2015	218 * I
LYK7582	8789046999	7455/0	13/01/2015	218 * I
LYK7582	8789047004	7455/0	13/01/2015	218 * I
LYK7582	8789047158	7455/0	17/01/2015	218 * I
LYW9989	8789047123	7455/0	16/01/2015	218 * I
LZY6319	8789047008	7455/0	13/01/2015	218 * I
MAI3113	8789047374	7455/0	24/01/2015	218 * I
MAL7334	8789047117	7455/0	16/01/2015	218 * I
MAN0081	8789047249	7455/0	20/01/2015	218 * I
MAV1275	8789047738	7455/0	07/02/2015	218 * I
MBD0834	8789047127	7455/0	16/01/2015	218 * I
MBH3951	8789047259	7455/0	20/01/2015	218 * I
MBI8691	8789047754	7455/0	08/02/2015	218 * I
MBT6728	54024312N	5002/0	29/01/2015	257 § 8º
MCH0028	8789047000	7455/0	13/01/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCM1968	8789047113	7455/0	16/01/2015	218 * I
MCR5007	8789047130	7455/0	16/01/2015	218 * I
MDG2676	8789046994	7455/0	13/01/2015	218 * I
MDT7231	8789047141	7455/0	17/01/2015	218 * I
MDW8521	8789047352	7455/0	24/01/2015	218 * I
MDW9896	8789047733	7455/0	06/02/2015	218 * I
MEJ6554	8789047169	7471/0	17/01/2015	218 * III
MEZ6648	8789047194	7455/0	18/01/2015	218 * I
MFY0376	8789047266	7455/0	21/01/2015	218 * I
MGE9368	54028388N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MGI1098	8789047215	7455/0	19/01/2015	218 * I
MGK0857	8789047108	7455/0	15/01/2015	218 * I
MGQ8124	8789047167	7455/0	17/01/2015	218 * I
MGQ8124	8789047193	7455/0	18/01/2015	218 * I
MGY7493	8789047240	7455/0	20/01/2015	218 * I
MHD1339	54028391N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MHG6685	54028394N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MHI2231	8789047224	7455/0	19/01/2015	218 * I
MHK2565	8789047256	7455/0	20/01/2015	218 * I
MHT9985	8789046716	7455/0	04/01/2015	218 * I
MHU4478	54028386N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MHV0333	54028382N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MHW0477	54028389N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MHZ3635	54024396N	5002/0	02/02/2015	257 § 8º
MIB0071	54024395N	5002/0	02/02/2015	257 § 8º
MIV2653	54028383N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MJA5964	8789047221	7455/0	19/01/2015	218 * I
MJB9696	54023584N	5002/0	27/01/2015	257 § 8º
MJH2177	54028392N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MJJ8052	54028393N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MJL2429	8789046992	7455/0	12/01/2015	218 * I
MJN4212	8789047205	7455/0	18/01/2015	218 * I
MJP9001	54028384N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MJW7792	8789047175	7455/0	18/01/2015	218 * I
MKG1397	54028390N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MKK8461	8789047012	7455/0	13/01/2015	218 * I
MKK8461	8789047035	7455/0	14/01/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLK1376	8789047344	7455/0	23/01/2015	218 * I
MLN1345	54028387N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MLZ9664	8789047043	7455/0	15/01/2015	218 * I
MMA0899	8789046975	7455/0	12/01/2015	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE MARÇO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 235/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 235/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACX3272	8789047870	7463/0	20/02/2015	218 * II
ARN3876	8789047816	7455/0	15/02/2015	218 * I
ASA7775	8789047388	7455/0	24/01/2015	218 * I
BPK7212	8789047435	7455/0	26/01/2015	218 * I
CAM4306	8789047878	7455/0	22/02/2015	218 * I
DMM0650	8789047840	7455/0	17/02/2015	218 * I
LXH3320	8789047819	7455/0	15/02/2015	218 * I
LXS5014	8789047801	7455/0	12/02/2015	218 * I
LYR5540	8789047881	7455/0	22/02/2015	218 * I
LYT7789	8789047336	7455/0	23/01/2015	218 * I
MAU6467	8789047852	7455/0	18/02/2015	218 * I
MBY4372	8789047835	7455/0	17/02/2015	218 * I
MCY6965	8789047843	7455/0	17/02/2015	218 * I
MEF4272	8789047313	7455/0	23/01/2015	218 * I
MEG3275	8789047856	7455/0	19/02/2015	218 * I
MET7121	8789047860	7455/0	19/02/2015	218 * I
MEU8156	8789047803	7455/0	13/02/2015	218 * I
MFY8519	8789047839	7455/0	17/02/2015	218 * I
MGU1262	8789047828	7455/0	16/02/2015	218 * I
MGU6652	8789047290	7455/0	22/01/2015	218 * I
MHQ0344	8789047297	7455/0	22/01/2015	218 * I
MHW2285	8789047815	7455/0	14/02/2015	218 * I
MHZ6662	8789047331	7455/0	23/01/2015	218 * I
MJO3104	8789047868	7463/0	20/02/2015	218 * II
MLO4646	54024403N	5002/0	02/02/2015	257 § 8º
OKH8355	8789047864	7455/0	20/02/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
OKH8355	8789047865	7455/0	20/02/2015	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 19 DE MARÇO DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

Iomerê**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 20/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 20/2015 para contratação de seguros. A abertura das propostas se dará no dia 13/04/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 19 de março de 2015.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Irineópolis**PREFEITURA****RESOLUÇÃO CMS Nº 02/2015**

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 002/ 2015.

Aprova a Relação Municipal de Medicamentos - REMUME 2015, do Município de Irineópolis-SC.

o Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Irineópolis, com base em suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e Lei Municipal nº 673/93,

RESOLVE:

Art 1º - Aprovar as alterações na Relação Municipal de Medicamentos - REMUME 2015, com base na relação dos medicamentos que devem ser oferecidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

Irineópolis, 10 de Março de 2015.

FRANCISCO ERALDO KONKOL

Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

Homologo a Resolução do CMS nº 002/2015, nos termos da Lei 673/93.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (REMUME) 2015

Seq	MEDICAMENTO	APRESENTAÇÃO
01	Aciclovir	comprimido 200mg
02	Acido acetilsalicílico	comprimido 100 mg
03	Ácido fólico	comprimido 5 mg
04	Ácido folico	solução oral 0,2 mg/mL
05	Água para injeção	solução injetável 5mL
06	Albendazol	comprimido mastigável 400 mg
07	Albendazol	suspensão oral 40 mg/mL
08	Alcatrão mineral	pomada 1%
09	Alendronato de sódio	comprimido 70 mg
10	Alopurinol	comprimido 100 mg
11	Amiodarona,cloridrato de	comprimido 200 mg
12	Anlodipino, besilato de	comprimido 5 mg
13	Atenolol	comprimido 50 mg
14	Beclometasona	spray 250mcg
15	Beclometasona	capsula/inalante 400mcg
16	Betaistina, dicloridrato de	comprimido 24 mg x
17	Brometo N-butilescopolamina	solução injetável x
18	Budesonida	aerosol nasal 32 mcg
19	Budesonida	aerosol nasal 50 mcg
20	Budesonida	aerosol nasal 64 mcg
21	Captopril	comprimido 25 mg
22	Carbonato de cálcio	comprimido 1259 mg (equivalente 500 mg Ca++)
23	Carbonato de cálcio + colecalciferol	comprimido 500 mg CaCO3+ 400 UI

24	Carvão vegetal ativado	pó para uso oral
25	Carvedilol	comprimido 25 mg
26	Carvedilol	comprimido 6,25 mg
27	Celestone soluspan	solução injetável 3 mg / 3 mg
28	Cetoconazol	xampu 2%
29	Cetoprofeno	solução injetável 100 mg x
30	Cloreto de sódio	solução nasal 0,9%
31	Comple B	solução injetável
32	Dexametasona	elixir 0,1mg/mL
33	Dexametasona	creme 0,1%
34	Dexametasona	colírio 0,1%
35	Dexametasona	injetável 4mg/ml
36	Dexclorfeniramina, maleato de	comprimido 2 mg
37	Dexclorfeniramina, maleato de	xarope 0,4 mg/mL
38	Digoxina	comprimido 0,25 mg
39	Dipirona sódica	solução oral 500 mg/mL
40	Dipirona sódica	comprimido 500mg
41	Dipirona sódica	solução injetável
42	Dipirona sódica +Brometo de N-butilescopolamina	solução injetável x
43	Doxazosina, mesilato de	comprimido 2 mg
44	Enalapril, maleato de	comprimido 10 mg
45	Espironolactona	comprimido 25 mg
46	Fenoterol, bromidrato de	solução gotas 5mg/mL x
47	Fluconazol	cápsula 150 mg
48	Fluconazol	cápsula 100 mg
49	Furosemida	comprimido 40 mg
50	Furosemida	solução injetável
51	Glibenclamida	comprimido 5 mg
52	Glicerol	supositório 72 mg
53	Guaco (Mikania glomerata Spreng)	solução oral
54	Hidroclorotiazida	comprimido 25 mg
55	Hidróxido de alumínio	suspensão oral 61,5 mg 150mL
56	Ibuprofeno	solução oral 50 mg/mL
57	Ibuprofeno	comprimido 600 mg
58	Insulina Glargina (Lantus)	solução injetável 100 UI/mL
59	Ipratrópio, brometo de	solução inalante 0,25 mg / mL
60	Ivermectina	comprimido 6 mg
61	Isossorbida	comprimido 5mg
62	Lactulose	xarope 667 mg/mL
63	Levotiroxina sódica	comprimido 25 mcg
64	Levotiroxina sódica	comprimido 50 mcg
65	Levotiroxina sódica	comprimido 100 mcg
66	Lidocaína, cloridrato de	gel 2 %
67	Lidocaína, cloridrato de	solução injetável sem vasoconstritor
68	Lidocaína, cloridrato de	solução injetável com vasoconstritor
69	Loperamida, cloridrato de	comprimido 2 mg x
70	Loratadina	xarope 1mg/mL
71	Loratadina	comprimido 10 mg

72	Losartana potássica	comprimido 50 mg
73	Mebendazol	suspensão oral 20 mg/mL
74	Metformina, cloridrato de	comprimido 500 mg
75	Metformina, cloridrato de	comprimido 850 mg
76	Metildopa	comprimido 250 mg
77	Metoclopramida, cloridrato de	comprimido 10 mg
78	Metoclopramida, cloridrato de	solução injetável 5 mg/mL
79	Metoclopramida, cloridrato de	solução oral 4mg/mL
80	Miconazol, nitrato de	creme 2%
81	Miconazol, nitrato de	creme vaginal 2%
82	Miconazol, nitrato de	gel oral 2%
83	Miconazol, nitrato de	loção 2%
84	Naproxeno	comprimido 500 mg
85	Nimesulida	solução 50 mg/ml
86	Nimesulida	comprimido 100 mg
87	Omeprazol	cápsula 20 mg
88	Ondansetrona	comprimido 4 mg
89	Paracetamol	comprimido 500 mg
90	Paracetamol	solução oral 200 mg/mL
91	Pasta d'água	pasta (F.N.)
92	Permanganato de potássio	pó ou comprimido 100 mg
93	Permetrina	xampu 1%
94	Prednisolona, fosfato sódico de	solução oral 1,34 mg/mL (equivalente a 1 mg de prednisolona base)
95	Prednisolona, fosfato sódico de	solução oral 4,02 mg/mL (equivalente a 3 mg de)
96	Prednisona	comprimido 5 mg
97	Prednisona	comprimido 20 mg
98	Prometazina, cloridrato de	solução injetável 25 mg/mL
99	Propranolol, cloridrato de	comprimido 40 mg
100	Ranitidina, cloridrato de	comprimido 150 mg
101	Retinol, acetato de (vit.A)+ colecalciferol (vit. D)	solução oral 50.000 UI/mL + 10.000 UI/mL
102	Sais para reidratação oral	pó para solução oral
103	Secnidazol	comprimido 1000 mg
104	Sinvastatina	comprimido 20 mg
105	Sulfato ferroso	comprimido 40 mg Fe++
106	Sulfato ferroso	solução oral 25 mg/mL
107	Timolol, maleato de	colírio 0,25%
108	Varfarina sódica	comprimido 5 mg
109	Verapamil, cloridrato de	comprimido 80 mg

MEDICAMENTOS DE CONTROLE ESPECIAL

01	Amitriptilina, cloridrato de	comprimido 25 mg
02	Antietanol	comprimido 250 mg x
03	Biperideno, cloridrato de	comprimido 2 mg
04	Carbamazepina	comprimido 200 mg
05	Carbamazepina	xarope 20 mg/mL
06	Carbonato de lítio	comprimido 300 mg
07	Citalopram	comprimido 20 mg x
08	Codeína	comprimido 30 mg

09	Clobazam	comprimido 20 mg
10	Clomipramina, cloridrato de	comprimido 25 mg
11	Clonazepam	solução oral 2,5 mg/mL
12	Clorpromazina, cloridrato de	comprimido 100 mg
13	Diazepam	comprimido 5 mg
14	Escitalopram, oxalato de	comprimido 10 mg x
15	Fenitoína sódica	comprimido 100 mg
16	Fenobarbital	comprimido 100 mg
17	Fenobarbital	solução oral 40 mg/mL
18	Fluoxetina, cloridrato de	cápsula ou comprimido 20 mg
19	Haloperidol	comprimido 5 mg
20	Haloperidol, decanoato de	solução injetável 50 mg/mL
21	Levodopa + benzerazida	comprimido 100 mg + 25 mg
22	Levodopa + carbidopa	comprimido 250 mg + 25 mg
23	Levomepromazina, maleato de	solução oral 40 mg/ml (4%) xx
24	Nortriptilina, cloridrato de	cápsula 50mg
25	Oxcarbazepina	comprimido 600 mg x
26	Paroxetina, cloridrato de	comprimido 20 mg x
27	Sertralina, cloridrato de	comprimido 50 mg x
28	Tramadol, cloridrato de	comprimido 50 mg x
29	Valproato de sódio ou ácido valpróico	solução oral ou xarope 57,624 mg/mL (equivalente a 50 mg ácido valpróico/mL) x
30	Valproato de sódio ou ácido valpróico	comprimido 576 mg (equivalente a 500 mg ácido valpróico) x

MEDICAMENTOS ANTIMICROBIANOS

01	Ampicilina	cápsula 500 mg x
02	Amoxicilina	cápsula ou comprimido 500 mg
03	Amoxicilina	pó para suspensão oral 50 mg/mL
04	Amoxicilina + clavulanato de potássio	comprimido 500 mg + 125 mg
05	Amoxicilina + clavulanato de potássio	suspensão oral 50 mg + 12,5 mg/mL
06	Azitromicina	pó para suspensão oral 40 mg/mL
07	Azitromicina	comprimido 500 mg
08	Benzilpenicilina benzatina	pó para suspensão injetável 600.000 UI
09	Benzilpenicilina benzatina	pó para suspensão injetável 1.200.000 UI
10	Cefalexina (sódica ou cloridrato)	cápsula 500 mg
11	Cefalexina (sódica ou cloridrato)	suspensão oral 50 mg/mL
12	Ceftriaxona	pó para suspensão injetável 1g
13	Ceftriaxona	pó para suspensão injetável 250 mg

14	Ciprofloxacino, cloridrato de	comprimido 500 mg
15	Claritromicina	comprimido 500 mg
16	Eritromicina, estearato de	suspensão oral 50 mg/mL
17	Gentamicina, sulfato de	colírio 5 mg/ mL
18	Hidrocortisone, succinato de	frasco com 500 mg injetável
19	Levofloxacino	comprimido 500 mg
20	Metronidazol	comprimido 250 mg
21	Metronidazol	comprimido 400 mg
22	Metronidazol	gel vaginal 10 %
23	Nalidíxico, ácido	comprimido 500 mg x
24	Nistatina	suspensão oral 100.000 UI/mL
25	Nitrofurantoína	cápsula 100 mg
26	Norfloxacino	comprimido 400 mg x
27	Sulfadiazina de prata	creme 1%
28	Sulfametoxazol + trimetoprima	comprimido 400 mg + 80 mg
29	Sulfametoxazol + trimetoprima	suspensão oral 40 mg + 8 mg/mL

MEDICAMENTOS ANTICONCEPCIONAIS

01	Estrogênios conjugados	comprimidos 0,3 mg
02	Estrogênios conjugados	creme vaginal 0,625 mg/mL
03	Etinilestradiol + levonorgestrel	comprimido 0,03 mg + 0,15 mg
04	Levonorgestrel	comprimido 1,5 mg
05	Medroxiprogesterona, acetato de	solução injetável 150 mg/mL
06	Noretisterona	comprimido 0,35 mg
07	Noretisterona, enantato de +estradiol, valerato de	solução injetável 50 mg +5 mg

Itaiópolis**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao Processo Licitatório nº 12/2014. Tomada de preços nº 01/2014. Homologada em 08/05/2014. Objeto: Construção da Unidade Básica de Saúde ESF Bom Jesus, na Rua Engelberto Linzmeier, S/N- Bairro Bom Jesus, no Município de Itaiópolis/SC com área à construir de 513,60m². Contratada: Construtora Ferrari Ltda - ME. CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica acrescido em 10,329% (dez virgula trezentos e vinte e nove por cento) a homologação do objeto licitado, parágrafo 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21-06-1993 e conforme Planilha no valor de R\$ 56.877,08 (Cinquenta e seis mil, oitocentos e setenta e sete reais e oito centavos).

Itaiópolis, 20/03/2015.
Eliseu Alexandre Gabardo
Secretário Municipal da Saúde.

Itapoá**PREFEITURA****ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA CONVITE Nº03/15**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE PROPOSTA

Data	18/03/2015	Horário início: 11h00min
Licitação /Modalidade	CONVITE PROCESSO	Nº 003/2015 Nº 023/2015

OBJETO:

Aquisição de troféus e Medalhas para uso da Secretaria de Esporte e Lazer nos eventos que serão realizados nos meses de março a dezembro de 2015, conforme especificações do Anexo I do Edital.

No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 2394/2015. Exatamente as 11h:00m, a fim de julgar e analisar a proposta de preço das empresas habilitadas no certame em epígrafe: K'SPORTS COM. IND. MAT. ESP. LTDA, CNPJ/MF: 01.918.682/0001-89, SL ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME, CNPJ/MF: 03.081.509/0001-02 e FENÍCIA IND. E COM. DE TROFÉUS E MEDALHAS LTDA, CNPJ/MF: 11.839.972/0001-90. Seguindo todos os procedimentos e abertos os envelopes de proposta e analisadas foram achadas conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Empresa	Valor Total
K'SPORTS COM. IND. MAT. ESP. LTDA	R\$ 18.927,00
FENÍCIA IND. E COM. DE TROFÉUS E MEDALHAS LTDA	R\$ 21.825,00
SL ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME	R\$ 26.310,00

Portanto a empresa K'SPORTS COM. IND. MAT. ESP. LTDA foi vencedora com o valor total de R\$ 18.927,00 (dezoito mil novecentos e vinte e sete reais). Observando que o valor estimado para esta licitação foi de R\$ 28.940,00 (vinte e oito mil novecentos e quarenta reais). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	JOSEANE M. SOARES DE LIMA MEMBRO
---	-------------------------------------

RH - PORTARIA Nº0819/2015

PORTARIA Nº 0819/2015.

De: 02 de março de 2015.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

SANDRA TERESINHA SPECK PACHECO, matrícula 570974, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, para a referência Nível IV - H, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de março de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL Nº 018/2015 - PROFESSORES

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 18/2015.

Terezinha Fávaro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vaga remanescente do Edital 42/2014 e 09/2015 para complementação do quadro de Professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, em um período compreendido entre 24/03/2015 a 18/12/2015 ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental, por período determinado ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 20 de março de 2015. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá.

Horário: das 8h00min às 13h30min.

3. QUADRO DE VAGAS:

Vagas	Área	CH
1	MATEMÁTICA	20 hs

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivo e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e/ou telefone.

4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando escolaridade, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 23 de março de 2015 às 12hs.

4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente, num prazo de cinco dias.

5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

15- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

16- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

17- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

18- Tipagem sanguínea

19- Laudo médico

20- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:

21- Comprovante de quitação militar.

6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

6.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

6.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento

do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

6.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 19 de março de 2015.

Terezinha Fávaro da Silveira

Secretaria de Educação

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº 374, DE 13 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 374, de 13 de março de 2015.

NOMEIA REPRESENTANTES PARA COMPOREM O COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL MUNICIPAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo VII da Lei Orgânica do Município, art. 9º da Lei Federal nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências e inciso I do art. 14 do Decreto Federal nº 5.209 de 17 de Setembro de 2014, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências ,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os representantes para comporem o Comitê Intersectorial do Programa Bolsa Família assim constituído.

I - Representante da Secretaria da Assistência Social:

Claudia Staloch - Secretária

Operadora Máster - CadÚnico e Gestor do Programa Bolsa Família

II - representante da Secretaria Municipal da Saúde:

Graciele Starosky - Nutricionista

Operadora Máster - Sistema de Saúde-SISVAN

III - Representantes da Secretaria da Educação:

Adriana Momm Fernandes - Pedagoga

Operadora Máster Sistema Presença - Frequência Escolar

Art. 2º O Comitê, previsto no art. 1º do presente Decreto terá como responsabilidade informar os dados solicitados pelos aplicativos dos Ministérios do Desenvolvimento Social, da Saúde e da Educação.

§ 1º. Trocar informações entre os diferentes setores (saúde, assistência social e educação) para avaliar as ações efetuadas e manter os dados atualizados garantindo o fluxo de informações, junto aos respectivos Ministérios.

§ 2º. Os representantes de cada secretaria têm o dever de informar os dados com fidedignidade pertinente a cada área, conforme Lei Federal nº 10.836, 09 de Janeiro de 2004, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.209 de 17 de Setembro de 2014.

Art. 3º O Comitê deverá reunir-se ordinariamente bimestralmente ou extraordinariamente em casos excepcionais.

Art. 4º A função dos representantes do Comitê Gestor Intersectorial Municipal do Programa Bolsa Família é considerado de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 13 de março de 2015.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

EDITAL Nº 021/2015 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

EDITAL Nº 021/2015 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

"Dispõe sobre a convocação de candidatos classificados no Concurso Público Municipal - Edital nº. 001/2014"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere a legislação específica, dentro do interesse e conveniência da Administração e obedecendo a ordem de classificação no Concurso Público Municipal nº. 001/2014 CONVOCA os candidatos relacionados no Anexo I, da presente, para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, localizado na Rua Vereador Joaquim Boeing, n.º 40, Centro, Ituporanga, SC, do dia 16/03/2015 a 15/04/2015 e do horário das 8h às 12h e das 14h às 17h, munidos dos documentos exigidos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014, visando comprovar os requisitos para a investidura no cargo público.

Outrossim, fica desde já cientificado aos candidatos aprovados convocados que o não comparecimento até a data indicada, implicará na perda do direito à posse e a qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme os termos do Edital e disposições da Lei Complementar nº. 020, de 17 de dezembro de 2008.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura do Município de Ituporanga, 16 de março de 2015.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município de Ituporanga

ANEXO I

EDITAL Nº. 01/2014

CARGO: ATENDENTE DE FARMÁCIA - (40h)

Apresentar Diploma ou Certificado de conclusão do Ensino de Nível Médio, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 e 1.4 do Edital nº. 001/2014.

CLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
3º	ZILDA EIGEN DE MORAES

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM - (40h)

Apresentarem Diploma ou Certificado do Ensino Médio e Curso Técnico em Enfermagem, Registro no Órgão competente de Fiscalização da Profissão, além dos demais documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos e os descritos nos itens 1.3 do Edital nº. 001/2014.

CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
4º	SABRINA CARINE CANDIDO MELLO

Jacinto Machado**PREFEITURA****AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2015/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, nos termos da Lei No. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei No. 8.883, de 08 de junho de 1994 e demais legislações complementares, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando Chamada Pública para: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO AMBULATORIAL EM JACINTO MACHADO AOS USUÁRIOS DO SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE), DURANTE O EXERCÍCIO DE 2015, DE ACORDO COM AS NORMAS DO SUS E O CONTIDO EM ANEXO I DESTA EDITAL.". Os ENVELOPES serão recebidos até o dia 31/03/2015 às 08h45min com abertura dos mesmos às 09h00min nesta mesma data, no Setor de Licitações do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, sito a RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no Setor de Licitações do Fundo, no mesmo endereço acima citado, ou através de solicitação encaminhada pelo seguinte endereço eletrônico: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações através do Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 19 de março de 2015.
ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

Joaçaba

PREFEITURA

05/2012 PLASS TA 03

CONTRATO 05/2012 PLASS - TA 03

O PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-PLASS, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 07.146.181./0001-08, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu DIRETOR EXECUTIVO, Sr. JULIO CESAR BISSANI e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 - 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757.e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua ARARANGUA, 205, APTO 1004, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 05/2012/PLASS, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA e a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os valores contratados ficam reajustados em 21,1589%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2015, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2015, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
21	Mês	Contabilidade Pública para Plano de Assistência Social com até 02 usuários simultâneos	160,00	194,00

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,76
Despesas de estada e alimentação	110,00	133,00

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 2.328,00 (dois mil trezentos e vinte e oito reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 18 de março de 2015.

PLANO DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO
MUNICIPIO DE JOAÇABA-PLASS
JULIO CESAR BISSANI

BETHA SISTEMAS LTDA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

1/2012 FIA/CMDCA TA 03

CONTRATO Nº 1/2012 - FIA/CMDCA - TA 03

O FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA/CMDCA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob nº 05.143.014/0001-88, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, estabelecida na RUA JOÃO PESSOA, 134 - 1º ANDAR, Bairro CENTRO, no Município de CRICIÚMA/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 24.757 e CPF nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua ARARANGUA, 205, APTO 1004, na cidade de CRICIÚMA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 1/2012/FIA/CMDCA, firmado em 27/03/2012, proveniente do Processo de Licitação nº 31/2012/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 13/2012/PMJ, homologado em 27/03/2012, cujo objeto é a locação, pela CONTRATADA, de sistemas para gestão pública compreendendo contabilidade pública, compras e licitações, planejamento, patrimônio, folha de pagamento, tributos, atendimento ao cidadão via internet, escrituração eletrônica do ISS via internet, tesouraria, ponto eletrônico, biblioteca, estoque, protocolo, protocolo via internet, recursos humanos, nota fiscal eletrônica, tesouraria, e atendimento ao servidor público via internet, conforme as condições estabelecidas no subitem 1.2 (da forma de execução) e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital PP nº 13/2012/PMJ, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA, a CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO e a CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do contrato fica prorrogada por 12 (doze) meses, a contar de 01 de abril de 2015, em conformidade com o disposto no art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Diante da prorrogação, o prazo da prestação dos serviços, objeto da contratação, passa a totalizar 48 (quarenta e oito) meses, contados do seu início.

CLÁUSULA SEGUNDA**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

Os valores contratados ficam reajustados em 21,1589%, correspondente a variação do INPC (IBGE) no período de março/2012 a fevereiro/2015, passando a vigorar, a contar de 01 de abril de 2015, conforme discriminado a seguir:

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	VALOR INICIAL R\$	VALOR REAJUSTADO R\$
22	Mês	Compras e Licitações para Fundo Municipal de Criança e Adolescência com até 02 usuários simultâneos	100,00	121,00
23		Contabilidade Pública para Fundo Municipal de Criança e Adolescência com até 04 usuários simultâneos	170,00	206,00

Despesas de deslocamento (por quilômetro rodado)	0,63	0,76
Despesas de estada e alimentação	110,00	133,00

Diante da prorrogação do prazo contratual constante na cláusula primeira deste Termo Aditivo e do reajuste desta cláusula, agregar-se-á ao valor global do contrato R\$ 3.924,00 (três mil novecentos e vinte e quatro reais).

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, SC, em 18 de março de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA / FIA-CMDCA
RAFAEL LASKE - Prefeito

BETHA SISTEMAS LTDA
ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

Testemunhas:

1 - _____

2 - _____

EXTRATO CONTRATO 229/2015 - PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 229/2015/PMJ

PL 82/2014/PMJ - CC 9/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA.

OBJETO: Execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção da 1ª etapa do Parque Central, na Rua Luiz Specht, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba, SC.

VALOR CONTRATADO: R\$ 2.266.709,97 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, setecentos e nove reais e noventa e sete centavos), sendo:

- R\$ 1.586.696,98 (um milhão, quinhentos e oitenta e seis mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa e oito centavos), correspondente ao material e meio mecânico e

- R\$ 680.012,99 (seiscentos e oitenta mil, doze reais e noventa e nove centavos), correspondente aos serviços.

VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado, na forma da lei.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Proj./Ativ. 1.063 - CONSTRUÇÃO DE PARQUE PARA LAZER E ESPORTES

135 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

228 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas

FISCAL CONTRATO: SILVIO FIDLER.

DATA DE ASSINATURA: 13/03/2015.

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário de Infraestrutura

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO PL 10/2015/FMS - PP 08/2015/FMS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015/FMS

EDITAL PP Nº 08/2015/FMS

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), representada neste ato por seu Secretário, Sr. ADEMIR LUIZ RIGHI, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 2.879/2006 e alterações, Instrução Normativa nº 08/2014, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando a contratação de clínicas veterinárias para a prestação de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Joaçaba, à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 14 horas do dia 08 de abril de 2015, e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO

1.1. DO OBJETO:

1.1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de clínicas veterinárias para a prestação de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, visando o controle populacional destes animais no Município de Joaçaba.

1.2. DA FORMA DE EXECUÇÃO:

1.2.1. Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser executados em conformidade com o disposto na Lei Municipal 4.528/2014 (Anexo VI), cabendo ainda a proponente vencedora:

1.2.1.1. Disponibilizar o atendimento em seu estabelecimento, em dias úteis de segunda à sexta-feira e iniciar os procedimentos para cada animal em, no máximo, 07 (sete) dias úteis contados do cadastramento e do contato realizados pela Vigilância Sanitária Municipal;

1.2.1.2. Manter cadastro dos animais com nome e CPF do proprietário ou responsável, que permita o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços, bem como, garantir a confiabilidade dos dados e informações;

1.2.1.3. Esclarecer aos responsáveis pelos animais sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

1.2.1.4. Justificar por escrito à Vigilância Sanitária Municipal, as razões técnicas que influenciaram a decisão de não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos, quando for o caso;

1.2.1.5. Comunicar à Vigilância Sanitária Municipal, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo;

1.2.1.6. Facilitar à Vigilância Sanitária Municipal o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores designados para este fim;

1.2.1.7. Utilizar somente mão de obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

1.2.1.8. Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem os animais para fins de experimentação.

1.2.2. O cadastramento do animal será realizado no setor da Vigilância Sanitária Municipal.

1.2.3. O agendamento das consultas e procedimentos somente poderá ser feito na Vigilância Sanitária Municipal.

1.2.4. Os serviços serão executados nos animais que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação de autorização da Vigilância Sanitária Municipal, através da ficha de cadastramento emitida pela mesma.

1.2.5. A proponente vencedora não poderá cobrar do dono ou responsável pelo animal, sob hipótese nenhuma, qualquer complementação aos valores propostos nesta licitação para os serviços prestados.

1.2.5.1. A proponente vencedora responsabilizar-se-á administrativamente por cobrança indevida ao usuário do SUS ou seu representante, feita por profissional empregado ou preposto, ficando assegurado o devido processo legal para apuração do fato e identificação do responsável.

1.2.1. Os quantitativos discriminados para cada item constituem mera previsão, dimensionados pela demanda atual, ficando a proponente vencedora obrigada a aceitar os acréscimos ou as supressões, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.

2.2. Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

2.3. Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Joaçaba, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93).

2.4. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93, observadas também, as vedações dos artigos 66, 67 e 68 da Lei Orgânica do Município.

2.5. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

2.6. Da participação das microempresas e empresas de pequeno porte

2.6.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

2.6.2. A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

b. Declaração de enquadramento em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadram em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, conforme o modelo do Anexo II, do presente Edital.

2.6.3. Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados fora dos envelopes, no ato de credenciamento das empresas participantes.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Fica a critério do licitante se fazer representar ou não na sessão.

3.2. A empresa participante deste processo licitatório que enviar representante legal deverá, até o horário indicado no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, apresentando os seguintes documentos, em cópia autenticada ou cópia e respectivo original (em mãos) para autenticação:

a. Caso o representante seja sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente deverá apresentar:

- Cópia do ato constitutivo ou do contrato social, (acompanhado de todas as alterações ou consolidado) no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- Cópia da cédula de identidade;

- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

b. Caso o representante seja preposto da empresa proponente, deverá apresentar:

- Instrumento procuratório ou Carta de Credenciamento, de acordo com o Anexo III deste Edital;
- Cópia da cédula de identidade;
- Cópia do ato constitutivo ou contrato social (acompanhado de todas as alterações ou consolidado);
- Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

3.3. A empresa que não se fizer representar deverá encaminhar, juntamente com os envelopes da proposta e da documentação, cópia do ato constitutivo ou do contrato social, bem como, declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme o modelo do Anexo IV. Tais documentos deverão ser encaminhados fora dos envelopes da Proposta e da Documentação, sob pena de impedimento em participar do certame.

3.3.1. O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a inabilitação, nem a desclassificação do Licitante. A empresa que não se fizer representar participará do certame apenas com a sua proposta escrita.

3.3.2. A empresa que não se fizer representar fica automaticamente impedida de participar da fase de competição com lances verbais, da negociação de preços e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência do direito de interpor recurso.

3.4. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante.

3.5. Os documentos de credenciamento, os quais farão parte do presente processo, deverão ser entregues separadamente dos envelopes da Proposta e da Documentação.

3.6. Far-se-á o credenciamento até o horário estipulado para o início da sessão de processamento do pregão.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser apresentada de acordo com modelo estabelecido no Anexo IV, fora dos envelopes nº 01 e 02.

4.2. Caso o referido documento não seja apresentado na forma estabelecida acima, o Pregoeiro poderá suprir tal formalidade através de declaração a ser firmada pelo representante legal do participante durante a sessão, desde que o mesmo tenha poderes para firmá-la.

4.3. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes lacrados e rubricados, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ____/2015/FMS - EDITAL PP Nº ____/2015/FMS
EMPRESA PROPONENTE:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº ____/2015/FMS - EDITAL PP Nº ____/2015/FMS
EMPRESA PROPONENTE:

5. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 - DA PROPOSTA

5.1. O envelope nº 01 "Da Proposta" deverá conter os seguintes

elementos:

5.1.1. Carta proposta, na forma impressa, de acordo com o modelo do Anexo I, contendo preço unitário e total de cada item cotado, em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação. Nos preços propostos deverão estar inclusos além do lucro, taxas, fretes, impostos e descontos quando for o caso, bem como, todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação. Os preços unitários poderão ser cotados com até 03 (três) dígitos após a vírgula e os preços totais com somente 02 (dois) dígitos após a vírgula;

5.1.1.1. Especificações pertinentes ao objeto desta licitação;

5.1.1.2. Local e data;

5.1.1.3. Assinatura do representante legal da proponente.

5.2. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas no Anexo I deste Edital.

5.3. Para a proposta apresentada será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, independentemente de declaração expressa.

5.4. O proponente vencedor fica submetido aos prazos fixados no presente Edital, independentemente de declaração expressa.

5.5. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total cotados, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.

5.6. A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

5.7. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os produtos ser fornecidos sem ônus adicionais.

5.8. O Pregoeiro considerará como formais erros e outros aspectos que beneficiem o Município e não implique nulidade do procedimento.

5.9. Com fundamento no inciso I do art. 48 da Lei nº 8.666/93, consolidada, serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital.

5.10. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, cabendo a este agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.

5.11. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

6.1. Para a habilitação no presente processo os interessados deverão apresentar no Envelope 02 - Documentos de Habilitação, os documentos a seguir relacionados:

6.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.1.1.1. A empresa que apresentar, conforme o subitem 3.2 deste edital, o Ato Constitutivo/Contrato Social no ato de credenciamento do seu representante para participação nesta Licitação, fica dispensada de apresentá-lo dentro do envelope da habilitação.

6.1.2. Cópia do Cartão de Inscrição no CNPJ/MF, atualizado.

6.1.3. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, inclusive quanto à Dívida Ativa da União;
6.1.4. Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda do Estado onde está sediada a empresa;
6.1.5. Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda do Município onde está sediada a empresa;
6.1.6. Certidão Negativa de Débito junto ao INSS;
6.1.7. Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
6.1.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

6.1.9. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da licitante;

6.1.9.1. No caso de comarca com mais de um Cartório Distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

6.1.10. Declaração expressa pela proponente atestando que a mesma goza de boa situação financeira. Na referida declaração deverá constar a assinatura do administrador e do contador da empresa com a devida identificação.

6.1.11. Comprovação de capacidade para a execução do objeto deste Edital, mediante apresentação de documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa executou a qualquer tempo, serviços semelhantes a estes que estão sendo licitados;

6.1.12. Comprovação de disponibilidade dos profissionais de saúde que executarão os serviços junto ao Conselho de fiscalização competente;

6.1.13. Comprovação de registro da clínica no Conselho de Medicina Veterinária;

6.1.14. Alvará Sanitário ou Autorização de Funcionamento equivalente, expedido pelo órgão federal, estadual ou municipal, responsável pelo controle sanitário das atividades prestadas, em conformidade e compatível com o objeto desta licitação;

6.1.15. Relação detalhada e declaração formal de disponibilidade dos equipamentos e pessoal técnico especializado para a execução do objeto desta licitação.

6.1.16. Declaração expressa da empresa licitante, sob as penas cabíveis, que não existem quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados;

6.1.17. Declaração de inexistência em seu quadro de pessoal, de menores, na forma do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;

6.1.18. Declaração de que a empresa conhece na íntegra o Edital e se submete às condições nele estabelecidas.

6.2. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, fotocópia autenticada em Cartório, ou ainda, fotocópia acompanhada do original, que poderá ser conferida e autenticada por servidor municipal.

6.2.1. As empresas que quiserem autenticar documentos junto a Prefeitura de Joaçaba deverão apresentá-los acompanhados dos originais, preferencialmente, até três dias corridos antes do prazo de entrega da documentação e proposta, de segunda a sexta-feira, das 13 às 19 horas, junto a Secretaria de Administração da Prefeitura de Joaçaba, na Avenida XV de Novembro, 378.

6.3. A Equipe de Apoio do Pregão poderá consultar o serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET.

6.5. Não serão considerados os documentos apresentados por telex, telegrama, fax ou e-mail.

6.4. No caso de apresentação de certidões das quais não conste

o prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da emissão dos mesmos.

6.5. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, observando-se o disposto no subitem 7.18.7 e seguintes do presente Edital.

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1. O credenciamento dos interessados em participar do certame, assim como, o recebimento da proposta de preços e dos documentos de habilitação ocorrerá até as 14 horas do dia 08 de abril de 2015 no local indicado no preâmbulo deste Edital.

7.1.1. Ultrapassado o prazo previsto acima estará encerrado o credenciamento, bem como o recebimento dos envelopes e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.2. Após o credenciamento, será aberta a sessão de processamento do pregão, momento em que os licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo IV do Edital.

7.3. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

7.3.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem quaisquer das exigências deste Edital ou que se opuserem a quaisquer dispositivos legais vigentes, bem como aquelas que consignarem preços simbólicos, irrisórios, de valor 0,00 (zero), manifestamente inexequíveis ou financeiramente incompatíveis com o objeto da licitação, e ainda, àquelas que consignarem vantagens não previstas ou baseadas em oferta das demais licitantes.

7.3.2. Não será motivo de desclassificação, simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta, que não venham causar prejuízo para a Administração e não caracterizem alteração substancial da mesma.

7.4. As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.5. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.5.1. O licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

7.6. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7.7. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº 123/2006.

7.9. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.10. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço oferecido, decidindo motivadamente a respeito.

7.10.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado

vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.11. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

7.11.1. Quando houver mais de um item a ser licitado, o envelope dos documentos de habilitação será aberto após o final da etapa de lances de todos os itens.

7.12. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

7.13. Se a oferta não for aceitável, ou se o licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

7.14. Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos.

7.15. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os Licitantes presentes.

7.16. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes.

7.17. Para o bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços.

7.18. Da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte

7.18.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.18.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

7.18.3. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b. Não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da alínea "a" do subitem 7.18.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 7.18.2 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.18.2 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

7.18.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 7.18.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.18.5. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.18.6. O disposto no subitem 7.18.3 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o

desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão.

7.18.7. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.18.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa.

7.18.7.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.18.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.18.8. A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com o descrito no subitem 2.6, no ato de credenciamento, não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

8. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. No final da sessão, o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento.

8.5. A adjudicação será feita pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Fica estabelecido que com a(s) empresa(s) vencedora(s) será celebrado contrato, conforme Anexo V, que deverá ser assinado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da notificação para este fim, devendo neste ato, a contratada indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras informações.

9.2. A recusa injustificada da licitante em assinar o contrato dentro do prazo previsto caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades previstas no item 11 do presente Edital.

10. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1. Cabe a Secretaria Municipal de Saúde:

10.1.1. Tomar todas as providências necessárias à execução do presente processo;

10.1.2. Fiscalizar a execução do contrato.

10.1.3. Efetuar o pagamento à proponente vencedora, de acordo com o item 14, deste Edital;

10.1.4. Emitir autorização individualizada para a realização dos procedimentos.

10.2. Cabe a proponente vencedora:

10.2.1. Executar o objeto de acordo com o disposto no subitem 1.2 - DA FORMA DE EXECUÇÃO - do presente Edital;

10.2.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

10.2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

10.2.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

10.2.5. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde o documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a realização dos procedimentos solicitados, a fim de comprovar a execução dos mesmos.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, se o Licitante, convocado no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

11.2. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a proponente vencedora à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) do total contratado.

11.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

11.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público;

c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

12.2. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93

e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93.

13. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO

13.1. O contrato proveniente do presente processo de licitação terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, por interesse das partes e em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, e inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, até o limite de 60 (sessenta) meses.

13.1.1. Ocorrendo prorrogação, o Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

13.1.2. O Fundo Municipal de Saúde se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade das verbas previstas.

13.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora LEILA PAULI BAUERMANN, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO, DO DOCUMENTO FISCAL, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

14.1. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, importando o valor por procedimento, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no período.

14.1.1. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

14.1.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido ao FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba - SC, CNPJ nº 10.594.533/0001-00 e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório, juntamente com o relatório comprobatório da execução dos serviços e das fichas de cadastro dos animais.

14.1.3. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Fundo Municipal de Saúde do ressarcimento de qualquer prejuízo para a proponente vencedora.

14.2. Os preços somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC.

14.3. O preço poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pela proponente vencedora.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas provenientes da execução deste Edital correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.123 - BLVGS - BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
3.3.90.00.00.00.00.01.0038 - Aplicações Diretas

15.2. O valor total estimado desta contratação é de R\$ 56.820,00

(cinquenta e seis mil oitocentos e vinte reais).

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.2. Caberá ao Secretário Municipal de Saúde, revogar, anular ou homologar esta Licitação, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e Instrução Normativa nº 08/2014.

16.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital, o licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes. Após este prazo a comunicação que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciaria, não terá efeito de recurso.

16.4. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 atualizada, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e o Decreto Municipal nº 2.879/2006 e suas alterações.

16.5. No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser adiada a abertura da licitação ou alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

16.6. Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes à Administração Municipal não serão consideradas como motivos para impugnações.

16.7. Integram o presente Edital:

- Anexo I - Especificações do objeto / Modelo da Proposta / Valor Unitário Máximo.

- Anexo II - Declaração de Enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.

- Anexo III - Modelo da Carta de Credenciamento

- Anexo IV - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação.

- Anexo V - Minuta do Contrato.

- Anexo VI - Cópia da Lei nº 4.528/2014.

16.8. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, através de documento formal e endereçado ao Pregoeiro da Prefeitura de Joaçaba;

16.8.1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

16.9. Para dirimir questões decorrentes do presente processo fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC), por mais privilegiado que outro possa ser.

Joaçaba, 19 de março de 2015.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ADEMIR LUIZ RIGHI
Secretário

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015/FMS

EDITAL PP Nº 08/2015/FMS

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO / MODELO DA PROPOSTA / VALOR UNITÁRIO MÁXIMO

Processo de Licitação Nº ____/2015/FMS - Edital PP Nº ____/2015/FMS.

Razão Social: _____.

CNPJ: _____.

Endereço: _____.

Telefone/Fax: _____.

e-mail: _____.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO R\$	VALOR UNITÁRIO PROPOSTO R\$	VALOR TOTAL PROPOSTO R\$
1	Esterilização cirúrgica em machos (cães e gatos)	36	un	155,00		
2	Esterilização cirúrgica em fêmeas (cães e gatos)	168	un	305,00		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA R\$						

Local e data: _____.

Assinatura do representante da empresa proponente

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015/FMS

EDITAL PP Nº 08/2015/FMS

ANEXO II

MODELO DA DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Apresentar no credenciamento fora dos envelopes)

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto na alínea "b" do subitem 2.6.2 do Edital de Pregão Presencial nº ____/2015/FMS, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, ____ de _____ de 20__.

(assinatura do responsável pela empresa)

OBSERVAÇÃO:

Assinalar com um "X" a condição da empresa.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015/FMS

EDITAL PP Nº 08/2015/FMS

ANEXO III

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO
(Deve ser apresentada fora dos envelopes)

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n.º _____ e CPF sob n.º _____, a participar do Processo de Licitação nº ____/2015/FMS, instaurado pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS, na modalidade Pregão Presencial nº ____/2015/FMS, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer, assinar declarações relativas ao processo em questão e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ 20__.

Carimbo e Assinatura do Credenciante

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015/FMS

EDITAL PP Nº 08/2015/FMS

ANEXO IV

MODELO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS requisitos de Habilitação
(Deve ser apresentada fora dos envelopes)

DECLARAMOS para fins de participação no Processo de Licitação nº ____/2015/FMS - Pregão Presencial nº ____/2015/FMS, do Município de Joaçaba - SC, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, atende plenamente aos requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no item 6 do edital convocatório.

_____, em ____ de _____ 20__.

Carimbo e Assinatura do Representante Legal

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015/FMS

EDITAL PP Nº 08/2015/FMS

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO, que celebram entre si a Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba (SC), por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e a Empresa

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, neste ato representada por seu Secretário, Sr. ADEMIR LUIZ RIGHI, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nºestabelecida na, Bairro, no Município deneste ato representada pelo Sr., portador da Carteira de Identidade nºe CPF nºresidente e domiciliado na

....., cidade de, doravante denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida, tudo de acordo com o capítulo III da Lei nº 8.666/93 e alterações, e o Processo de Licitação nº 10/2015/FMS, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 08/2015/FMS, homologado no dia, o qual é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos, visando o controle populacional destes animais no Município de Joaçaba.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

2.1. O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.

2.1.1. Caso o CONTRATANTE optar pela prorrogação do contrato, consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

2.1.2. O CONTRATANTE se reserva o direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade das verbas previstas.

2.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela servidora LEILA PAULI BAUERMANN, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

2.3. O presente instrumento não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a CONTRATADA colocar a serviço para atendimento do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços, objeto desta contratação, deverão ser executados em conformidade com o disposto na Lei Municipal 4.528/2014, cabendo ainda a CONTRATADA:

3.1.1. Disponibilizar o atendimento em seu estabelecimento, em dias úteis de segunda à sexta-feira e iniciar os procedimentos para cada animal em, no máximo, 07 (sete) dias úteis contados do cadastramento e do contato realizados pela Vigilância Sanitária Municipal;

3.1.2. Manter cadastro dos animais, que permita o acompanhamento, o controle e a supervisão dos serviços, bem como, garantir a confiabilidade dos dados e informações;

3.1.3. Esclarecer aos responsáveis pelos animais sobre os seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

3.1.4. Justificar por escrito à Vigilância Sanitária Municipal, as razões técnicas que influenciaram a decisão de não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos, quando for o caso;

3.1.5. Comunicar à Vigilância Sanitária Municipal, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo;

3.1.6. Facilitar à Vigilância Sanitária Municipal o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar os esclarecimentos necessários quando solicitados pelos servidores designados para este fim;

3.1.7. Utilizar somente mão de obra especializada na execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente pela qualidade dos mesmos;

3.1.8. Não utilizar e nem permitir que terceiros utilizem os animais

para fins de experimentação.

3.2. O cadastramento do animal será realizado no setor de Vigilância Sanitária Municipal.

3.3. O agendamento das consultas e procedimentos somente poderá ser feito na Vigilância Sanitária Municipal.

3.4. Os serviços serão executados nos animais que forem devidamente encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante apresentação de autorização da Vigilância Sanitária Municipal, através da ficha de cadastramento emitida pela mesma.

3.5. A CONTRATADA não poderá cobrar do dono ou responsável pelo animal, sob hipótese nenhuma, qualquer complementação aos valores propostos nesta licitação para os serviços prestados.

3.5.1. A CONTRATADA responsabilizar-se-á administrativamente por cobrança indevida ao usuário do SUS ou seu representante, feita por profissional empregado ou preposto, ficando assegurado o devido processo legal para apuração do fato e identificação do responsável.

3.6. Os quantitativos descritos para cada item constituem mera estimativa, podendo ocorrer acréscimos ou supressões a critério da Secretaria Municipal de Saúde, observada a limitação legal.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

4.1. O valor total ora contratado é de R\$(.....), de acordo com os preços consignados na proposta apresentada no Processo de Licitação, importando os valores por itens vencedores, a seguir identificados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UN	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Esterilização cirúrgica em machos (cães e gatos)	36	un		
2	Esterilização cirúrgica em fêmeas (cães e gatos)	168	un		

4.1.1. Nos preços contratados já estão inclusos além do lucro, taxas, fretes, impostos e descontos, quando for o caso, bem como todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente contratação.

4.2. O pagamento será efetuado até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, importando o valor por procedimento, de acordo com o quantitativo efetivamente realizado no período.

4.2.1. O pagamento somente poderá ser efetuado após comprovação do recolhimento das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última competência vencida, compatível com o efetivo declarado, na forma do § 4º, do art. 31, da Lei nº 9.032/95, e apresentação de Nota Fiscal/Fatura juntamente com o relatório comprobatório da execução dos serviços e das fichas de cadastro dos animais, atestada por servidor designado, conforme disposto nos artigos 67 e 73 da Lei 8.666/93.

4.3. Os valores somente serão reajustados após o período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o INPC/IBGE, apurado no período de referência, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento expresso da CONTRATADA.

4.4. Os preços somente serão revisados quando houver alteração

dos valores, devidamente comprovada, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento, devidamente instruído, a ser formalizado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas provenientes da execução deste contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.123 - BLVGS - BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
3.3.90.00.00.00.00.01.0038 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA - DO DOCUMENTO FISCAL

6.1. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido para FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - Avenida XV de Novembro, 223 - Centro - 89.600-000 - Joaçaba - SC - CNPJ/MF 10.594.533/0001-00, e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do empenho e do processo licitatório.

6.1.1. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para a CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES

7.1. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

7.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na cláusula terceira - da forma de execução - do presente contrato;

7.1.2. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

7.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

7.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

7.1.5. Exigir da Secretaria Municipal de Saúde o documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a realização dos procedimentos solicitados, a fim de comprovar a execução dos mesmos.

7.2. RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

7.2.1. Tomar todas as providências necessárias relativas à execução e fiscalização do presente Contrato;

7.2.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a cláusula quarta do presente instrumento;

7.2.3. Conceder revisões contratuais toda vez que se verificar alterações no equilíbrio econômico-financeiro inicialmente estabelecido, mediante requerimento formal da protocolado pela CONTRATADA, devidamente instruído, com a comprovação do aumento dos custos;

7.2.4. Providenciar a publicação resumida do contrato até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura;

7.2.5. Emitir à CONTRATADA a autorização para a realização dos procedimentos, objeto do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

8.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/2002, se a CONTRATADA, convocada no prazo estipulado, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciada nos sistemas

de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.2. O atraso injustificado no fornecimento sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por dia de atraso, até 20% (vinte por cento) do total contratado.

8.2.1. A multa aludida acima não impede que a Administração aplique as outras sanções previstas em Lei.

8.3. Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em lei, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a. Por ato unilateral escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b. Amigavelmente, por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardando-se o interesse público;
- c. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

9.2. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

9.3. Fica reservado ao CONTRATANTE o direito de rescindir total ou parcialmente o presente contrato, desde que seja administrativamente conveniente ou que importe no interesse público, conforme preceituam os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações, sem que assista a CONTRATADA, direito algum de reclamações ou indenização, com exceção da rescisão com fulcro no art. 78, XII a XVII, em que será observado o disposto no art. 79, § 2º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Na execução deste contrato aplicar-se-á a Lei nº 8.666/93 e alterações, e ainda os preceitos gerais do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

10.2. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste contrato, renunciando as partes, a qualquer foro que lhes possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (quatro) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, de de 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ADEMIR LUIZ RIGHI - Secretário

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____

2. _____

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº xx/2015/FMS

EDITAL PP Nº xx/2015/FMS

ANEXO VI

LEI Nº 4528 DE 26 DE SETEMBRO 2014.

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO PARA O CONTROLE POPULACIONAL DE ANIMAIS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Aprova o projeto de desenvolvimento de ações a fim de controlar as populações de cães e gatos, bem como, a prevenção e o controle das zoonoses no Município de Joaçaba.

Art. 2º Fica instituído que o projeto de controle populacional de cães e gatos do Município de Joaçaba será realizado através de procedimentos de esterilização cirúrgicas, campanhas educativas e aplicação de leis que determinam a posse responsável de animais domésticos em todo território do Município.

Art. 3º O projeto mencionado nos artigos 1º e 2º deste regulamento serão destinados, prioritariamente nesta ordem:

I - Para cães e gatos fêmeas da ONG Associação Amigos dos Animais de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna;

II - Aos cães e gatos fêmeas, abandonados e encontrados no Município de Joaçaba, desde que sob posse de um membro da ONG Associação Amigos dos Animais de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna ou responsável para os cuidados pré e pós-operatórios;

III - aos cães e gatos fêmeas, que pertençam às famílias em situação de vulnerabilidade social, residentes no município de Joaçaba, e que estejam cadastrados no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais) de Joaçaba;

IV - Demais cães e gatos do Município de Joaçaba, dando-se prioridade para as fêmeas.

TÍTULO II DOS ENVOLVIDOS COM O PROJETO

CAPÍTULO I DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º Fica a Secretaria Municipal de Saúde, através da Divisão de Vigilância Sanitária Municipal, responsável no âmbito municipal, pela coordenação do projeto e execução das ações.

Art. 5º O projeto instituído através da presente lei, contará com

o apoio da Assessoria de Meio Ambiente do Município e da ONG Associação Amigos dos Animais de Joaçaba, Herval D`Oeste e Luzerna.

Art. 6º Compete à Vigilância Sanitária:

I - O fornecimento de autorização para os procedimentos;

II - O preenchimento da Ficha de Cadastro do Animal e o cadastro, inseridos no Anexo Único desta Lei, e recolhimento da documentação necessária para cadastramento;

III - O agendamento junto à clínica responsável pelo procedimento;

IV - O controle dos procedimentos realizados mensalmente junto à clínica veterinária contratada;

V - A prestação de contas ao setor de contabilidade do Município, a fim de efetivar o pagamento às clínicas;

VI - O acompanhamento e fiscalização nas residências, quanto à posse responsável com o animal nos cuidados pós-operatórios;

VI - O trabalho de divulgação, ações de orientação, conscientização e educação, junto à comunidade, por meio de visitas domiciliares realizadas pelos parceiros do projeto e pelas agentes de saúde do município e através de reuniões, palestras e meios de comunicação;

VII - Divulgar e apoiar as campanhas de incentivo de adoção voluntária de animais abandonados no Município.

Art. 7º Compete a Assessoria de Meio Ambiente:

I - Trabalho de divulgação do referido projeto;

II - Divulgar e apoiar as campanhas de incentivo de adoção voluntária de animais abandonados no Município;

III - O encaminhamento à Vigilância Sanitária de situações que necessitem de apoio e fiscalização aos assuntos pertinentes ao projeto.

Art. 8º Compete a ONG Associação Amigos dos Animais de Joaçaba, Herval D`Oeste e Luzerna:

I - A divulgação do referido projeto;

II - O preenchimento da Ficha de Cadastro do Animal, inseridos no Anexo Único desta Lei, dos animais abandonados e que pertencem a ONG e, posterior encaminhamento a Vigilância Sanitária, com assinatura e carimbo do membro da ONG;

III - Cuidar dos animais esterilizados nos cuidados pós-operatórios, que estejam sob responsabilidade dos membros da ONG;

IV - Acompanhamento dos animais que estão sob responsabilidade da ONG nos cuidados pós-operatórios, durante um período de sete a dez dias;

V - Encaminhamento à Vigilância Sanitária de situações que necessitem de apoio e fiscalização aos assuntos pertinentes ao projeto.

VI - Controle dos animais que estão sob cuidados da ONG, atendidos por este projeto, com documentos comprobatórios e destino dos animais, para posterior prestação de contas ao Poder Público.

Art. 9º Compete à(s) clínica(s) veterinária credenciada(s), através

de Processo Licitatório:

I - Realizar consultas e procedimentos pelo projeto municipal, somente com autorização da Vigilância Sanitária através de ficha de cadastramento emitida pela mesma;

II - Realizar consulta prévia no animal, com uma semana de antecedência à esterilização, ministrando vermífugo e constatando as condições de saúde do animal para realização do procedimento cirúrgico;

III - Realizar procedimento cirúrgico no animal, deixando-o apto a retornar para casa ou ONG com analgésico, antibiótico e colar Elizabetano ou Isabelino;

IV - Prestar contas à Vigilância Sanitária referente aos procedimentos realizados, mensalmente, através do retorno das fichas cadastrais estando assinados pelos responsáveis pelo animal e com nota fiscal de prestação de serviço;

V - Transportar o animal, residência/ONG - clínica, clínica - residência/ONG, para as duas consultas previstas no projeto.

Art. 10 É de competência dos responsáveis pelo animal:

I - Responsabilizar-se pelo animal durante o período das duas consultas, previstas no projeto;

II - Responsabilizar-se pelos cuidados pós-operatórios do animal, ministrando corretamente os medicamentos e alimentação, disponibilizando um ambiente higienizado e adequado para a recuperação do animal.

Parágrafo Único - Os animais da ONG Associação Amigos dos Animais de Joaçaba, Herval D`Oeste e Luzerna ficam sob a responsabilidade da entidade.

**CAPÍTULO II
DO CADASTRAMENTO**

Art. 11 O cadastramento do animal será realizado no setor da Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 12 Para os animais que não sejam de rua o cadastro será realizado mediante a apresentação dos seguintes documentos;

I - Ficha de Cadastro do Animal;

II - Documento RG e CPF do responsável pelo animal;

III - Comprovante de residência do responsável pelo animal;

§ 1º Em se tratando de realização de procedimento em animal pertencente à "família em situação de vulnerabilidade social", deverá ser apresentado um comprovante de cadastro no CadÚnico.

§ 2º Para os animais de rua deverá ser apresentado o comprovante de residência do responsável pelo mesmo, bem como seu RG e CPF.

Art. 13 Não será permitida a entrada de animais nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, onde se encontra instalada a Vigilância Sanitária Municipal.

**CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO**

Art. 14 O procedimento será realizado por clínica especializada, contratada pelo Município através de Processo Licitatório.

Art. 15 Com agendamento prévio estabelecido entre Vigilância Sanitária e a clínica veterinária e com a Ficha de Cadastro do Animal, em mãos, o médico veterinário realizará a primeira consulta no animal ministrando a aplicação de um vermífugo e diagnosticando se o mesmo está apto ao procedimento cirúrgico.

Art. 16 Após a realização da primeira consulta e se, clinicamente, o animal estiver apto ao procedimento cirúrgico, será permitida a segunda consulta para se efetivar a esterilização.

Art. 17 Através do projeto, será concedido durante o procedimento de esterilização via cirurgia, para fêmeas e machos:

I - Anestesia;

II - Fio de sutura;

III - Agulha;

IV - Seringa;

V - Gase;

VI - Algodão;

VII - Mão de obra e

VIII - Medicação momentânea.

Art. 18 Após a realização do procedimento de esterilização o Médico Veterinário, responsável pelo procedimento, deverá:

I - Cientificar, através de receituário, a medicação a ser ministrada ao animal nos próximos dias;

II - Providenciar a entrega de analgésico e antibiótico necessários, aos responsáveis pelo animal.

III - Assegurar os cuidados necessários e o transporte adequado para o animal.

Art. 19 O responsável técnico pelo procedimento deverá carimbar, assinar e colher a assinatura do responsável pelo animal, junto a Ficha de Cadastro do animal.

Art. 20 Ao final de um período de 30 (trinta) dias, as Fichas de Cadastros com todas as informações preenchidas e assinaturas colhidas juntamente com uma Nota Fiscal de prestação de serviço, junto ao setor de Vigilância Sanitária do Município.

CAPÍTULO IV DO PAGAMENTO

Art. 21 Conforme a Dotação Orçamentária destinada para o referido projeto, o pagamento será realizado mensalmente para as clínicas, de acordo com o número de procedimentos realizados, comprovados através das Fichas de Cadastro do animal e emissão de Nota Fiscal da clínica veterinária responsável pelos procedimentos

Art. 22 O custo pelo atendimento será fixado previamente, através de Processo Licitatório.

Art. 23 O valor do custo que cobre todo o atendimento ao animal, é composto pelos itens que compõem o CAPÍTULO III deste regulamento.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 24 O desenvolvimento das ações deste projeto, será de caráter permanente e de responsabilidade da Divisão de Vigilância Sanitária de Joaçaba.

Art. 25 Os recursos gastos na execução do presente projeto serão oriundos do orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 26 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada na íntegra a Lei nº 4.092/2011.

Joaçaba, 26 de setembro de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

ANEXO ÚNICO

DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

FICHA DE CADASTRO DE ANIMAIS – ESTERILIZAÇÃO PARA CÃES E GATOS

CÓDIGO INSCRIÇÃO:

DATA CADASTRO:

DADOS DO ANIMAL

Nome do Animal:	Animal de: () residência () rua
Sexo: () macho () fêmea	
Espécie: () cachorro () gato	Raça:
Cor:	Pelagem: () curta () média () longa
Idade Aproximada:	Porte: () peq. () médio () grande

DADOS DO RESPONSÁVEL PELO ANIMAL

Nome do Responsável:	
CPF / RG:	Fone:
Endereço:	
Ponto de Referência:	
Assinatura do responsável/ ONG – carimbo:	

DADOS DA CLÍNICA VETERINÁRIA

Razão Social:	
Endereço:	Fone:
Responsável pelo contato/ agendamento:	
Ficha Clínica 1ª Consulta:	
Data:	Peso:
Desverminação: (medicamento)	
Tratamento:	
Dados Clínicos	

Ficha Clínica 2ª Consulta:	
Procedimento: (cirúrgico ou químico)	
Data:	

Observações:

Médico Veterinário:

Carimbo:

Assinatura:

Responsável pelo Animal:

Assinatura:

HOMOLOGAÇÃO PL 12/2012 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº12/2015 PMJ

PP 06/2015/PMJ

O Prefeito de Joaçaba Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 12/2015/PMJ,

- Modalidade: PP 06/2015/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus, câmaras de ar e protetores novos, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal.

Fiscal: Hilton A. Schmitz

VENCEDORES:

BELLENZIER PNEUS LTDA

VALOR R\$ 109.904,00

COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA

VALOR R\$ 50.700,00

JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR R\$ 102.656,00

MODELO PNEUS LTDA

VALOR R\$ 149.156,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 19 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito

**RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 01/2015 -
ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

RESULTADO FINAL DO EDITAL Nº 01/2015 DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Município de Joaçaba, através do Sr. Prefeito, Rafael Laske torna público:

Art. 1º - A Classificação Final do Edital de Alteração de Carga Horária de Professores, de acordo com as inscrições protocoladas até a data, é o constante do Anexo I.

Art. 2º - Em consonância com a legislação vigente, à vista do resultado final do Edital de Alteração de Carga Horária nº 01/2015, considerando que foram aplicados todos os princípios constitucionais, tais quais a publicidade e a isonomia, inerentes à todo processo, fica HOMOLOGADO o Resultado do Edital nº 01/2015 de Alteração de Carga Horária, surtindo todos os efeitos legais.

Art. 3º - A contar da presente data de divulgação da classificação dos candidatos, os mesmos terão 01 (um) dia útil para interpor recursos mediante protocolo do requerimento para este fim, junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura.

Art. 4º - Após o decurso do prazo de recurso, será editada a Portaria de Alteração de Carga Horária para as primeiras classificadas por escola, quando então a nova carga horária deve ser cumprida.
Art. 5º - O presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, na Imprensa Oficial do Município e no site www.joacaba.sc.gov.br.

Joaçaba, 17 de março de 2015.

José Luiz Junqueira de Carvalho Rafael Laske

Secretário de Educação Prefeito

ANEXO I

ESCOLA	DISCIPLINA/ ÁREA	HORAS	CLASSIFICAÇÃO
CENTRO EDUCACIONAL ROBERTO TROMOWSKY - CERT	Professor – Artes	1 vaga 20h	1) VIVIAN PATRICIA FLAMIA DA SILVA

05/2015 PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 1/8

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 19/03/2015 Válido até: 19/03/2016									
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus, câmaras de ar e protetores novos, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	PNEU 1000X20 - 16 LONAS - BORRACHUDO - COM CÂMARA DE AR E PROTETOR	CJ	MODELO PNEUS LTDA (8544)	PIRELLI/QBOM/RUZI	0	1.043,0000	1		
	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)				0	1.044,0000	2		
2	PNEU 1000X20 - 16 LONAS - LISO - COM CÂMARA DE AR E PROTETOR	CJ	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	GOODYEAR G8/QBOM/RUZI	0	934,0000	1		
	MODELO PNEUS LTDA (8544)				0	935,0000	2		
3	PNEU 1300X24 - 14 LONAS - COM CÂMARA DE AR E PROTETOR	CJ	MODELO PNEUS LTDA (8544)	PIRELLI/QBOM/RALFLEX	0	2.073,0000	1		
4	PNEU 1400X24 - 16 LONAS - COM CÂMARA DE AR E PROTETOR	CJ	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10287)	MAGGION/MAGGION CARRO	0	1.950,0000	1		
	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)				0	2.150,0000	2		
	MODELO PNEUS LTDA (8544)				0	2.192,0000	3		
5	Pneu 295/80 R 22.5 - borrachudo - misto	UN	MODELO PNEUS LTDA (8544)	FIRESTONE	0	1.420,0000	1		
	JOACABA PNEUS LTDA (10944)				0	1.429,0000	2		
	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)				0	1.680,0000	3		
6	PNEU 295/80 R 22.5 - LISO	UN	MODELO PNEUS LTDA (8544)	FIRESTONE	0	1.370,0000	1		
	JOACABA PNEUS LTDA (10944)				0	1.461,0000	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 19/03/2015 Válido até: 19/03/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus, câmaras de ar e protetores novos, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	1.495,0000
7	PNEU 12.5/80X18 - 12 LONAS COM CÂMARA DE AR	CJ	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	GOODYEAR SGL/TORTUGA		1.265,0000
8	PNEU 14.9X24 - 12 LONAS - COM CÂMARA DE AR	CJ	MODELO PNEUS LTDA (8544)	FIRESTONE/OBOM	0	1.785,0000
			BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	1.789,0000
9	Pneu 14x17.5 - 12 lonas	UN	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	GOODYEAR IT323	0	1.195,0000
10	PNEU 12.4X24 - 10 LONAS - COM CÂMARA DE AR	CJ	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	GOODYEAR DYNA TOQUE0		1.210,0000
			COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA (10287)		0	1.214,0000
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	1.219,0000
11	PNEU 19.5/24 - 12 LONAS - COM CÂMARA DE AR	CJ	MODELO PNEUS LTDA (8544)	FIRESTONE/TORTUGA	0	2.320,0000
			BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	2.322,0000
12	PNEU 17.5X25 - 16 LONAS - COM CÂMARA DE AR	CJ	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	TITAN EART TRACT/OBO	0	2.800,0000
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	3.162,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 3/8

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 19/03/2015 Válido até: 19/03/2016							
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus, câmaras de ar e protetores novos, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	PNEU 750X16 - 10 LONAS - LISO - COM CÂMARA DE AR	CJ	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	GOODYEAR	G32/QBOM 0	547,0000	1
14	PNEU 750X16 - 10 LONAS - BORRACHUDO - COM CÂMARA DE AR	CJ	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	GOODYEAR	G49/QBOM 0	589,0000	1
15	PNEU 1000R20 - 16 LONAS- RADIAL - COM CÂMARA DE AR E PROTETOR (LISO MISTO)	CJ	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	GOODYEAR	G686/QBOM/R0	1,289,0000	1
16	Pneu 1000R20 - 16 lonas - radial - com câmara de ar e protetor - borrachudo misto	CJ	MODELO PNEUS LTDA (8544)	FIRESTONE/QBOM/RUZI	0	1,315,0000	1
17	PNEU 205/55X16 - RADIAL	UN	JOACABA PNEUS LTDA (10944)	P7 PIRELLI	0	283,0000	1
19	PNEU 205/75X16 - RADIAL	UN	JOACABA PNEUS LTDA (10944)	CHRONO PIRELLI	0	407,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	449,0000	2
			BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	475,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 4/8

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 19/03/2015 Válido até: 19/03/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus, câmaras de ar e protetores novos, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
20	PNEU 215/70 X 14 - RADIAL	UN	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	GOODYEAR G32 PLUS	0	365,0000
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	417,0000
21	PNEU 215/75X17.5 - RADIAL	UN	JOACABA PNEUS LTDA (10944)	F.DRIPIRELLI	0	576,0000
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	694,0000
			BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	727,0000
22	Pneu 225/55x16 - Radial	UN	MODELO PNEUS LTDA (8544)	BRIDGESTONE	0	513,0000
			BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	670,0000
23	PNEU 225/65X16 - RADIAL	UN	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	GOODYEAR G32 CARGO	0	565,0000
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	710,0000
24	Pneu 235/70x16 - Radial	UN	MODELO PNEUS LTDA (8544)	FIRESTONE	0	410,0000
			BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	460,0000
			JOACABA PNEUS LTDA (10944)		0	469,0000
25	PNEU 175/70 X 13 - RADIAL	UN	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	KELLY(GOODYEAR)METRI	0	145,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 5/8

Número do Registro de Preços: 5/2015 Data do Registro: 19/03/2015 Válido até: 19/03/2016						
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus, câmaras de ar e protetores novos, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
26	PNEU 175/70 X 14 - RADIAL		JOACABA PNEUS LTDA (10944)		0	156,0000
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	164,0000
		UN	JOACABA PNEUS LTDA (10944)	P4 CINT. PIRELLI	0	198,0000
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	230,0000
27	PNEU 185/70 X 14 - RADIAL		BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	239,0000
		UN	JOACABA PNEUS LTDA (10944)	P6000 PIRELLI	0	195,0000
			BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	196,0000
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	237,0000
28	PNEU 165/70X13 - RADIAL		BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)			
		UN	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	KELLY(GOODYEAR)METRI	0	130,0000
			JOACABA PNEUS LTDA (10944)		0	131,0000
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	159,0000
29	PNEU 185/60X15 - RADIAL		JOACABA PNEUS LTDA (10944)			
		UN	JOACABA PNEUS LTDA (10944)	P1 CINT. PIRELLI	0	238,0000
			BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	240,0000

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 6/8

Número do Registro de Preços: 5/2015			Data do Registro: 19/03/2015		Válido até: 19/03/2016		
Objeto da Compra:O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus, câmaras de ar e protetores novos, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	PNEU 175/60X14 - RADIAL		MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	275,0000	3
		UN	BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)	GOODYEAR ASSURANCE	0	215,0000	1
			MODELO PNEUS LTDA (8544)		0	226,0000	2
31	PNEU 175/60X14 - RADIAL	UN	JOACABA PNEUS LTDA (10944)	CIT AW	0	267,0000	1
			BELLENZIER PNEUS LTDA (9524)		0	300,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2015

Página: 8/8

Número do Registro de Preços: 5/2015						Data do Registro: 19/03/2015		Válido até: 19/03/2016			
Objeto da Compra: O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus, câmaras de ar e protetores novos, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2015
PROCESSO Nº 12/2015

- (8544) - MODELO PNEUS LTDA
- (9524) - BELLENZIER PNEUS LTDA
- (10287) - COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSORIOS LTDA
- (10944) - JOACABA PNEUS LTDA

Joaçaba, 19 de Março de 2015.

SIMAE**PORTARIA JHL 23/2015**

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 023/2015 de 30.01.2015

Aluir Flemming, Diretor Adjunto do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Osmar Antonio Antonelo, ocupante do cargo de Auxiliar de Operação, enquadrado no P-2, N-1, Ref A, sob o nº da CNH 01787730305 para exercer a atividade de Condutor de Veículo utilizando o veículo master Renault placa MLW-3315 da Autarquia, de 25 de fevereiro à 24 de março de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus a um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 25 de fevereiro de 2015, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 30 de janeiro de 2015.

Aluir Flemming
Diretor Adjunto**PORTARIA JHL 60/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 060/2015 DE 18.03.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Edinei João Perotto, ocupante do cargo de Encanador, enquadrado no P-4, N-3, Ref. H-9, sob nº da CNH 02350661560, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo S-10 placa OKF 7879, a partir de 18 de março de 2015, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus a um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 18 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 18 de março de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA TP 005/2014 -SIMAE**

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0041/2015 de 26/02/2015 da Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora do SIMAE, para procederem ao Recebimento Definitivo da Obra referente a Tomada de Preços JHL nº 0005/2014, Edital de Licitação 0034/2014 decorrente do Contrato JHL nº 0056/2014 de 29 de julho de 2014, e os Senhores Simar José Rosa, Sócio Administrador e Engº Jucenei Silva de Andrade, Engenheiro Responsável pela obra, ambos da empresa Andrade Construções Ltda, após o recebimento Provisório da Obra de Urbanização do RAP 004, localizado no bairro Nossa Senhora de Lourdes, no Município de Joaçaba-SC, conforme Termo Provisório assinado em 29 de dezembro de 2014, declaram e atestam o que segue:

1. Que a contratada, durante o período de execução da Urbanização do RAP 004, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
2. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Joaçaba SC, 20 de março de 2015.

Membro da Comissão: André Francisco Fiorin

Membro da Comissão: Engº Wilian Sartor Sganzerla

Membro da Comissão: Engº André Luiz Sauer

Representante da Contratada: Simar José Rosa

Engenheiro da Contratada: Engº Jucenei Silva de Andrade

Visto da Direção do SIMAE: Elisabet Maria Zanela Sartori

Lages

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 45/2015 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 45/2015 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 45/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES, inscrito no CNPJ 17.206.843/0001-41, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas na EMEB HERMÍNIO PINHEIRO JUNIOR, pelo valor R\$ 12.915,56 (doze mil novecentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 13 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 46/2015 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 46/2015 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 46/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa JOSÉ ROGÉRIO BORGES, inscrito no CNPJ 17.206.843/0001-41, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas no CEIM JUSTINE BARTH, pelo valor R\$ 17.208,83 (dezessete mil duzentos e oito reais e oitenta e três centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 13 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 47/2015 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 47/2015 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 47/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrito no CNPJ 08.154.352/0001-03, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas no CEIM N. SRA. CARAVÁGIO, pelo valor R\$ 3.821,38 (três mil oitocentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 13 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 48/2015 PML PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 48/2015 ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 48/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrito no CNPJ 08.154.352/0001-03, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas no CEIM ASSISTÊNCIA N. SRA. DOS PRAZERES, pelo valor R\$ 15.253,99 (quinze mil duzentos e cinquenta e três reais e noventa e nove centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 13 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 49/2015 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 49/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 49/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrito no CNPJ 08.154.352/0001-03, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas na EMEB E CEIM BOM JESUS, pelo valor R\$ 14.469,77(catorze mil quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 13 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 50/2015 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 50/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 50/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa JOSE ROGERIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ 17.206843/0001-41, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas na EMEB SAUL ATHAIDE, pelo valor R\$ 110.305,39(cento e dez mil trezentos e cinco reais e trinta centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 13 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 51/2015 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 51/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 51/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA - ME, inscrito no CNPJ 08.154.352/0001-03, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas na EMEB PROF EDUARDO PEDRO AMARAL, pelo valor R\$ 10.286,47(dez mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta e sete centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 13 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 52/2015 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 52/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 52/2015, através da Secretaria Municipal da Administração, com a Empresa JOSE ROGERIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ 17.206.843/0001-41, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas na PADARIA MUNICIPAL, pelo valor R\$ 32.094,27(trinta e dois mil noventa e quatro reais e vinte e sete centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 13 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 53/2015 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 53/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 53/2015, através da Secretaria Municipal da Administração, com a Empresa JOSE ROGERIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ 17.206.843/0001-41, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas na UBS SÃO JOSÉ, pelo valor R\$ 11.540,17(onze mil quinhentos e quarenta reais e dezessete centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 13 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 54/2015 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 54/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 54/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, com a Empresa JOSE ROGERIO BORGES - ME, inscrito no CNPJ 17.206.843/0001-41, para prestação de serviço de mão-de-obra para troca emergencial de telhas no SEPLAN, NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA, NA SECRETARIA DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA, NO BALCÃO CIDADÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS pelo valor R\$ 17.670,29(dezessete mil seiscentos e setenta reais e vinte e nove centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 13 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretária Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 13 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 55/2015 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 55/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 55/2015 através da Secretaria Municipal da Administração, para a Celebração de um Contrato com KELLY CAROLINE VIEIRA DE ARRUDA, inscrito no CPF sob n.º 025.474.049-90 sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 115 - Bairro Centro - Lages/SC para locação de Imóvel situado na Rua Afonso Ribeiro, Nº 138 - Bairro Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pela Secretaria de Assuntos Comunitários e Voluntários, pelo valor de R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 17 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Município em Exercício Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO 56/2015 PML
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 56/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 56/2015 através da Secretaria Municipal da Administração, para a Celebração de um Contrato com a Sra. KARIN DEKKER CAON LOEFF, inscrito no CPF sob n.º 887.101.909-10 sito à Rua João Aloísio Barni, 190 - Bairro: Souza Cruz - Lages/SC para locação de Imóvel situado na Rua Benjamim Constant, Nº 28 - Bairro Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pela Auditoria Geral do Município, salas 71-72 e 74, pelo valor de R\$ 1.642,24 (hum mil, seiscentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de Março de 2015.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário

Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 17 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Município em Exercício Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO 57/2015 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 57/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 57/2015 através da Secretaria Municipal da Administração, para a Celebração de um Contrato com a Sra. KARIN DEKKER CAON LOEFF, inscrito no CPF sob n.º 887.101.909-10 sito à Rua João Aloísio Barni, 190 - Bairro: Souza Cruz - Lages/SC para locação de Imóvel situado na Rua Benjamim Constant, Nº 28 - Bairro Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pela Auditoria Geral do Município, pelo valor de R\$ 625,78 (seiscentos e vinte e cinco reais e setenta e oito centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de Março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 17 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Município em Exercício Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO 58/2015 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 58/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 58/2015 através da Secretaria Municipal da Administração, para a Celebração de um Contrato com o Sr. ARISTOTELES WALTRICK FILHO, inscrito no CPF sob n.º 020.936.859-49 sito à Rua Lauro Mullher, nº636 - Ap 121 - Bairro Centro - Lages/SC para locação de Imóvel situado na Av. Belizário Ramos, S/Nº - Bairro Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pelo Departamento Arquivo Morto Municipal, pelo valor de R\$3.511,38 (três mil quinhentos e onze reais e trinta e oito centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 06 de Março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal da Administração

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal da Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 06 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Município em Exercício Interino

DISPENSA DE LICITAÇÃO 59/2015 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 59/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 59/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, para a celebração de um Contrato com o Sr. ARISTÓTOLES WALTRICK FILHO, inscrito no CPF sob n.º 020.936.859-49, sito a Rua Lauro Mullher, nº 636 - Bairro Centro - na cidade de Lages/SC, para locação de um imóvel situado na Av. Belizário Ramos, nº 5043 - Bairro São Cristovão, na cidade de Lages, a ser utilizado pelo Almoxarifado Central - SEML, pelo valor mensal de R\$ 10.534,17 (dez mil, quinhentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de março de 2015.

Marimilia Casa Costa Coelho

Secretária Municipal de Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho Secretária Municipal de Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 17 de março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

DISPENSA DE LICITAÇÃO 60/2015 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 60/2015
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 60/2015 através da Secretaria Municipal da Educação, para a Celebração de um Contrato com O SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM, inscrito no CNPJ sob n.º 03.774.688/0017-12 sito à Rod. Admar Gonzaga, 2.765 - 2º andar - Bairro Itacorumbi - Florianópolis/SC para locação de Imóvel situado na Rua Independência, 245 - Bairro Gethal, na cidade de Lages, a ser utilizado pelo POLO da UFSC valor de R\$ 4.267,85 (quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 17 de Março de 2015.
Marimilia Casa Costa Coelho
Secretária Municipal da Educação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal da Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 17 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Município em Exercício Interino

EXTRATO CONTRATO 112/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 112/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSE ROGERIO BORGES - ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede Rua Jeronimo Coelho, 280 - Centro - Lage/SC CEP 88.501-260

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 26/2015, correlato a Tomada de Preço nº 04/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Reforma do CEIM Adelina Tramontin Sommariva, nesta cidade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

4.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

4.2 De Execução, em até 04 (quatro) meses, a contar da data da assinatura da Ordem de Serviço;

4.3 De Entrega, em 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 34.587,06 (trinta e quatro mil quinhentos e oitenta e sete reais e seis centavos).

Lages, 18 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 113/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 113/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: LEÃO INDUSTRIA CONSTRUTORA LTDA inscrita no CNPJ n.º 07.302396/0001-70, com sede Rua Valdomiro Koeche, 320 - Gethal - Lage/SC CEP 88.520-450

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 06/2015, correlato a Pregão Presencial nº 04/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Artefatos de Cimento, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 48 (quarenta e oito) horas a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria Requisitante, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), delimitado(s) ao perímetro urbano;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 291.898,00 (duzentos e noventa e um mil oitocentos e noventa e oito reais).

Lages, 19 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 114/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 114/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: MATHEUS VIEIRA ZAGO - EPP inscrita no CNPJ n.º 10.515.077/0001-58, com sede Rua Nilo Peçanha, 49 - Frei Rogério - Lage/SC CEP 88.508-500

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 06/2015, correlato a Pregão Presencial nº 04/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Artefatos de Cimento, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 48 (quarenta e oito) horas a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria Requisitante, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), delimitado(s) ao perímetro urbano;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Lages, 19 de Março de 2015.
Antônio Arcanjo Duarte
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 115/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 115/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ROYER PRE MOLDADOS LTDA/EPP inscrita no CNPJ n.º 14.574.671/0001-70, com sede Av. das Indústrias, 1042 - Distrito Industrial - Caixa Postal 94 - Bolsa Nova - Paraná/PR CEP 83.650-000

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 06/2015, correlato a Pregão Presencial nº 04/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Artefatos de Cimento, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência/Planilha Orçamentária, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 48 (quarenta e oito) horas a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões) da Secretaria Requisitante, no(s) endereço(s) nela(s) indicado(s), delimitado(s) ao perímetro urbano;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente até 31/12/2015.

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 198.000,00 (cento e noventa e oito mil).

Lages, 19 de Março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATO 17/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 17/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 82.977.109/0001-48, com sede a Rua Abelardo Manoel Peixer, 48 - Barreiros - São José/SC. CEP: 88.110-055.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 09/2015, correlato ao Pregão nº 08/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 4.005,62 (quatro mil e cinco reais e sessenta e dois centavos)

Lages, 16 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 18/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 18/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: TIGRE S. A. TUBOS E CONEXÕES inscrita no CNPJ sob n.º 84.684.455/0069-51, com sede a Rua Xavantes, 54 - Bairro Atiradores - Joinville/SC. CEP: 89.203-900.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 09/2015, correlato ao Pregão nº 08/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 40.735,85 (quarenta mil setecentos e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

Lages, 16 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 19/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 19/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: DOAL PLASTIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 71.619.928/0001-05, com sede a Av. Dirceu Dias Carneiro, 151 - Distrito industrial II - Santa Barbara D'Oeste/SP. CEP: 13.457-198

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 09/2015, correlato ao Pregão nº 08/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 35.116,90 (trinta e cinco mil cento e dezesseis reais e noventa centavos).

Lages, 16 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 20/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 20/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: C.E. MACEDO E CIA LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 07.965.552/0001-83, com sede a Rua Carlos Essenfelder, 1326 - Boqueirão - Curitiba/PR. CEP: 81.560-090

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 09/2015, correlato ao Pregão nº 08/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 192.655,13 (cento e noventa e dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e treze centavos).

Lages, 16 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 21/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 21/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: MICHELE G. DA SILVA DOS SANTOS - COMERCIAL HIDRAULICA ME - inscrita no CNPJ sob n.º 11.230.004/0001-82, com sede a Rua Capitão Leônidas Marques, 1031 - Uberaba - Curitiba/PR. CEP: 81.540-470

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 09/2015, correlato ao Pregão nº 08/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 36.872,24 (trinta e seis mil oitocentos e setenta e dois reais e quatro centavos).

Lages, 16 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 22/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 22/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: STARTURBO COMERCIAL EIRELLI - EPP inscrita no CNPJ sob n.º 17.191.955/0001-18, com sede a Rua XV de Novembro, 780 - Sítio São José - Mombuca/SP. CEP: 13.380-000

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 09/2015, correlato ao Pregão nº 08/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água,

conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 22.850,00 (vinte e dois mil oitocentos e cinquenta reais).

Lages, 16 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

EXTRATO CONTRATO 23/2015 SEMASA

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 23/2015 SEMASA

CONTRATANTE:SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: MULTILACRES INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA INSTALAÇÃO PREDIAIS LTDA - ME inscrita no CNPJ sob n.º 11.818.493/0001-98, com sede a Rua Nestor Camargo, 10 Antigo 1 - Jardim Barueri - Barueri/SP. CEP: 06.411-360

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 09/2015, correlato ao Pregão nº 08/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), Incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias das solicitações, na Secretária Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA Av. 1º de Maio, nº 1700, B: Popular

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 3.030,00 (três mil e trinta reais).

Lages, 16 de Março de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

PORTARIA SEFAZ Nº 01

PORTARIA SEFAZ Nº 01

De 02 de Fevereiro de 2015

DELEGA COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DA FAZENDA AO AUDITOR FISCAL NA PRÁTICA DOS ATOS QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais especialmente o disposto na Lei Complementar nº 409/2013, artigos 10 e 11:

CONSIDERANDO que a delegação de competência é instrumento de descentralização administrativa hábil para assegurar maior rapidez e objetividade dos assuntos de interesse público ou da própria administração, situando-as na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.

RESOLVE:

Art. 1º- É delegada competência ao servidor municipal WILLIAN JOSÉ DE SOUZA matrícula 18.533-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auditor Fiscal Tributário, no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, para praticar os seguintes atos:

1- Parecer em processos de "INCENTIVO A TITULAÇÃO" previstos na Lei Complementar nº296 de 17 de setembro de 2007 e Lei Municipal nº1575 de 11 de outubro de 1990.

2- Parecer nos processos de "DEVOLUÇÃO DE ITBI" até o valor de R\$ 5.000,00 por processo.

3- Parecer nos processos de "RESTITUIÇÃO DE VALORES, COMPENSAÇÃO DE VALORES E CANCELAMENTO DE DÉBITOS" até o valor de R\$ 5.000,00.

4- Parecer em solicitações de aditivos e equilíbrios financeiros de contratos administrativos.

Art. 2º- Esta Portaria é válida por tempo indeterminado ou até que seja revogada.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Lages/SC, 02 de Fevereiro de 2015

Mateus Lunardi

SECRETÁRIO DA FAZENDA

PP 17-2015 SMS; PP 21-2015 SMS; PE 06-2015 SMS AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 17-2015 SMS

Objeto: Fornecimento de Pães d'água

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 07/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 22.800,00

Modalidade: PP 21-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Materiais e Equipamentos para em Laboratório

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 16/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 69.563,56

Modalidade: PE 06-2015 SMS

Objeto: Aquisição de Fraldas Infantis e Geriátricas

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 07/04/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 659.120,00

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 19 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO TP 09-2015 PML

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2015PML

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE 1.730,00M³ DE MUROS EM PEDRA DE BASÁLTICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que se fizeram necessárias algumas alterações na planilha orçamentária do edital em comento.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 14:30 horas do dia 23/03/2015, para às 14:30 do dia 15/04/2015.

Em razão das alterações, às Empresas que já retiraram o Edital, está-se encaminhando cópia das planilhas, devidamente corrigidas, copiadas em CD-ROM, em substituição ao retirado anteriormente, sem qualquer ônus.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 19 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº33/2015 PMLM**

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGAO Nº33/2015 PMLM

PROCESSO Nº33/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 30 de março de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresa para aquisição de Equipamento de Proteção Individual (E.P.I.s), para entrega PARCELADA, para o exercício de 2015, para a manutenção das Secretarias Municipal, Obras e Educação, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 19 de março de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro Municipal

Lebon Régis**PREFEITURA****CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015**

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

O Presidente e os demais membros da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto n.º060/2014, tornam público o resultado da sessão com a finalidade de analisar e julgar a documentação relativa à Proposta Comercial e Habilitação apresentada para abertura as 09hs10min do dia de hoje, do certame Licitatório Chamada Pública nº 01/2015, Processo Licitatório 15/2015, o qual tinha como objetivo, aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para entrega até 31/07/2015. Foi classificada a COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE LEBON RÉGIS - COOPERLAF, inscrita no CNPJ nº 11.419.727/0001-24, em 12 itens cotados no valor total de 21.608,50 (vinte e um mil e seiscentos e oito reais e cinquenta centavos) e da mesma forma a decisão de notificar a licitante para que no prazo de 02 (DOIS) dias ÚTEIS apresente documentação comprobatória de Serviço de Inspeção de um item de origem animal proposto, sob pena de desclassificação do item. No referido certame não compareceu representante e tiveram 29 itens desertos conforme ata. Lebon Régis, 19 de março de 2015.

DECRETO Nº 22/2015

DECRETO Nº. 22/2015, de 19 de Março de 2015

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADACÃO, NO ORÇAMENTO VINGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS.

LUDOVINO LABAS, Prefeito Municipal de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e conforme Inciso I do art. 11, da Lei Municipal nº 1506 de 18 de Dezembro de 2014; DECRETA:

Art. 1º - Fica o departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Lebon Régis, autorizado a proceder à suplementação no Orçamento da Prefeitura Municipal com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Função	Sub função	Programa	Proj/Atividade	Elemento	Fonte Recurso	Valor R\$.
02	90	20	606	23	2.37	4490	0.1.34	3.000,00

Art. 2º - Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação apurado até esta data, conforme iduso e fonte recurso conforme tabela baixo.

IDuso	Grupo	Especificação TCE	Valor R\$.
0	1	34	3.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de Março de 2015.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em 02 de Março de 2015 no Diário Oficial dos Municípios-DOM.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretário de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 024/2015

DECRETO Nº 024, DE 19 DE MARÇO DE 2015

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1.136, de 18 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Função	12	Educação	40.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	40.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	40.000,00
Projeto/ Atividade	2.004	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental.	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	40.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0001	Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	40.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....			40.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	40.000,00
Função	12	Educação	40.000,00
Sub-Função	365	Educação Infantil	40.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	40.000,00
Projeto/ Atividade	2.005	Funcionamento e manutenção da Secretaria da Educação, Cultura e Desporto – Ensino Infantil.	40.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	40.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	40.000,00

Fonte de Recurso	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação	40.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....			40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de março de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 025/2015

DECRETO Nº 025, DE 19 DE MARÇO DE 2015

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1.137, de 18 de março de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	15.908,74
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	15.908,74
Função	12	Educação	15.908,74
Sub-função	361	Ensino Fundamental	15.908,74
Programa	04	Educação é Tudo	15.908,74
Atividade	1.007	Renovação da Frota do Transporte Escolar	15.908,74
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	15.908,74
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	15.908,74
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.908,74
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos – Educação	15.908,74
Detalhamento	000	Sem detalhamento	15.908,74
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR.....			15.908,74

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação da dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	15.908,74
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	15.908,74
Função	12	Educação	15.908,74
Sub-função	365	Ensino Infantil	15.908,74
Programa	04	Educação é Tudo	15.908,74

Atividade	2.009	Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental	15.908,74
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	15.908,74
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	15.908,74
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	15.908,74
Fonte de Recursos	0.1.0001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	15.908,74
Detalhamento	0	Sem Detalhamento	15.908,74
TOTAL DA ANULAÇÃO.....			15.908,74

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 19 de março de 2015.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

REVOGAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2015 FMS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2015

REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Ronaldo Piscini - Secretário Municipal de Saúde, de Lindóia do Sul, SC, torna público a REVOGAÇÃO do processo de Credenciamento 01/2015 para Credenciamento de Prestadores de serviços médicos com especialização Concentração em psiquiatria e psicoterapia. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 19 de março de 2015.
Ronaldo Piscini
Secretario Municipal de Saúde

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2015

DECRETO Nº 2015 de 19 de março de 2015.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art.1º - Ficam anuladas parcialmente ou na sua totalidade, nas Atividades abaixo discriminadas, as Modalidades de Aplicação das despesas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

04.GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

GABINETE DO VICE-PREFEITO

Atividade - 04.12.0004.2003 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Detalhamento de Recursos 000000 - Sem detalhamento

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 88.000,00

Detalhamento de Recursos - 000001 - Transf. de Impostos Educação

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

Detalhamento de Recursos 000000 - Sem detalhamento

11.SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.3.71.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Detalhamento de Recursos 000000 - Sem Detalhamento

TOTAL ANULADO R\$ 92.500,00

Art.2º- Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementadas as dotações atribuídas às Atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

04.GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR

GABINETE DO VICE-PREFEITO

Atividade - 04.12.0004.2003 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

Categoria Econômica -3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Detalhamento de Recursos 000000 - Sem detalhamento

08. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica -3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 01 - Receita de Impostos e Transf. de Impostos Educação R\$ 88.000,00

Detalhamento de Recursos - 000001 - Transf. de Impostos Educação

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica -3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 2.500,00

Detalhamento de Recursos 000000 - Sem detalhamento

11.SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade -15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica -3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Detalhamento de Recursos 000000 - Sem Detalhamento

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 92.500,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 19 de março de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 013/2015 - PP 007/2015 - MECÂNICAS - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 013/2015 - PML

Pregão nº 007/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0013/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para contratação de serviços, por hora trabalhada, de mecânica, elétrica, funilaria e pintura, destinados à manutenção de veículos e máquinas da frota municipal e dos Fundos especiais, em conformidade com as especificações em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* MECÂNICA FACIN LTDA

* VALTER GEHM ME

* MECANICA E CHAPEAÇÃO PORTAL LTDA

* INCOGIL IND. DE PQS. CONS. GIACOMIN LTDA

- Valor total: R\$ 747.500,00

Luzerna (SC), 27 de fevereiro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ARP 1342014

EXTRATOS DE ARP

FMS 2015

EXTRATO DE ARP Nº: pml.134.14 - Primeiro Termo Aditivo

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

FORNECEDOR : FUFA SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

OBJETO: com a concordância das partes, aditar a Ata de Registro de Preços pml.134/2014, majorando em 25% (vinte e cinco por cento) o quantitativo do item "292; 293; 295" da Ata 134/2014

Luzerna(SC), 19 de março de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO
STROHER
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
LUZERNA – FMS
CONTRATANTE

JOSÉ MOREIRA RAMOS
FUFA-SCCOMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
FORNECEDOR 12

Maracajá**PREFEITURA****ATA 01 - COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO**

ATA Nº 01

ATA DE APROVAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015.

Aos treze dias do mês de março de 2015, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Maracajá, localizada na Avenida Getúlio Vargas, número 530, Centro, na cidade de Maracajá, estado de Santa Catarina, com o fim de aprovarem o Edital de Concurso Público nº 01/2015 do Município de Maracajá, reuniram-se, atendendo convocação previamente feita, todos os membros da Comissão de Concurso Público para Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maracajá, nomeados pelo Decreto Municipal nº 04 de 06 de Janeiro de 2015 para realizar este ato. Conforme determina o art. 3º, parágrafo único, do decreto nº 04/2015, presidi a reunião a Sra. Maria Helena Pereira Marques e secretaria este ato o Sr. Vilmar Leandro. Em seguida, a Presidente falou sobre o objetivo da reunião, perguntando aos presentes se isso estava de acordo com a intenção de todos, ao que se deu assentimento unânime. Atendendo o art. 4º do decreto nº 04/2015, deu-se a leitura de todos os artigos do Edital de Concurso Público nº 01/2015 e posteriormente, deu-se aprovação por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu as presenças e deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada para que se cumpram os fins legais.

Maracajá/SC, 13 de Março de 2015.

Maria Helena Pereira Marques

Vilmar Leandro

Marcelo Martinelli

Rosa Correa da Silva Martinello

Massaranduba

PREFEITURA

FMS - LICITAÇÃO 4.2015 - PRP 3.2015 - AQUISIÇÃO DE MAT. HIGIENE BUCAL

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 4 / 2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3 / 2015
REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba, torna público, de acordo com Decreto Municipal nº. 2.051/2010, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando aquisição de materiais destinados à higiene bucal.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:00 do dia 01/04/2015.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08:30h do dia 01/04/2015. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, das 7:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 19 de Março de 2015.

SUZANE E. F. REINKE
Gestora

LEI Nº 1664/2015

LEI Nº 1664/2015

Altera artigos da Lei nº 1372/2011, de 25 de novembro de 2011

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º O caput do art. 32 da Lei nº 1372/2011, de 25 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32 O Conselho Tutelar será composto de 05 (cinco) membros, mediante processo de escolha de sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores de Massaranduba, realizado a cada 04 anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.”

Art. 2º O art. 42 da Lei nº 1372/2011, de 25 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42 Os conselheiros Tutelares serão escolhidos mediante processo de escolha de sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores de Massaranduba, em processo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.”

Art. 3º O art. 44 da Lei nº 1372/2011, de 25 de novembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44 O mandato do conselheiro tutelar será de 04 (quatro) anos, permitida uma única recondução mediante novo processo de escolha (Art. 132 da Lei 8069/90).”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de março de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Meleiro**PREFEITURA****LEI Nº 001/2015**

LEI Nº 001/2015

TRATA DO REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Concede-se revisão geral anual de 7,43% (sete vírgula quarenta e três por cento), a título de reposição inflacionária, aos vencimentos dos servidores públicos municipais do Poder Executivo, Autarquias e Legislativo, contratados temporariamente, cargos e funções de livre nomeação e exoneração, inativos e pensionistas e honoríficos (conselheiro tutelar), conforme preceitua o Art. 37, inciso X da Constituição Federal, e os cargos do magistério.

§ 1º O índice acima determinado compreende o período de 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, de acordo com a tabela do INPC-IBGE.

Art.2º Aos cargos e funções do magistério municipal fica concedida a revisão de 7,43% (sete vírgula quarenta e três por cento), compreendendo o período de 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015.

Art.3º Os subsídios dos agentes políticos dos Poderes Executivo e Legislativo serão reajustados a contar do período de 01 de março de 2014 a 28 de fevereiro de 2015, conforme o índice do INPC-IBGE.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 março de 2015.

Art.5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 19 de março de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO Nº153/2015**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 153/2015 - Modalidade Concorrência Pública n. 001/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Concorrência Pública n. 001/2015, para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA ESTRADA DE MODELO A LINHA SALETE - ETAPA II (PARTE DA OBRA) COMPREENDENDO OS SERVIÇOS: PLACA, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO (SENDO: REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO, BASE PARA PAVIMENTAÇÃO E TRANSPORTE), DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO (SENDO: PLACAS E POSTE), DE CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 1.013.921-44/2013/MTUR/CAIXA, EMPREITADA GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:30 do dia 24/04/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site www.modelo.sc.gov.br

Modelo (SC), 20 de Março de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0102/2015

DECRETO Nº 0102/2015 DE 17.03.2015.

DISPÕE SOBRE A RESCISÃO DE CONTRATO ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DA SERVIDORA SILVIA MARIA GAMBA BORTOLOZZO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.513/2002, 1.597/2005, 1.883/2009, 2.003/2011, 2.198/2015 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria, e ainda:

Considerando o pedido de rescisão do contrato apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido, o contrato ACT - Admissão em Caráter Temporário nº 016/2015, da Sra. SILVIA MARIA GAMBA BORTOLOZZO, portadora do CPF nº 037.724.649-20, RG nº 3.606.501, das funções do cargo de Educador Social deste município de Modelo/SC, a partir de 31.03.2015.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 17 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:
Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

EXTRATO DE CONVENIO N.07/2015

Extrato de Convênio.
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Convenio: 007/2015
Conveniada: ASSOCIAÇÃO COMERCIALEINDUSTRIAL DE MODELO - ACIMO
Valor: R\$43.453,56

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou convenio n.007/2015 com o objetivo da transferência de recursos financeiros para a manutenção das atividades da Conveniada, visando a manutenção de suas atividades, objetivando promover o desenvolvimento da indústria, comércio e prestadores de serviços, na geração de empregos, renda e manutenção de suas atividades, no município de Modelo - SC.

Modelo (SC), 10 DE MARÇO DE 2015
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONVÊNIO N.08/2015

Extrato de Convênio.
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO
Convenio: 008/2015
Conveniada: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ARTISTICA DE MODELO -SC
Valor: R\$45.000,00

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou convenio n.008/2015 com o objetivo da transferência de recursos financeiros à Associação Cultural e Artística de Modelo, para desenvolvimento de atividades culturais e artísticas Do Município , em benefício dos interessados.

Modelo (SC), 10 DE MARÇO DE 2015
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 030/2015

PORTARIA Nº 030/2015 de 13.03.2015.
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal relacionada abaixo, férias a que faz jus e conforme requerido, de acordo com recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	MATR.	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Donisete Euzebio	1887-2	13.02.2014 a 12.02.2015	08.06.2015 a 07.07.2015 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 13 de março de 2015.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

Morro da Fumaça

PREFEITURA

REGISTRO DE PREÇO 037/2015

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 037/2015. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO, conforme anexo. Data: 02/04/2015 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

CONTRATOS FEV/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/1

CNPJ: 10.598.648/0001-65
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: FERNANDA SALVIATO -ME

CNPJ: 04.555.904/0001-34

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 10/2014

Número do Processo: 10/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 8/2015

Fundamento Legal:

Objeto: Aquisição de medicamentos, constantes do GUIA DA FARMÁCIA, para uso imediato, emergencial e cumprimento de mandados judiciais, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo

Data da Assinatura: 18/02/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/03/2015

Vigência: 18/02/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 76.320,00

Forma de Pagamento: À Vista

CONTRATOS FEV/2015 PMMF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA

Folha: 1/2

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ELVYS TEIXEIRA GEREMIAS ME

CNPJ: 10.756.276/0001-58

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 25/2014

Número do Processo: 25/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 16/2015

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO DOS VEICULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA, conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/02/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/03/2015

Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 31.820,00

Forma de Pagamento: PARCELADO

Contratado: LEILA GENOVENCIO

CNPJ: 17.120.224/0001-30

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 25/2014

Número do Processo: 25/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 17/2015

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO DOS VEICULOS E MAQUINAS DA PREFEITURA, conforme anexo.

Data da Assinatura: 12/02/2015

Data da Publicação no Diário Oficial: 18/03/2015

Vigência: 12/02/2015 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 31.600,00

Forma de Pagamento: PARCELADO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/2

CNPJ: 83.000.323/0001-02
RUA 20 DE MAIO, 100
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Fevereiro/2015.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** J LEAL CONSULTORIA E PROJETOS LTDA.**CNPJ:** 05.908.609/0001-87**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 17/2015**Número do Processo:** 17/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 18/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS NAS ÁREAS DE CONSULTORIA, ASSESSORIA TÉCNICA, LEVANTAMENTOS, CARTAS CONSULTAS PREVIAS, CADASTRO, ANTEPROJETOS, PROJETOS BÁSICOS, ORÇAMENTOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, PARECERES TÉCNICOS, ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL, ESTADUAL E AUTARQUIAS.**Data da Assinatura:** 13/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/03/2015**Vigência:** 13/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 144.900,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** GUOLLO E GABRIEL MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME**CNPJ:** 07.297.458/0001-01**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 21/2015**Número do Processo:** 21/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 19/2015**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme anexo.**Data da Assinatura:** 26/02/2015**Data da Publicação no Diário Oficial:** 18/03/2015**Vigência:** 26/02/2015 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 75.641,50**Forma de Pagamento:** À Vista

Navegantes

PREFEITURA

ATA CONCORRÊNCIA Nº 13/2015 PMN

Ata Concorrência nº 13/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES BALTT EMPREITEIRA, TERRAPL.MEDEIROS, CR ARTEFATOS, E CL EMPREITEIRA (AUSENTE O REPRESENTANTE) TODOS OS DEMAIS LICITANTES ESTAVAM DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, APOS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES, E CONSTATADO QUE O UNICO LICITANTE QUE NÃO ATENDEU COM O SOLICITADO NO EDITAL FOI O CL EMPREITEIRA (O CAPITAL SOCIAL ERA DE 200 MIL QUANDO NO EDITAL SOLICITAVA 900 MIL, A CERTIDÃO DO INSS APRESENTADA NÃO CONTINHA O SITE DE ONDE FOI EMITIDA, O ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA NÃO CONTINHA MEIO FIO, SUB BASE RACHÃO ETC,) SENDO DESTA FORMA O LICITANTE CL EMPREITEIRA INABILITADO, E AS DEMAIS TODAS FORAM HABILITADAS, ESTEVE PRESENTE PARA VERIFICAÇÃO DOS INDICES CONTABEIS O SR SIDNEI MILANI DA CONTABILIDADE, COMO O LICITANTE CL EMPREITEIRA NÃO ESTAVA PRESENTE , NÃO PODE RENUNCIAR AO RECURSO, DESTA FORMA A ABERTURA DAS PROPOSTAS TEVE QUE SER SUSPENSA PARA O DIA 30/03/2015 AS 17 HORAS NO MESMO LOCAL DA SESSÃO INICIAL. MOMENTO EM QUE ENCERRA A SESSÃO .

Navegantes 19 março de 2015

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO Nº 11/2015

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO - R.P PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

AO(S) 18 DE MARÇO DE 2015, ÀS 17:00 HORAS, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES , REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA EQUIPE DE APOIO:

REABERTO O CERTAME CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, SEM PRESENÇA DOS LICITANTES, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI ABERTO O ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA CLASSIFICADA; COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY) CNPJ Nº 14.320.137/0001-38 , SENDO CONSTATADO QUE O VENCEDOR FOI O LICITANTE EM 6º COLOCADO NO ITEM 42, CONSTATADO QUE A EMPRESA COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY) APRESENTOU A CERTIDÃO MUNICIPAL VENCIDA EM 07/02/2015 COMO A MESMA É ME/EPP TEM PRAZO LEGAL PARA APRESENTÁ-LO NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO .

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO

MARIA BENEDITA - PREGOEIRA SUBSTITUTA

EQUIPE DE APOIO:

JOSEZITE DOS SANTOS

CARLA CLAUDINO

FRANCIELE JUSTINO

PEDRO PAULO

NAVEGANTES SC, 18 DE MARÇO DE 2015.

ATA PREGÃO Nº 44/2015 PMN

ATA PREGÃO PRESENCIAL 44/2015. PMN

AO(S) 19 DE MARÇO DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES , REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015. ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO:

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANCA LTDA - EPP (9929), NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA - ME (11739). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES NEW WAY, DIST. NOVA ESPERANÇA COM REPRESENTANTES DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E COM. STORINNY QUE NÃO APRESENTOU REPRESENTANTE CREDENCIADO. AS EMPRESAS NEW WAY E DIST. NOVA ESPERANÇA APRESENTARAM OS DOCUMENTOS PERTINENTES AO BENEFICIO DAS ME/EPP-DESTA FORMA SERÃO CONSIDERADAS COMO TAL). APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS. ESTES FORAM ANALISADOS PELA COMISSÃO DE PREGÃO E PELOS LICITANTES CREDENCIADOS. APÓS ANÁLISE DAS PROPOSTAS FOI DADO INÍCIO A SESSÃO DE LANCES. A EMPRESA NEW WAY SOLICITOU A DESCLASSIFICAÇÃO DO ITEM 03, ALEGANDO QUE COTOU O VALOR ERRONEAMENTE. FOI INFORMADO AO MESMO QUE DEVERIA FAZER UM REQUERIMENTO SOLICITANDO O PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO E QUE ESTE SERÁ ANALISADO PELO SETOR RESPONSÁVEL DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, MANTENDO ATÉ O MOMENTO A CLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE. APÓS A SESSÃO DE LANCES FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO. DURANTE A ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA NEW WAY NÃO APRESENTOU O ALVARÁ SANITÁRIO SOLICITADO NO EDITAL NO ITEM 5.5.1 E NEM O ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA SOLICITADO NO ITEM 5.4.1. SENDO A MESMA CONSIDERADA INABILITADA. AS DEMAIS EMPRESAS SE ENCONTRARAM COM OS DOCUMENTOS CONFORME EXIGIDOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. MOMENTO EM QUE AS LICITANTES VISTARAM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. NÃO HAVENDO INTENÇÃO DE RECURSOS. ENCERRA-SE A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, LAVROU-SE O PRESENTE TERMO QUE SERÁ ASSINADO PELOS PRESENTES.

DOUGLAS LEMOS - - PREGOEIRO

MARIA BENEDITA CORREA -- PREGOEIRA SUBSTITUTA

CARLA CLAUDINO - - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS -- EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 19 DE MARÇO DE 2015.

ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMN / CONVOCAÇÃO**ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015 PMN / CONVOCAÇÃO**

Aos 20 dias do mês de março de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 11/2015 PMN, objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A PREFEITURA E CENTROS EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	Licitantes colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES 3º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	RARIDADE	APROVADO	-----
02	VENCOLI BRASIL	APROVADO	-----
03	7º TIAGO ALEXANDRE	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	8º SATELITE
04	3º TIAGO ALEXANDRE	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	4º EXPRESSÃO
05	RARIDADE	APROVADO	-----
06	RARIDADE	APROVADO	-----
07	3º COMERCIAL STORINNY	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
08	AP OESTE	APROVADO	----
09	4º BLUNAC	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
10	FORNEC.COMERCIO TEXTIL	APROVADO	-----
11	FORNEC.COMERCIO TEXTIL	APROVADO	-----
12	FORNEC.COMERCIO TEXTIL	APROVADO	-----
13	MAYCON	APROVADO	-----
14	JP DE LIMA	APROVADO	-----
15	3º EXPRESSÃO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
16	FORN.COM.TEXTIL	APROVADO	----
17	3º STORINNY	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
18	4º BLUNAC	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	5º
19	TAYU	APROVADO	-----
20	4º JP DE LIMA	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	5º TIAGO
21	4º STORINNY	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
22	LUIZ MINIOLI	APROVADO	-----
23	4º MAYCON	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
24	PKB	APROVADO	-----
25	3º TIAGO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	4º
26	3º NOVA ESPERANÇA	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
27	3º EXPRESSÃO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
28	3ºCOMERCIALIZZA	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
29	NOVA ESPERANÇA	APROVADO	----
30	3º STORINNY	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
31	3º JP DE LIMA	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
32	AP OESTE	APROVADO	-----
33	JP DE LIMA	APROVADO	-----
34	RARIDADE	APROVADO	-----
35	3ºTAYU	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
36	4º AP OESTE	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	5º IMPEL
37	4º BLUNAC	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
38	4º TIAGO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	5º BLUNAC
39	3º COMERCIAL STORINNY	REPROVADO - NÃO APRESENTOU	
40	3º EXPRESSÃO	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
41	4º JP DE LIMA	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	
42	6º RAIDADE	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA	6º
43	RARIDADE	APROVADO	-----
44	BLUNAC	APROVADO	-----
45	VENCOLI	APROVADO	-----
46	3º AP OESTE	REPROVADO- NÃO APRESENTOU AMOSTRA	4º IMPEL

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

CONVOCA TAMBEM TODAS AS EMPRESAS LICITANTES DIA 23/03/2015 AS 08:30hs, INTERESSADAS PARA PARTICIPAR DA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS: BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA ME E COMERCIALIZZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME, CLASSIFICADAS, CONFORME O EDITAL PM 11/2015.

Douglas Lemos - Pregoeiro
Maria Benedita - Pregoeira substituta
Equipe de apoio:
Adriana Correa
Carla Claudino
Franciele Justino
Pedro Paulo

DECRETO 219 DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n° 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 219 DE 19 DE MARÇO DE 2015
DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV da Lei Orgânica do Município, com fundamento nas políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares n° 55, 56 e 57 de 22 de julho de 2008) e no Decreto-Lei Federal n° 3.365 de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social,

DECRETA:

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial o seguinte imóvel:

I - Um terreno sem benfeitorias situado na zona urbana do Município de Navegantes-SC, na primeira quadra do lado ímpar da Rua Francisco Solano Lopes, representado pela área "C", com a área total de 650,00 metros quadrados, e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE ao SUL com a rua acima citada, onde mede 26,00 metros; FUNDOS ao NORTE com a rua do Loteamento Inave, a mesma medida; EXTREMA a OESTE com terras de Carlos Pretti (lote "B"), distante nesta extrema da Rua Manoel Fernandes, 44,00 metros, e ao LESTE com terras de Guilherme Plumbo, medindo em cada uma dessas extremas 25,00 metros, imóvel registrado sob a matrícula n° 11.051 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Navegantes-SC.

§ 1° A área descrita neste artigo será destinada para a construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS).

Art. 2° Fica revogado o Decreto n° 1195 de 9 de dezembro de 2013.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE MARÇO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de março de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº046/2015 / 047/2015.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº046/2015

Processo: Inexigibilidade nº046/2015.

Data: 16 de março de 2015.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: GRUPO MUSICAL SWINGAE (MARCELO ANTUNES ME).

CNPJ 20.758.941/0001-04.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL COM O GRUPO "SWINGAE", A SER REALIZADO NO DIA 18 DE ABRIL DE 2015, NO MOLHE DE NAVEGANTES, NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DA CHEGADA DA MAIOR REGATA DE VOLTA AO MUNDO, A VOLVO OCEAN RACE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, Valor: R\$ 10.000,00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PMN Nº047/2015

Processo: Inexigibilidade nº047/2015.

Data: 16 de março de 2015.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Empresa/Contratado: NADINHO SANTORO - CPF: 004.770.829-80
Através de WILSON ANTUNES DE LIMA - CNPJ: 13.727.630/0001-04.

Objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DO SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM O CANTOR "NADINHO SANTORO", A SER REALIZADO NO DIA 18 DE ABRIL DE 2015, NO MOLHE DE NAVEGANTES, NAS FESTIVIDADES COMEMORATIVAS DA CHEGADA DA MAIOR REGATA DE VOLTA AO MUNDO, A VOLVO OCEAN RACE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Valor: R\$ 21.000,00.

Fundamento: Art.25, III, lei nº 8.666/93.

Navegantes, 16 de março de 2015.

Roberto Carlos de Souza.

Prefeito do Município.

LEI 2973 REGULAMENTA ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2973 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015
REGULAMENTA O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO (LEI FEDERAL Nº 12.527/2011) NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS.
O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da Constituição Federal dar-se-á, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Navegantes, segundo os ditames da Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 e da presente Lei.

Parágrafo Único: Para estes efeitos, considera-se administração indireta além das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município de Navegantes ou com este mantenha contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 2º Esta lei estabelece procedimentos para que a Administração Municipal, no âmbito do Poder Executivo, cumpra com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal 12.527/11, estabelecendo regras para a gestão das informações e documentos públicos e sigilosos gerados por este Poder.

§ 1º Como documentos sigilosos podemos exemplificar a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público, o holerite de pagamento, os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal, o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados, o prontuário médico de pacientes e as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto- contagiosas.

§ 2º Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no parágrafo anterior, o acesso somente se dará após a concordância do titular do órgão.

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei devem ser executados em conformidade com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informação de interesse público, independente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na Administração Pública;
- V - desenvolvimento do controle social da Administração Pública

Art. 4º A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas ditadas por esta Lei, reproduzem-se as definições para os termos utilizados, dadas no art. 4º da Lei Federal 12.527/11, a saber:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

- I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
- III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;
- IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;
- V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;
- VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
- VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
- IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 5º O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo municipal será coordenado pela Secretaria de Gestão e Controle, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos na prestação deste serviço.

§ 1º Compete à Secretaria de Gestão e Controle, também, divulgar orientação ao cidadão quanto à forma de procedimento para o acesso à informação pública, utilizando, para tanto:

- I - o Diário Oficial do Município;
- II - a página da Prefeitura Municipal de Navegantes na Internet.

§ 2º Todos os órgãos da Administração municipal elencados no Parágrafo Único do art. 1º ficam subordinados à Secretaria de Gestão e Controle no que se referir à eficiência e eficácia no cumprimento das normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 6º Cada órgão da Administração direta e indireta do Município deverá ser convocado pela Secretaria de Gestão e Controle para designar servidor titular com um substituto, lotado no órgão, que será responsável por receber a solicitação da informação correspondente ao seu setor ou que estiver a sua disposição, bem como disponibilizá-la ao interessado, no tempo, modo e forma aqui dispostos.

§ 1º No órgão da Administração que contar com Ouvidor Setorial, este será automaticamente o servidor titular a que se refere o caput deste artigo.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Na página oficial na Internet, cada órgão deverá fazer constar

em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como o nome do Secretário responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contatado no horário de expediente.

§ 3º O servidor designado como substituto atenderá nos impedimentos do titular.

§ 4º Os servidores designados para este trabalho, bem como todos os que a Ouvidoria Geral entender necessário, serão permanentemente capacitados para atuarem na implementação e no correto funcionamento desta política de acesso à informação.

Art. 7º Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio ou acordo com entidade privada sem fins lucrativos, esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso à informação.

Art. 8º O pedido da informação pública poderá ser feito formalmente por meio físico, diretamente na Ouvidoria Geral do Município, e será obrigatoriamente cadastrado no sistema eletrônico específico, quando então será gerado o número de protocolo e certificada a data do recebimento do pedido, a partir da qual se inicia a contagem do prazo de resposta, ou por meio virtual, o qual gerará também número de protocolo, devendo, do pedido constar obrigatoriamente:

I- O nome, qualificação e número do documento de identidade do solicitante;

II- O endereço completo do solicitante, inclusive o virtual se tiver;

II- A descrição clara e completa da informação ou do documento desejado.

Parágrafo Único. A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo implicará a devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto para que possa haver prosseguimento.

Art. 9º No caso de o interessado desejar cópia de documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do seu custo.

§ 1º Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los, poderá indicar, no requerimento, a empresa especializada neste serviço para a extração das cópias, desde que sediada neste Município.

§ 2º Igual procedimento previsto no parágrafo anterior dar-se-á, neste caso obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração do equipamento existente na Prefeitura.

§ 3º Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, o original do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s). Neste caso, as cópias serão entregues ao interessado independentemente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§ 4º As cópias extraídas em equipamento da Prefeitura somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento do seu custo em favor do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

§ 5º O requerente deverá arcar com os custos da reprodução dos documentos pretendidos, fixados em 0,2% (por cento) da Unidade Fiscal do Município - UFM, por fotocópia em papel de tamanho A4 ou ofício, comprovados através de recolhimento de DAM, no ato de recebimento dos referidos documentos.

Art. 10. Preferencialmente, e se o requerente assim aceitar, a informação poderá ser fornecida em formato digital através da Internet.

Parágrafo Único: Na hipótese de a informação solicitada já constar da página oficial virtual da Prefeitura, o ouvidor somente dará esta informação ao requerente, indicando o endereço correto para encontrá-la.

Art. 11. O acesso à informação disponível deverá ser concedido de forma imediata, conforme preceitua o artigo 11 da Lei 12.527/2011.

§ 1º Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I - disponibilizá-la no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo com que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II - O prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 2º Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá ser informado, no prazo estabelecido no caput deste artigo, da negativa do fornecimento, bem como da possibilidade de recurso, prazo e condições para sua interposição, indicando a autoridade competente para sua apreciação.

§ 3º Quando não for autorizado acesso integral à informação por ser ela parcialmente sigilosa, é assegurado o acesso à parte não sigilosa por meio de certidão, extrato ou cópia com ocultação da parte sob sigilo.

Art. 12. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação de interesse público.

Art. 13 Negado o pedido de informação, será enviada ao interessado, no prazo de resposta, comunicação com:

I - as razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - a possibilidade e prazo de apresentação do recurso cabível, com indicação da autoridade que o apreciará.

Parágrafo Único: As razões da negativa de acesso à informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação e a autoridade que a classificou.

Art. 14 O interessado na informação pública que por qualquer motivo não for atendido satisfatoriamente em suas pretensões terá direito a recurso no prazo de 10 (dez) dias da data da ciência da resposta.

§ 1º O recurso previsto no caput deste artigo será formal, contendo as razões do inconformismo, e dirigido diretamente à Ouvidoria Geral, que após o recebimento, submeterá à apreciação do órgão responsável pela resposta

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

(Procurador Geral, Secretário Municipal, Diretor do órgão ou Superintendente), que deverá se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do protocolo.

§ 2º Mantida a recusa pela autoridade competente, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão à Ouvidoria Geral, que remeterá ao Chefe do Poder Executivo, o qual, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou determinará o acesso à informação desejada.

Art. 15. O servidor público municipal responsável pelo acesso à informação e que descumprir, sob qualquer pretexto, as

determinações desta Lei, destruir ou alterar informação pública, recusar-se a fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má-fé divulgar informação sigilosa, fica sujeito às penas previstas no art. 32 e seguintes da lei 12.527/11, que deverão ser aplicadas obedecendo-se às formalidades previstas estatutariamente, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. Parágrafo Único: Idêntica responsabilidade recairá sobre qualquer servidor público municipal que destruir ou alterar informação pública ou facilitar o acesso àquelas de natureza sigilosa.

Art. 16. Os prazos fixados nesta lei serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o de vencimento. Parágrafo Único: Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que tramita o processo ou deva ser praticado o ato.

Art. 17. Considera-se intimado o interessado:

- I - quando a informação ou decisão for enviada para o seu endereço eletrônico, na mesma data do envio;
- II - quando a informação ou decisão for enviada para o seu endereço físico, 15 (quinze) dias após a postagem;
- III - na hipótese do art. 8º, a partir da data indicada para consulta ou reprodução.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. É dever dos órgãos e entidades públicas promover a divulgação de todos os atos da Administração na conformidade do que prevê o art. 37 e seus incisos da Constituição Federal c/c art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

Parágrafo Único: As divulgações de que trata o caput deste artigo deverão ser feitas, sem prejuízo da utilização de outros meios, em sítio oficial da Prefeitura na internet.

Art. 19. A Secretaria de Gestão e Controle, publicará anualmente, até o dia 1º de junho em sítio da internet, o relatório estatístico com a quantidade e pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

Art. 20. A Diretoria Tecnologia e Informação do Município manterá o Portal da Internet da Prefeitura como um canal de comunicação entre o governo e a sociedade, facilitando a esta o acesso aos portais, tais como: execução orçamentária; recursos públicos recebidos e ou transferidos de outros órgãos com a exposição da origem, valores e favorecidos; atos de gestão com o servidor público municipal, respeitando aqueles considerados sigilosos; celebração de contratos e convênios (minuta) e outras avenças correlatas;

Art. 21. É de competência da Ouvidoria receber os pedidos de informação e representar os interesses da população quanto ao cumprimento desta lei.

Art. 22. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de fevereiro de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2015 (MAGISTÉRIO)

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2015 CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES

O Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, com base no art. 5º, da Lei Municipal nº 2.553/2014, de 21 de outubro de 2014, torna público que, conforme solicitação e justificativa constante no Ofício nº 65/2015, de 19 de março de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, deste Órgão Público, necessita contratar em caráter de URGÊNCIA:

- 01 (um) Professor de Inglês, em caráter temporário:
a) Remuneração (Habilitado): R\$ 864,06;
b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 584,64;
c) Carga Horária: 15h / Semanais;
d) Lotação: Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis;
e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Inglês, em caráter temporário:
a) Remuneração (Habilitado): R\$ 576,04;
b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 389,76;
c) Carga Horária: 10h / Semanais;
d) Lotação: Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian - Salto;
e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Artes, em caráter temporário:
a) Remuneração (Habilitado): R\$ 864,06;
b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 584,64;
c) Carga Horária: 15h / Semanais;
d) Lotação: Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi - Centro;
e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Geografia, em caráter temporário:
a) Remuneração (Habilitado): R\$ 864,06;
b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 584,64;
c) Carga Horária: 15h / Semanais;
d) Lotação: Escola Municipal de Educação Básica João Bayer So-brinho - Claraíba;
e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

- 01 (um) Professor de Educação Religiosa, em caráter temporário:
a) Remuneração (Habilitado): R\$ 576,04;
b) Remuneração (Não Habilitado): R\$ 389,76;
c) Carga Horária: 10h / Semanais;
d) Lotação: Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle - Trinta Réis;
e) Prazo do Contrato: até 45 (quarenta e cinco) dias;
f) Regime Jurídico: Estatutário (ACT);
g) Regime Previdenciário: Vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;
h) Forma de Seleção: Títulos e Documentos.

As inscrições serão realizadas através de formulário próprio (Anexo I e II), a ser preenchido pessoalmente pelo candidato. Na inscrição o candidato poderá inscrever-se em apenas 01 vaga. Os interessados deverão manifestar seu interesse no setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Nova Trento, do dia 20 de março de 2015 a 23 de março de 2015, das 08:00h as 12:00h e das 13:30h as 17:30h, munidos dos seguintes documentos:

- Cópia do RG;
- Cópia do CPF;
- Cópia do Título Eleitoral;
- Cópia da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP;
- Cópia do Comprovante de Residência;
- Cópia do Comprovante da última eleição, em regularidade com a justiça eleitoral;
- Cópia da Certidão de Serviço Militar (Masculino);
- Atestado de Frequência Semestral Faculdade (para Não Habilitados);
- Cópia do Diploma Escolar Ensino Médio (para Não Habilitados);
- Cópia do Diploma de Curso Superior (Graduação/ Pós-Graduação/Mestrado/ Doutorado);
- Cópia de Certificados (Capacitação/ Aperfeiçoamento);
- Certidão de Tempo de Serviço;

A análise curricular será realizada pela Comissão de Chamamento Público, e dar-se-á mediante somatório de pontos entre 0 (zero) a 10 (dez), conforme critérios das tabelas abaixo, sendo considerado válido para fins de pontuação, apenas as capacitações e aperfeiçoamentos concluídos a partir do ano de 2012:

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA HABILITADOS

Pós-graduação	Pontuação
Especialização na área/disciplina específica	05
Especialização na área da Educação	03

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA NÃO HABILITADOS

Fase do Curso de Graduação	Pontuação
Acadêmico a partir do 8º semestre	05
Acadêmico do 7º semestre	4,5
Acadêmico do 6º semestre	4,0
Acadêmico do 5º semestre	3,5
Acadêmico do 4º semestre	3,0
Acadêmico do 3º semestre	2,5
Acadêmico do 2º semestre	2,0
Acadêmico do 1º semestre	1,5
Licenciatura plena em outras áreas da Educação	1,0

TABELA DE PONTUAÇÃO PARA CURSOS DE CAPACITAÇÃO/APERFEIÇOAMENTO

Horas de capacitação/ aperfeiçoamento	08 a 80 h	81 a 200	Acima de 201h
Pontos	1	2	3

TABELA DE PONTUAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO

Tempo de Serviço	01 a 20 meses	21 a 40	Acima de 41 meses
Pontos	1	1,5	2

Havendo empate entre os classificados, o critério de desempate será a maior idade. O resultado da classificação será publicado no dia 24 de março de 2015, no mural da Secretaria Municipal de Educação do Município, no site oficial da Prefeitura (www.nova-trento.sc.gov.br) e no DOM/SC. Mais informações pelo telefone: (48) 3267-3236, ou comparecer ao setor de RH na Prefeitura Municipal de Nova Trento.

Nova Trento, 19 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini
PREFEITO MUNICIPAL

(ANEXO I)
HABILITADOS

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 006/2015

Nº de Inscrição: ____/____ (Preenchimento pela Prefeitura)

Nome do Candidato:

Cargo:

RG:

Data de Nasc.: _____ Sexo M() F()

CPF:

Título Eleitoral:

Estado Civil:

E-mail:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado: _____ Fone: _____

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data:

Assinatura do Candidato

Tempo de Serviço: ____a ____m ____d

Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: _____

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Graduação	
Pós -Graduação	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

Ficha de Inscrição

Chamamento Público nº 006/2015

Número da Inscrição: ____/____

Nome do(a) Candidato(a):

Cargo:

Local e Data:

Assinatura do Candidato

(ANEXO I)
NÃO HABILITADOS

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Prefeitura Municipal de Nova Trento

Inscrição para Chamamento Público nº 006/2015

Nº de Inscrição: ____/____ (Preenchimento pela Prefeitura)

Nome do Candidato:

Cargo:

RG:

Data de Nasc.: _____ Sexo M() F()

CPF:

Título Eleitoral:

Estado Civil:

E-mail:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado: _____ Fone: _____

Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Chamamento Público. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.

Local e Data:

Assinatura do Candidato

Tempo de Serviço: ____a ____m ____d

Horas de Capacitação/Aperfeiçoamento: _____

O próprio candidato faz o cálculo/análise e preenche

Habilitação	Pontuação
Fase do Curso de Graduação	
Cursos de Capacitação/Aperfeiçoamento	
Tempo de Serviço	
Total de Pontos	

Ficha de Inscrição
Chamamento Público nº 006/2015
Número da Inscrição: ____/____
Nome do(a) Candidato(a):
Cargo:
Local e Data:
Assinatura do Candidato

PORTARIA Nº 248/2015

PORTARIA Nº 248/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, relativo ao período aquisitivo de 18/03/2013 a 17/03/2014, ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO CONSTANTE, matrícula nº 5127, ocupante do cargo de Motorista SAMU, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Serviço de Atendimento Médico de Urgência, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, no mês de Fevereiro/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 20 de fevereiro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 20 de fevereiro de 2015.

Wilson Dalbosco

Secretário M. de Saúde e D. Comunitário, em exercício.

PORTARIA Nº 295/2015 "A"

PORTARIA Nº 295/ 2015 "A"

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, em exercício, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal DALILA FACCHINI, concursada, matrícula nº 78, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Tributos, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 01 de março de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 04 de março de 2015.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrada e publicada a presente Portaria, 04 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 326/2015

PORTARIA Nº 326/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, relativo ao período aquisitivo de 04/01/2014 a 03/01/2015, ao Servidor Público Municipal, VALDEMIR LUIZ QUAIATTO, matrícula nº 75, concursado no cargo de Auxiliar Contábil Financeiro, atuante no cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, no mês de Março/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 11 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 328/2015

PORTARIA Nº 328/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 800/2014 "A", que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 160/2014, VALDINEIA DOS SANTOS ROSA RAISER, matrícula nº 6477, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 10 de março de 2015 até a Convocação pelo Concurso Público nº 002/2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora VALDINEIA DOS SANTOS ROSA RAISER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Carlos Tridapalli, nº 31, Ap. 02, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 030.472.269-38, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 10 de março de 2015 até a Convocação pelo Concurso Público nº 002/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 10 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Valdineia dos Santos Rosa Raiser

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 10 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 340/2015

PORTARIA Nº 340/ 2015

Conversão em Dinheiro de 1/3 de Férias

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 75, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER 1/3 de férias convertidas em dinheiro, relativo ao período aquisitivo de 18/03/2014 a 17/03/2015, a Servidora Pública Municipal, ALINI DALLABRIDA, matrícula nº 5863, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Atendimento ao Cidadão, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, no mês de Março/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de março de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 17 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 342/2015**

PORTARIA Nº 342/ 2015

Dispõe Sobre Credenciamento

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de conformidade com o art. 1º e ss, Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

RESOLVE:

CREDENCIAR a Servidora Pública Municipal JANAINA TAIS BARAUNA, matrícula 6473, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Supervisor de Ensino Fundamental, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de Servidores Comissionados deste Órgão Público Municipal, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem ao Curso de Libras em São José/SC, a partir de 16 de março de 2015 a 25 de novembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças**PORTARIA Nº 343/2015**

PORTARIA Nº 342/ 2015

Dispõe Sobre Credenciamento

O Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de conformidade com o art. 1º e ss, Lei nº 2.518/2013, de 17/12/2013,

RESOLVE:

CREDENCIAR a Servidora Pública Municipal HINDYANARA ANTUNES DOS PASSOS, matrícula nº 5567, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Supervisora de Educação Especial, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, para dirigir veículo do Município em viagem ao Curso de Libras em São José/SC, a partir de 16 de março de 2015 a 25 de novembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de março de 2015.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de março de 2015.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças**PROCESSO 032/2015 - PREGÃO PRESENCIAL 019/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 032/2015 - Pregão Presencial nº 019/2015
Objeto: O presente Pregão tem por objeto a Contratação de Seguro para os Veículos da Frota Municipal da Prefeitura de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme especificações e quantidades estimadas constantes dos Anexos I e II.

Julgamento: Menor Preço por lote. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 07/04/2015 às 09:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3213 (48) 3267.3211 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br. Site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito**PROCESSO Nº 030/2015 - TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 030/2015 - Tomada de Preços nº 002/2015
Objeto: Execução de serviços com fornecimento de material para pavimentação, sinalização e drenagem de trecho da rua Felipe Schimitz e trevo de acesso a Ponte Ângelo Cipriani, cidade de Nova Trento/SC.

Julgamento: Empreitada Global por preço Unitário (Menor preço Global). Entrega dos envelopes: 09/04/2015 até as 14:00 horas. Abertura: 09/04/2015 - 14:00 Horas.

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 - 48.3267 3213; e-mail: compras@novatrento.

sc.gov.br
Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PROCESSO Nº 031/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório Nº 031/2015 - Pregão Presencial Nº 018/2015
Objeto: Contratação de Mão de Obra de Calceteiro para pavimentação e colocação de meio fio nas Ruas: Valentim Motta, Luiz Gandin, Mario Ruberti e José Gandin, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 10/04/2015 até às 09:00 horas.

Retirada do Edital e Outras Informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267.3213 - e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

SAMAE - Nova Trento

CONTRATO Nº 000016/2015 - MARGEM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2015

Contrato: MARGEM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA -ME
CNPJ: 04.151.335/0001-61
Pregão Presencial: 01/2015 - Processo nº 2/2015
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 000016/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E DEFOFO PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE VÁRIAS RUAS DO MUNICIPIO (RUA SANTO INÁCIO, RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, PRAÇA GETULIO VARGAS E RUA HIPOLITO BOITEUX, ENTRE OUTRAS) E PARA ABASTECIMENTO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DO SAMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura:20/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:20/03/2015
Vigência: 20/03/2015 à 31/05/2015
Programa de Trabalho:13.01 17.512.0004
1.009.4.4.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:114/15
Valor: 5.882,70 (Cinco mil, oitocentos e oitenta e dois reais e setenta centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETOR DO SAMAE PREGOEIRA

CONTRATO Nº 000017/2015 - CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2015

Contrato: CORR PLASTIK INDUSTRIAL LTDA
CNPJ: 67.731.091/0001-06
Pregão Presencial: 01/2015 - Processo nº 2/2015
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 000017/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E DEFOFO PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE VÁRIAS RUAS DO MUNICIPIO (RUA SANTO INÁCIO, RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, PRAÇA GETULIO VARGAS E RUA HIPOLITO BOITEUX, ENTRE OUTRAS) E PARA ABASTECIMENTO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DO SAMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura:20/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:20/03/2015
Vigência: 20/03/2015 à 31/05/2015
Programa de Trabalho:13.01 17.512.0004
1.009.4.4.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:115/15
Valor: 42.023,12 (Quarenta e dois mil, vinte e três reais e doze centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETOR DO SAMAE PREGOEIRA

CONTRATO Nº 000018/2015 - LÉA LOUREIRO ME

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2015

Contrato: LÉA LOUREIRO ME
CNPJ: 04.338.351/0001-68
Pregão Presencial: 01/2015 - Processo nº 2/2015
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 000018/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E DEFOFO PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE VÁRIAS RUAS DO MUNICIPIO (RUA SANTO INÁCIO, RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, PRAÇA GETULIO VARGAS E RUA HIPOLITO BOITEUX, ENTRE OUTRAS) E PARA ABASTECIMENTO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DO SAMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura:20/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:20/03/2015
Vigência: 20/03/2015 à 31/05/2015
Programa de Trabalho: 13.01 17.512.0004
1.009.4.4.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:116/15

Valor: 3.955,00 (Três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETOR DO SAMAE PREGOEIRA

CONTRATO Nº 000019/2015 - TIGRE S.A. TUBOS E CONEXÕES

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2015

Contrato: TIGRE S.A. TUBOS E CONEXÕES
CNPJ: 84.684.455/0001-63
Pregão Presencial: 01/2015 - Processo nº 2/2015
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 000019/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E DEFOFO PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE VÁRIAS RUAS DO MUNICÍPIO (RUA SANTO INÁCIO, RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, PRAÇA GETULIO VARGAS E RUA HIPOLITO BOITEUX, ENTRE OUTRAS) E PARA ABASTECIMENTO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DO SAMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura:20/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:20/03/2015
Vigência: 20/03/2015 à 31/05/2015
Programa de Trabalho: 13.01 17.512.0004
1.009.4.4.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:117/15
Valor:2.681,80 (Dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETOR DO SAMAE PREGOEIRA

CONTRATO Nº 000020/2015 - H.D.S COMERCIAL, HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2015

Contrato: H.D.S COMERCIAL, HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA
CNPJ: 05.582.844/0001-01
Pregão Presencial: 01/2015 - Processo nº 2/2015
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 000020/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E DEFOFO PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE VÁRIAS RUAS DO MUNICÍPIO (RUA SANTO INÁCIO, RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, PRAÇA GETULIO VARGAS E RUA HIPOLITO BOITEUX, ENTRE

OUTRAS) E PARA ABASTECIMENTO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DO SAMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura:20/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:20/03/2015
Vigência: 20/03/2015 à 31/05/2015
Programa de Trabalho:13.01 17.512.0004
1.009.4.4.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:118/15
Valor: 13.922,31 (Treze mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta e um centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETOR DO SAMAE PREGOEIRA

CONTRATO Nº 000021/2015 - POLIERG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2015

Contrato: POLIERG INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
CNPJ: 45.010.717/0001-52
Pregão Presencial: 01/2015 - Processo nº 2/2015
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 000021/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E DEFOFO PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE VÁRIAS RUAS DO MUNICÍPIO (RUA SANTO INÁCIO, RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, PRAÇA GETULIO VARGAS E RUA HIPOLITO BOITEUX, ENTRE OUTRAS) E PARA ABASTECIMENTO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DO SAMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura:20/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:20/03/2015
Vigência: 20/03/2015 à 31/05/2015
Programa de Trabalho:13.01 17.512.0004
1.009.4.4.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:119/15
Valor: 1.590,00 (Hum mil, quinhentos e noventa reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETOR DO SAMAE PREGOEIRA

CONTRATO Nº 000022/2015 - VIA D'AGUA COM. DE PROD. MEDIÇÃO, HIDRAULICA E SANEAM. LTDA ME

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2015

Contrato: VIA D'AGUA COM. DE PROD. MEDIÇÃO, HIDRAULICA E SANEAMENTO LTDA -ME

CNPJ: 16.637.264/0001-90
Pregão Presencial: 01/2015 - Processo nº 2/2015
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 000022/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E DEFOFO PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE VÁRIAS RUAS DO MUNICIPIO (RUA SANTO INÁCIO, RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, PRAÇA GETULIO VARGAS E RUA HIPOLITO BOITEUX, ENTRE OUTRAS) E PARA ABASTECIMENTO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DO SAMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura:20/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:20/03/2015
Vigência: 20/03/2015 à 31/05/2015
Programa de Trabalho:13.01 17.512.0004
1.009.4.4.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:120/15
Valor:1.492,92 (Hum mil quatrocentos e noventa e dois reais e noventa e dois centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETOR DO SAMAE PREGOEIRA

CONTRATO Nº 000023/2015 - N.B.FALCE & CIA LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2015

Contrato: N.B. FALCE & CIA LTDA
CNPJ: 82.643.131/0001-51
Pregão Presencial: 01/2015 - Processo nº 2/2015
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 000023/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E DEFOFO PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE VÁRIAS RUAS DO MUNICIPIO (RUA SANTO INÁCIO, RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, PRAÇA GETULIO VARGAS E RUA HIPOLITO BOITEUX, ENTRE OUTRAS) E PARA ABASTECIMENTO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DO SAMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura:20/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:20/03/2015
Vigência: 20/03/2015 à 31/05/2015
Programa de Trabalho:13.01 17.512.0004
1.009.4.4.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:121/15
Valor:704,00 (Setecentos e quatro reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETOR DO SAMAE PREGOEIRA

CONTRATO Nº 000024/2015 - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA EPP

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2015

Contrato: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA -EPP
CNPJ: 82.977.109/0001-48
Pregão Presencial: 01/2015 - Processo nº 2/2015
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 000024/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS E DEFOFO PARA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE VÁRIAS RUAS DO MUNICIPIO (RUA SANTO INÁCIO, RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, PRAÇA GETULIO VARGAS E RUA HIPOLITO BOITEUX, ENTRE OUTRAS) E PARA ABASTECIMENTO DO SETOR DE MANUTENÇÃO DO SAMAE NO EXERCÍCIO DE 2015.

Data da Assinatura:20/03/2015
Data da Publicação no Diário Oficial:20/03/2015
Vigência: 20/03/2015 à 31/05/2015
Programa de Trabalho: 13.01 17.512.0004
1.009.4.4.90.00.00.00.00.00
Número do Empenho:122/15
Valor: 578,00 (Quinhentos e setenta e oito reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

CARLOS TARCISIO BATTISTI MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETOR DO SAMAE PREGOEIRA

Orleans

PREFEITURA

AVISO Nº 64/2015/PMO - MADEIRAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015
Tipo : Menor Preço/Por Item
AQUISIÇÃO DE MADEIRA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PONTES DO MUNICÍPIO DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Recebimento das Propostas: até o dia 09/04/2015 às 13h 45m.
Abertura das Propostas: dia 09/04/2015, às 14h 00m.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br .
ORLEANS, 19 de Março de 2015.
EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº2605

DECRETO Nº. 2605/2015

“DISPÕES SOBRE ALTERAÇÃO DO ELEMENTO DE DESPESA DO DECRETO Nº 2603/2015 (Ação 2.16 - 44.90.00.00 - Manutenção do Ensino Fundamental) E AINDA SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NA FONTE DE RECURSO 362 - Transf. Conv. Estado E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Inciso III do Artigo 10 da Lei Municipal nº. 919/2014, de 02 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado parte do Decreto Nº 2603/2015; ação 2.16 Manutenção do Ensino Fundamental, que foi suplemententado pelo superávit do exercício anterior no valor R\$ 1.803,49 (Um mil e oitocentos e três reais e quarenta e nove centavos), para ser realocado em outro elemento a ser descrito no Art. 2º deste Decreto, abaixo:

4001 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		
12.361.1201.2.16 – Manutenção do Ensino Fundamental		
44900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0362	R\$	1.803,49

Art. 2º - Fica aberto/realocado um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 1.803,49 (Um mil e oitocentos e três reais e quarenta e nove centavos), destinados a reforçar as seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente:

4001 – SECRETARIA/COORD. DE EDUCAÇÃO E ESPORTES		
12.361.1201.2.16 – Manutenção do Ensino Fundamental		
33900000 – Aplicações Diretas – Fonte 0362	R\$	1.803,49

Art. 3º - Os Créditos abertos por este Decreto ocorreu por conta de recursos Vinculados ao Superávit Financeiro apurando no Exercício Anterior na Fonte de Recurso acima identificada, no valor Total R\$ 1.803,49 (Um mil e oitocentos e três reais e quarenta e nove centavos).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 5º - São revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 11 de Março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2606

DECRETO N.º 2606/2015

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a pedido, a Servidora Pública Municipal Sra. MAGDA ZENI GERLACH JORGENSEN, ocupante do cargo Efetivo de Enfermeira, a partir de 31 de março de 2015, conforme pedido.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Ouro Verde - SC, em 19 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretário de Adm. e Gestão

DECRETO Nº2607

DECRETO N.º 2607/2015

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Comp. 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. CLECIANE BARANOSKI DE RAMOS, para exercer o Cargo de provimento em Comissão de Assistente de Administração e Finanças, lotada junto a Secretaria Municipal Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde - SC, em 20 de março de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG

Prefeita Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

Secretario Municipal de Adm. e Gestão

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 235/2015.

ATO Nº. 235/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOÃO CARLOS DE LIZ LIMA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 271/2015.

ATO Nº. 271/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ONESIA AZELINA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0552/2015.

PORTARIA Nº. 0552/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GISLANE RODRIGUES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Jussara F. Quadros, que se encontra exercendo suas funções junto ao GE Evanda S.J Machado.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0578/2015.

PORTARIA Nº. 0578/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DANUSSA TANARA KOHLER ISHIOKA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Escola Reunida Olga Cerino da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0586/2015.

PORTARIA Nº. 0586/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GRAZIELE LUCIMARA MOTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Reinaldo

Weingartner da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Jucelandia de Souza, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 231/2015.

ATO Nº. 231/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR HYANN RAFAEL LEMOS, para ocupar o cargo de Provisório em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 19/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 232/2015.

ATO Nº. 232/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARCELO PEREIRA DE CASTILHOS, para ocupar o cargo de Provisório em Comissão de Diretor de Esportes de Participação, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 171 de 22 de agosto de 2014, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 233/2015.

ATO Nº. 233/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JESSICA MARIE SOUZA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 234/2015.

ATO Nº. 234/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARCOS ROBERTO COSER, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 236/2015.

ATO Nº. 236/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NAGIBE EDNALDO DE PIERI, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 237/2015.

ATO Nº. 237/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CARLOS GONÇALVES DAVILA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 238/2015.

ATO Nº. 238/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR SCHEYLA JAQUELINE CONCEIÇÃO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 239/2015.

ATO Nº. 239/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA ROSA MOREIRA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III DAS VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 240/2015.

ATO Nº. 240/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR VITOR OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 241/2015.

ATO Nº. 241/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR WALMOR WAGNER NETO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de

2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 242/2015.

ATO Nº. 242/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR KASSIA SUELEN BEZERRA DE MENEZES, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 243/2015.

ATO Nº. 243/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALINY SILVA DA ROSA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 244/2015.

ATO Nº. 244/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR FRANCINI LUCIA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 245/2015.

ATO Nº. 245/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALINE DA SILVA ROCHA DA SILVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 246/2015.

ATO Nº. 246/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ELIZAMAR BARRETO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro

de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 247/2015.

ATO Nº. 247/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALINE MARIA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 248/2015.

ATO Nº. 248/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LAURO ILSO SCHLEMPER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 249/2015.

ATO Nº. 249/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ENAIRA JQUES MENEGAZ, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Receita da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 250/2015.

ATO Nº. 250/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOSE VALDENIR BULIN, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 251/2015.

ATO Nº. 251/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDMILSON CRUZ DA SILVA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de

novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 252/2015.

ATO Nº. 252/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR TULIO NAHAS CLAUMANN, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 253/2015.

ATO Nº. 253/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GEAN KARLO MEDEIROS, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Secretário Adjunto, Nível Sec. ADJ, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 254/2015.

ATO Nº. 254/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DORIS HELENA DE MELO PELEGRINI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 255/2015.

ATO Nº. 255/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DANIELLA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 256/2015.

ATO Nº. 256/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GILMAR LOURENÇO HEERDT, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 257/2015.

ATO Nº. 257/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR AMERICO DE ALMEIDA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

ATO Nº. 258/2015.

ATO Nº. 258/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MARIA JUSSARA BAIROS DE MELO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 20/12/2014.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 259/2015.

ATO Nº. 259/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DEBORA APARECIDA COUTO DOS SANTOS ESPINDOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 20/12/2014.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 260/2015.

ATO Nº. 260/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ZENILDA MARIA DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III, Nível DAS VI, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 261/2015.

ATO Nº. 261/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ADELIR JOSE DE FREITAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral do Departamento de Patrimônio Histórico Cultural, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 171 de 22 de agosto de 2014, com efeitos a contar de 19/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 262/2015.

ATO Nº. 262/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR AUGUSTO WERLICH CORREA JUNIOR, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente Geral, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça da Administração Indireta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 171 de 22 de agosto de 2014, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 263/2015.

ATO Nº. 263/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NORMA TEREZINHA DE SOUZA DIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos

a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 264/2015.

ATO Nº. 264/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DAGMAR APARECIDA VARELA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 265/2015.

ATO Nº. 265/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR OGEL LUIZ DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 266/2015.

ATO Nº. 266/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOSE MANOEL DE FREITAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração e Serviços Compartilhados da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 05/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 267/2015.

ATO Nº. 267/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOÃO CARLOS DORIGONI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 268/2015.

ATO Nº. 268/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ADRIANA DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de

2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 269/2015.
ATO Nº. 269/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
DESIGNAR EDUARDO FRECCIA, para responder pelo cargo de Provedor em Comissão de Secretário de Habitação e Regularização Fundiária, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, a contar de 02/01/2015.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 270/2015.
ATO Nº. 270/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:
EXONERAR A PEDIDO JOSE VALDENIR BULIN, do cargo de Provedor em Comissão de Diretor, Nível DAS II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Planejamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 04/02/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 272/2015.
ATO Nº. 272/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR MISAEL MENDES DA SILVA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor I DAS IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 27/01/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 273/2015.
ATO Nº. 273/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR ADAIANA NILZA FRANCISCO, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor III DAS VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 274/2015.
ATO Nº. 274/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
NOMEAR JANETE IDELZINA BATISTA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor III DAS VI, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013 e Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014, com efeitos a contar de 12/01/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

ATO Nº. 275/2015.
ATO Nº. 275/2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RAFAELA ZACCHI, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.760, de 05 de janeiro de 2015, com efeitos a contar de 02/02/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração e Serviços Compartilhados

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

DECRETO Nº 1.773, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.
DECRETO Nº 1.773, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

AUXÍLIO COMBUSTÍVEL. Regulamenta o artigo 112 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições, e regulamentando o art. 112 da Lei Complementar nº 096, de 15 de dezembro de 2010 - Estatuto dos Servidores, resolve

DECRETAR:

Art. 1º É devido auxílio combustível ao servidor fiscal que execute suas atividades laborais diárias, com seu próprio veículo automotor, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais).

§ 1º A concessão do benefício previsto no caput deste artigo, fica condicionada a apresentação do mapa de quilometragem realizada, o qual deverá conter, obrigatoriamente:

I - O nome e a matrícula do servidor fiscal;

II - A placa do veículo utilizado;

III - A quilometragem inicial e final do dia de trabalho;

IV - O roteiro efetuado pelo servidor fiscal na sua área de atuação;

§ 2º E, igualmente, ao cadastramento anual dar-se-á entre 1º a 15 de fevereiro, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

I - comprovante de quitação do IPVA e seguros obrigatórios;

II - Laudo oficial emitido por mecânico, atestando as condições gerais do veículo.

III - Certificado do veículo em nome do servidor beneficiário;

IV - Carteira de Habilitação.

§ 3º O servidor, fiscal, que exercer cargo de provimento em comissão não sofrerá prejuízo quanto aos benefícios previstos neste Decreto.

Art. 2º Para concessão integral (R\$ 900,00) do auxílio combustível o fiscal deverá realizar mensalmente a pontuação mínima de 1.000 (um mil) pontos em atividades externas.

§ 1º Sempre que o servidor não alcançar a pontuação mínima exigida, o pagamento do auxílio combustível será proporcional à pontuação dos serviços externos auferida no mês de referência, conforme anexo único do presente decreto;

§ 2º Não será considerado para fins de pontuação os serviços externos realizados com veículo oficial.

Art. 3º O valor do auxílio combustível será reajustado anualmente, através da variação (%) divulgada pela Agência Nacional do Petróleo - ANP, considerando o preço médio da gasolina comum, prevista no Boletim Anual de Preços.

§ 1º O reajuste poderá ser efetuado para mais ou para menos, de acordo com a variação apurada pela ANP;

§ 2º O auxílio combustível possui natureza jurídica indenizatória.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 1.261, de 02 de maio de 2011 e demais disposições contrárias.

Palhoça, 12 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PONTUAÇÃO	PERCENTUAL AUXÍLIO COMBUSTÍVEL
01 a 250 pontos	20 %
251 a 500 pontos	40 %
501 a 750 pontos	60 %
751 a 999 pontos	80 %
Acima de 1000 pontos	100 %

DECRETO Nº 1.798, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.798, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar o valor de R\$ 49.674,82 (quarenta e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), as dotações orçamentárias abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1.029 - Aquisição de Eptos e Material Permanente R\$ 22.406,44
554 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.310222 - Aplicações Diretas R\$ 22.406,44
2.039 - Functo e Manutenção do Fundo - FMAS R\$ 22.854,72
555 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.610214 - Aplicações Diretas R\$ 22.854,72
2.004 - Contribuição a Entidades não Governamentais e Privadas R\$ 4.413,66
556 3.3.50.00.00.00.00.00.0.3.310209 - Aplicações Diretas R\$ 4.413,66

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste decreto, ocorrerá por conta das anulações de dotações orçamentárias abaixo:

18.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
18.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
1.115 - Construção do Centro de Ref. CREAS/CRAS R\$ 22.406,44
533 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.310222 - Aplicações Diretas R\$ 22.406,44
2.039 - Functo e Manutenção do Fundo - FMAS R\$ 27.268,38
536 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.610214 - Aplicações Diretas R\$ 22.854,72
543 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.310209 - Aplicações Diretas R\$ 4.413,66

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 19 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.799, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.799, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

SUPLEMENTA POR CONTA DO PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO O ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PAÇOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.153, de 16 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 11.421.700,04 (onze milhões, quatrocentos e vinte e um mil, setecentos reais e quatro centavos), nas dotações

orçamentárias abaixo:

14.00 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA
14.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA
Projeto/Atividade - Pavimentação e Drenagem de Ruas R\$ 11.421.700,04
62 44.00.00.00.00.00.0.183188 - Aplicações Diretas R\$ 11,421.700,04

Art. 2º A suplementação que se refere o artigo 1º deste Decreto correrá por conta do provável excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 0.183188 - BADESC - Operações de Crédito, na ordem de R\$ 11.421.700,04 (onze milhões, quatrocentos e vinte e um mil, setecentos reais e quatro centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 19 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.207, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.207, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

BADESC. Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC CIDADES propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação, Drenagem e Sinalização de Vias Públicas.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES, até o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de até 9% (nove por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revoga as disposições contrárias.

Palhoça, 19 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.208, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 4.208, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DOAÇÃO. Autoriza a receber, por doação, da empresa SDB Comércio de Alimentos Ltda. pavimentação asfáltica das Ruas: Criciúma, Jerusalém, João Caruso Mac Donald e Marabás no Bairro Passa Vinte, neste Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber, por doação, da Empresa SDB Comércio de Alimentos Ltda., a pavimentação asfáltica das seguintes Ruas, situadas no Bairro Passa Vinte:

I - Criciúma;

II - Jerusalém;

III - João Caruso Mac Donald; e

IV - Marabás.

Parágrafo Único. As vias públicas serão pavimentadas no limite e extensão do Projeto Executivo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º A pavimentação se dará sem custos ao Município, sendo que todas as despesas inerentes a execução da obra correrão por conta da empresa doadora.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a divulgação e publicidade da obra.

Art. 4º O projeto de execução da obra será fiscalizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura durante a sua execução.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de março de 2015.

Palhoça, 19 de março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 0545/2015.

PORTARIA Nº. 0545/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR NICELENE MARIA SOARES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com

regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0546/2015.

PORTARIA Nº. 0546/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREIA MEDEIROS KLOPPPEL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Articulador, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0547/2015.

PORTARIA Nº. 0547/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR KATIA REGINA CORREA CLARINDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de

Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Cristina Lobato Fortunato, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0548/2015.

PORTARIA Nº. 0548/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR LANA CRISTINA CUNHA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Joana Darc Mendonça, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0549/2015.

PORTARIA Nº. 0549/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREA HILLESHEIN VOGES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de

02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Ivana Maria Soares, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0550/2015.

PORTARIA Nº. 0550/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SHIRLEY KARLA DIAS VERISSIMO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Deolinda Pickler Pereira, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0551/2015.

PORTARIA Nº. 0551/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR CAMILA SOUZA GOULART, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0553/2015.

PORTARIA Nº. 0553/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR EMERSON VALTER GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Grduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Matemática, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0554/2015.

PORTARIA Nº. 0554/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR PATRICIA OSMARINA R. BELTRAME, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Adriana Campos, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0555/2015.

PORTARIA Nº. 0555/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ADRIANA DAS GRAÇAS A. S. ALMEIDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0556/2015.

PORTARIA Nº. 0556/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR RAQUEL ROSELI DE SOUZA JACOMELLI, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Adriana Campos, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0557/2015.

PORTARIA Nº. 0557/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JOSIANE MARIA DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Anos Iniciais, no (a) EB Francisca Raimunda Farias da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Silene I. Wagner, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0558/2015.

PORTARIA Nº. 0558/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR INAURA CIPRIANO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) Escola Isolada Rincão, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0559/2015.

PORTARIA Nº. 0559/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR JESSICA ELIANE DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado sem Magistério, na área de Ensino Fundamental, disciplina Artes, no (a) Escola Isolada Rincão, com carga horária de 10 (dez) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0560/2015.

PORTARIA Nº. 0560/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA BARRETO SILVA DE SOUZA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Kelly C. Silva Lohn, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0561/2015.

PORTARIA Nº. 0561/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DORACI DA SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Morgana T. Banaletti, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0562/2015.

PORTARIA Nº. 0562/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR AMANDA DA SILVA LUTZ, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Raquel R. R. Schmitz, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0563/2015.

PORTARIA Nº. 0563/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR KETORA MARTINS DA COSTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CEI Ulisses Guimarães, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0564/2015.

PORTARIA Nº. 0564/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR GERVASIA FARIAS MEDEIROS, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0565/2015.

PORTARIA Nº. 0565/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BERNADETE MACHRI ALMEIDA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0566/2015.

PORTARIA Nº. 0566/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR TIAGO LUIS LEHMKUHL, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Não Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Educação Física, no (a) GE Maria Luzia de Souza, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015. Vaga Excedente.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0567/2015.

PORTARIA Nº. 0567/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MONALISA COELHO DA COSTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Adriana da S. Espindola, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0568/2015.

PORTARIA Nº. 0568/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SONIA MARIA DA SILVA ANTONIO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febrônio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Rosi Z. M. Andrade, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0569/2015.

PORTARIA Nº. 0569/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR TATIANI TEREZINHA FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Soenia Liberato, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0570/2015.

PORTARIA Nº. 0570/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR STELA MARIS DOS S. GONÇALVES, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Diocleia dos Santos Réus, que se encontra em Direção de Escola.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0571/2015.

PORTARIA Nº. 0571/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ALESSANDRA DA COSTA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Cátia Regina Pierri, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0572/2015.

PORTARIA Nº. 0572/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR SAIONARA MARIA SEIBERT NETO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Wanderleia P. Galvani, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0573/2015.

PORTARIA Nº. 0573/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR TAMIRES APARECIDA FOLSTER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Infantil, disciplina Educação Infantil, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Wanderleia P. Galvani, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0574/2015.**

PORTARIA Nº. 0574/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR DAIANI SCHLEMPER, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 30 (trinta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Tatiane Pierri, que se encontra em AEE.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0575/2015.**

PORTARIA Nº. 0575/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA DE S. EMERICK DE MARIA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Português, na EJA-Educação de Jovens e Adultos, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 20 (vinte) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral**PORTARIA Nº. 0576/2015.**

PORTARIA Nº. 0576/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR BERNARDINA MARIA CANDIDO ROSA, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Magistério, na área de Ensino Especial, disciplina Educação Especial, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento)) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de AdministraçãoSHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de EducaçãoMICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0577/2015.

PORTARIA Nº. 0577/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDRE SCHLICHTING, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Espanhol, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, no (a) CAIC - Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente - Profº. Febronio Tancredo de Oliveira, com carga horária de 15 (quinze) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento), Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0579/2015.

PORTARIA Nº. 0579/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TATIANE SANTOS DA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Aprender Brincando da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0580/2015.

PORTARIA Nº. 0580/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654,

de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JAQUELINE TRINDADE FALCÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Frei Daimão da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0581/2015.

PORTARIA Nº. 0581/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANA PAULA MONTEIRO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Argemira F. Silveira da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 02/05/2015, face ao impedimento da titular Inês C. Silva Costa, que se encontra em LP.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0582/2015.

PORTARIA Nº. 0582/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JESSICA FLORIANO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Snoopy da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular

Márcia V. Dutra, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0583/2015.

PORTARIA Nº. 0583/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEIDEMAR VARELA SCHMIDT, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Aprender Brincando da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0584/2015.

PORTARIA Nº. 0584/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SCHEILA MARI SILVA DE ATAYDE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Ulisses Guimarães da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Ana Paula S. de Oliveira, que se encontra em LG.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0585/2015.

PORTARIA Nº. 0585/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TAMIRES MOREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Reinaldo Weingartner da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Sandra M. Kuntizer, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI Maricota.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0587/2015.

PORTARIA Nº. 0587/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JULIANE RIBEIRO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Daiane C. G. Mauricio, que se encontra exercendo suas funções junto ao CEI.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0588/2015.

PORTARIA Nº. 0588/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO NICE TEREZINHA FRAGA DE ABREU, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Padre Reus da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Doris Cristina da Silva, que se encontra exercendo suas funções junto a Secretaria de Administração.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0589/2015.

PORTARIA Nº. 0589/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ADRIANA TEREZA TAVARES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Realizar, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0590/2015.

PORTARIA Nº. 0590/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARINA DA ROCHA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Neri Brasileiro Martins, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0591/2015.

PORTARIA Nº. 0591/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO EDILENE VITORIA ALMEIDA DE SANTANA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Frei Damião, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0592/2015.

PORTARIA Nº. 0592/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELISIERE DALIANE MOURA CIRINO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Frei Damião, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0593/2015.

PORTARIA Nº. 0593/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CAMILA ZILDA FEIJO OURIQUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Neri Brasialino Martins, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0594/2015.

PORTARIA Nº. 0594/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIBEL MARIA MARTINS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, na EJA- Educação de Jovens e Adultos, do Quadro de Pessoal da EB Reinaldo Weingartner, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 02/05/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0595/2015.

PORTARIA Nº. 0595/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROZILDA KLAUS SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Criança Esperança, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0596/2015.

PORTARIA Nº. 0596/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FRANCINE SANTANA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da EB Mara Luiza Vieira Liberato, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0597/2015.

PORTARIA Nº. 0597/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CIMARIA SOUZA

PEREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Jose Miguel Ferreira, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Virginia Bombazar, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0598/2015.

PORTARIA Nº. 0598/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ELIANE IDENIR DE SOUSA ROSA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da ER Isabel Botelho de Paulo, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Maria Angerca Mendes, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.
CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PORTARIA Nº. 0599/2015.

PORTARIA Nº. 0599/2015.

CRISTINA SCHWINDEN, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GIOVANA ATAIDE KENUTZ, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 003/2014, para ocupar o cargo de Merendeira, com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CEI Anjinho da Guarda, da Secretaria de Educação, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 02/02/2015 a 18/12/2015, face ao impedimento da titular Cleomar Aparecida Gonçalves, que se encontra em Readaptação.

Palhoça, SC, em 30 de janeiro de 2015.

CRISTINA SCHWINDEN
Secretária de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Geral

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 01 de abril de 2015, às 14:00h, o recebimento e abertura das propostas e a sessão de lances do PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em pavimentação de recomposição e tapa buracos, a ser utilizado em diversas ruas deste Município, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 19 de março de 2015. A PREGOEIRA.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO TP 09-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESUMO DE JULGAMENTO
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para Execução de repavimentação asfáltica e drenagem da Rua Roberto Sell e Avenida Rio Grande, neste Município, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

EMPRESAS HABILITADAS:

SETEP CONSTRUÇÕES S/A
BRITAGEM VOGELSANGER LTDA
GMC - GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA
CONPESA - CONSTRUÇÃO PESADA LTDA

Palhoça, 19 de Março de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito

RESULTADO DO PREGÃO 22/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº.022/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 022/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que por objeto a Contratação de empresa para confecção de Camisetas no Sistema Registro de Preços, mediante entrega parcela da Secretaria de Educação - Programa PROERD.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

L. B. DE CAMPS CONFECÇÕES EPP CNPJ N. 08.987.320/0001-99. ficou classificada no item 01, em seu menor preço, totalizando a importância de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Palhoça, 19 de março de 2015.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira - Portaria 23/2015

CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 141/2015

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 141/2015.

APROVA MINUTA DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/ CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE CMDCA/FIA E CADI - CENTRO DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL PALHOÇA.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado Minuta de Convênio, que entre si celebram o Município de Palhoça através da Secretaria de Assistência Social/ Conselho Municipal da Criança e do Adolescente Cmdca/Fia E Cadi - Centro de Assistência e desenvolvimento Integral Palhoça cujo objeto está definido em sua cláusula primeira, a qual passa a ser parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 02 de março de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO ISNARDO LUIS BRANT
Presidente Vice - Presidente

MARIA ROSÂNGELA PRATIS EDEMIR NIEHUES
1º Secretário 2º Secretário

MINUTA DE CONVÊNIO Nº, DE DE DE 2015.

Convênio que entre si celebram o Município de Palhoça, através da Secretaria de Assistência Social/ Conselho Municipal da Criança e do Adolescente CMDCA/FIA e CADI- Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral Palhoça.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, através da SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL/CMDCA/FIA, neste ato representado por seu gestor, Sr. Adriano Silva Mattos e através do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente -CMDCA /FIA inscrito no CNPJ - 18.246.064/0001-32, neste ato representado por seu Coordenador Geral Maristela Truppel, e de outro lado o CADI-Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 08.251.520/0001-89, com sede na Rua das Palmeiras ,S/N-CEP 88130-350, bairro Frei Damião, Palhoça/SC, representado neste ato pelo seu Presidente Sr. Roberto de Souza Chenk, inscrito no CPF/ sob o nº 493491479-04, RG -1408.444. doravante denominada CONVENIADA, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº, de 2015 e Decreto Legislativo nº/2015, Lei Municipal nº 3.994, de 18 de março de 2014, que dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio, o apoio efetivo do CMDCA/FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto denominado "Projeto Janela", visando atendimento mensal de 135 Crianças e adolescentes com idade entre 04 e 16 anos, moradores da comunidade Frei Damiao em Palhoça-SC, em situação de vulnerabilidade/risco social e pessoal, prioritariamente aquelas atendidas por programas governamentais, projetos do CADI e estudantes da rede pública de ensino.

O presente Convênio consiste do resultado do Projeto denominado "Projeto Janela", inscrito pelo Conselho Municipal CMDCA de Palhoça no Edital/2014 da Fundação Itaú Social, e com anuência do Secretário de Assistência Social, em conformidade com os documentos Termo de Cooperação em que são partes: 1) Fundação Itaú Social; 2) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Palhoça; 3) Prefeitura Municipal de Palhoça SC.

O referido Projeto foi selecionado para receber o recurso financeiro, repasse de recurso da Fundação Itaú Social, instituição de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 59.573.030/0001-30 empresas pertencentes ao Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A. O recurso conforme determina a legislação destinado para o Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 18.246.064/0001-32.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

Para execução do presente Convênio o FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE - FIA, repassará a importância de R\$ 312.036,00 (trezentos e doze mil e trinta e seis reais), tendo como objetivo exclusivo a execução do objeto deste Convênio, conforme PLANO DE APLICAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, apensados como, parte integrante deste Convênio.

I - As despesas decorrentes do atendimento ao disposto nesta Cláusula correrão à conta dos recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, CNPJ sob o n.º. 18.246.064/0001-32, Conta N. 211-4 / Agência 1784/ Banco 104/ Caixa Econômica Federal, no valor total de R\$ 312.036,00 (trezentos e doze mil e trinta e seis reais) conforme dotação abaixo:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

II - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal, a firmar Termo Aditivo ao presente instrumento, com finalidade única e exclusiva,

de recompor em 09 (nove) as parcelas do repasse frente ao prazo de vigência ano de 2015, desde que não importe em supressão ou acréscimo de valores, e atendido os interesses das partes integrantes deste Convênio, conforme cronograma de desembolso 2015:

1º	MARÇO	31.203,60
2º	ABRIL	31.203,60
3º	MAIO	31.203,60
4º	JUNHO	31.203,60
5º	JULHO	31.203,60
6º	AGOSTO	31.203,60
7º	SETEMBRO	31.203,60
8º	OUTUBRO	31.203,60
9º	NOVEMBRO	62.407,20
TOTAL		312.036,00

III - Fica autorizado, caso comprovada a oportunidade e conveniência, a prorrogação do prazo de vigência, nos termos da Lei 8.666/93, visando cumprir o repasse dos valores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira, serão liberados pela PMP/FIA à CONVENIADA, conforme obrigações, onde seguem as determinações abaixo:

I - A aplicação do recurso deve refletir exatamente o que foi solicitado no Plano de Aplicação do Projeto apresentado, sendo terminantemente proibido este recurso ser aplicado de maneira diversa a aquela prevista na autorização do Chefe do Poder Executivo. Será solicitada a devolução de todo o recurso aplicado em desconformidade com o Plano de Aplicação;

II - Definido no cronograma de repasse dos recursos conforme Plano de Aplicação do Projeto torna-se necessário à abertura de conta específica e vinculada, devendo ser identificada com o nome da unidade ou servidor receptor dos recursos acrescida da expressão Auxílio, ou Contribuição, ou Subvenção, Adiantamento ou Convênio, e do nome da unidade concedente.

III - A liberação das parcelas do Convênio poderá ser suspensa se verificado o desvio de finalidade na aplicação do valor do convênio, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas e práticas atentatórias aos princípios que regem a Administração Pública;

IV - O descumprimento pela conveniada de qualquer cláusula ou condição do convênio, poderá conforme já citado, determinar que seja efetuada imediatamente a devolução do recurso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/FIA

O MUNICÍPIO/FIA obriga-se a:

I - Efetuar o repasse do recurso financeiro.

II - Prestar orientação técnica e supervisionar a execução do programa que esteja relacionado com o objeto deste Convênio;

III - Coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste convênio;

IV - Examinar e aprovar através de parecer técnico, a reformulação do Plano de Trabalho, quando se fizer necessário desde que não implique na alteração do objeto do Convênio;

V - Fornecer ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente informações pertinentes ao atendimento e ao recurso financeiro destinado a execução do presente Convênio;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A CONVENIADA se obriga a:

I - Responsabiliza-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, que não poderão ser destinados a quaisquer outros fins, bem como obedecer aos padrões de qualidade dos serviços, conforme legislação vigente, sob pena de rescisão deste instrumento e responsabilidade de seus dirigentes;

II - Ressarcir ao Município/FUNDO INFANCIA ADOLESCÊNCIA (FIA) os recursos recebidos deste Convênio quando se comprovar a sua inadequada utilização;

III - Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO/FIA de quaisquer ônus e reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

IV - Responsabilizar-se pelo cumprimento dos prazos estabelecidos quanto à utilização dos recursos;

V - Não usar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção social e pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - Aceitar a supervisão e orientação técnica promovida pelo MUNICÍPIO/CMDCA, fornecendo imediatamente as informações necessárias a sua execução;

VII - Encaminhar ao MUNICÍPIO/FIA, com sede no endereço acima discriminado, a prestação de contas dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do recebido destes;

VIII - Manter conta corrente específica, sob o título Entidade/Municipal/FIA;

IX - Computar, obrigatoriamente, a critério do Convênio as receitas financeiras auferidas na forma do item anterior, as quais serão aplicadas exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar demonstrativo específico que integrará às prestações de contas do ajuste;

XI - Devolver ao MUNICÍPIO/FIA, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias da data da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, pelo orçamento conveniente;

XII - Utilizar os recursos, única e exclusivamente, para o fim estabelecido na Cláusula Primeira deste Convênio, sob pena de ressarcimento ao Município/FIA, dos valores repassados, com atualização monetária e juros legais, independente de procedimentos judiciais;

XIII - Propiciar aos técnicos do MUNICÍPIO/FIA CMDCA, todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, a supervisão e a fiscalização da execução do Convênio;

XIV - Manter cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários, por tipo de atendimento, de modo a permitir o acompanhamento à supervisão e o controle dos serviços.

XV - Dispor de pessoal técnico - administrativo de acordo com o tipo de atividade desenvolvida pela Entidade e de acordo com as

legislações vigentes;

XVI - Deverá produzir e utilizar placa no modelo fornecido pelo CMDCA indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA e incluir a logo marca do FIA e do CMDCA em todos os materiais físicos e eletrônicos de divulgação do projeto.

É vetado:

I - Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste convênio, ainda que em caráter de emergência;

II - Pagamento de despesas com data anterior ao do recebimento dos valores, mensalmente, depositados em conta corrente da Entidade;

III - Pagamento de despesas após 30 (trinta) dias de seu recebimento;

IV - Realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização do pessoal, de que trata o Inciso XV da Clausula Quinta, necessária à execução do objeto deste convênio, não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer obrigação trabalhista ou previdenciária, para o MUNICÍPIO e/ou FUNDO/FIA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PRESTAÇÕES CONTAS

A Conveniada obriga-se a:

I - A conveniada ficará obrigada a apresentar as Prestações de Contas no PRAZO de 30 (trinta) dias, contados do recebimento dos recursos, bem como deverá a referida Cláusula determinar também a apresentação de cópias de contratos de Trabalho, quando se tratar de serviços executados por terceiros, como também deverá apresentar os documentos que seguem abaixo:

- a) Processo de concessão de recursos;
- b) Ofício do responsável pela Prestação de Contas;
- c) Cópia do Plano de Aplicação do Projeto;
- d) Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- e) Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
- f) Declaração do Presidente da Entidade que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos;
- g) Declaração do Responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
- h) Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária e Tesoureiro;
- i) Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordem de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas,

duplicas, etc.) preenchidos com clareza e sem rasuras;

j) Documentos fotocopiados não serão aceitos para comprovar despesas sujeitas às incidências de tributos federais, estaduais e municipais;

k) Extrato Bancário com a movimentação completa do período (desde a data do repasse até a compensação dos cheques);

l) Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

m) Fotocópias dos cheques nominais aos credores;

n) Comprovante de recolhimento do saldo não aplicado se for o caso;

o) Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução acompanhada de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registro fotográficos, matérias jornalística e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução

p) Os comprovantes de despesas deverão conter carimbo preenchido e assinado pelo Presidente/Tesoureiro da Entidade, certificando que o material foi recebido ou foi serviço prestado, conforme modelo abaixo:

Certifico que o material/serviço constante deste documento foi recebido/prestado e aceito.

Em dia/mês/ano, e assinatura.

Nome:

Cargo:

Matrícula

II - O pagamento ocorrerá conforme a cláusula terceira, devendo a prestação de contas seguir de acordo com o que segue:

III - Encaminhar a Prefeitura Municipal de Palhoça a prestação de contas da primeira parcela, no prazo de trinta dias (30) dias, após o recebimento da mesma, comprovando através de relatório o cumprimento da primeira fase.

IV - O pagamento da segunda parcela estará sujeito à aprovação da prestação de contas da primeira parcela. Após o recebimento da segunda parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

V - O pagamento das demais parcelas estará sujeito à aprovação da prestação de contas das parcelas anteriores. Após o recebimento de cada parcela, a conveniada terá trinta (30) dias para a apresentação da prestação de contas juntamente com o objeto cumprido.

VI - A Prestação de Contas dos recursos financeiros de que trata a Cláusula Quarta será elaborada de acordo com as Normas de Contabilidade e Auditoria expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

VII - A Entidade deverá manter em arquivo, pelo prazo de cinco anos, o cadastro dos usuários do projeto, os prontuários, as guias de encaminhamentos, as fichas e relatórios individualizados dos usuários, bem como os registros contábeis relativos ao exercício de concessão, com a identificação do programa e deste convênio, com vistas a permitir o acompanhamento, a supervisão e o controle de serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ANEXOS APENSADOS

Deverá conter no corpo desta Minuta de Convênio, três (5) Anexos Apensados, sendo:

I - Anexo I - Plano de Ação e Aplicação o CMDCA 2015,
II- Anexo II - Plano de Trabalho,

II - Anexo III - Resolução do CMDCA,

VI - Anexo IV - Termo de Cooperação Fundação Itaú Social
V - Anexo V - Documentos pertinentes à conveniada, que seguem a abaixo:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral,
- b) Estatuto Social da Entidade,
- c) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pelo CMDCA,
- d) Atestado de Funcionamento da Entidade emitido pela PMP,
- e) Documentos Pessoais do Presidente da Entidade.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao MUNICÍPIO/ através da Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder à fiscalização nas instalações e documentos relativos à execução do presente convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem no descumprimento de quaisquer Cláusulas deste instrumento poderá acarretar a sua rescisão imediata incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo MUNICÍPIO/FIA, independente de procedimentos judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

Poderá haver rescisão do presente convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas nas Cláusulas anteriores ou por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura e tem seu término em 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO

Mediante prévia aprovação do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, o presente convênio poderá ter suas cláusulas alteradas através de termo aditivo, desde que não se altere o objeto, nos termos dos §§ 1º e 2º da Cláusula Terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Palhoça para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Palhoça, 23 de fevereiro de 2015.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ADRIANO DA SILVA MATOS
Secretário Municipal de Assistência Social

MARISTELA TRUPPEL
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente CMDCA /FIA/ Palhoça SC

Roberto de Souza Chenk
Presidente do CADI- Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral

TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

PROJETO DE LEI Nº 330/2014

PROJETO DE LEI Nº. 330/2014.

DETERMINA A OBRIGATORIEDADE DE RESPOSTA PARA O CONTRIBUINTE COM O PRAZO MÁXIMO DE 60 (SESSENTA) DIAS NO TRÂMITE DE CERTIDÕES E PROCESSOS NA PREFEITURA DE PALHOÇA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Todo pedido ou processo protocolado pelo contribuinte na Prefeitura Municipal de Palhoça, deverá ter uma resposta no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data do protocolo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arcendino José Cerino
Presidente

Maria Rosângela Pratis Edemir Niehues
Membro Membro

PROJETO DE LEI Nº 500/2015

PROJETO DE LEI Nº 500/2015.

CONVÊNIO. Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o CADI - Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 08.251.520/0001-89, com sede na Rua das

Palmeiras, s/n, CEP 88.130-350, Bairro Frei Damião, Palhoça/SC, no valor global de R\$ 312.036,00 (trezentos e doze mil e trinta e seis reais) referente a repasse financeiro de recursos do Fundo Municipal de Infância e Adolescência - FIA, CNPJ sob o n.º. 18.246.064/0001-32, Conta N. 211-4 / Agência 1784/ Banco 104/ Caixa Econômica Federal, objetivando apoio efetivo do CMDCA/ FIA na manutenção e custeio da implantação e execução do Projeto denominado "Projeto Janela", visando atendimento mensal de 135 Crianças e adolescentes com idade entre 04 e 16 anos, moradores da comunidade Frei Damião em Palhoça/SC, em situação de vulnerabilidade/risco social e pessoal, prioritariamente aquelas atendidas por programas governamentais, projetos do CADI e estudantes da rede pública de ensino.

Parágrafo Único. O "Projeto Janela" foi selecionado para receber o recurso financeiro, repasse de recurso da Fundação Itaú Social, instituição de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 59.573.030/0001-30 empresas pertencentes ao Conglomerado Itaú Unibanco Holding S.A. O recurso conforme determina a legislação destinado para o Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º. 18.246.064/0001-32.

Art. 2º A despesa decorrente do repasse de recursos financeiros deste Convênio são provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 23 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Unidade 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE
Proj./Ativ. 2.077 - Funcionamento e Manutenção do FIA
Elemento reduzido 659 3350 fonte recurso 3000300 - Transferência a Instituições Privadas sem Fins.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arcendino José Cerino
Presidente

Maria Rosângela Pratis Edemir Niehues
Membro Membro

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 79/2014

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 079/2014.

ESTATUTO DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO. Altera dispositivo da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Inciso II do artigo 94, da Lei Complementar nº 97, de 15 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 94 (...)

II - estar em efetivo exercício no cargo, ou em exercício de função de Direção Escolar;" (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Arcendino José Cerino
Presidente

Edemir Niehues
Membro

Maria Rosângela Pratis
Membro

PROJETO DE RESOLUÇÃO 7/2015

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 007 /2015

"Altera a redação do artigo 20 da Resolução 04/1993 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Palhoça)".

O Presidente da Câmara de Vereadores de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que os vereadores aprovaram e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - O artigo 20 da Resolução nº 004/1993 (Regimento Interno da Câmara Municipal de Palhoça) passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20 - A Câmara Municipal de Palhoça reunir-se-á, ordinariamente, de conformidade com o artigo 47 e seguintes da Lei Orgânica Municipal, todas as segundas e terças-feiras, às 18h00m".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Arcendino José Cerino
Presidente

Maria Rosângela Pratis
Membro

Edemir Niehues
Membro

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 12/2015 - Registro de Preços, objeto: aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem e permanente, para a Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça, no dia 01 de abril de 2015, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas, lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atilio Pagani, 855 - Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como nos sites: palhoca.atende.net e www.saudepalhoca.sc.gov.br. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 20 de março de 2015.
Eronete Gilda Gomes Oliveira
Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015. Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de análises laboratoriais de água, conforme portaria 2914/11 do ministério da saúde. Tipo: Menor preço por item; Entrega dos envelopes: Até o dia 06 de abril de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: dia 06/04/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 19 de março de 2015
Ilario Schulka
Diretor Presidente SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 021/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 021/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da perfuração de poço artesiano tubular para o SAMAE. Tipo: Empreitada por Preço Global, Menor preço Global; Entrega dos envelopes: Até o dia 06/04/2015 às 13:45hs; Início da Sessão Pública: dia 06/04/2015 - 14:00hs. Base legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00hs na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 19 de março de 2015
Ilario Schulka
Diretor Presidente SAMAE

Paulo Lopes

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2015

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Orgânica do Município, o inciso do Art 37, IX, da CF e o que prevê a Lei Municipal Nº 819, de 01 de outubro de 1998, torna público, pelo presente Edital, Chamada Pública, em razão de esgotado dos interessados classificados por cargos e áreas no processo seletivo n. 003/2014, e, Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse para provimento de vagas temporárias de categorias funcionais para o ano de 2015, constantes nos Quadros de Pessoal da Administração Pública Municipal. EDITAL COMPLETO: encontra-se à disposição nos sites www.paulolopes.sc.gov.br.

Paulo Lopes, 19 de março de 2015.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 118/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto Legislação Municipal Vigente, Resolve:

DISPENSAR POR JUSTA CAUSA, o Servidor Público Municipal, brasileiro, Jefferson Vieira de Araujo, portador do CPF nº 064.431.789-20 matrícula nº 11097 ocupante do Cargo de Motorista, contratado temporariamente pela portaria nº 082/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 11 de Março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 119/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 119/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, Luciana Vieira, brasileira, portadora do CPF nº 690.376.719-34, matrícula nº 1025 ocupante do Cargo de

Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, ate 19/03/2015, conforme benefício nº 12304023950 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 12 de março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 120/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 120/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 41/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Maria Aparecida Leite Faria, brasileira, portadora do CPF nº 020.181.689-08, matrícula nº 11119, ensino superior completo, classificada na primeira posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora, em substituição Vera Lucia da Silva Pires, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/03/2015 até 23/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 13 de Março de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 121/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 121/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 43/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Vera Regina Rodrigues Nunis, brasileira, portadora do CPF nº 501.909.549-49, matrícula nº 11120, ensino superior completo, classificada na quinta posição do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Professora, em substituição Jeane Aparecida Santos Martins, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/03/2015 até 23/12/2015, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 16 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 122/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 122/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente e exposição de motivo nº 42/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Sidinei de Macedo, brasileiro, portador do CPF nº 053.109.129-59, matrícula nº 11121 ensino médio - curso técnico, classificado em sexto lugar do Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no Cargo de Motorista, com carga horária de 40hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2015 á 31/07/2015 em substituição ao servidor Gilberto Antunes, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 17 de Março de 2015.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CONTRATO Nº 298/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014
CONTRATO Nº 298/2015 - RH/PMP
Contratado (A) GIZELI DA SILVA DOMINGUES, na função de Professor I, início em 13/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 13 de março de 2015.
Mario Guaracy de Souza
Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 299/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014
CONTRATO Nº 299/2015 - RH/PMP
Contratado (A) ELENICE GOMES FISCHER, na função de Professor I, início em 13/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 13 de março de 2015.
Mario Guaracy de Souza
Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 300/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014
CONTRATO Nº 300/2015 - RH/PMP
Contratado (A) VALMIRA MARIA LEITE DE SOUZA, na função de Professor I, início em 13/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 13 de março de 2015.
Mario Guaracy de Souza
Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 303/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014
CONTRATO Nº 303/2015 - RH/PMP
Contratado (A) TANIA MARIA CORREIA, na função de Servente/Merendeira, início em 16/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.
Penha/SC, 16 de março de 2015.
Mario Guaracy de Souza
Prefeito Municipal e.e.

CONTRATO Nº 306/2015 PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2014

CONTRATO Nº 306/2015 - RH/PMP

Contratado (A) SABRINA REGINA DOMECIANO, na função de Professor I, início em 19/03/2015 e término em 11/12/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 19 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

DECRETO Nº 2273/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2273/2015

NOMEIA: a Sra. CAMILA SCHFFER, para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE ESPORTES II, do Departamento Administrativo, da Fundação Municipal de Esportes, a contar desta data.

Penha/SC, 19 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº96

PORTARIA Nº 96/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR: por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a Conclusão do Processo, instaurado pela Portaria nº 59/2015 (utilização de um veículo da Secretaria da Saúde sem autorização pelo funcionário Ari Gomes), composta pelos servidores MARIZETE DA COSTA, JOSÉ ROBERTO DARUGNA JUNIOR, e MANOEL FLÁVIO CUNHA.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 18 de março de 2015.

MÁRIO GUARACY DE SOUZA

Prefeito Municipal e.e.

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

PORTARIA Nº 90/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 90/2015

ALTERAR: a pedido, a carga horária do Professor ROSIANE CIPRIANO BRUNNER LEITE, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas

semanais, no período de 16/03/2015 a 11/12/2015. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 16 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 91/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 91/2015

TORNA SEM EFEITO: o funcionário efetivo ANTONIO JOSÉ ZUCO, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para responder por atribuição específica - Responsável pela Junta Comercial do Município de Penha. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 199/2014.

Penha/SC, 17 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 92/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 92/2015

DESIGNAR: a funcionária efetiva GIZELLI SELL FERREIRA, ocupante do cargo de Fiscal da Fazenda, para responder por atribuição específica - Responsável pela Junta Comercial do Município de Penha. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 18 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 93/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 93/2015

NOMEIA: NEY MARIO FERREIRA, aprovado em Concurso de Emprego Público ESF nº 01/2013, para ocupar o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Bairro São Cristovão, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 18 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 94/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 94/2015

NOMEIA: MARCOLINA IRENE DOS SANTOS, aprovada em Concurso de Emprego Público ESF nº 01/2013, para ocupar o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Bairro São Cristovão, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 18 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

PORTARIA Nº 95/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 95/2015

NOMEIA: FABIANA REGINA PEDROSO, aprovada em Concurso de Emprego Público ESF nº 01/2013, para ocupar o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, Bairro São Cristovão, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 18 de março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

TERMO ADITIVO Nº 301/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 301/2015 AO CONTRATO Nº 84/2015

Contratado (A) GABRIEL MATEUS BENTO MIGUEL, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na E.M Horacina Soares Francisco, no período de 16/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 16 de Março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

TERMO ADITIVO Nº 302/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 302/2015 AO CONTRATO Nº 71/2015

Contratado (A) LUCIANA DUTRA SILVA THOMSEN, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 16 de Março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

TERMO ADITIVO Nº 304/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 304/2015 AO CONTRATO Nº 52/2015

Contratado (A) DORACI CAROLINO, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 16 de Março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

TERMO ADITIVO Nº 305/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO ADITIVO Nº 305/2015 AO CONTRATO Nº 177/2015

Contratado (A) VANESSA LILIAN DE FREITAS, fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, no período de 16/03/2015 a 11/12/2015.

Penha/SC, 16 de Março de 2015.

Mario Guaracy de Souza

Prefeito Municipal e.e.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 08/2014- FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fica rescindido o Termo de Contrato Administrativo nº 08/2014 - FMAS, firmado em 18 de Março de 2014, entre a Sr. (a) ELISANGELA DILMA FERREIRA e esta PREFEITURA, tendo como objeto a Locação de um imóvel para funcionamento da colmeia na Santa Lídia, contendo 04, 01 sala ampla, 01 banheiro e 01 cozinha, oriundo do Processo Licitatório. Nº 05/2013 - FMAS modalidade Dispensa de Licitação Nº 02/2014 - FMAS.

Penha, 19 de Março de 2015.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO 30/2011- FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Fica rescindido o Termo de Contrato Administrativo nº 30/2014 - FMAS, firmado em 27 de Julho de 2011, entre a Sr. (a) Nereu Ramos Caldeira e esta PREFEITURA, tendo como objeto a Locação de um imóvel para funcionamento da colmeia no Bairro Gravatá, oriundo do Processo Licitatório. Nº 13/2011 - FMAS modalidade Dispensa de Licitação Nº 03/2014 - FMAS.

Penha, 19 de Março de 2015.

Pinheiro Preto

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

NÚMERO DO PROCESSO: 002/2015

MODALIDADE: DISPENSA

NÚMERO DA MODALIDADE: 002/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Objeto: Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE, pelo valor total de R\$ 2.943,55 (dois mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). Empresa Contratada: COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA. Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Pinheiro Preto, 27 de fevereiro de 2015.

IVAN BOGONI,

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

NÚMERO DO PROCESSO: 003/2015

MODALIDADE: DISPENSA

NÚMERO DA MODALIDADE: 003/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

A Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, em cumprimento a ratificação procedida pelo Presidente, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, faz publicar o presente extrato. Contratante: Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto. Empresa Contratada: JOANNEI ARTES GRAFICAS LTDA - ME. Objeto: Aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE (Pastas de arquivo, Projetos e Encadernações). Valor: R\$ R\$ 621,00 (seiscentos e vinte e um reais). Fundamentação Legal: Art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.

Pinheiro Preto, 11 de março de 2015.

IVAN BOGONI,

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Pomerode

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001/2013 PRORROGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 001/2013

PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 126/2012.

Pregão Presencial n.º 040/2012.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: SERVIMED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE 04 HORAS SEMANAIS DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA AUFERIRÇÃO DE EVENTUAIS DOCUMENTOS QUE ATESTAM A SAÚDE DOS SEGURADOS DO FAP E SERVIDORES EFETIVOS DA PREFEITURA E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, REFERENTE A IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DAS NOVAS REGULAMENTAÇÕES DA NR7, NR9, NR15, NR16, NR17 E EXAMES MÉDICOS.

Prorrogação - 12 meses - Prazo final - 31/12/2015.

Valor inicialmente contratado permanece inalterado - Valor total: R\$119.076,50 (CENTO e DEZENOVE MIL, SETENTA e SEIS REAIS e CINQUENTA CENTAVOS).

Justificativa: Prorrogação contratual por tratar-se de serviços executados de forma contínua, em conformidade com o disposto no artigo 57, II da Lei n.º 8.666/93 e a Cláusula Sexta, item 6.1 do Contrato Administrativo n.º 001/2013, permanecendo inalterados os valores inicialmente contratados.

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034/2014 PRAZO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034/2014

PRAZO

Processo Administrativo n.º 057/2014.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 017/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: PLANOJET CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE VESTIÁRIO, BANHEIROS, GARAGENS E OFICINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, SITUADA NA RUA XV DE NOVEMBRO, N.º 525 - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA

ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL

Prazo 90 dias - Prazo final - 27/03/2015.

Justificativa: Prorrogação contratual por mais 90 (noventa) dias em virtude de atrasos na definição do projeto a ser executado, diante de alterações na obra, em conformidade com a Cláusula Sexta do Contrato Administrativo n.º 034/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 16 de Dezembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2013 REAJUSTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002/2013
REAJUSTE

Processo Administrativo n.º 001/2013.

Dispensa de Licitação n.º 001/2013.

Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locadora: IVONE SPRANGER e AMÓS SPRANGER.

Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA XV DE NOVEMBRO, NR. 234 - CENTRO, POMERODE/SC, PARA AS INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE CIDADANIA E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Valor mensal do aluguel - reajuste R\$4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Justificativa: Reajuste em virtude da defasagem do valor de aluguel, levando-se em consideração a localização do imóvel, em conformidade com o Parecer Técnico Avaliatório Mercadológico de Valor de Locação, emitido pela Comissão de Avaliação da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Pomerode/SC, 01 de Fevereiro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003/2013 REAJUSTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 003/2013
REAJUSTE

Processo Administrativo n.º 002/2013.

Dispensa de Licitação n.º 002/2013.

Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locadora: IVONE SPRANGER e AMÓS SPRANGER.

Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO NA RUA HEINRICH PASSOLD, NR. 54 - CENTRO, POMERODE/SC, PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS, ONDE FUNCIONARÃO OS SERVIÇOS DE

PROTEÇÃO BÁSICA PARA A ORGANIZAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS SÓCIO-ASSISTENCIAIS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE.

Valor mensal do aluguel - reajuste R\$4.250,00 (quatro mil e duzentos e cinquenta reais).

Justificativa: Reajuste em virtude da defasagem do valor de aluguel, levando-se em consideração a localização do imóvel, em conformidade com o Parecer Técnico Avaliatório Mercadológico de Valor de Locação, emitido pela Comissão de Avaliação da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Pomerode/SC, 01 de Fevereiro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2013 REAJUSTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2013
REAJUSTE

Processo Administrativo n.º 003/2013.

Dispensa de Licitação n.º 003/2013.

Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locadora: THEKLA EMMA IDA RAMTHUN.

Objeto: LOCAÇÃO DO IMÓVEL - SALA COMERCIAL LOCALIZADA NA RUA XV DE NOVEMBRO, Nº 228, ANDAR SUPERIOR - CENTRO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL A SER OCUPADA DE 85M² (OITENTA E CINCO METROS QUADRADOS), CUJAS DEPENDÊNCIAS SERÃO UTILIZADAS PARA O ATENDIMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE POMERODE/SC.

DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

Valor mensal do aluguel - reajuste R\$900,00 (novecentos reais).

Justificativa: Reajuste em virtude da defasagem do valor de aluguel, levando-se em consideração a localização do imóvel, em conformidade com o Parecer Técnico Avaliatório Mercadológico de Valor de Locação, emitido pela Comissão de Avaliação da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Pomerode/SC, 01 de Fevereiro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034/2014 ACRÉSCIMO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 034/2014
ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 057/2014.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 017/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: PLANOJET CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA IMPLANTAÇÃO DE

VESTIÁRIO, BANHEIROS, GARAGENS E OFICINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, SITUADA NA RUA XV DE NOVEMBRO, N.º 525 - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL

Valor Aditivo R\$4.961,43 (quatro mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e três centavos).

Justificativa: Acréscimo de valores unitários em 6,06%, conforme planilha anexa, em função da necessidade de aquisição de novas janelas e portas de madeira para finalização da obra, em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 034/2014 e Lei Federal n.º 8.666/93.

Pomerode/SC, 25 de Fevereiro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO TIPO ELTRÔNICO 06/2015

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 06/2015 TIPO ELETRÔNICO OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SAMAE POMERODE, CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO I DO EDITAL. Local: o pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em toda as suas fases através do sistema de pregão eletrônico sistema BLL (Bolsa de Licitações e Leilões)

Entrega das propostas: Até as 08:00 horas do dia 01/04/2015

Início da sessão de disputa de Preços : 10:00 do dia 01/04/2015 O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil WWW.bll.org.br e WWW.pomerode.sc.gov.br ou www.samaepomerode.com.br Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 samae@samaepomerode.com.br ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 19 de Março de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO 009/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 009/2015 FMS
PREGÃO PRESENCIAL N.º 008/2015 FMS

O Município de

Ponte Serrada, torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS válido pelo período de 12 meses para possível aquisição pelo Fundo Municipal de Saúde de Ponte Serrada de materiais hospitalares e remédios para a manutenção de suas atividades

Recebimento de Envelopes: até as 07:50MIN do dia 10/04/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 10/04/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: compras01@gmail.com.

Ponte Serrada, 19 de março de 2014.

EDUARDO COPPINI

EXTRATO 030/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 030/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a Contratação de árbitros para os jogos do campeonato municipal de Ponte Serrada, edição 2015.

Recebimento de Envelopes: até as 07h50min do dia 08/04/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 08/04/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: compras01@gmail.com.

Ponte Serrada, 19 de março de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.322, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.322, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ART.19, DA LEI MUNICIPAL Nº 2245, DE 23/12/2014 - LOA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

ÓRGÃO: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-Programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 /5/ 100000

Valor: R\$ 40.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente da anulação parcial da dotação abaixo elencada, na mesma importância acima observada a destinação por fonte de recurso.

ÓRGÃO: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Unidade Orçamentária: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

Funcional-Programática: 01.031.0001

Atividade: 2.001 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 /4/ 100000

Valor: R\$ 40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de março de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 1.323, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.323, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA A ALÍNEA A DO ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 1168/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Fica alterado a alínea A do Art. 1º do Decreto 1.168/2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

a) 02 (dois) Representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação e seus suplentes:

Titular: Silvana dos Santos

Suplente: Nilceléia Otávia da Silva Kohl

Titular: Adriana dos Santos

Suplente: Emerita Maria Barni

Art. 2º Os demais itens do Decreto nº. 1.168/2013 permanecem inalterados.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de março de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 1.324, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 1.324, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, NOMEADOS PELO DECRETO Nº 1.103, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI, Prefeito em exercício do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Altera os membros da alínea o do Decreto nº 1.103, de 10 de julho de 2013 que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam nomeados, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.447/2006, os seguintes membros do Conselho Municipal de Educação:

...

o) Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Áurea de Oliveira Cobari

Suplente: Margareth do Amaral"

Art. 2º Os demais itens do Decreto nº. 1.103/2013 permanecem inalterados.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 17 dias do mês de março de 2015.

GIOVANNI PAOLO VOLTOLINI

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 002/2015 - FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 002/2015- FUNREBOM
Extrato de Edital de Pregão Presencial 002/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação global, do tipo presencial, para aquisição de materiais e contratação de mão de obra para instalações elétricas e mudança de padrão na edificação da Sede do Corpo de Bombeiros Militar de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 06 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 003/2015- FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 003/2015- FUNREBOM
Extrato de Edital de Pregão Presencial 003/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de equipamentos de informática, equipamentos de áudio e móveis de escritório para o Corpo de Bombeiros Militar de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 07 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2015- FUNREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 004/2015- FUNREBOM
Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2015

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com

adjudicação por item, do tipo presencial, para aquisição de equipamentos para o Corpo de Bombeiros Militar de Porto União. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 08 de abril de 2015 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 19 de março de 2015.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 259/2015 - RH

PORTARIA Nº 259, de 06 de março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Cristiane Stefani Debacker, do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de março de 2015.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RESOLUÇÃO Nº 002/2015 - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 002, de 16 de março de 2015.

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas com recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA referente ao exercício de 2014.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, do Município de Porto União - SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.816, de 1º de junho de 1992, consolidada pela Lei Municipal nº 3.113, de 24 de outubro de 2005, e alterada pela Lei Municipal nº 3.228, de 13 de outubro de 2006, em Reunião Extraordinária, ocorrida no dia 16 de março de 2015, Ata nº 158,

RESOLVE:

Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA, referente ao Exercício de 2014.

Porto União (SC), 16 de março de 2015.
CLAUDINEI JOSÉ KZIOZEK
Presidente do CMDCA

Rio do Sul

PREFEITURA

ALVACIR MACEDO PEREIRA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 09/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALVACIR MACEDO PEREIRA, portador(a) do CPF nº 741.671.709-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 231/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 231/2015, iniciando-se a prorrogação em 10/03/2015 e encerrando-se em 08/09/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ALVACIR MACEDO PEREIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANA PAULA NOLLI VIANA - 16º TERMO ADITIVO

16º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 780/2008, firmado em 21/05/2008, com término previsto para 03/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA NOLLI VIANA, portador(a) do CPF nº 936.751.789-00, na qualidade de Contratado(a), celebram o 16º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 780/2008, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº

780/2008, iniciando-se a prorrogação em 04/03/2015 e encerrando-se em 02/09/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANA PAULA NOLLI VIANA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

BRUNA SABEDRA BORDIN - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 337/2014, firmado em 20/08/2014, com término previsto para 24/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) BRUNA SABEDRA BORDIN, portador(a) do CPF nº 007.618.080-86, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 337/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 337/2014, iniciando-se a prorrogação em 25/03/2015 e encerrando-se em 23/09/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

BRUNA SABEDRA BORDIN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CASSIO MORAES DE OLIVEIRA - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 358/2014, firmado em 30/10/2014, com término previsto para 04/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CASSIO MORAES DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 977.293.530-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 358/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 358/2014, iniciando-se a prorrogação em 05/03/2015 e encerrando-se em 03/09/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CASSIO MORAES DE OLIVEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CLEUSEMERI RAHN - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 336/2014, firmado em 19/08/2014, com término previsto para 24/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) CLEUSEMERI RAHN, portador(a) do CPF nº 027.045.649-06, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 336/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 336/2014, iniciando-se a prorrogação em 25/03/2015 e encerrando-se em 23/09/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

CLEUSEMERI RAHN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 141/2015 -
REPUBLICAÇÃO - SOLANGE APARECIDA DEMÉTRIO**
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 141/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SOLANGE APARECIDA DEMÉTRIO, portador(a) do CPF nº 003.779.999-11, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Rua João Nascheweng, nº 191 - Bairro Brehmer ☐ Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em virtude de vaga não ocupada por Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.978,07 (dois mil novecentos e setenta e oito reais e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único ☐ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 09/02/2015 e encerrando-se em 08/03/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência

administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 02 de fevereiro de 2015.

GIVANILDO SILVA	SOLANGE APARECIDA DEMETRIO
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2015 - MARISA RODRIGUES VIEIRA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 259/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MARISA RODRIGUES VIEIRA, portador(a) do CPF nº 045.313.919-18, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Filomena Kraus de Souza, nº 79 - Bairro Progresso - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Roberto Machado, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 23/03/2015 e encerrando-se em 22/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 18 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

MARISA RODRIGUES VIEIRA

Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 261/2015 - ANA MARIA DE OLIVEIRA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 261/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA MARIA DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 601.163.319-68, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Vereador Ogenil de Oliveira, nº 822 - Bairro Laranjeiras - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso IV, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Orientador de Educação, nível II, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro Educacional Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, para atender o Programa Mais Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.707,40 (dois mil setecentos e sete reais e quarenta centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único ☐ De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a

mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 23/03/2015 e encerrando-se em 22/04/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 19 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA	ANA MARIA DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 179/2015, firmado em 30/01/2015, com término previsto para 18/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA, portador(a) do CPF nº 016.914.199-31, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 179/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 179/2015, iniciando-se a prorrogação em 19/03/2015 e encerrando-se em 17/04/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 17/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

DANIELA CRISTINA SILVEIRA RAMOS FRONZA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

DECRETO Nº 4592, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4592, de 13 de março de 2015.

“CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Especial de Processo Seletivo, integrada pelos Srs. Givanildo Silva, Carmela Suzana da Veiga Ferreira, Débora Roiwas, Daniela Cristina Ferrari e Ivone Terezinha Meneghelli Lorenzo para, sob a Presidência do primeiro, coordenar todas as etapas do Processo Seletivo - Edital nº 002/2015 do Município de Rio do Sul, destinado ao preenchimento de vagas para as funções de Agente Administrativo, Enfermeiro, Farmacêutico, Médico Psiquiatra e Técnico em Enfermagem, em caráter temporário.

Art. 2º - Além de Coordenar todas as etapas do Processo Seletivo, compete a referida comissão: a elaboração do edital, a execução, acompanhamento e supervisão de todas as etapas de avaliação, a emissão de julgamentos e deliberação sobre os casos omissos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

13 de março de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 4600, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 4600, de 16 de março de 2015.

“DESIGNA VALMIR RUBLESKI”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso X, do artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, na Lei Complementar nº 207, de 28/09/2010 e na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art. 1º-	Designar, no período de 10/02/2015 a 03/03/2015, o servidor VALMIR RUBLESKI, de acordo com o artigo 46 e 47 da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Bens Móveis e Imóveis da Secretaria de Administração, para exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Patrimônio da Secretaria de Administração, durante o impedimento do titular, por motivo de férias.
----------	--

Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, pelo exercício da função, faz jus o servidor pela diferença de vencimento dos cargos, retroagindo seus efeitos legais e financeiros ao dia 10/02/2015.
----------	---

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO.
16 de março de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELIANE DA CUNHA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 211/2015, firmado em 28/01/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELIANE DA CUNHA, portador(a) do CPF nº 044.227.369-06, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 211/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 211/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 17/07/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELIANE DA CUNHA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ELISANDRA PEREIRA GROTH - 2º TERMO ADITIVO
2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 331/2014, firmado em 13/08/2014, com término previsto para 24/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ELISANDRA PEREIRA GROTH, portador(a) do CPF nº 002.515.870-88, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 331/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 331/2014, iniciando-se a prorrogação em 25/03/2015 e encerrando-se em 23/09/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/03/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ELISANDRA PEREIRA GROTH
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

FABIANA CRISTINA VIEIRA - 2º TERMO ADITIVO
2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 334/2014, firmado em 18/08/2014, com término previsto para 24/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) FABIANA CRISTINA VIEIRA, portador(a) do CPF nº 046.842.179-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o

2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 334/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 334/2014, iniciando-se a prorrogação em 25/03/2015 e encerrando-se em 23/09/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

FABIANA CRISTINA VIEIRA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

JOIARA RAQUEL MACIEL - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 339/2014, firmado em 22/08/2014, com término previsto para 24/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOIARA RAQUEL MACIEL, portador(a) do CPF nº 989.731.692-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 339/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 339/2014, iniciando-se a prorrogação em 25/03/2015 e encerrando-se em 23/09/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

JOIARA RAQUEL MACIEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LEI 5.561

LEI Nº 5.561, de 18 de março de 2015.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL RECEBER POR DOAÇÃO NÃO ONEROSA, SEM ENCARGOS, IMÓVEL QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica autorizado o Município de Rio do Sul a receber por doação não onerosa, com fulcro no art. 87 da Lei Orgânica Municipal, das empresas Comércio e Transportes CR Ltda. e DWH & Filhos Ltda., a parte ideal de 5.830,51 m² (cinco mil oitocentos e trinta metros quadrados e cinquenta e um decímetros quadrados), do imóvel com área total de 28.316,36 m² (vinte e oito mil e trezentos e dezesseis metros quadrados e trinta e seis decímetros quadrados) localizado neste município, na Rua dos Vereadores, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas deste município sob os números 34.266, 34.267, 34.268, 34.596, 34.597.
----------	---

Art. 2º-	A área de terra recebida em doação destina-se abertura de rua, conforme projeto constante no anexo da presente Lei.
	Parágrafo único- Os imóveis objetos de doação estão avaliados no total de R\$ 1.166.102,00 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, cento e dois reais), conforme comprovam os Laudos de Avaliação constantes no anexo da presente Lei.

Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 4º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

18 de março de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LEI 5.562

LEI Nº 5.562, de 18 de março de 2015.

"ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 5.554, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE CRIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Altera os incisos I, II, III e IV e acrescenta o inciso V ao artigo 2º da Lei nº 5.554, de 22 de dezembro de 2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:
	"Art. 2º- (...) I - 04 (quatro) membros da Secretaria Municipal de Administração; II - 02 (dois) membros do Gabinete do Prefeito; III - 02 (dois) membros da Secretaria Municipal da Fazenda; IV - 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Educação; V - 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Saúde." (NR)

Art. 2º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
----------	--

Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.
----------	---

GABINETE DO PREFEITO

18 de março de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

LIVIA REGINA KOESTER - 17º TERMO ADITIVO

17º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2009, firmado em 16/10/2009, com término previsto para 19/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIVIA REGINA KOESTER, portador(a) do CPF nº 025.863.629-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 17º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 21/2009, iniciando-se a prorrogação em 20/03/2015 e encerrando-se em 18/06/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 18/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LIVIA REGINA KOESTER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LOUISE RUBIA PROBST PURNHAGEN - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 332/2014, firmado em 14/08/2014, com término previsto para 24/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LOUISE RUBIA PROBST PURNHAGEN, portador(a) do CPF nº 003.810.379-67, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 332/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 332/2014, iniciando-se a prorrogação em 25/03/2015 e encerrando-se em 23/09/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LOUISE RUBIA PROBST PURNHAGEN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

LUCIMARA PESSOA - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 59/2015, firmado em 29/01/2015, com término previsto para 02/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LUCIMARA PESSOA, portador(a) do CPF nº 057.293.219-70, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 59/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 59/2015, iniciando-se a prorrogação em 03/03/2015 e encerrando-se em 01/09/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/02/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

LUCIMARA PESSOA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PORTARIA 0185/2015

PORTARIA N. 0185/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art..1º Exonera a pedido, a partir de 10/03/2015, o servidor ANDRE GUSTAVO WORMSBECHER, ocupante do cargo de provimento efetivo Desenhista, nos termos do Art. 39, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de março de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ipm

RAQUEL ANDRESSA DOS SANTOS BARRAZA - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 330/2014, firmado em 13/08/2014, com término previsto para 24/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RAQUEL ANDRESSA DOS SANTOS BARRAZA, portador(a) do CPF nº 022.099.230-42, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 330/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 330/2014, iniciando-se a prorrogação em 25/03/2015 e encerrando-se em 23/09/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

RAQUEL ANDRESSA DOS SANTOS BARRAZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

RENILDA FERNANDES - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 29/2015, firmado em 23/01/2015, com término previsto para 01/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) RENILDA FERNANDES, portador(a) do CPF nº 591.147.979-68, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 29/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 29/2015, iniciando-se a prorrogação em 02/03/2015 e encerrando-se em 31/08/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Presente Termo Aditivo.

E para que o Presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/02/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

RENILDA FERNANDES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

RESUMO DO ADITIVO 002/2015

1º TERMO ADITIVO Nº 002/2015 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 128/2014, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COPA, COZINHA, LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO NAS INSTALAÇÕES DA SEDE DA COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA GREICE MARA KANNENBERG WOLECK ME.

Aos dois (02) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e quinze (2015), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa GREICE MARA KANNENBERG WOLECK ME., estabelecida na Rua Júlio Schlupp, 171, bairro Bela Aliança, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 20.167.570/0001-88, ora denominada CONTRATADA, representada pela sua Empresária, Sra. Greice Mara Kannenber Woleck, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 062/2014 e o Contrato original de Prestação de Serviços nº 128, datado de 04 de julho de 2014 de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 04 de julho de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS, FGTS E Débitos Trabalhistas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

GREICE MARA KANNENBERG WOLECK
Empresária
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

SAMANA CARDOSO - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 338/2014, firmado em 22/08/2014, com término previsto para 24/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) SAMANA CARDOSO, portador(a) do CPF nº 009.915.919-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 338/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto
Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 338/2014, iniciando-se a prorrogação em 25/03/2015 e encerrando-se em 23/09/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/03/2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

SAMANA CARDOSO
Contratado(a)

Testemunhas:
Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

TAISE KAMER - 2º TERMO ADITIVO

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 333/2014, firmado em 18/08/2014, com término previsto para 24/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TAISE KAMER, portador(a) do CPF nº 060.204.529-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 333/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 333/2014, iniciando-se a prorrogação em 25/03/2015 e encerrando-se em 23/09/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

TAISE KAMER

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

THUYSE GERBER ADAMI - 1º TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2015, firmado em 06/02/2015, com término previsto para 08/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) THUYSE GERBER ADAMI, portador(a) do CPF nº 074.357.009-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 229/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 229/2015, iniciando-se a prorrogação em 09/03/2015 e encerrando-se em 04/09/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

THUYSE GERBER ADAMI

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

VITOR GIATTE ANGARTEN - 4º TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 335/2014, firmado em 19/08/2014, com término previsto para 15/03/2015.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VITOR GIATTE ANGARTEN, portador(a) do CPF nº 299.543.848-12, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 335/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 335/2014, iniciando-se a prorrogação em 16/03/2015 e encerrando-se em 14/04/2015."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 13/03/2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

VITOR GIATTE ANGARTEN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO Nº 12/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 12/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

Homologa Resultado Final de Classificação do Concurso Público nº 001/2015.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital do Concurso Público n.º 001/2015, DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final de classificação do Concurso Público nº 001/2015, conforme Anexo Único.

Art. 2º Fica assegurado o prazo legal, para qualquer recurso referente a esta homologação.

Art. 3º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Salto Veloso/SC, em 19 de Março de 2015.

Claudemir Cesca

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado em Diário Oficial dos Municípios.

José Carlos Oneda

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

ADVOGADO											
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
57	ROBINSON ANDREI GOTARDO	3,84	1,60	1,40	1,20	8,04	0,00	0,00	8,04	APROVADO(A)	1º
651	ODIN GUSTAVO MENDES CORRÊA ROCHA	2,88	1,00	1,60	0,24	5,72	0,00	0,00	5,72	APROVADO(A)	2º

ASSISTENTE SOCIAL											
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS											

AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO											
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
678	MICHELE ALVES	3,84	1,40	0,60	0,48	6,32	9,00	0,00	7,66	APROVADO(A)	1º
577	SILVIA PESSOA	3,84	1,00	0,60	0,96	6,40	8,00	0,00	7,20	APROVADO(A)	2º
16	SILVANA KAIBER GARCIA DA SILVA	3,20	1,60	0,60	0,48	5,88	8,00	0,00	6,94	APROVADO(A)	3º
704	ROSANE DOS SANTOS	3,20	1,00	1,00	0,48	5,68	8,00	0,00	6,84	APROVADO(A)	4º
753	JUECELI APARECIDA MARKOVICZ CAMPOS	3,20	1,40	0,20	0,48	5,28	8,00	0,00	6,64	APROVADO(A)	5º
189	ADRIANA LOCATELLI DOS SANTOS	2,56	1,00	1,20	0,48	5,24	8,00	0,00	6,62	APROVADO(A)	6º

AUXILIAR DE INFORMÁTICA											
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
22	ALEXANDRE DE BORTOLI	3,52	0,80	1,40	0,48	6,20	0,00	0,00	6,20	APROVADO(A)	1º
515	MICHEL CAMILO SPANHOLI	3,52	0,40	1,20	0,24	5,36	0,00	0,00	5,36	APROVADO(A)	2º

CONTADOR											
Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
261	ZOLDANE APARECIDA DA FONSECA	3,52	1,60	1,60	1,20	7,92	0,00	0,00	7,92	APROVADO(A)	1º
103	TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI	3,52	1,00	0,80	0,72	6,04	0,00	1,00	7,04	APROVADO(A)	2º
110	ANDRESSA MACIEL STRAPAZZON	3,52	0,80	0,80	0,72	5,84	0,00	0,00	5,84	APROVADO(A)	3º
942	EMERSON HENRIQUE BAZZO	3,20	0,80	0,80	0,48	5,28	0,00	0,00	5,28	APROVADO(A)	4º
724	MARILDO LUIZ REVERS	2,88	0,80	0,60	0,96	5,24	0,00	0,00	5,24	APROVADO(A)	5º
53	CARLOS HENRIQUE OBERBACHER CESAR	2,56	0,60	1,40	0,48	5,04	0,00	0,00	5,04	APROVADO(A)	6º

FARMACEUTICO

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
204	CRISTINE GISELA OHLWEILER	3,52	1,20	1,40	1,20	7,32	0,00	1,00	8,32	APROVADO(A)	1º
479	SILVANE DA ROCHA PINTO	2,56	0,60	1,60	0,96	5,72	0,00	0,00	5,72	APROVADO(A)	2º
720	PAOLA CRISTINA DE BORTOLO GRAZZIOTIN	3,20	0,80	0,60	0,96	5,56	0,00	0,00	5,56	APROVADO(A)	3º

FISIOTERAPEUTA

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
907	ALINE ANDRESSA MATIELLO	2,56	1,20	1,20	0,48	5,44	0,00	1,00	6,44	APROVADO(A)	1º
555	LUCIANO OSTERKAMP DE OLIVEIRA	2,88	0,80	1,00	0,48	5,16	0,00	1,00	6,16	APROVADO(A)	2º

MÉDICO

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
69	MARCELO MARANINCHI PAVESI	2,88	0,80	1,20	0,72	5,60	0,00	0,00	5,60	APROVADO(A)	1º
34	MARIANA RAGNIN	2,56	0,80	1,20	0,48	5,04	0,00	0,00	5,04	APROVADO(A)	2º

GUARDA DE PATRIMONIO PÚBLICO

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
121	FELIPE JHONES SILVA	3,52	1,60	0,60	0,24	5,96	0,00	0,00	5,96	APROVADO(A)	1º
87	ADAO JULIANO PERAO	3,52	1,40	0,60	0,24	5,76	0,00	0,00	5,76	APROVADO(A)	2º
289	CARLOS ALEXANDRE DA ROCHA PORTO TADEU	2,88	1,20	0,60	0,48	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	3º

ODONTOLOGO

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
125	JULIANA ROYER HEIDMANN	2,56	1,40	1,60	0,48	6,04	0,00	0,00	6,04	APROVADO(A)	1º
886	ANNA PAULA COLOMBELLI	2,56	1,60	1,00	0,24	5,40	0,00	0,00	5,40	APROVADO(A)	2º
834	CAMILA ZONIN	2,56	1,40	1,20	0,24	5,40	0,00	0,00	5,40	APROVADO(A)	3º
62	CAMILA BERNARDT	2,88	0,80	0,80	0,72	5,20	0,00	0,00	5,20	APROVADO(A)	4º

PSICÓLOGO – 20 HRS

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
NÃO HOUVE APROVADOS											

PSICOLOGO - 40 HRS

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
933	KATIANI GUARACI DE MORAIS DOS SANTOS	3,52	1,00	1,00	0,72	6,24	0,00	1,00	7,24	APROVADO(A)	1º
721	JAQUELINE DE FATIMA FRANCESCHI	3,52	0,80	0,60	0,72	5,64	0,00	1,00	6,64	APROVADO(A)	2º

MÉDICO VETERINÁRIO

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
639	MILENA VARGAS DE OLIVEIRA	2,24	1,40	1,60	0,72	5,96	0,00	1,00	6,96	APROVADO(A)	1º
64	LUCAS GIACOMIN	3,52	0,60	2,00	0,72	6,84	0,00	0,00	6,84	APROVADO(A)	2º
711	FLAVIA HARUMI SCHEFFER YAMAKAWA	3,84	0,60	1,60	0,72	6,76	0,00	0,00	6,76	APROVADO(A)	3º
901	IARA ESTELA FERNANDES SANDRINI	3,20	1,40	1,40	0,72	6,72	0,00	0,00	6,72	APROVADO(A)	4º
215	CÉSAR BENETTI	3,52	0,60	1,40	0,00	5,52	0,00	1,00	6,52	APROVADO(A)	5º

965	LEONARDO POHL	2,88	0,80	1,60	1,20	6,48	0,00	0,00	6,48	APROVADO(A)	6º
436	RAFAEL LUIZ OLIVO	3,52	0,60	1,60	0,72	6,44	0,00	0,00	6,44	APROVADO(A)	7º
185	JOÃO HENRIQUE BARBOSA SOUTO	2,56	1,60	1,80	0,48	6,44	0,00	0,00	6,44	APROVADO(A)	8º
804	EDUARDO MACAGNAN	3,20	1,20	1,40	0,48	6,28	0,00	0,00	6,28	APROVADO(A)	9º
141	ELAINE CAROLINE CARDOSO	2,56	0,60	1,20	0,72	5,08	0,00	1,00	6,08	APROVADO(A)	10º
685	RENAN DE CORDOVA MELO JUNIOR	2,88	0,80	1,60	0,72	6,00	0,00	0,00	6,00	APROVADO(A)	11º
169	FABIO GOSCINSKI	2,88	0,80	1,80	0,48	5,96	0,00	0,00	5,96	APROVADO(A)	12º
778	NEUBER JOSÉ LUCCA	4,16	0,40	1,00	0,24	5,80	0,00	0,00	5,80	APROVADO(A)	13º
864	SAMUEL REISDORFER	3,20	0,40	1,60	0,48	5,68	0,00	0,00	5,68	APROVADO(A)	14º
807	ANA CLÁUDIA KONOPKA PETERS	2,56	0,60	1,60	0,72	5,48	0,00	0,00	5,48	APROVADO(A)	15º
909	JADERSON CANALLE	2,88	0,80	1,40	0,24	5,32	0,00	0,00	5,32	APROVADO(A)	16º
831	ADYR PEDRO FONTANA MACCAGNAN JUNIOR	2,24	0,80	1,80	0,48	5,32	0,00	0,00	5,32	APROVADO(A)	17º
777	LEANDRO HENRIQUES ANJO	3,20	0,60	1,20	0,24	5,24	0,00	0,00	5,24	APROVADO(A)	18º
544	JACKSON BAIA LOPES	2,56	0,80	1,40	0,48	5,24	0,00	0,00	5,24	APROVADO(A)	19º
801	CLEVERTON MARCON	2,24	0,80	1,20	0,96	5,20	0,00	0,00	5,20	APROVADO(A)	20º
27	TAILANA CRISTINA DE BORBA	2,88	1,00	0,80	0,48	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	21º
536	FELIPE HANAUER SCHAAB	2,88	0,40	1,40	0,48	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	22º
10	CLÁUDIO FRANCISCO BROGNI	3,84	0,60	0,60	0,00	5,04	0,00	0,00	5,04	APROVADO(A)	23º

TECNICO DE ENFERMAGEM

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
780	VANESSA VEDANA	2,88	0,80	0,60	1,20	5,48	0,00	0,00	5,48	APROVADO(A)	1º
735	FABIANE CAMILA DA SILVA	3,52	0,80	0,60	0,24	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	2º
139	SIBELI APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA GRANDO	3,52	0,40	1,00	0,24	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	3º
112	ANA CLAUDIA SANTOS	2,88	1,00	0,80	0,48	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	4º
845	VERA LUCIA ALEXANDRE FRAGOSO	3,20	0,80	0,40	0,72	5,12	0,00	0,00	5,12	APROVADO(A)	5º

TECNICO DE HIGIENE BUCAL

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
680	JANETE SCHWANTZ	3,20	0,80	0,80	0,24	5,04	0,00	0,00	5,04	APROVADO(A)	1º

TECNICO DE RECURSOS HUMANOS

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
43	FRANCIS NATALLY DE ALMEIDA ANACLETO	4,48	1,80	1,20	1,20	8,68	0,00	0,00	8,68	APROVADO(A)	1º
553	SUSIELI VIEIRA SATICQ	3,20	1,40	1,20	1,20	7,00	0,00	0,00	7,00	APROVADO(A)	2º
573	EDUARDO AKIO YAMAMOTO	2,56	0,80	2,00	0,96	6,32	0,00	0,00	6,32	APROVADO(A)	3º
752	JULIANA PAULA CAMICIA BARBOZA	2,88	0,60	1,00	0,72	5,20	0,00	0,00	5,20	APROVADO(A)	4º
633	KELLY CRISTINA LIERMANN	3,52	0,80	0,60	0,24	5,16	0,00	0,00	5,16	APROVADO(A)	5º
872	WERNER SOLLE	3,20	0,60	1,00	0,24	5,04	0,00	0,00	5,04	APROVADO(A)	6º
738	ARTUR MARTINAZZO MANENTI	2,56	0,40	1,60	0,48	5,04	0,00	0,00	5,04	APROVADO(A)	7º

TELEFONISTA

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
540	DAIANE ARIATTI MAFFIOLETTI	2,88	0,40	1,00	0,96	5,24	0,00	0,00	5,24	APROVADO(A)	1º

TESOUREIRO

Inscrição	Candidato	CE	CP	CM	CG	T.P.O.	Prática	Títulos	Total	Situação.	Class.
862	FERNANDA APARECIDA COUSSEAU RAMOS	1,60	0,80	2,00	0,96	5,36	0,00	0,00	5,36	APROVADO(A)	1º

PORTARIA Nº. 174/2015

PORTARIA Nº. 174/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. ANDRÉIA LEITE GODOY VITTI, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL - 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 15, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de março de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul**PREFEITURA****EDITAL 030/2015 CONVITE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

LICITAÇÃO Nº 30/2015 - CV Nº 30/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de empresa para Fornecimento de Materiais Tipográficos para as Secretarias de Saúde e do Bem Estar Social e Administração e Finanças, exercício 2015. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 17:00 Hr do dia 27 de Março de 2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14:00 horas do dia 30 de Março 2015. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113.

Santa Rosa do Sul, 19 de Março de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

EDITAL 031/2015 PREGÃO PRESENCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 31/2015- PR 31/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para fornecimento de materiais de expediente e artesanato para uso do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes, do Município de Santa Rosa do Sul/SC. Conforme especificações constantes do anexo I que integra este edital. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 17:30horas do dia 01 de Abril de 2015, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08:30 horas do dia 02 de Abril de 2015. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113,

E-mail licitação@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 19 de Março de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE INEXIGIBILIDADE PL 029/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2015-INEXIGIBILIDADE

nº. 029/2015

CONTRATADO: COOP. MISTA DA AGRIC. FAMILIAR DE S. ROSA DO SUL-COOPERSOL

CNPJ: 17.012.191/0001-04

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural para atender os alunos matriculados nas escolas de educação infantil e fundamental da rede municipal de ensino, durante o exercício de 2015.

Do Valor: O valor dos produtos é de: R\$ 57.454,00 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais).

Da base legal: Artigo 25, inciso I da Lei nº 8.666/93 c/c o Artigo 14 da Lei nº 11.947/2009.

JUSTIFICATIVAS: A inexigibilidade justifica-se por inviabilidade de competição, haja visto a escolha dos fornecedores se fazer por credenciamento, através de chamada pública, necessária para o cumprimento da aplicação de no mínimo 30% do total dos recursos repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

A escolha dos produtores justifica-se pelo credenciamento na chamada pública nº 03/2015.

Assinatura: 13/03/2015

Joelson Farias Pereira
Presidente da CPL

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso**PREFEITURA****DECRETO Nº67/2015 TIAGO POSSENTI**

DECRETO Nº 067/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA CARGO DE AGENTE POLÍTICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar nº 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado em cargo de Agente Político, o seguinte servidor público municipal:

NOME: TIAGO POSSENTI

CARGO: Secretário Municipal

NÍVEL: AP-01

CÓDIGO: 003

LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 19 de Março de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

Santiago do Sul

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 001/2015 CONVOCAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DO IDOSO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

RESOLUÇÃO 001/2015

Dispõe sobre a convocação da 1ª CONFERENCIA MUNICIPAL DO IDOSO e da outras providencias.

O Presidente do Conselho Municipal Idoso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal nº 431 de 11 de novembro de 2011 e Resolução do CNI- Conselho Nacional do Idoso nº 22 de 17 de abril de 2014, resolve:

Art. 1º - Convocar a 1ª Conferência Municipal do Idoso de Santiago do Sul - SC com o objetivo de avaliar a Política Municipal do Idoso.

Art. 2º - A 1ª Conferência Municipal do Idoso realizar-se-á em SANTIAGO DO SUL na seguinte forma:

Dia: 24 de março de 2015

Horário: 13:30hs

Local: Centro de Idosos

Art. 3º - A 1ª Conferência terá como tema: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades".

Art. 4º - A 1ª Conferência Municipal do Idoso será presidida e coordenada pelo presidente e conselheiros do CMI.

Art. 5º - Caberá à Empresa PERSONA - Gestão de Pessoas ganhadora do Processo de licitação: providenciar crachá, lista de presença, regimento interno, palestra magna sobre o tema, organizar grupos de trabalho, eleição de delegados e relatório final e exercer outras atividades correlatas.

Art. 6º - A 1ª Conferência Municipal do Idoso será desenvolvida em consonância com as diretrizes estabelecidas no texto Base elaboradas pelo CNI

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANTIAGO DO SUL, SC, 15 DE MARÇO DE 2015

VANILDO VALCARENGHI

Presidente do CMI

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONVOCAÇÃO

O Conselho Municipal do Idoso juntamente com o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social vem através deste convocar autoridades municipais, câmara de vereadores, escolas Municipal e Estadual; conselhos: Tutelar, de Assistência Social; de Educação; de Idosos; de Saúde e demais conselhos constituídos em nosso município bem como APPs, e população em geral, ministério Público para participar da 1ª Conferência Municipal do Idoso de SANTIAGO DO SUL -SC que tem como objetivo de avaliar a Política Municipal do Idoso.

A Conferência realizar-se-á em SANTIAGO DO SUL dia 24 de março de 2015, às 13:30hs; tendo como local o Centro de Idosos

A 1ª Conferência terá como tema: "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de Todas as Idades".

SANTIAGO DO SUL, SC, 15 DE MARÇO DE 2015.

VANILDO VALCARENGHI SILVIA M N TIBOLA

Presidente do CMI Diretoria Departamento

RESOLUÇÃO DO CMDCA 004 DE 16 DE MARÇO 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO DO CMDCA 004 de 16 de março 2015

Dispõe sobre a convocação da 9ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de SANTIAGO DO SUL -SC e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal nº 725 de 02 de junho de 2014 art.11 e Resolução do CONANDA nº 166 de 2014, resolve:

Art. 1º - Convocar a 9ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de SANTIAGO DO SUL -SC com o objetivo de avaliar a Política Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e monitorar o Plano Decenal.

Art. 2º - A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á em SANTIAGO DO SUL na seguinte forma:

Dia: 24 de março de 2015

Horário: 08:00hs

Local: Centro de Idosos

Art. 3º - A 9ª Conferência terá como tema: "A POLÍTICA E O PLANO DECENAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 4º - A 9ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será presidida e coordenada pelo presidente do CMDCA e conselheiros do CMDCA.

Art. 5º - Caberá à Empresa PERSONA - Gestão de Pessoas ganhadora do Processo de licitação: providenciar crachá, lista de presença, regimento interno, palestra magna sobre o tema, organizar grupos de trabalho, eleição de delegados e relatório final e exercer outras atividades correlatas.

Art. 6º - A 9ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será desenvolvida em consonância com as diretrizes estabelecidas no texto Base elaboradas pelo CONANDA

Art. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SANTIAGO DO SUL, SC, 15 DE MARÇO DE 2015.

JOLICE FIORELLI CAMILO

Presidente do CMDCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

CRAS - CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONVOCAÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente juntamente com o CRAS - Centro de Referência de Assistência Social vem através deste convocar autoridades municipais, câmara de vereadores, escolas Municipal e Estadual; conselhos: Tutelar, de Assistência Social; de Educação; de Idosos; de Saúde e demais conselhos constituídos em nosso município bem como APPs, e população em geral, ministério Público para participar da 9ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de SANTIAGO DO SUL -SC que tem como objetivo de avaliar a Política Municipal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e monitorar o Plano Decenal.

A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar-se-á em SANTIAGO DO SUL dia 24 de março de 2015, às 08:00hs; tendo como local o Centro de Idosos

A 9ª Conferência terá como tema: "A POLÍTICA E O PLANO DECENTAL DE DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

SANTIAGO DO SUL, SC, 15 DE MARÇO DE 2015.

JOLICE FIORELLI CAMILO

Presidente do CMDCA

SILVIA M N TIBOLA

Diretorade Departamento

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 66/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 31 de março de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA (PROTETOR AUDITIVO, ÓCULOS DE PROTEÇÃO, LUVA DE SEGURANÇA, AVENTAL, CORDA), QUE FICARAM PREJUDICADOS NO ÚLTIMO PROCESSO (PREGÃO Nº 377/2014), PARA A SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 18 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 67/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 67/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 09:00 horas do dia 01 de abril de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA A SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SETORES (CRAS, CREAS, FAMÍLIAS ACOLHEDORAS, CONSELHO TUTELAR, PRONATEC, GRUPOS DA TERCEIRA IDADE E CASA ABRIGO DA MULHER), CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 18 de março de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

DECRETO Nº 894/2015

DECRETO Nº 0894, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(358) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente

R\$ 6.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 - Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 - Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(350) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF R \$ 6.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 059/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 059/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços com Fornecimento de Mão de Obra que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa MAIOCHI VEÍCULOS LTDA.

DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de peças e mão de obra para substituição no caminhão de combate a incêndios ABTR - 85, FORD CARGO 3132 11/12, placa MKS-6855 da 2ª CIA BM de São Bento do Sul - SC, conforme anexo ao Convite 5/2015.

DO VALOR: R\$ 17.785,59 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2015.

ASS: PEDRO IVO DIENER, como Chefe de Gabinete do Município. MAIOCHI VEÍCULOS LTDA, como Contratado.

PORTARIA Nº 8412/2015

PORTARIA Nº 8412, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2015,

RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Administração, MARLI DOS ANJOS, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 18 de março de 2015.

São Bento do Sul, 18 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8413/2015

PORTARIA Nº 8413, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Admite Servidor em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos III e V do artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, consoante a Lei nº 228/2001 e ainda nos termos do Processo Seletivo de Contratação Temporária nº 001/2015,

RESOLVE:

Admitir em caráter temporário, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, ISMAEL CICERO BARBOSA, na função de Mecânico, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 18 de março de 2015.

São Bento do Sul, 18 de março de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 8414/2015

PORTARIA Nº 8414, DE 18 DE MARÇO DE 2015

Revoga Portaria nº 8300/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 8300/2015 que nomeou servidora pública municipal MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO, no cargo de Assistente Social, por desistência espontânea em 17 de março de 2015.

São Bento do Sul, 18 de março de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

CÂMARA MUNICIPAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SOBRE 3º QUADRIMESTRE DE 2014 E 6º BIMESTRE 2014

E D I T A L

O Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul e o Presidente da Comissão de Saúde, Saneamento e Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.689 de 27 de julho de 1993, COMUNICA que a Secretária Municipal de Saúde, Senhor Deodato Raul Hruschka, apresentará em AUDIÊNCIA PÚBLICA, o Relatório do 3º Quadrimestre de 2014.

Data: 24 de março de 2015
Hora: 15:30 hs
Local: Sede do Poder Legislativo Municipal

Câmara Municipal de São Bento do Sul, 19 de Março de 2015.
Edimar Geraldo Salomon
Presidente da Câmara Municipal de São Bento do Sul

Tirso Gladimir Hummelgen
Presidente da Comissão de Saúde, Saneamento e Assistência Social

São Carlos

PREFEITURA

AVISO N.07/2015 FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO CARLOS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.07/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 07/2015
Tipo : Menor preço
Objeto: SERVIÇOS PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAÚDE- MÉDICO ANESTESISTA
Entrega dos Envelopes ;10:00 horas -dia 02 de abril de 2015
Abertura dos Envelopes 10:00 horas- dia 02 de abril de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
Rua Demétrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800

SAO CARLOS 19 de março de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO N.08/2015 FMS

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE SÃO CARLOS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.08/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇOS N. 08/2015
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS P/AMBULATÓRIO
Entrega dos Envelopes ;08:00 horas -dia 07 de abril de 2015
Abertura dos Envelopes 08:00 horas- dia 07 de abril de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
Rua Demétrio, 747, em horário de expediente, ou pelo fone 014 493325 3000/1800

SAO CARLOS, 19 de março de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO N.31/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.31/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL REG. DE PREÇOS N.31/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÁQUINA -RETROESCAVADEIRA
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas -dia 02 de abril de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas- dia 02 de abril de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:
RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta,
das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 014 493325.3000

SAO CARLOS, 19 de março de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.32/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº32/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL- REG DE PREÇOS N. 32/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto: SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas - dia 02 de abril de 2015
Abertura dos Envelopes 09:00 horas - dia 02 de abril de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e
horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segundas
às Sextas, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone
014 493325 3000

SAO CARLOS, 19 de março de 2015
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

AVISO N.33/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS
Processo Adm. Nº33/2015
Edital: PREGÃO PRESENCIAL- REG DE PREÇOS N. 33/2015.
Tipo : Menor preço
Objeto: AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE PASTAGENS
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas - dia 08 de abril de 2015
Abertura dos Envelopes 08:00 horas - dia 08 de abril de 2015
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e
horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segundas
às Sextas, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone
014 493325 3000

SAO CARLOS, 19 de março de 2015.
CLEOMAR WEBER KUHN
Prefeito Municipal

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 035/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 035/2015
TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 004/2015

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 06 de abril de 2015, estará recebendo as propostas de interessados para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ADAPTAÇÃO E READEQUAÇÃO DA PRAÇA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, objeto do Contrato de Repasse n. 1013934-13/2013/MTUR/CAIXA. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 12 de março de 2015.
ALCIMAR DE OLIVEIRA - Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 034/2015

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 034/2015
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 012/2015

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 01 de abril de 2015, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR AS CESTAS DE ALIMENTOS DESTINADAS ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, A SEREM CONCEDIDAS ATRAVÉS DA LEI DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: . São Domingos, SC, 12 de março de 2015.

Flávio Celeste Lorenzi - Pregoeiro Oficial.

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA DO PROCESSO 40/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Pregão presencial 14/2015 - Registro de Preço
Processo n.º40/2015 - Contratação de empresa para serviços de recauchutagem, conserto de pneu, recapagem e vulcanizo para diversas secretarias.

Onde lê-se:

11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 11.1 até às 09:30 MIN. do dia 26 de março de 2015.

Leia-se:

Tipo: 11. DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 11.1 até às 14:00 do dia 26 de março de 2015.

21. DA(S) AUTORIZAÇÃO (ÕES) DE FORNECIMENTO:

Onde lê-se:

21.2. Caso o Licitante vencedor não atenda o pedido no prazo de 01 (um) dia útil,

Leia-se:

21.2. Caso o Licitante vencedor não atenda o pedido no prazo de até 04 (quatro) dia útil,

A Comissão

PREGÃO 10/2015 VEÍCULO SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 10/2015

Pregão Presencial 10/2015

Objeto: Aquisição de veículo zero km para uso do Fundo Municipal de Saúde

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 07/04/2015 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 70.000,00

Os Processos serão regidos pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido nos editais. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 19 de março de 2015

Uladimir Demeciano

Prefeito em Exercício

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2015, SRP - PR Nº 026/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/04/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO DE 2015. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015, PR Nº 027/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 02/04/2015, às 14:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARMES E VIGILÂNCIA COM PATRULHA TÁTICA MÓVEL PARA ATENDIMENTO E VERIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS RELATADAS PELO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, 24 HORAS, NAS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015, TP Nº 005/2015.

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 08/04/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE

ENGENHARIA Nº 005/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS NOS GINÁSIOS MUNICIPAIS; PREFEITO ZENO GERMANO ETGES, BAIRRO SANTA CATARINA, COM ÁREA TOTAL DE 1.204,28 M², E GINÁSIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO NO BAIRRO SÃO FRANCISCO, COM ÁREA TOTAL DE 1.204,35 M², CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.004.907-47/2013 MINISTÉRIO DOS ESPORTES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 784350/2013. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site www.saoulourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.045, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

DECRETO Nº 5.045, DE 17 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a convocação da III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 1.540, de 27 de setembro de 2005,

CONSIDERANDO a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política Nacional do Idoso, na perspectiva de sua efetivação no âmbito municipal e regional;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a realizar-se no dia 24 de março de 2015, com início às 13:00 horas, no Centro de Eventos, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, nesta cidade de São Lourenço do Oeste - SC.

Art. 2º Em consonância com a Conferência Nacional e Estadual, esta Conferência Municipal terá como tema central "PROTAGONISMO E EMPODERAMENTO DA PESSOA IDOSA - POR UM BRASIL DE TODAS AS IDADES".

Art. 3º A III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá os seguintes objetivos:

- I - elaborar propostas de políticas públicas em âmbito regional;
- II - eleger os delegados que representarão a região na IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa;
- III - elaborar relatório sobre o temário proposto e encaminhá-lo à Comissão Organizadora da IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, em cumprimento à etapa regional;
- IV - propiciar a reflexão, discussão e avaliação das ações dirigidas às pessoas idosas, dos espaços de participação e da forma como vem sendo realizada a gestão da política de garantia dos direitos da pessoa idosa.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da III Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa correrão por conta das dotações específicas do orçamento do Município.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de março de 2015.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 60, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 60, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 60, de 02 de Abril de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394FV8M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7734, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 121, DE 09 DE MAIO DE 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 121, DE 09 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 121, de 09 de Maio de 2012, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V06V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7817, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 190, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 190, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 190, de 20 de Setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V47C, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7827, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 205, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 205, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 205, de 20 de Setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TR95, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7762, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 212, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 212, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 212, de 20 de Setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394T850, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7749, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 215, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 215, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 215, de 01 de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TW9K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7772, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 220, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 220, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 220, de 20 de Setembro de 2011, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394V870, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7802, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 237, DE 01 DE JULHO DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 237, DE 01 DE JULHO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 237, de 01 de Julho de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645Y1Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10520, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 237, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 237, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 237, de 02 de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TS7Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7764, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 361, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 361, DE 01 DE OUTUBRO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 361, de 01 de Outubro de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A570TL28, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10534, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 385, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 385, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 385, de 11 de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TD7P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7759, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 385, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 385, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 385, de 11 de Abril de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TD7P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7759, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 397, DE 07 DE MAIO DE 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 397, DE 07 DE MAIO DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 397 de 07 de Maio de 2013, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TY56, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7729, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 47, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 47, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 47, de 02 de Abril de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394TZ1P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7778, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 59, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 59, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 59, de 02 de Abril de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394VR8E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7814, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 61, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 61, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 61, de 02 de Abril de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A564642K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10549, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 63, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 63, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 63, de 02 de Abril de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A394VR64, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7883, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 66, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 66, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral do Termo Cessão de Uso nº 66, de 02 de Abril de 2014, do bem Notebook Positivo, N/S: 1A5645X0I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10516, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02/03/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 037/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCES PARA EVENTO COMEMORATIVO À "PÁSCOA" A SEREM DISTRIBUIDOS AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADO: LS MERCADO LTDA - ME - CNPJ: 07.841.640/0001-73.

VALOR: R\$ 13.473,32 (treze mil quatrocentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos)

VALOR TOTAL: R\$ 13.473,32 (treze mil quatrocentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos)

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: D - 50/2015 - 08.01.12.361.450 5.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93, art. 24, Inciso V.

VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura do contrato até 30 de abril de 2015.

São Lourenço do Oeste - SC, 20 de março 2015.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE/2015

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.036.273,18	55.036.273,18	9.097.954,90	16,53	9.097.954,90	16,53
RECEITAS CORRENTES	55.036.253,18	55.036.253,18	9.097.954,90	16,53	9.097.954,90	16,53
RECEITA TRIBUTÁRIA	6.459.625,00	6.459.625,00	728.182,52	11,27	728.182,52	11,27
IMPOSTOS	4.903.500,00	4.903.500,00	587.678,01	11,98	587.678,01	11,98
TAXAS	1.325.125,00	1.325.125,00	140.504,51	10,60	140.504,51	10,60
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	231.000,00	231.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.018.500,00	1.018.500,00	189.353,08	18,59	189.353,08	18,59
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.018.500,00	1.018.500,00	189.353,08	18,59	189.353,08	18,59
RECEITA PATRIMONIAL	357.206,00	357.206,00	113.068,04	31,65	113.068,04	31,65
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	15.750,00	15.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	341.456,00	341.456,00	113.068,04	33,11	113.068,04	33,11
RECEITA AGROPECUÁRIA	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	31.500,00	31.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	348.600,00	348.600,00	117.147,22	33,61	117.147,22	33,61
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.718.015,30	45.718.015,30	7.803.787,01	17,07	7.803.787,01	17,07
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	45.266.265,30	45.266.265,30	7.793.946,82	17,22	7.793.946,82	17,22
Transf. de Conv.	451.750,00	451.750,00	9.840,19	2,18	9.840,19	2,18
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.102.806,88	1.102.806,88	146.417,03	13,28	146.417,03	13,28
Multas e Juros de Mora	162.804,50	162.804,50	24.855,78	15,27	24.855,78	15,27
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	42.000,00	42.000,00	69.670,33	165,88	69.670,33	165,88
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	382.200,00	382.200,00	30.849,81	8,07	30.849,81	8,07
RECEITAS DIVERSAS	515.802,38	515.802,38	21.041,11	4,08	21.041,11	4,08
RECEITAS DE CAPITAL	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	55.036.273,18	55.036.273,18	9.097.954,90	16,53	9.097.954,90	16,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	55.036.273,18	55.036.273,18	9.097.954,90	16,53	9.097.954,90	16,53
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	55.036.273,18	55.036.273,18	9.097.954,90	16,53	9.097.954,90	16,53
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.250.533,42	—	—	168.639,13	—
Superávit Financeiro	—	1.250.533,42	—	—	168.639,13	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	55.980.000,00	1.304.137,89	57.284.137,89	14.436.719,27	14.436.719,27	6.957.786,74	6.957.786,74	12,15	50.326.351,15
DESPESAS CORRENTES	49.308.019,18	940.791,99	50.248.811,17	13.969.613,65	13.969.613,65	6.512.646,79	6.512.646,79	12,96	43.736.164,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.735.662,50	76.197,44	23.811.859,94	3.138.826,03	3.138.826,03	3.101.331,28	3.101.331,28	13,02	20.710.528,66
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	210.000,00	0,00	210.000,00	28.985,88	28.985,88	28.985,88	28.985,88	13,80	181.014,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.362.356,68	864.594,55	26.226.951,23	10.801.801,74	10.801.801,74	3.382.329,63	3.382.329,63	12,90	22.844.621,60
DESPESAS DE CAPITAL	6.641.980,82	363.345,90	7.005.326,72	467.105,62	467.105,62	445.139,95	445.139,95	6,35	6.560.186,77
INVESTIMENTOS	5.240.976,82	363.345,90	5.604.322,72	341.528,72	341.528,72	319.563,05	319.563,05	5,70	5.284.759,67
INVERSOES FINANCEIRAS	1.004,00	0,00	1.004,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.004,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00	125.576,90	125.576,90	125.576,90	125.576,90	8,97	1.274.423,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	55.980.000,00	1.304.137,89	57.284.137,89	14.436.719,27	14.436.719,27	6.957.786,74	6.957.786,74	12,15	50.326.351,15
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	55.980.000,00	1.304.137,89	57.284.137,89	14.436.719,27	14.436.719,27	6.957.786,74	6.957.786,74	50.326.351,15
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	2.140.168,16	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	55.980.000,00	1.304.137,89	57.284.137,89	14.436.719,27	14.436.719,27	6.957.786,74	9.097.954,90	50.326.351,15

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/03/2015

GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9	JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
---	--	---

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.980.000,00	57.284.137,89	14.436.719,27	14.436.719,27	6.957.786,74	6.957.786,74	100,00	12,15
Legislativa	1.648.500,00	1.648.500,00	199.273,98	199.273,98	144.525,08	144.525,08	2,08	8,77
Ação Legislativa	1.648.500,00	1.648.500,00	199.273,98	199.273,98	144.525,08	144.525,08	2,08	8,77
Judiciária	964.300,00	964.300,00	128.547,93	128.547,93	58.851,38	58.851,38	0,85	6,10
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	464.300,00	464.300,00	82.003,18	82.003,18	56.083,02	56.083,02	0,81	12,08
Defesa Civil	500.000,00	500.000,00	46.544,75	46.544,75	2.768,36	2.768,36	0,04	0,55
Administração	5.111.300,00	5.111.300,00	1.730.269,64	1.730.269,64	676.440,31	676.440,31	9,72	13,23
Administração Geral	4.657.000,00	4.657.000,00	1.522.673,83	1.522.673,83	628.094,18	628.094,18	9,03	13,49
Controle Interno	247.300,00	247.300,00	20.515,81	20.515,81	17.077,13	17.077,13	0,25	6,91
Outras Transferências	207.000,00	207.000,00	187.080,00	187.080,00	31.269,00	31.269,00	0,45	15,11
Defesa Nacional	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Civil	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Pública	336.000,00	372.322,49	64.535,41	64.535,41	26.581,17	26.581,17	0,38	7,14
Administração Geral	336.000,00	372.322,49	64.535,41	64.535,41	26.581,17	26.581,17	0,38	7,14
Assistência Social	1.967.700,00	1.967.700,00	556.310,05	556.310,05	165.374,82	165.374,82	2,38	8,40
Assistência ao Idoso	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	192.900,00	192.900,00	34.610,87	34.610,87	17.406,49	17.406,49	0,25	9,02
Assistência Comunitária	1.574.800,00	1.574.800,00	521.699,18	521.699,18	147.968,33	147.968,33	2,13	9,40
Saúde	11.187.944,50	11.606.997,44	4.378.118,76	4.378.118,76	1.767.901,31	1.767.901,31	25,41	15,23
Atenção Básica	9.296.264,50	9.642.048,35	3.888.979,77	3.888.979,77	1.520.063,07	1.520.063,07	21,85	15,76
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.796.130,00	1.869.399,09	480.336,35	480.336,35	246.035,60	246.035,60	3,54	13,16
Vigilância Epidemiológica	95.550,00	95.550,00	8.802,64	8.802,64	1.802,64	1.802,64	0,03	1,89
Educação	18.688.585,68	19.113.845,75	3.411.529,14	3.411.529,14	2.445.544,33	2.445.544,33	35,15	12,79
Ensino Fundamental	13.595.621,00	14.020.881,07	2.545.992,68	2.545.992,68	1.781.260,43	1.781.260,43	25,60	12,70
Ensino Médio	124.400,00	124.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	141.050,00	141.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	4.827.514,68	4.827.514,68	865.536,46	865.536,46	664.283,90	664.283,90	9,55	13,76
Cultura	859.900,00	859.900,00	85.096,02	85.096,02	32.949,86	32.949,86	0,47	3,83
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Difusão Cultural	849.900,00	849.900,00	85.096,02	85.096,02	32.949,86	32.949,86	0,47	3,88

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	55.980.000,00	57.284.137,89	14.436.719,27	14.436.719,27	6.957.786,74	6.957.786,74	100,00	12,15
Infra-Estrutura Urbana	6.045.737,00	6.099.501,94	1.421.982,70	1.421.982,70	820.732,29	820.732,29	11,80	13,46
Serviços Urbanos	4.544.737,00	4.598.501,94	1.307.200,30	1.307.200,30	801.601,89	801.601,89	11,52	17,43
Habitação	1.501.000,00	1.501.000,00	114.782,40	114.782,40	19.130,40	19.130,40	0,27	1,27
Habitação Urbana	394.801,00	394.801,00	14.522,43	14.522,43	8.964,30	8.964,30	0,13	2,27
Saneamento	394.801,00	394.801,00	14.522,43	14.522,43	8.964,30	8.964,30	0,13	2,27
Saneamento Básico Rural	774.072,82	1.080.886,95	306.621,93	306.621,93	131.141,81	131.141,81	1,88	12,14
Saneamento Básico Urbano	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	474.072,82	780.686,95	306.621,93	306.621,93	131.141,81	131.141,81	1,88	16,80
Extensão Rural	2.780.002,00	2.780.002,00	575.420,13	575.420,13	254.398,06	254.398,06	3,66	9,15
Indústria	2.780.002,00	2.780.002,00	575.420,13	575.420,13	254.398,06	254.398,06	3,66	9,15
Promoção Industrial	913.000,00	913.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	252.500,00	252.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	660.500,00	660.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	1.271.650,00	1.334.773,32	792.776,77	792.776,77	155.085,54	155.085,54	2,23	11,62
Transporte	1.271.650,00	1.334.773,32	792.776,77	792.776,77	155.085,54	155.085,54	2,23	11,62
Transporte Rodoviário	13.004,00	13.004,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	13.004,00	13.004,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto Comunitário	859.503,00	859.503,00	113.151,60	113.151,60	65.316,54	65.316,54	0,94	7,60
Lazer	658.503,00	658.503,00	113.151,60	113.151,60	65.316,54	65.316,54	0,94	9,92
Encargos Especiais	201.000,00	201.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	2.114.000,00	2.114.000,00	658.562,78	658.562,78	203.979,94	203.979,94	2,93	9,65
	2.114.000,00	2.114.000,00	658.562,78	658.562,78	203.979,94	203.979,94	2,93	9,65

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	55.980.000,00	57.284.137,89	14.436.719,27	14.436.719,27	6.957.786,74	6.957.786,74	100,00	12,15
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	55.980.000,00	57.284.137,89	14.436.719,27	14.436.719,27	6.957.786,74	6.957.786,74	100,00	12,15

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/03/2015

GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9	JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
---	--	---

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	Sep/2014	Out/2014	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)	R\$ 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	6.846.122,36	4.612.316,69	4.378.663,61	4.302.133,57	4.370.623,99	5.892.811,85	5.282.210,83	4.930.284,62	5.012.287,84	5.533.007,36	4.934.659,72	5.277.510,93	61.432.813,37	61.283.239,38
	I.P.T.U.	1.703.049,28	400.349,42	361.358,34	343.725,45	453.942,88	513.227,58	626.631,61	574.616,38	385.003,56	489.508,29	147.313,91	581.402,35	6.580.129,05	6.459.625,00
	I.P.R.F.	1.328.425,75	64.546,44	59.668,06	69.204,28	66.613,73	74.743,36	60.140,23	59.391,31	59.753,92	58.761,30	4.141,06	152.192,25	2.057.586,69	1.312.500,00
	I.S.S.	42.172,65	53.744,35	52.441,40	46.785,72	47.774,94	49.650,51	51.532,10	56.083,33	10.682,98	125.768,16	2.224,10	64.389,08	603.238,32	689.000,00
	Outras Receitas Tributárias	132.876,99	200.760,41	161.519,69	134.853,36	218.759,18	253.477,22	324.988,93	316.040,99	201.430,28	218.400,98	103.933,45	194.792,72	2.461.872,20	2.037.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.052,39	32.884,28	52.618,61	62.945,79	81.693,12	107.255,65	148.286,04	121.296,35	66.421,74	62.320,43	13.498,08	53.041,01	875.297,49	861.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	129.521,50	48.433,94	35.109,58	29.956,30	39.061,91	28.096,84	41.688,31	21.791,40	23.714,84	24.257,42	23.517,22	116.987,29	562.133,35	1.556.125,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	145.611,97	76.172,22	71.653,73	71.541,33	73.133,23	74.076,06	80.373,99	88.293,79	87.832,13	90.733,83	94.842,75	94.510,33	1.048.775,36	1.018.500,00
	RECEITA INDUSTRIAL	64.749,71	63.884,65	65.017,97	105.862,00	38.149,53	103.259,08	40.697,20	64.235,08	70.461,91	107.980,01	55.482,00	57.616,04	837.145,18	357.206,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	100,00	25,00	54,00	246,00	0,00	486,00	3.520,00	1.523,56	1.534,12	125,00	0,00	0,00	7.613,68	31.500,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	Outras Transferências Correntes	400,00	66.140,48	180.226,22	6.478,34	0,00	54.393,76	184.617,36	83.394,95	77.470,10	62.012,86	0,00	117.147,22	832.281,29	348.600,00
	Cota-Parte do F.P.M.	4.869.107,59	3.950.935,28	3.657.033,67	3.720.390,16	3.720.220,61	4.407.892,73	4.270.915,99	4.076.577,42	4.363.023,09	4.678.318,85	4.905.107,86	4.312.351,16	50.631.874,41	51.965.001,50
	Cota-Parte do I.C.M.S.	753.596,58	860.092,19	1.146.178,61	869.559,97	738.253,26	896.852,12	801.355,66	743.007,70	983.465,71	1.581.812,15	1.198.671,33	1.222.611,20	11.786.446,48	12.547.500,00
	Cota-Parte do I.P.V.A.	1.229.718,11	1.198.484,90	1.218.250,77	1.235.945,20	1.148.545,18	1.197.545,38	1.299.405,71	1.332.054,88	1.468.616,02	1.415.895,36	1.469.517,72	1.310.047,63	15.524.696,86	15.960.000,00
	Outras Transferências do FUNDEB	243.074,43	227.628,30	249.590,42	214.402,62	253.922,23	238.840,55	207.500,57	204.286,07	108.176,91	57.801,95	127.961,29	202.263,44	2.333.431,78	2.415.000,00
	Transferências da LC 87/1996	63,96	98,97	91,32	50,66	62,54	198,86	352,315	5.596,40	246,33	38,57	33,36	0,00	10.005,12	7.831,00
	Transferências da LC 61/1989	1.632.195,23	639.781,25	-77.048,98	350.143,70	595.330,01	1.022.893,69	887.703,79	671.965,65	632.683,55	454.582,72	654.576,19	531.856,50	7.996.642,30	7.180.070,50
	Transferências do FUNDEB	16.850,73	18.336,09	19.943,51	18.995,14	19.613,30	20.114,54	18.928,80	20.271,18	23.277,35	22.867,97	30.669,96	5.636,07	235.504,64	231.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	5.382,65	10.765,30	0,00	0,00	53.826,50	73.500,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	993.618,55	1.001.130,93	1.094.646,37	1.035.900,22	959.211,44	1.026.063,94	1.047.115,66	1.094.029,89	1.142.174,57	1.134.804,83	1.123.678,01	1.038.946,32	12.691.320,73	13.550.000,00
	MJ de Mora de Outras Contrib. - Principal	63.103,81	55.029,64	43.316,68	53.900,29	85.177,74	799.476,64	75.454,68	41.643,44	46.942,93	104.328,52	31.943,20	114.473,83	1.514.794,40	1.102.806,88
	MJ Mora Divida Ativ de Outras Contrib. - Principal	448.821,82	462.004,42	527.870,93	468.917,82	433.135,13	471.715,78	464.199,14	462.116,19	517.632,80	517.480,67	585.370,53	548.311,48	5.885.576,71	6.246.986,20
FONTE:		6.397.300,54	4.150.312,27	3.850.792,88	3.835.215,75	3.937.485,86	5.481.096,07	4.818.011,69	4.468.168,43	4.494.635,04	5.015.626,69	4.369.289,19	4.729.199,45	55.547.036,66	55.029.535,18
SÃO LOURENÇO DO OESTE - 18/03/2015															

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.578.583,46	1.578.583,46	1.453.006,56
DEDUÇÕES (II)	6.267.269,36	6.267.269,36	8.346.385,19
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.919.281,15	6.919.281,15	10.083.352,32
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	652.011,79	652.011,79	1.736.967,13
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.688.685,90	-4.688.685,90	-6.893.378,63
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.688.685,90	-4.688.685,90	-6.893.378,63

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2015 (C - A)
VALOR	-2.204.692,73	-2.204.692,73

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-51.473,78

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Dez 2014 (B)	Em 28 Feb 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/03/2015

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	54.694.797,18	8.984.886,86	8.984.886,86	8.819.467,76
Receita Tributária	6.459.625,00	728.182,52	728.182,52	983.840,04
I.P.T.U.	1.312.500,00	155.799,57	155.799,57	266.019,84
I.S.S.	2.037.000,00	298.726,17	298.726,17	390.856,96
I.T.B.I.	861.000,00	66.539,09	66.539,09	161.583,53
I.R.R.F.	693.000,00	66.613,18	66.613,18	70.570,50
Outras Receitas Tributárias	1.556.125,00	140.504,51	140.504,51	94.809,21
Receita de Contribuição	1.018.500,00	189.353,08	189.353,08	146.758,32
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	1.018.500,00	189.353,08	189.353,08	146.758,32
Receita Patrimonial Líquida	15.750,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	357.206,00	113.068,04	113.068,04	70.606,00
(-) Aplicações Financeiras	341.456,00	113.068,04	113.068,04	70.606,00
Transferências Correntes	45.718.015,30	7.803.787,01	7.803.787,01	7.404.118,15
F.P.M.	10.038.000,00	1.937.826,08	1.937.826,08	1.968.038,88
I.C.M.S.	12.768.000,00	2.223.652,42	2.223.652,42	1.989.759,28
Convênios	451.750,00	9.840,19	9.840,19	8.170,69
Outras Transferências Correntes	22.460.265,30	3.632.468,32	3.632.468,32	3.438.149,30
Demais Receitas Correntes	1.482.906,88	263.564,25	263.564,25	284.751,25
Dívida Ativa	382.200,00	30.849,81	30.849,81	59.845,83
Diversas Receitas Correntes	1.100.706,88	232.714,44	232.714,44	224.905,42
RECEITAS DE CAPITAL (II)	20,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	20,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	20,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	20,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	54.694.817,18	8.984.886,86	8.984.886,86	8.819.467,76
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	50.248.811,17	6.512.646,79	6.512.646,79	5.458.516,33
Pessoal e Encargos Sociais	23.811.859,94	3.101.331,28	3.101.331,28	2.691.004,57
Juros e Encargos da Dívida (IX)	210.000,00	28.985,88	28.985,88	45.543,61
Outras Despesas Correntes	26.226.951,23	3.382.329,63	3.382.329,63	2.721.968,15
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	50.038.811,17	6.483.660,91	6.483.660,91	5.412.972,72
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.005.326,72	445.139,95	445.139,95	924.026,04
Investimentos	5.604.322,72	319.563,05	319.563,05	799.281,07
Inversões Financeiras	1.004,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.004,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.400.000,00	125.576,90	125.576,90	124.744,97
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.605.326,72	319.563,05	319.563,05	799.281,07

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	30.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	55.674.137,89	6.803.223,96	6.803.223,96	6.212.253,79
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-979.320,71	2.181.662,90	2.181.662,90	2.607.213,97
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			936.744,00	

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/03/2015

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RP NÃO PROCESSADOS				Saldo		
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2014	Liquidados		Pagos	Cancelados
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	652.011,79	26.913,07	-	625.098,72	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA											
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	652.011,79	26.913,07	0,00	625.098,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	0,00	26.913,07	26.913,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO	0,00	79.298,50	0,00	0,00	79.298,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	56.800,22	0,00	0,00	56.800,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	489.000,00	0,00	0,00	489.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	652.011,79	26.913,07	0,00	625.098,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/03/2015

GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9	JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE INTERNO
---	--	---

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	5.185.616,50	5.185.616,50	625.670,71	625.670,71	12,07
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.534.766,50	1.534.766,50	184.322,08	184.322,08	12,01
1.1.1- IPTU	1.312.500,00	1.312.500,00	156.333,31	156.333,31	11,91
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.866,50	3.866,50	1.024,91	1.024,91	26,51
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	168.000,00	168.000,00	16.471,17	16.471,17	9,80
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	50.400,00	50.400,00	10.492,69	10.492,69	20,82
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	861.000,00	861.000,00	66.539,09	66.539,09	7,73
1.2.1- ITBI	861.000,00	861.000,00	66.539,09	66.539,09	7,73
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.096.850,00	2.096.850,00	308.196,36	308.196,36	14,70
1.3.1- ISS	2.037.000,00	2.037.000,00	298.726,17	298.726,17	14,67
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	6.300,00	6.300,00	3.069,50	3.069,50	48,72
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	37.800,00	37.800,00	4.225,17	4.225,17	11,18
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	15.750,00	15.750,00	2.175,52	2.175,52	13,81
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	693.000,00	693.000,00	66.613,18	66.613,18	9,61
1.4.1- IRRF	693.000,00	693.000,00	66.613,18	66.613,18	9,61
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	31.234.931,00	31.234.931,00	5.568.412,00	5.568.412,00	17,83
2.1- Cota-Parte FPM	12.547.500,00	12.547.500,00	2.422.282,53	2.422.282,53	19,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.547.500,00	12.547.500,00	2.422.282,53	2.422.282,53	19,30
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.960.000,00	15.960.000,00	2.779.565,35	2.779.565,35	17,42
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	73.500,00	73.500,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	231.000,00	231.000,00	36.306,03	36.306,03	15,72
2.5- Cota-Parte ITR	7.931,00	7.931,00	33,36	33,36	0,42
2.6- Cota-Parte IPVA	2.415.000,00	2.415.000,00	330.224,73	330.224,73	13,67
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	36.420.547,50	36.420.547,50	6.194.082,71	6.194.082,71	17,01
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.990.950,00	1.990.950,00	502.007,03	502.007,03	25,21
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.350.000,00	1.350.000,00	424.373,39	424.373,39	31,44
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	499.200,00	499.200,00	44.640,00	44.640,00	8,94
5.4- Transferências Diretas - PNATE	110.250,00	110.250,00	10.368,83	10.368,83	9,40
5.5- Outras Transferências do FNDE	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.500,00	10.500,00	22.624,81	22.624,81	215,47
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	231.006,00	231.006,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	231.006,00	231.006,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.050,00	1.050,00	1,45	1,45	0,14
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.223.006,00	2.223.006,00	502.008,48	502.008,48	22,58
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.246.986,20	6.246.986,20	1.113.682,01	1.113.682,01	17,83
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.509.500,00	2.509.500,00	484.456,45	484.456,45	19,30
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.192.000,00	3.192.000,00	555.912,93	555.912,93	17,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.700,00	14.700,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	46.200,00	46.200,00	7.261,20	7.261,20	15,72
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.586,20	1.586,20	6,67	6,67	0,42
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	483.000,00	483.000,00	66.044,76	66.044,76	13,67
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	13.581.500,00	13.581.500,00	2.172.380,69	2.172.380,69	16,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	13.550.000,00	13.550.000,00	2.162.624,33	2.162.624,33	15,96
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	31.500,00	31.500,00	9.756,36	9.756,36	30,97
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	7.303.013,80	7.303.013,80	1.048.942,32	1.048.942,32	14,36
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	8.148.900,00	8.148.900,00	1.023.467,73	1.023.467,73	12,56
13.1- Com Educação Infantil	2.948.900,00	2.948.900,00	303.765,81	303.765,81	10,30
13.2- Com Ensino Fundamental	5.200.000,00	5.200.000,00	719.701,92	719.701,92	13,84
14- OUTRAS DESPESAS	5.432.600,00	5.788.801,15	965.295,53	965.295,53	16,68
14.1- Com Educação Infantil	1.360.000,00	1.360.000,00	322.700,68	322.700,68	23,73
14.2- Com Ensino Fundamental	4.072.600,00	4.428.801,15	642.594,85	642.594,85	14,51
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	13.581.500,00	13.937.701,15	1.988.763,26	1.988.763,26	14,27
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.988.763,26
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					47,11
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					44,43
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					8,45
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	9.105.136,88	9.105.136,88	1.548.520,68	1.548.520,68	17,01
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.607.514,68	4.607.514,68	632.230,11	632.230,11	13,72
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	11.504.015,00	11.860.216,15	1.714.548,73	1.714.548,73	14,46
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	9.272.600,00	9.628.801,15	1.362.296,77	1.362.296,77	14,15
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.231.415,00	2.231.415,00	352.251,96	352.251,96	15,79
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.111.529,68	16.467.730,83	2.346.778,84	2.346.778,84	14,25
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.048.942,32
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					9.756,36
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					356.201,15
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.414.899,83
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					931.879,01
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					15,04
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.356.300,00	1.356.300,00	22.572,08	22.572,08	1,66
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	866.705,00	935.763,92	44.139,62	44.139,62	4,72
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.223.005,00	2.292.063,92	66.711,70	66.711,70	2,91
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	18.334.534,68	18.759.794,75	2.413.490,54	2.413.490,54	12,87

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	356.201,15	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.162.624,33	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.783.137,44	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.783.137,44	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	9.756,36	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	745.444,40	0,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/03/2015

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 356.201,15, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	7.005.326,72	445.139,95	0,00	6.560.186,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	7.005.326,72	445.139,95	0,00	6.560.186,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-7.005.326,72	-445.139,95		-6.560.186,77

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/03/2015

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	59.488,23	0,00	59.488,23

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/03/2015

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE INTERNO

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA-DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	5.185.616,50	5.185.616,50	625.670,71	12,07
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.312.500,00	1.312.500,00	156.333,31	11,91
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	861.000,00	861.000,00	66.539,09	7,73
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.037.000,00	2.037.000,00	298.726,17	14,67
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	693.000,00	693.000,00	66.613,18	9,61
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	10.166,50	10.166,50	4.094,41	40,27
Dívida Ativa dos Impostos	205.800,00	205.800,00	20.696,34	10,06
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	66.150,00	66.150,00	12.668,21	19,15
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	31.234.931,00	31.234.931,00	5.568.412,00	17,83
Cota-Parte FPM	12.547.500,00	12.547.500,00	2.422.282,53	19,30
Cota-Parte ITR	7.931,00	7.931,00	33,36	0,42
Cota-Parte IPVA	2.415.000,00	2.415.000,00	330.224,73	13,67
Cota-Parte ICMS	15.960.000,00	15.960.000,00	2.779.565,35	17,42
Cota-Parte IPT-Exportação	231.000,00	231.000,00	36.306,03	15,72
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	73.500,00	73.500,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	73.500,00	73.500,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	36.420.547,50	36.420.547,50	6.194.082,71	17,01
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS Provenientes da União TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.194.762,50	2.194.762,50	325.038,53	14,81
	2.194.762,50	2.194.762,50	325.038,53	14,81
	2,00	2,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	14.280,00	14.280,00	5.615,81	39,33
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.209.044,50	2.209.044,50	330.654,34	14,97
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				
DESPESAS CORRENTES Pessoal e Encargos Sociais Outras Despesas Correntes	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
			Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL Investimentos	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/e)*100
			Até o Bimestre (i)	% (i/e)*100
DESPESAS CORRENTES	10.988.392,50	11.344.099,54	4.364.003,09	38,47
			819.547,71	15,02
			3.544.455,38	60,18
DESPESAS DE CAPITAL	199.552,00	262.897,90	14.115,67	5,37
			14.115,67	5,37
			2.254,00	0,86

Continua 1/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	198.552,00	262.897,90	14.115,67	5,37	2.254,00	0,86
Investimentos	198.552,00	262.897,90	14.115,67	5,37	2.254,00	0,86
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	11.187.944,50	11.606.997,44	4.378.118,76	37,72	1.767.901,31	15,23
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	(i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.253.394,50	4.672.447,44	1.230.007,57	28,09	551.854,81	31,22
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.253.392,50	4.662.180,49	1.229.188,57	28,08	551.235,81	31,18
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	2,00	10.266,95	819,00	0,02	619,00	0,04
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA*	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS*	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.253.394,50	4.672.447,44	1.230.007,57	28,09	551.854,81	31,22
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	6.934.550,00	6.934.550,00	3.148.111,19	71,91	1.216.046,50	68,78
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 a s						19,63
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100] 6						286.934,09

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
TOTAL	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)				
TOTAL (VII)	0,00	0,00			0,00	
	0,00	0,00			0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-				
	-	-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (j)	% (j/Total i)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total n)*100
Atenção Básica	9.296.264,50	9.642.048,35	3.888.979,77	88,83	1.520.063,07	85,98
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.796.130,00	1.869.399,09	480.336,35	10,97	246.035,60	13,92
Vigilância Epidemiológica	95.550,00	95.550,00	8.802,64	0,20	1.802,64	0,10
TOTAL	11.187.944,50	11.606.997,44	4.378.118,76	100,00	1.767.901,31	100,00

FONTE:

* Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
* O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total j".
* O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "Total k".
* Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
* Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
* No último bimestre, será utilizada a fórmula $V(i/h+i) - (15 \times i/h)/100$

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/03/2015

GERALDINO CARDOSO PREFEITO MUNICIPAL	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031.534/O-9	JOÃO EDUARDO LINHARES ANALISTA DE CONTROLE II
---	---	--

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	55.036.273,18	
Previsão Atualizada		—	55.036.273,18	
Receitas Realizadas		9.097.954,90	9.097.954,90	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	168.639,13	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	55.980.000,00	
Créditos Adicionais		—	1.304.137,89	
Dotação Atualizada		—	57.284.137,89	
Despesas Empenhadas		14.436.719,27	14.436.719,27	
Despesas Liquidadas		6.957.786,74	6.957.786,74	
Superavit Orçamentário		—	2.140.168,16	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		14.436.719,27	14.436.719,27	
Despesas Liquidadas		6.957.786,74	6.957.786,74	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			55.547.036,66	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		-51.473,78	4.283,14	
Resultado Primário		936.744,00	232,90	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	652.011,79	0,00	26.913,07	625.098,72
EXECUTIVO	652.011,79	0,00	26.913,07	625.098,72
TOTAL:	652.011,79	0,00	26.913,07	625.098,72
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		931.879,01	25%	15,04
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.023.467,73	60%	47,11
Liquidadas		1.023.467,73		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		445.139,95	6.560.186,77	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.216.046,50	15,00	19,63
Liquidadas	1.216.046,50		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 19/03/2015

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

JOÃO EDUARDO LINHARES
ANALISTA DE CONTROLE II

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.273 - DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO VEREADOR, SECRETÁRIO MUNICIPAL, PREFEITO EM EXERCÍCIO, VICE PREFEITO E ATUALMENTE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCINO ECKER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.273/2015

DECRETA LUTO OFICIAL DE TRÊS DIAS NO AMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DO VEREADOR, SECRETÁRIO MUNICIPAL, PREFEITO EM EXERCÍCIO, VICE PREFEITO E ATUALMENTE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALCINO ECKER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO o falecimento do Servidor Público Municipal Alcino Ecker que exercia o cargo de Gerente de Iluminação Pública, do Município de São Miguel do Oeste, no dia de ontem (15/01/2015).

CONSIDERANDO que foi Vereador, Secretário Municipal, Prefeito em exercício, Vice Prefeito e Servidor Público Municipal no Município de São Miguel do Oeste.

DECRETA

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial de três (03) dias no âmbito do Município de São Miguel do Oeste, em decorrência do passamento do Senhor. Alcino Ecker, Vereador, Secretário Municipal, Prefeito em exercício, Vice Prefeito e atualmente Servidor Público Municipal.

Art. 2º Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais, no dia 16 de fevereiro de 2015, no turno vespertino.

Art. 3º Ficam mantidos os serviços de interesse público e emergenciais do Município, especialmente, Secretaria Municipal de Educação, o Plantão Hospitalar e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, SAMU, em conformidade com o cronograma determinado pelo ato correspondente, o qual terá plantão normal neste horário.

Art. 2º Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 16 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária de Administração

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

DECRETO Nº 8.275 - REGULAMENTA O ACESSO A NOVA TITULAÇÃO AOS PROFISSIONAIS REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PROFESSORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS, NA FORMA DO ART. 25, 40, 41 E 42, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 026/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.275/2015

REGULAMENTA O ACESSO A NOVA TITULAÇÃO AOS PROFISSIONAIS REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PROFESSORES E COORDENADORES PEDAGÓGICOS, NA FORMA DO ART. 25, 40, 41 E 42, DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 026/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de outubro de 1990, c/c os art. 25, 40, 41, e 42, da LCM n. 026/2013, e,

Considerando que a Administração Pública Municipal deve regulamentar as questões de pessoal para que a administração possa efetuar as adequações financeiras para garantir o direito aos servidores do Magistério Público Municipal

Considerando que há necessidade de regulamentar o acesso a nova titulação aos professores e coordenadores pedagógicos.

DECRETA:

Art. 1º Este decreto regulamenta o acesso a nova titulação aos professores e coordenadores pedagógicos, nos níveis de licenciatura, pós-graduação (especialização), mestrado e doutorado.

Art. 2º O acesso à nova titulação dar-se-á uma única vez por ano, sempre no mês de janeiro de cada ano, por meio de ato de Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O professor ou coordenador pedagógico, para acessar à nova titulação, deverá no mês de dezembro efetuar seu requerimento de acesso, instruído com cópia do diploma devidamente registrado de sua nova titulação, na área de atuação do profissional.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em 17 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

LEILA CLEUNI PINHEIRO ZANDONÁ

Secretária Municipal de Administração

SILVIA TERESINHA KUHN

Secretária Municipal de Educação

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

RÚBIA MARA WIEDERKEHR

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 40/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de reforma com fornecimento de materiais da recepção principal da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, conforme Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e projetos, partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 06 de abril de 2015

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta

Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de março de 2015

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 41/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2015
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Sr. Prefeito Municipal o Sr. João Carlos Valar, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a execução do piso da quadra da Escola EMEIEF José Veronese, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com o, Memorial Descritivo, Orçamentos Quantitativos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 13 de abril de 2015.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 42/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de horas maquinas para atender incentivos econômicos nos setores da Indústria, Comércio e Prestadores de Serviço no Município de São Miguel do Oeste - SC, para o exercício de 2015.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 07 de abril de 2015

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de março de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 32/2015 MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA Avisa da abertura do Processo nº 32/2015 MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços.

1. Objeto: Aquisição parcelada e estimada de alimentos para os grupos organizados para a Prefeitura e para o Fundo Municipal de Saúde deste Município, conforme especificação e quantitativos do ANEXO I do Edital.

Data e hora de abertura da sessão: dia 06/04/2015 às 10

Credenciamento e entrega dos envelopes: até 09h45min do dia 06/04/2015.

TIPO: Menor Preço por Item.

RETIRADA DO EDITAL: Sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, das 08h às 12h e das 13h às 17h, ou através do email: compras@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone (48) 3277-0122 R: 203.

São Pedro de Alcântara, 17/03/2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 143/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

- Fone: 48-32770122 -

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 143/2015

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, ocupante do cargo de Operador de Máquina II, lotado na Secretaria de Transportes e Obras.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor ANTÔNIO LORIBERTO HAMES, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar da data de 09/03/2015, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09/03/2015.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 144/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 144/2015

Nomeia FABIANA DE ANDRADE como Membro da Comissão Permanente de Licitações e Concede Função Gratificada.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear FABIANA DE ANDRADE como Membro da Comissão Permanente de Licitações e como membro da equipe de apoio da Pregoeira.

Art. 2.º- Conceder a servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 3.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

PORTARIA N.º 145/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -

Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 145/2015

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97 e artigo 16 da Lei Complementar nº. 08/98,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição e ter apresentado certificado de cursos de aperfeiçoamento na área da educação:

ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN - PROFESSORA III - LETRA E.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 20 de março de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2015.

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2015-FMS

PROCESSO Nº 19/2015-FMS

O Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, situada na Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, Centro, representada para todos os fins de direito pelo seu Prefeito Municipal, senhor Osvaldo Jurck, torna público, para conhecimento dos interessados que, observadas as disposições da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, torna público que se acha aberto o EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA.

Objeto: Contratação de consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes de Habilitação: A partir do dia 23 de março de 2015 às 08h até dia 28 de novembro de 2015 às 17h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.
A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site da Prefeitura Municipal (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br.

Schroeder, 20 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.269/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 3.269/2015 de 13 de março de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 4.065,34 (quatro mil sessenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
04.01 - UNID. DE SAÚDE
04.01.10.301.3013.2.363 - Ações Estratégicas da Saúde da Família

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0218 - Material de Consumo R\$ 4.065,34

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.270/2015 DE 13 DE MARÇO DE 2015

DECRETO Nº 3.270/2015 de 13 de março de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 3.761,00 (três mil setecentos e sessenta e um reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

04.02.08.244.3016.2.357 - Gestão SUAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0063 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 361,00

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.03.0052 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 3.400,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 13 de março de 2015.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 15/2015 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 15/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 20/2015-FMS - Dispensa de Licitação nº. 10/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal

Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIVICAP COMERCIAL LTDA-EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 57.002.131/0001-25, estabelecida na Rua Adão Noroschny, nº 11, sala 01, Bairro Vila Lenzi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89252-510.

Objeto: Aquisição e instalação de divisórias e uma porta na Estratégia Saúde da Família 001 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC., sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Divisórias Eucatex perfil naval, na cor areia Jundiá.	09	m²	60,00	540,00
02	Porta completa de Eucatex perfil naval, na cor areia Jundiá.	01	Unidade	210,00	210,00
VALOR R\$ TOTAL					750,00

Valor do contrato: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).

Data da Assinatura: 19/03/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 59/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 59/2015-PMS
Dispensa de Licitação nº. 20/2015-PMS
Processo nº. 51/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AFIXCODE SOLUÇÕES GRÁFICAS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 10.350.191/0001-75, estabelecida na Rua: Charles Darwin nº. 707, Galpão, Bairro Vila Santa Catarina, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.379-072.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de plaquetas para o Setor de Patrimônio Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	PLAQUETA DE PATRIMÔNIO EM ALUMÍNIO ANOTIZADO 0,15MM TAMANHO 45X15MM, COM FUROS E ADESIVOS PARA FIXAÇÃO. IMPRESSÃO BRASÃO COLORIDA, PALAVRA PATRIMÔNIO, NUMERAÇÃO E CÓDIGO DE BARRAS EM PRETO (NUMERAÇÃO DE 20001 A 25000)	5000	UNIDADE	0,40	2.000,00
TOTAL R\$					2.000,00

Data da Assinatura: 19/03/2015 - Vigência: 31/12/2015
Valor total: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

II ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2015-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

II ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 05/2015-FMS

PROCESSO Nº. 09/2015-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e de item referente ao Edital de Pregão Presencial Registro de Preços nº. 05/2015-FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de suplementos leites especiais e complementos alimentares para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.2 Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 08 de abril de 2015.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.
Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.
- c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min.
- d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 08 de abril de 2015 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

ANEXO VIII
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 05/2015-FMS
TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO REFERÊNCIA	VALOR R\$ TOTAL REFERÊNCIA
01	Fórmula em pó destinada a atender às necessidades nutricionais na manutenção e recuperação do estado nutricional. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 14 a 18% de proteínas; 49 a 60% de carboidratos; 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: isento. Embalagem de 200g a 1Kg.	22.000	grama	0,108	2.376,00
02	Fórmula em pó destinada a complementar a alimentação via oral para auxílio na recuperação do estado nutricional do indivíduo. Contem lactose. Sabor: diversos Embalagem de 200g a 1Kg.	70.000	grama	0,069	4.830,00
03	Fórmula nutricionalmente completa, destinada a pacientes em risco nutricional ou desnutrição leve, anorexia, ou em terapia nutricional enteral (TNE) por tempo limitado. Densidade calórica: 1,0 a 1,5 kcal/mL Distribuição Kcal: 14 a 17% de proteínas; 49 a 58% de carboidratos; 25 a 35% de lipídeos. NÃO deve conter glúten. Isento de lactose. Isento de sacarose. Sabor: baunilha ou outro. Embalagem de 200g a 1Kg.	150.000	grama	0,148	22.200,00
04	Modulo de albumina (proteína da clara do ovo), em pó. Não deve conter glúten. Embalagem de 200g a 1Kg.	12.000	grama	0,606	7.272,00

05	Suplemento liquido oral hiperproteico, destinado a cicatrização de feridas gerais, incluindo-se ulceras de pressão. Densidade calorica: 1,0 a 1,5kcal/ml. Distribuição kcal: 15 a 30% de proteínas; 33 a 55% de carboidratos; 25 a 40% de lipídeos. Não contem gluten. Sabores diversos. Embalagem com 200ml.	600	frasco	22,000	13.200,00
06	Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica: 1.0 kcal/mL Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contem glúten. Isento de lactose. Sabor: baunilha, chocolate ou outro. Embalagem de 200g a 1Kg.	100.000	grama	0,153	15.300,00
07	Fórmula em pó para crianças de 1 a 10 anos de idade. Densidade calórica: 1.0 kcal/mL Distribuição Kcal: 9 a 12% de proteínas; 44 a 53% de carboidratos; 35 a 44% de lipídeos. Osmolalidade: 243 a 445 mOsm/ Kg de água. Não contem glúten. Isento de lactose. Sabor: isento. Embalagem de 200g a 1Kg.	60.000	grama	0,153	9.180,00
08	Fórmula infantil de partida, em pó, destinada a lactentes de 0 a 06 meses de idade. Perfil de carboidratos: 100% lactose. Perfil de proteínas: 30 a 65 % de caseína e 35 a 70% de proteína do soro de leite. Perfil de lipídeos: 80 a 100% vegetal e 0 a 20% de gordura láctea. Osmolaridade: 254 a 277 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 279 a 308 mOsm/ Kg de água. Não contém glúten. Sabor: neutro. Embalagem de 200g a 1Kg.	14.400	grama	0,035	504,00

09	Fórmula infantil isenta de lactose, em pó, para lactentes de zero a 12 meses com diagnóstico de intolerância à lactose. Perfil de carboidratos: 100% maltodextrina. Perfil de proteínas: 40 a 100% caseína e 0 a 60% proteínas do soro de leite. Perfil de lipídeos: 98 a 100% gordura vegetal e 0 a 2% de gordura láctea. Osmolaridade: 140 a 170 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 160 a 190 mOsm/ Kg de água. Sem lactose. Não contém glúten. Embalagem de 200g a 1Kg.	30.000	grama	0,097	2.910,00
10	Fórmula infantil em pó para lactentes que apresentem regurgitação e/ou refluxo gastroesofágico, cuja composição possua algum agente espessante (goma jataí ou amido pré-gelatinizado e/ou outros). Perfil de carboidratos: 70 a 75% lactose; 0 a 25% maltodextrina; 0 a 30% amido pré-gelatinizado. Perfil de proteínas: 30 a 80% caseína e 20 a 70% proteínas do soro de leite. Perfil de lipídeos: 95 a 100% gordura vegetal; 0 a 3% gordura láctea; 0 a 1% óleo de peixe. Osmolaridade: 240 a 260 mOsm / litro de água. Osmolalidade: 210 a 280 mOsm/ Kg de água. Embalagem de 200 a 1Kg.	30.000	grama	0,054	1.620,00
TOTAL R\$ REFERÊNCIA					79.392,00

Schroeder, 19 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5.987/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.987/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Morgana Patricia Gebhardt Ponath, para exercer o cargo de Professora B, subárea Educação Infantil, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei

Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.988/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.988/2015, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão do servidor, Sr. Rogério Ohf em 13 de fevereiro de 2015;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 004/2014-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.172/2014, de 24 de novembro de 2014, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Mônica Gonçalves, para exercer o cargo de Professora B - Educação Física, subárea Educação Infantil e Fund. - Anos Iniciais e Finais, percebendo o nível salarial B-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 004/2014/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 18 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.989/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.989/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Edite Helena Hang, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.990/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.990/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o afastamento por Licença Maternidade para a servidora, Sra. Joice Lenhardt Rosá, com efeitos retroativos a partir de 12 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

PORTARIA Nº 5.991/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

PORTARIA Nº 5.991/2015, DE 19 DE MARÇO DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão do contrato de trabalho por prazo determinado do servidor Sr. Lindomar Silva de Jesus, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de março de 2015.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA PREGÃO PRESENCIAL 15/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 15/2015 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 27/2015 Data do Processo: 20/02/2015
	Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 23/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva, pequenos reparos de estrutura em geral, limpeza de caixas de captação pluvial e em recolocação de lajetas para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos; Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental; Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Educação

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC.

Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa VALDIR ABATI ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa VALDIR ABATI ME está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope da proposta comercial da empresa VALDIR ABATI ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa VALDIR ABATI ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa VALDIR ABATI ME não apresentou a Certidão de Negativa de INSS e Federal, documentos exigidos no edital no item 7.1.1 e 7.1.2 sendo assim não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada, entretanto por se tratar de uma empresa Microempresa será concedido prazo no item do edital 8.2 "Havendo alguma restrição na comprovação exigida pelo artigo 27 de Lei Federal nº 8.666/96, será assegurado, as mesmas, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.". Diante do exposto concede-se o prazo de 10 dias para apresentação dos documentos acima citados, caso a empresa não apresente os documentos no prazo concedido será considerada inabilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

Schroeder, 19 de Março de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Gelson Stein	- - Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	- - Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	- - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

VALDIR ABATI	- - Representante
ELOIR JOSÉ WENDT	- - Setor Solicitante

DISPENSA 20/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 20/2015 - DL**

Processo Nr.: 51/2015
Data: 19/03/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: AFIXCODE SOLUCOES GRAFICAS LTDA - EPP

Código: 13036

Endereço: R CHARLES DARWIN,707 - GALPAO;

Cidade: São Paulo - SP

CNPJ: 10.350.191/0001-75

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de plaquetas para o Setor de Patrimônio Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	5.000,00	PLAQUETA DE PATRIMÔNIO EM ALUMÍNIO ANOTIZADO 0,15MM TAMANHO 45X15MM, COM FUROS E ADESIVOS PARA FIXAÇÃO. IMPRESSÃO BRASÃO COLORIDA, PALAVRA PATRIMÔNIO, NUMERAÇÃO E CÓDIGO DE BARRAS EM PRETO (NUMERAÇÃO DE 20001 A 25000)	UN	0,40	2.000,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Solicito a compra de plaquetas para afixar nos bens patrimônio, devido a contratação da empresa W.L.A. a qual está fazendo levantamento e fixação de plaquetas nos bens patrimoniais do Município, e na verificação em loco observamos que muitos bens estão sem plaquetas que as mesmas foram removidas ou estão danificadas, assim fazendo necessário adquirir a quantidade necessária para deixar todos bens identificados com plaqueta padrão para posterior cadastramento no sistema de patrimônio.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 19 de Março de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 20/2015 - DL**

Processo Nr.: 51/2015
Data: 19/03/2015

Folha: 2/2

18/03/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 18 de Março de 2015

Valor da Despesa: 2.000,00 (dois mil reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 10/2015-FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 10/2015 - DL****Processo Nr.: 20/2015
Data: 19/03/2015**

Folha: 1/2

Fornecedor: DIVICARP COMERCIAL LTDA - EPP
Endereço: R ADAO NOROSCHNY,11 - SALA 01
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 57.002.131/0001-25

Código: 7432

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição e instalação de divisórias e uma porta na Estratégia Saúde da Família 001 da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
3	9,00	divisórias Eucatex perfil naval, na cor areia Jundiá.	M2	60,00	540,00
4	1,00	porta completa de Eucatex perfil naval, na cor areia Jundiá.	UN	210,00	210,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Se faz necessário para adequar o espaço físico para realização dos grupos atendidos pela Estratégia Saúde da Família 001.

Schroeder, 19 de Março de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 10/2015 - DL**

Processo Nr.: 20/2015
Data: 19/03/2015

Folha: 2/2

16/3/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 16 de Março de 2015

Valor da Despesa: 750,00 (setecentos e cinquenta reais)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Serra Alta**PREFEITURA****EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Contratação da Prestação de Serviços Radiofônicos de Emissoras de Rádios Amplitude Modulada (AM) e Rádio de Frequência Modulada (FM), de abrangência e audiência no âmbito Regional e Municipal para a divulgação dos atos oficiais e administrativos do Governo Municipal de Serra Alta, demonstrando a importância da transparência que a comunicação assume nos dias atuais para o fortalecimento da cidadania.

Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 02 de Abril de 2015.

Abertura dos Envelopes: 14:30 horas do dia 02 de Abril de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 20 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando o REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Troféus e Medalhas destinadas para as premiações dos vencedores dos diversos campeonatos e jogos abertos e de integração esportiva promovidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 06 de Abril de 2015.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 06 de Abril de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA, 20 de março de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

Sombrio**PREFEITURA****2204/2015**

LEI Nº 2204, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

CONCEDE REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os vencimentos dos profissionais do magistério, ficam reajustados em 13,01 % (treze inteiros e um centésimo por cento).

Art. 2º O reajuste de que trata esta Lei será considerado como antecipação da revisão geral anual de que trata o Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, para o exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/03/2015.

Município de Sombrio - SC, 18. de março de 2015

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

2205/2015

LEI Nº 2205, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

FIXA O ÍNDICE DE REVISÃO GERAL DAS REMUNERAÇÕES E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES E AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O índice de revisão geral das remunerações e dos subsídios dos servidores públicos municipais, extensivo aos agentes políticos, aos admitidos em caráter temporário, aos Conselheiros Tutelares e demais formas de remuneração prevista na legislação municipal, da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal e art. 39, § 2º da Lei Municipal nº 1.414, 20/05/2003, a ser aplicado no mês de março de 2015, compreendendo o período de março de 2014 a fevereiro de 2015, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 7,68% (sete inteiros e sessenta e oito centésimos por cento).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01/03/2015.

Município de Sombrio - SC, 18 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

2206/2015

LEI Nº 2206, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

"ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 1295, DE 20 DE JUNHO DE 2001",

QUE "CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO-CMT DO MUNICÍPIO DE SOMBRIO "

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Art 3º da Lei nº 1295, de 20 de junho de 2001, que "Cria o Conselho Municipal de Turismo - CMT do Município de Sombrio", passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 3º - O CMT será composto pelos seguintes representantes:

I - 01 (um) representante da Sec. Mun. do Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turístico;

II- 01 (um) representante da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio;

III- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde de Sombrio;

IV- 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação de Sombrio;

V- 01(um) representante da Secretaria Municipal da Agricultura e Pesca de Sombrio;

VI- 01 (um) representante da EPAGRI de Sombrio;

VII- 01 (um) representante da CDL de Sombrio;

VIII- 01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores de Sombrio IX- 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Sombrio;

X- 01 (um) representante dos Meios de Comunicação do Município de Sombrio;

XI- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Cultura de Sombrio.

XII- 01 (um) representante da agricultura indicado pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sombrio.

XIII- 01 (um) representante da Associação dos Fabricantes do Super Center Japonês de Sombrio;

XIV - 01 (um) representante do Centro Atacadista "Litoral Sul";

XV - 01 (um) representante do receptivo Turístico de Sombrio - SC;

XVI - 01 (um) representante dos meio de Hospedagem de Sombrio - SC;

XVII - 01 (um) representante do setor de Gastronomia de Sombrio - SC;

XVIII - 01 (um) representante da classe de Artesões de Sombrio - SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio SC, 18 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC 037/2015

DECRETO Nº 037, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições privativas que lhe confere o item VI, do Artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o Art. 2º da Lei Nº 1645, de 21 de março de 2007.

DECRETA:

Art 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que passa a ser composto pelas seguintes pessoas:

Zulma Antonia Simon (efetivo)	Rep. da Sec. Mun. de Educação,
Graziela Caetano da Rosa (suplente)	Cult. e Esportes
Aldinéia G.R. Candido (efetivo)	Rep. do Poder Executivo Municipal
Fabício Espindola (suplente)	
Maria Magnus Bratti (efetivo)	Rep. dos Prof. de Escolas Públicas Municipais
Katia Maria Santos Coelho (suplente)	
Jairo Roberto Guimarães(efetivo)	Rep. dos Dir. de Escolas Públicas Municipais
Magali Abatti Colares (suplente)	
Cristian de Oliveira Velho (efetivo)	Rep. dos Serv. Técnico-Adm. das Escolas Públicas Municipais
Jedson Coelho da Silva (suplente)	
Luiz Reginaldo da Rosa (efetivo)	Rep. dos Pais de Alunos de Escolas Públicas Municipais
Rose Lopes Espindola (suplente)	
Mariléia Mateus (efetivo)	Rep. do Conselho Municipal de Educação
Mariléia Lopes Matos (suplente)	
Paula da Silva Pereira (efetivo)	Rep. do Conselho Tutelar
Denise dos Santos Bitencourt (suplente)	
Fabiani Ferreira Maurício (efetivo)	Rep. dos Estudantes
Sabrina Fagundes Nunes (efetivo)	
Bruna Rocho de Souza (Suplente)	
Suellem Santana (suplente)	

Art 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º. Fica revogado o Decreto Nº 160, de 13 de setembro de 2013, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 18 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DEC 038/2015

DECRETO Nº 038, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2189 de 04 de Dezembro de 2014, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 543.000,00 (quinhentos e quarenta e três mil reais). nas seguintes dotações orçamentária:

09.01 - SECRET. MUNIC. DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
1.031 - Construção do Parque de Eventos Municipal
4.4.90.00.00.00.00.0511 - Aplicações Diretas
R\$ 529.425,00
4.4.90.00.00.00.00.3091 - Aplicações Diretas
R\$ 13.575,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do excesso de arrecadação da fonte 511 e superávit da fonte 3091.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 18 de março de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

LEI 2203/2015

LEI Nº 2203, DE 18 DE MARÇO DE 2015.

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI 2178, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014, QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR, AMIGÁVEL OU JUDICIALMENTE, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, no exercício de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Artigo 1º da Lei nº 2178, de 04 de novembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial, do imóvel que especifica: Um terreno rural, situado no lugar Retiro, município de Sombrio/SC, Cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sob nº 810.061.010.243-7, medindo (7.767,22m²), dentro de uma área maior de (125.000m²) de propriedade do Espólio de Tomaz Otávio Cardoso, parte integrante da Certidão de Transcrição nº 30.286, conforme certidão atualizada fornecida pelo CRI da Comarca de Sombrio, com as seguintes medidas, confrontações e Coordenadas Geográficas: Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto P1 de coordenadas N 6.780.603,08 e E 628.013,94 deste segue em 63,55 metros onde confronta com Rodovia Learcino João Pereira até o ponto P2 de coordenadas N 6.780.620,42 e E 628.075,08 deste segue em 170,13 metros onde confronta com a projeção rua da nova escola, e com área remanescente da Transcrição 30.286 até o ponto P3 de coordenadas N 6.780.779,23 e E 628.013,33 deste segue em 19,75 metros onde confronta com área remanescente da transcrição 30.286 até o ponto P4 de coordenadas N 6.780.766,20 e E 627.998,50 deste segue em 66,92 metros onde confronta com área de João Batista Stuart matrícula 5.443 até o ponto P5 de coordenadas N 6.780.699,53 e E 628.004,29, deste em 22,92 metros onde confronta com área de João Batista Stuart matrícula 5.443 até o ponto P6 de coordenadas N 6.780.694,59 e E 627.981,76 deste segue em 10,32 metros onde confronta com a rua sem

denominação, até o ponto P7 de coordenadas N 6.780.685,63 e E 627.986,89 deste segue em 86,87 metros onde confronta com a rua sem denominação, até o ponto P1 início desta descrição, perfazendo o perímetro de 376,27 metros, e encontra-se representadas no Sistema UTM, referenciados ao Meridiano Central 51º WGR, tendo como Datum o SIRGAS 2000”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio (SC), 18 de março de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.
José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

POR. 037/2015

PORTARIA Nº 037 DE 02 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 5ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra KATIA REGINA FERREIRA, Professor, com Carga Horária de 30 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO
290 2008 à 2013 02/03/2015 `a 02/06/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 02 de março de 2015.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 038/2015

PORTARIA Nº 038 DE 02 DE MARÇO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

RESOLVE:

Conceder a 4ª Licença Prêmio a servidora efetiva, Sra CLEIDE PAULINO BORGES, Servente/Merendeira, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA PER. AQUISITIVO PERÍODO DE GOZO
1025 2008 à 2013 02/03/2015 `a 31/04/2015

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio-SC, 02 de março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PROC LICITÓRIO 017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015

CONCORRÊNCIA PUBLICA Nº17/2015

Objeto: Concessão de espaço público para exploração de publicidade, bem como concessão de espaço público por empresa do ramo pertinente para exploração de cantinas.

Tipo de julgamento: Maior preço por lote.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993, Lei Municipal nº 1.808, de 15 de junho de 2009 e Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Entrega dos envelopes: até as 14h:00min do dia 23/04/2015.

Abertura da Sessão: á partir das 14h:30min horas do dia 23/04/2015

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Sombrio - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 861 - Centro - Sombrio/SC, no horário das 13h:00min as 19h:00min ou pelo Fone (48) 3533-6633.

Sombrio - SC 20/03/2015

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 035/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

LICITAÇÃO Nº. 035/2015

Modalidade - Dispensa nº. 035/2015

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 14, Caput, da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL OU SUAS ORGANIZAÇÕES, PARA ATENDER OS ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ENTRE OS MESES 03/2015 a 08/2015.

EMPRESA CONTRATADA: COOPERATIVA MISTA DE AGRIC. FAMILIARES DE SOMBRIO.

VIGÊNCIA: 18/03/2015 a 31/08/2015

VALOR DO OBJETO: R\$ 262.146,00

JUSTIFICATIVA: A dispensa justifica-se em razão do disposto no caput do art. 14 da Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

Sombrio - SC, em 18 de Março de 2015.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Tigrinhos

PREFEITURA

PORTARIA 075/2015

PORTARIA Nº. 075/2015.

CONCEDE ESTABILIDADE FUNCIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 012/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ESTABILIDADE funcional a Servidora Pública Municipal Sra. DAIANE KUTSZEPA BRAMBILA, nomeada através de concurso público para o cargo de Enfermeira, cadastrada sob matrícula nº 398/01, submetida a estágio probatório e aprovada, passando a ser servidora estável a partir de 13 de Março de 2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE MARÇO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em treze de março de dois mil e quinze.

Macon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Timbó

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2015 - FMMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 01/2015 - FMMA

Às quatorze horas, do décimo nono dia, do mês de março de dois mil e quinze (19/03/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para julgamento da Habilitação da Tomada de Preço nº 01/2015 - FMMA, tendo em vista os pareceres técnico e contábil emitidos acerca da documentação de habilitação das empresas EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP e VILSON VANSUITEN ME.

Do parecer contábil emitido pela contadora, Sra. Kathia E. Gumz Howe, sobre o item 7.1.4 (Qualificação Econômico-financeira) do edital, verificou-se que as empresas EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP e VILSON VANSUITEN ME, atenderam aos requisitos estabelecidos no Edital.

Do parecer técnico, emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, constatou-se que as empresas EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP e VILSON VANSUITEN ME, apresentaram acervo compatível com o objeto do edital.

Verificou-se que a Certidão de Pessoa Jurídica do CREA/SC apresentada pela empresa VILSON VANSUITEN ME não continha certas informações, tais como razão social da empresa e CNPJ, a Comissão, portanto, através do código de controle constante na certidão, verificou sua autenticidade junto ao site do respectivo Conselho, onde constatou tratar-se de documento autêntico.

Analisada toda documentação juntada aos autos, aliado com o parecer contábil e parecer técnico do Setor de Engenharia e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação das empresas EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP e VILSON VANSUITEN ME.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER
FLORIANO
Presidente

ANDREA TAISE
FRANZ
Secretária

BARBARA L. POFFO DE
AZEVEDO
Membro

RESPOSTA AO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO-EDITAL DE CONCORRÊNCIA 171-2014

RESPOSTA AO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
Edital de Concorrência nº 171/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para implantação do Anel Viário Rua Araponguinhas Etapa I, relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2".

Recorrente: Ramos Terraplanagem Ltda.

A empresa Ramos Terraplanagem Ltda., apresentou pedido de reconsideração diante da decisão que indeferiu a impugnação ao Edital de Concorrência nº 171/2014, com fundamento no art. 109, inc. III, da Lei nº 8.666/1993, alegando vício no referido instrumento convocatório, caracterizado pela ausência de justificativa fundamentada para a adoção dos índices contábeis exigidos, o que estaria em desacordo com o estabelecido no art. 31, § 5º da Lei nº 8.666/1993.

Em que pese se tenha o entendimento que o pedido de reconsideração disposto no art. 109, inc. III, da Lei de Licitações trata-se de recurso dirigido ao prolator de decisão que considera licitante inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, visando a alteração de seu entendimento, não se tratando, desta forma, de recurso com o objetivo de alterar decisão de impugnação ao Edital, como é o caso em questão, a fim de evitar qualquer argumento superveniente de eventual cerceamento à defesa, passamos a análise do pedido:

Com o devido respeito ao entendimento do querelante, improcedente sua arguição de ausência de fundamento na fixação dos índices, visto que, conforme já consta no Parecer Jurídico nº 21/2015, o Tribunal de Contas da União, no acórdão nº 247/2003, explica o seguinte:

"São a Liquidez Geral (LG) e a Liquidez Corrente (LC) os índices utilizados pelo subitem 6.3 do edital (fl. 22) para a comprovação da boa situação financeira da proponente. Quanto maiores esses índices, melhor. Um índice LG menor do que 1 demonstra que a empresa não tem recursos suficientes para pagar as suas dívidas, devendo gerá-los. Já um índice de LC menor do que 1 demonstra que a empresa não possui folga financeira a curto prazo. Se os dois índices forem maiores do que 1, a empresa estará financeiramente saudável... nesse sentido, qualquer empresa de pequeno ou grande porte poderia participar da concorrência independentemente de capital ou de patrimônio líquido mínimo, desde que tivesse os seus índices contábeis nos valores normalmente adotados para comprovar uma boa situação financeira".

Além disso, conforme também exposto no referido parecer jurídico, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no XV Ciclo de Estudos destacou a importância e a necessidade de se exigir índices contábeis de acordo com o ramo afeto ao objeto licitado:

"a adoção de índices deve guardar correspondência com o vulto da licitação e o seu objeto, de modo que não seria adequado estipular que em todo e qualquer certame o mesmo índice seja adotado".

Importante destacar, que os índices estabelecidos no Edital em

apreço, estão de acordo com o habitual exigido pelo Município de Timbó para licitações de grande monta, como exemplo, citamos a Concorrência nº 114/2014, a qual tinha por objeto a pavimentação de diversas ruas do Município, e em seu Edital exigia-se que as licitantes comprovassem índices contábeis idênticos ao da licitação em apreço.

Os doutrinadores Joel de Menezes Niebuhr e Pedro de Menezes Niebuhr, no parecer Fecam nº 634, de 30 de abril de 2008, ao tratar de assunto semelhante, colacionam o seguinte posicionamento: "Em nosso entendimento e pela experiência que temos na análise de editais para contratação de obras de construção civil rodoviária, reputamos como razoável a estipulação de ILC e ILG em torno de 1,5 (...)"

Nesse sentido, as orientações do Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, bem como da doutrina dominante, são no sentido de que é poder/dever do ente público, averiguar as condições econômico-financeiras das empresas que desejam habilitar-se no certame, justamente para que a Administração tenha maior segurança jurídica quanto o cumprimento das obrigações editalícias e contratuais ao objeto a ser adjudicado, o que de forma evidente é motivo suficiente para justificar a exigência dos índices contábeis em apreço.

Diante do acima exposto, DECIDO PELA MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE IMPROCEDÊNCIA DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA, em especial por entender indubitavelmente motivado nos autos do certame a exigência dos índices contábeis questionados, levando-se em conta a dimensão técnica e financeira da obra licitada.

Dê-se ciência à recorrente.

Timbó, 19 de março de 2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

LEI Nº 2768, DE 20 DE MARÇO DE 2015**LEI Nº 2768, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

Altera a Lei nº 2654, de 12 de agosto de 2013, que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2014/2017.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I, da Lei nº 2.654, de 12 de agosto de 2013, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
PREFEITO DE TIMBÓ/SC

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

PROGRAMA DE GOVERNO:

0049- MANUTENCAO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Convênio, adaptando os recursos as necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó..

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, permitindo ações de custeio e investimento que visem garantir a execução da missão constitucional prevista no Art. 108 da C.E. 1989, Angariar fundos através de convênio para serem aplicados á comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1289	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CONVENIO BM	Unidade Gestora	UN	4,0000	400.000,00	0
1291	FROTA DE VEICULOS - CONVENIO BM	Veiculo	UN	3,0000	300.000,00	0
1293	OBRAS E CONSTRUÇÕES - CONVENIO BM	Área	M2	300,0000	300.000,00	0
2298	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONVENIO BOMBEIRO MILITAR	Unidade Gestora	UN	4,0000	480.000,00	0

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0049

AÇÃO: 1289

Equipar o Corpo de Bombeiros com mobiliário e material para a corporação, tipo 15 micros computadores ou laptops e 4 impressoras multifuncionais, 9 equipamentos de ar-condicionado , 4 máquina de fotografia digital, 20 equipamentos para proteção individual, 5 equipamentos de proteção respiratória com 7 cilindros de reserva, 1 bote inflável, 1 canhão monitor de solo, 1 ventilador de pressão positiva, 01 motogerador, 01 desencarcerador com equipamentos, 08 câmeras de vigilância para as instalações físicas do quartel, 1 compressor de alta pressão, 1 gerador de energia, 2 ferramentas de corte e perfuração de concreto, 3 esguichos para combate a incêndios, 2 divisores de linhas de combate, mobiliário completo e eletrodomésticos para refeitório, alojamentos e repartições administrativas, contratação de serviços de arquitetura e engenharia, entre outros. 01 equipamento elevador de passageiros para instalação na nova unidade do Corpo de Bombeiros de Timbó.

AÇÃO: 1291

Adquirir 1 (um) veículo do tipo ambulância, 1 (um) veículo tração 4x4 para utilização operacional e 01 veículo especial para uso em resgate.

AÇÃO: 1293

LEI Nº 2769, DE 20 DE MARÇO DE 2015**LEI Nº 2769, DE 20 DE MARÇO DE 2015**

Altera a Lei nº 2.741, de 24 de outubro de 2014, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2015.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

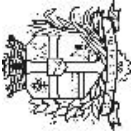
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo III, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações – Produto _ Unidade de Medida – Meta – Valor – Fonte de Recursos, da Lei nº 2.741, de 28 de outubro de 2014, passa a vigorar com a redação dada pela presente Lei, nos termos do anexo respectivo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de março de 2015; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 2

2

PROGRAMA DE GOVERNO:

0049- MANUTENCAO DO CONVENIO BOMBEIRO MILITAR

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense.

DIRETRIZES:

Implementar e manter as ações do Convênio, adaptando os recursos às necessidades operacionais do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, em conformidade com o convênio.

OBJETIVOS:

Gerir os recursos oriundos da prestação técnica dos serviços da unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, permitindo ações de custeio e investimento que visem garantir a execução da missão constitucional prevista no Art. 108 da C.E. 1989. Angariar fundos através de convênio para serem aplicados à comunidade timboense.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1289	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - CONVENIO BM	Unidade Gestora	UN	1,0000	210.000,00	Recursos Fiscais
1291	FROTA DE VEICULOS - CONVENIO BM	Veiculo	UN	1,0000	150.000,00	Recursos Fiscais
2298	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - CONVENIO BOMBEIRO MILITAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	148.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0049					578.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0049

AÇÃO: 1289

Equipar o Corpo de Bombeiros com mobiliário e material para a corporação, tipo micros computadores ou laptops e impressoras multifuncionais, 5 equipamentos de ar-condicionador, equipamentos para proteção individual, 01 compressor de alta pressão, 02 máquinas digitais para as vistorias, 1 bote inflável, 01 motorizador, 01 desencarcerador com equipamentos, 1 gerador de energia, 1 ferramentas de corte e perfuração de concreto, 2 esguichos para combate a incêndios, 1 detector de gás, mobiliário completo e eletrodomésticos para refeitório, alojamentos e repartições administrativas dentre outros, 01 equipamento elevador de passageiros para instalação na nova unidade do Corpo de Bombeiros.

AÇÃO: 1291

Adquirir 01 veículo especial para uso em resgate veicular, salvamentos, comando e supervisao de ocorrencias de grande vulto.

AÇÃO: 1293

Não contemplado em 2015

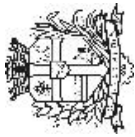
AÇÃO: 2298

Manter as atividades do Corpo de Bombeiros, bem como eventos, recursos humanos, material de expediente, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos princípios constitucionais, qualificação e treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos, na forma da legislação em vigor. Contratar serviços técnicos especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do departamento Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com entidades privadas e públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Adquirir recursos materiais, de expediente, consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o princípio da transparência dos atos da

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 2

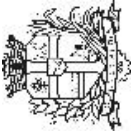
3

administração, envolver a sociedade organizada ou seus representantes legais nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Planejamento



MUNICÍPIO DE TIMBÓ

Programas Detalhados

Ano LDO: 2015 Versão: 2

4

PROGRAMA DE GOVERNO:

0090- MANUTENÇÃO DO ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E RENDIMENTO

GERENTE DO PROGRAMA:

DIAGNÓSTICO:

A Fundação Municipal de Esportes desenvolve ações de esporte e lazer atuando em diversos níveis, com ênfase nas áreas de: Esporte Amador onde promove o incentivo à prática esportiva através da iniciação esportiva e promoção de eventos. Esporte Comunitário: Promovendo Jogos de Integração da comunidade, eventos escolares e campeonatos municipais e regionais. Esporte de Rendimento: Representando o município em competições estaduais e nacionais. A estrutura física é composta por 1 estádio municipal, 1 ginásio de esportes, 1 pista de atletismo, 1 parque central e a sede administrativa.

DIRETRIZES:

Planejamento

Desenvolver ações, baseadas em projetos e programas visando oportunizar a prática esportiva como forma de lazer ativo; Oportunizar a participação em eventos e competições estaduais e nacionais. Melhorar e ampliar a estrutura de equipamentos esportivos do município.

OBJETIVOS:

Desenvolver políticas públicas de atendimento às demandas do município de Timbó no campo do lazer, esporte comunitário e escolar. Promover a integração das comunidades, dos clubes e das empresas do município através do esporte. Ampliação da rede de atendimento social. Construir novos espaços para prática esportiva.

AÇÕES	PRODUTO	UNID. MED.	META	VALOR	RECURSOS
1237 EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FME	Unidade Gestora	und	1,0000	10.000,00	Recursos Fiscais
1241 OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME	Unidade Gestora	und	1,0000	85.000,00	Recursos Fiscais
2236 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES	Unidade Gestora	und	1,0000	500.000,00	Recursos Fiscais
2238 MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE COMUNITÁRIO E ESCOLAR	Unidade Gestora	UN	1,0000	150.000,00	Recursos Fiscais
2240 MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	Unidade Gestora	und	1,0000	222.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA 0090				967.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA 0090

AÇÃO: 1237

Equipar a Fundação Municipal de Esportes e seus diversos segmentos, com: 02 computadores - completos; 1 equipamento de Som - completo; 1 estação de trabalho - completa; 2 armários fechados ; 10 cadeiras com prancheta e cesta para material; 1 mesa grande para reuniões; 5 cadeiras; 1 armário tipo balcão; 1 estante para multimídia; 1 TV; 1 mesa para refeitório com 6 lugares; 1 máquina fotográfica digital; 1 impressora multifuncional; 2 caixas de som amplificadas para eventos; equipamentos diversos necessários a execução das atividades.

AÇÃO: 1239

Não contemplado em 2015

AÇÃO: 1241

Reforma do Complexo Esportivo Municipal com reestruturação da parte elétrica, salas de apoio, revitalização externa e vestiários, obras de acessibilidade e troca do telhado.

AÇÃO: 2236

Manter as diversas atividades de assessoria Técnica e do Departamento, eventos, recursos humanos, material de expediente, consumo, cursos e capacitação, publicações e publicidade dos atos e outros.

IPM Informática Pública Municipal

Atende.Net

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 23/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 23/2015 - Edital Pregão nº. 20/2015. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 01 de abril de 2015, Propostas para Registro de Preço de Livros - coleção "Quero Brincar" da Editora Letra e Saber, autoras Haydee Gorosito e Fernanda Gorosito, destinados aos alunos da Educação Infantil, Maternal, Pré I e Pré II. Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 01 de abril de 2015. Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 16 de março de 2015.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS
PREGOEIRO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 24/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 24/2015 - Edital Pregão nº. 21/2015. A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 10 h e 00 min. do dia 01 de abril de 2015, Propostas para "aquisição de peças para reposição e serviços mecânicos" destinados a manutenção de veículos integrantes da frota veicular da Prefeitura, em conformidade com o edital. Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 10 h e 00 min. do dia 01 de abril de 2015. Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro - Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 16 de março de 2015.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS
PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº. 25/2015.

"AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC.

Procedimento Licitatório nº. 25/2015 - Edital Pregão nº. 22/2015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e Decreto Municipal nº. 3.016/2006, e, da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 02 de abril de 2015, Propostas para "Registro de Preço de Material Gráfico (Impressos)", destinados a manutenção dos serviços administrativos de diversos setores da Prefeitura e seus Fundos.

Sistema de entrega: mediante solicitação do contratante, independente de quantidade mínima a ser solicitada ou quantidade de entregas que serão realizadas.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 02 de abril de 2015.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro - Fone/Fax: 47 3623-0121 ou pelo e-mail editais@tresbarras.sc.gov.br - Três Barras - SC.

Três Barras - SC, 16 de março de 2015.

ELOI JOSE QUEGE
PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS
PREGOEIRO

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CC 23-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 23/2015 - CONCORRÊNCIA

Objeto: A presente licitação tem por objeto a permissão para o transporte individual de passageiros, no Município de Treze Tílias, em veículo de aluguel provido de taxímetro, em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 1.687/2010, e as demais condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

O recebimento da documentação será até as 09h00 min do dia 22/04/2015, sendo que o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PP 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS
Processo Licitatório nº 21/2015 - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais para pequenas obras, e instalações elétricas, para o Novo Centro de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 14h00 min do dia 31/03/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

EXTRATO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PP 18/2015

CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
PP 18/2015

Por conveniência da Administração Pública, nos termos da lei 8666/93, e especialmente objetivando a contenção de gastos neste período, o Município de Treze Tílias torna público o CANCELAMENTO do processo licitatório 18/2015, que seria realizado na data 23/03/2014, com o seguinte objeto: "Contratação de pessoa jurídica especializada para avaliação do grau de satisfação dos serviços da rede municipal de ensino infantil, de acordo com as descrições constantes no Anexo I, do presente edital"

MAURO DRESCH
Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 16/2015

CONTRATO Nº 16/2015

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu, Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A Banda BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA localizada na Rua Geronimo Coelho, 41E- Bairro Bela Vista, Centro, no Município de Chapecó/ SC, inscrita no CNPJ sob nº 11.496.694/0001-16, denominado simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente contrato às normas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 25, inciso III, conforme Processo de Compra nº 40/2015 na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 01/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na "Contratação da "BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA" para animação do Baile da Escolha das Soberanas a realizar-se no dia 25 de abril, de acordo com a Lei autorizativa n.1174/2014", no Centro Esportivo Municipal, sito a Rua Santa Cruz, na sede do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela contratação da banda musical constante do objeto do presente instrumento o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor certo e ajustado de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais).

Parágrafo primeiro. O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente fornecida pelo CONTRATADO, em até 10 (dez) dias após a realização do evento.

Parágrafo segundo. O valor constante no caput da cláusula segunda não estará sujeito a qualquer espécie de reajuste no período de vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- Comparecer no dia, na hora e local estabelecido neste contrato, fazendo-se acompanhar a banda Indexão.
- Providenciar, por sua inteira responsabilidade, alimentação para os músicos da banda, bem como, camarim para os mesmos;
- Suprir as despesas com encargos fiscais, sociais, previdenciários, trabalhistas, acidente de trabalho e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao cumprimento do presente contrato;
- Respeitar e cumprir todas as obrigações convencionadas neste contrato, colaborando em tudo que se fizerem necessário para que o CONTRATANTE alcance os objetivos propostos, com pleno sucesso do evento programado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- Fornecer local adequado e em condições de realização do evento.
- Providenciar todos os alvarás e autorizações necessárias para a realização dos eventos, atendendo as regulamentações do âmbito municipal, estadual e federal.
- Efetuar a divulgação do evento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- Advertência.
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, em caso de não cumprimento do presente instrumento.
- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o município de Tunápolis - SC, por prazo mínimo de dois anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra c.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Este contrato é celebrado com as cláusulas de irretratabilidade e irrevogabilidade, não admitindo por isso arrependimento ou rescisão unilateral tornando-se intransferível os seus direitos e obrigações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes comprometem-se e obrigam-se por si e por sucessores a qualquer título elegendo o foro da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, como único competente para decidir quaisquer questões dele emergente ou que dele decorram, com renúncia expressa ou qualquer outro mesmo que privilegiado.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente termo de contrato, que depois de lido, e achado conforme, é assinado em (02) duas vias de igual teor e forma, tudo na presença das duas testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC, 18 de março de 2015 .

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Contratante

BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CONTRATADO.

Testemunhas:

CONTRATO Nº 17/2015

CONTRATO Nº 17/2015

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu, Prefeito Municipal em exercício, Senhor Volmir Pedro Lawisch, portador do RG nº 1.850.412 e CPF nº 710.744.149-34, residente e domiciliado, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADO: A Banda BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA localizada na Rua Geronimo Coelho, 41E- Bairro Bela Vista, Centro, no Município de Chapecó/ SC, inscrita no CNPJ sob nº 11.496.694/0001-16, denominado simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente contrato às normas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu artigo 25, inciso III, conforme Processo de Compra nº 40/2015 na Modalidade de Inexigibilidade de Licitação n. 01/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na "Contratação da "BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA" para animação do Baile dos Músicos a realizar-se no dia 25 de novembro de 2015, de acordo com a Lei autorizativa n.1.148/2013, no Centro Esportivo Municipal, sito a Rua Santa Cruz, na sede do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

Pela contratação da banda musical constante do objeto do presente instrumento o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor certo e ajustado de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).

Parágrafo primeiro. O pagamento será efetuado através de depósito em conta corrente fornecida pelo CONTRATADO, em até 10 (dez) dias após a realização do evento.

Parágrafo segundo. O valor constante no caput da cláusula segunda não estará sujeito a qualquer espécie de reajuste no período de vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS, RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

a. Comparecer no dia, na hora e local estabelecido neste contrato, fazendo-se acompanhar a banda Indexão.

b. Providenciar, por sua inteira responsabilidade, alimentação para os músicos da banda, bem como, camarim para os mesmos;

c. Suprir as despesas com encargos fiscais, sociais, previdenciários, trabalhistas, acidente de trabalho e quaisquer outras que se fizerem necessárias ao cumprimento do presente contrato;

d. Respeitar e cumprir todas as obrigações convencionadas neste contrato, colaborando em tudo que se fizerem necessário para que o CONTRATANTE alcance os objetivos propostos, com pleno sucesso do evento programado.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

a. Fornecer local adequado e em condições de realização do evento.

b. Providenciar todos os alvarás e autorizações necessárias para a realização dos eventos, atendendo as regulamentações do âmbito municipal, estadual e federal.

c. Efetuar a divulgação do evento.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o contratado às seguintes penalidades:

- Advertência.
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, em caso de não cumprimento do presente instrumento.
- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o município de Tunápolis - SC, por prazo mínimo de dois anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na letra c.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

Este contrato é celebrado com as cláusulas de irretratabilidade e irrevogabilidade, não admitindo por isso arrependimento ou rescisão unilateral tornando-se intransferível os seus direitos e obrigações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

As partes comprometem-se e obrigam-se por si e por sucessores a qualquer título elegendo o foro da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, como único competente para decidir quaisquer questões dele emergente ou que dele decorram, com renúncia expressa ou qualquer outro mesmo que privilegiado.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente termo de contrato, que depois de lido, e achado conforme, é assinado em (02) duas vias de igual teor e forma, tudo na presença das duas testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC, 18 de março de 2015 .

Volmir Pedro Lawisch

Prefeito Municipal em Exercício

Contratante

BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CONTRATADO.

Testemunhas:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2015 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

1. DO OBJETO

Esta inexigibilidade de licitação tem por objeto a Contratação da "BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA" para animação do Baile da Escolha das Soberanas a realizar-se no dia 25 de abril, de acordo com a Lei autorizativa n.1174/2014, no Centro Esportivo Municipal, sito a Rua Santa Cruz, na sede do Município.

Item	Qtde	Un	Descrição	Unid.R\$	Total R\$
1	01	Un	Prestação de Serviços de banda de nome artístico "BANDA INDEXÃO" especializada no gênero popular do estilo "alemã". A escolha da Banda está condicionada ao seu renome e projeção reconhecida regionalmente, com vários Cd's gravados, e que possui infra-estrutura de palco, equipamentos de som, luzes e imagem.	7.000,00	7.000,00
Total em R\$					7.000,00

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (14) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

Pela contratação da Banda Musical, o município pagará o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), através de pagamento único em até 10 dias após a realização de cada evento.

4. DA JUSTIFICATIVA

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, impõe como regra a obrigatoriedade de licitar.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Para regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, foi criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações.

Nos termos do artigo 3º da citada Lei, licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, e, nos termos do artigo 2º, licitar é a regra.

Porém, como toda regra possui sua exceção, a referida Lei Federal também estabelece diferenciações e hipóteses em que a licitação será dispensada, dispensável ou inexigível. Sendo assim, o artigo 25 da Lei nº 8.666/93, dispõe sobre a possibilidade de inexigibilidade de licitação (quando houver inviabilidade de competição).

Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível, não é obrigatório ou compulsório. JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR cuida do assunto asseverando que "licitação inexigível equivale à licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição". Em regra exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º. Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dado causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Desta feita, vale salientar que, a presente contratação se encaixa na hipótese legal descrita no artigo 25, inciso III e § 1º da Lei nº 8.666/93, acima transcrita, sendo que a banda musical fora escolhida pelo município, no exercício do poder discricionário que legalmente lhe cabe, atendendo as exigências dos referidos dispositivos legais. Resta impossibilitada a competição comercial neste ramo artístico, haja vista o reconhecimento público e notório da atividade renomada desenvolvida pelo grupo "BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA", banda a ser contratada, ainda também, no que se refere a seu aparelhamento e equipe técnica.

Assim, observado o interesse da municipalidade na contratação da banda musical para a realização do evento supra mencionado, e

comprovados a possibilidade da contratação baseada na inexigibilidade da licitação, conforme previsão expressa no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, já que, o objeto está incluído nas contratações passíveis de inexigibilidade de licitação.

Deste modo, comprovada a impossibilidade de competição no ramo dos serviços artísticos a serem contratados, especialmente se observadas às qualidades e a consagração pública da banda musical em questão, confirma-se sua notoriedade e exclusividade artística unívoca, para o fornecimento destes serviços, condição ímpar para configuração da inexigibilidade de licitação.

No mesmo norte, vale dizer que a comprovação da prestação dos serviços se dará mediante nota fiscal, comprovando sua adequação à legislação contábil e financeira, bem como, haverá o atestado de recebimento dos serviços prestados à municipalidade por meio de funcionário competente.

Por derradeiro, buscam-se dar cumprimento as verdadeiras necessidades da administração, bem como, garantir o franco desenvolvimento cultural e artístico, sob todos os aspectos gerais.

Tunápolis - SC, em 18 de março de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito Municipal em Exercício

5. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso III, do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratifico este Processo de Inexigibilidade de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

Tunápolis - SC, em 18 de Março de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH	
Prefeito Municipal em Exercício	

6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor da Empresa BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA localizada na Rua Geronimo Coelho, 41E- Bairro Bela Vista, Centro, no Município de Chapecó/ SC, inscrita no CNPJ sob nº 11.496.694/0001-16, onde, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis - SC, 18 de março de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH	Marcos André Bonamigo
Prefeito Municipal em exercício.	Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2015 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

1. DO OBJETO

Esta inexigibilidade de licitação tem por objeto a Contratação da "BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA" para animação do Baile dos Músicos a realizar-se no dia 25 de novembro de 2015, de acordo com a Lei autorizativa n.1.148/2013, no Centro Esportivo Municipal, sito a Rua Santa Cruz, na sede do Município.

Item	Qtde	Un	Descrição	Unid.R\$	Total R\$
1	01	Un	Prestação de Serviços de banda de nome artístico "BANDA INDEXÃO" especializada no gênero popular do estilo "alemã". A escolha da Banda está condicionada ao seu renome e projeção reconhecida regionalmente, com vários Cd's gravados, e que possui infra-estrutura de palco, equipamentos de som, luzes e imagem.	4.000,00	4.000,00
Total em R\$					4.000,00

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (14) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do de ano de 2015.

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros utilizados correspondem a recursos próprios da Prefeitura Municipal de Tunápolis.

Pela contratação da Banda Musical, o município pagará o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), através de pagamento único em até 10 dias após a realização de cada evento.

4. DA JUSTIFICATIVA

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, impõe como regra a obrigatoriedade de licitar.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Para regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, foi criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações.

Nos termos do artigo 3º da citada Lei, licitação é o procedimento administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, e, nos termos do artigo 2º, licitar é a regra.

Porém, como toda regra possui sua exceção, a referida Lei Federal também estabelece diferenciações e hipóteses em que a licitação será dispensada, dispensável ou inexigível. Sendo assim, o artigo 25 da Lei nº 8.666/93, dispõe sobre a possibilidade de inexigibilidade de licitação (quando houver inviabilidade de competição).

Inexigibilidade, no sentido literal do termo, é aquilo que deixa de ser exigível, não é obrigatório ou compulsório. JESSÉ TORRES PEREIRA JUNIOR cuida do assunto asseverando que "licitação inexigível equivale à licitação impossível; é inexigível porque impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição". Em regra exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a

comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º. Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º. Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Desta feita, vale salientar que, a presente contratação se encaixa na hipótese legal descrita no artigo 25, inciso III e § 1º da Lei nº 8.666/93, acima transcrita, sendo que a banda musical fora escolhida pelo município, no exercício do poder discricionário que legalmente lhe cabe, atendendo as exigências dos referidos dispositivos legais. Resta impossibilitada a competição comercial neste ramo artístico, haja vista o reconhecimento público e notório da atividade renomada desenvolvida pelo grupo "BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA", banda a ser contratada, ainda também, no que se refere a seu aparelhamento e equipe técnica.

Assim, observado o interesse da municipalidade na contratação da banda musical para a realização do evento supra mencionado, e comprovados a possibilidade da contratação baseada na inexigibilidade da licitação, conforme previsão expressa no artigo 25 da Lei nº 8.666/93, já que, o objeto está incluído nas contratações passíveis de inexigibilidade de licitação.

Deste modo, comprovada a impossibilidade de competição no ramo dos serviços artísticos a serem contratados, especialmente se observadas às qualidades e a consagração pública da banda musical em questão, confirma-se sua notoriedade e exclusividade artística unívoca, para o fornecimento destes serviços, condição ímpar para configuração da inexigibilidade de licitação.

No mesmo norte, vale dizer que a comprovação da prestação dos serviços se dará mediante nota fiscal, comprovando sua adequação à legislação contábil e financeira, bem como, haverá o atestado de recebimento dos serviços prestados à municipalidade por meio de funcionário competente.

Por derradeiro, buscam-se dar cumprimento as verdadeiras necessidades da administração, bem como, garantir o franco desenvolvimento cultural e artístico, sob todos os aspectos gerais.

Tunápolis - SC, em 18 de março de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH
Prefeito Municipal em Exercício

5. DO DESPACHO

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso III, do art. 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, ratifico este Processo de Inexigibilidade de Licitação e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados.

Tunápolis - SC, em 18 de Março de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH	
Prefeito Municipal em Exercício	

6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO FORNECEDOR

Fica homologada e Adjudicada a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em favor da Empresa BIANCHI PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA localizada na Rua Geronimo Coelho, 41E- Bairro Bela Vista, Centro, no Município de Chapecó/ SC, inscrita no CNPJ sob nº 11.496.694/0001-16, onde, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, nos moldes deste documento.

Tunápolis - SC, 18 de março de 2015.

VOLMIR PEDRO LAWISCH	Marcos André Bonamigo
Prefeito Municipal em exercício.	Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

Urussanga

PREFEITURA

LEI Nº 2.702

LEI Nº 2.702, de 18 de março de 2015.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DOS CARGOS DE, MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR E MONITOR ESCOLAR PARA O QUADRO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL."

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o cargo temporário de Monitor de Transporte Escolar, para atender a necessidade de excepcional interesse público, organizar e dar maior segurança ao transporte de alunos, no perímetro urbano e rural do Município de Urussanga.

Parágrafo único. As atribuições, o nível de escolaridade, número de vagas e o enquadramento dos cargos descritos no caput estão dispostos no Anexo I, desta Lei.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o cargo temporário de Monitor Escolar, para atender necessidade de excepcional interesse público, que desenvolverá atividades dentro da unidade escolar, no intuito de auxiliar os alunos com necessidades educacionais especiais.

Parágrafo único. As atribuições, o nível de escolaridade, número de vagas e o enquadramento dos cargos descritos no caput estão dispostos no Anexo II, desta Lei.

Art. 3º As contratações temporárias previstas nesta Lei aplica-se o regime jurídico-administrativo especial previsto na Lei nº 2.680, de 12 de setembro de 2014, estando os contratados vinculados ao RGPS - Regime Geral da Previdência Social.

Art. 4º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas caso necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 18 de março de 2015.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos dezoito dias do mês de março de 2015.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

ANEXO I Categoria Funcional -

Cargo: Monitor de Transporte Escolar
Área de atuação: Educação
Nº de vagas: 5 Carga horária: 40 horas semanais
Nível de Escolaridade: Ensino fundamental incompleto Idade mínima exigida: 18 anos
Vencimentos: Nível 01 - R\$ 814,87 (equivalente ao salário mínimo da PMU)

Atribuições:

- Ser educado e cortês, demonstrar bom humor e paciência com os alunos.
- Exigir dos alunos respeito e educação. Qualquer ato desta natureza deverá ser comunicado ao superior imediato;
- Auxiliar o motorista no sentido de manter o interior do veículo sempre limpo. Se precisar de limpeza mais profunda, avisar ao motorista;
- Estar atento no momento do embarque e do desembarque dos alunos, auxiliando sempre que for necessário. O aluno não pode correr o risco de cair do veículo;
- Cuidar da disciplina dos alunos, evitando que eles comam ou bebam durante o trajeto, discutam entre si, desrespeite uns aos outros, joguem quaisquer objetos pelas janelas ou que coloquem quaisquer partes do corpo para fora;
- Conferir se todos os alunos frequentes no dia estão retornando aos lares;
- Auxiliar os alunos em caso de emergência (vomito, dor de cabeça, mal estar, etc.) e avisar imediatamente a direção da escola e o responsável imediato do Transporte Escolar;
- Verificar se o aluno não está esquecendo algum pertence no veículo. No final de cada rota, faça uma vistoria a fim de verificar objetos esquecidos;
- Controlar a abertura das janelas, não permitindo que fiquem abertas por mais de 15 centímetros;
- Verificar, sempre, se os alunos estão usando corretamente o cinto de segurança. A responsabilidade pelo uso do cinto é, em primeiro lugar, do monitor;
- Antes do início de qualquer rota, verificar se os cintos de segurança estão encaixados;
- Não permitir conversas inadequadas durante os trajetos;
- Prestar atenção nos outros veículos transitando, mantendo os alunos sempre sobre sua guarda. A responsabilidade pelo transporte começa no portão da escola ou no embarque do aluno, no percurso de ida. O aluno deve esperar até que o veículo pare completamente antes de se aproximar para o embarque.
- Sempre descer do veículo, no embarque e no desembarque dos alunos.
- Estar atento com o aluno que demonstrar algum comportamento fora do comum;
- Estar sempre atento à porta de entrada e saída do veículo;
- Interferir em qualquer comportamento por parte do usuário que venha atrapalhar o motorista e os demais usuários do transporte coletivo;
- Fazer uso do uniforme e do crachá durante todo o horário de trabalho;
- Desempenhar outras tarefas que, por suas características, se incluam na sua esfera de competência.

ANEXO II Categoria Funcional

Cargo: Monitor Escolar
Área de atuação: Educação
Nº de vagas: 25 Carga horária: 20 e 40 horas semanais
Nível de Escolaridade: Ensino Médio ou graduando curso de Pedagogia ou Licenciatura Específica na área de educação. Idade mínima exigida: 18 anos
Vencimentos: Nível 09 - R\$ 1.090,91 (40h/semanais) e R\$ 545,46 (20h/semanais)

Atribuições:

- Apoio constante nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio no cotidiano escolar aos alunos com necessidades educativas especiais;
- Ser cordial com a família, informar-se sobre seus interesses, gostos e costumes em casa, se faz uso de alguma medicação, como dorme, como brinca, como se alimenta;
- Conversar com outros profissionais que por ventura atendam o aluno, procurando obter recomendações de cuidados necessários para lidar com o aluno na área motora, fonoaudiologia, psicologia, dentre outros;
- Manter relacionamento profissional, ético e de extrema parceria com o professor titular;
- Procurar envolver-se na dinâmica da sala de aula, não tornando seu acompanhamento ao aluno uma forma apática de ficar permanentemente sentado ao seu lado;
- Sinalizar e informar ao professor titular tudo que for observando nos progressos ou dificuldades do aluno;
- Em casos de alunos com dificuldades motoras nos membros superiores que não conseguem fazer uso da escrita, compete ao monitor escolar realizar a cópia de conteúdos, atividades e tarefas de casa, assim como, auxiliá-los como escriba nas avaliações;
- Auxiliar o professor titular na organização do portfólio do aluno;
- Ampliar seus conhecimentos a cerca da deficiência do aluno e a cerca de seu papel enquanto monitor;
- Procurar contribuir com todos da classe, alunos e professores;
- Promover independência e autonomia do aluno na execução das atividades em sala de aula e fora dela;
- Conhecer a sistemática de alimentação do aluno se necessita de instrumentos adaptados para sua alimentação ou não;
- Auxiliar o aluno a alimentar-se dando instruções objetivas e claras de acordo com suas limitações e quando isso for possível;
- Estimular sempre que possível o contato com outros alunos;
- Se o aluno utiliza fraldas, não cabe ao monitor ensinar sozinho o uso adequado do sanitário, nem desenvolver o controle dos esfíncteres para a retirada das fraldas. Esse processo deverá ter início na família (se for possível de acordo com o quadro clínico do aluno) e em comum acordo, como uma parceria, o monitor poderá ir dando continuidade a esse processo na escola;
- Acompanhar o aluno ao banheiro, auxiliando na higiene que se fizer necessária com naturalidade, respeito e zelo de forma a não expor o aluno com atitudes de constrangimento.
- Em casos de alunos cadeirantes, compete ao monitor escolar auxiliá-lo no deslocamento da cadeira de rodas para o assento adaptado e auxiliá-lo nas questões de higiene.
- Participar de reuniões, cursos e demais situações sempre que for convocado pela escola, equipe multidisciplinar ou coordenação de educação inclusiva.

Videira**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 020/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADA	CARGO	DECRETO NOMENÇÃO
1. MIRTES ASSUNTA BONETTI	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.708/15, DE 09/03/2015
2. FRANCIELI DAL BOSCO FAZZIONI	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.709/15, DE 09/03/2015
3. VIVIAN BRINIAK MOREIRA	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.710/15, DE 09/03/2015
4. RUBIA MARA PINO GOMES Buseti	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.711/15, DE 09/03/2015
5. PAULA GARBOSA STREY	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.712/15, DE 09/03/2015
6. LEONILDE MARIA BONETTI RIBEIRO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.713/15, DE 09/03/2015
7. MARTHA SCHROR	AGENTE SOCIAL	11.714/15, DE 09/03/2015
8. IANE CORREA DOS SANTOS ZAPELA	AGENTE SOCIAL	11.715/15, DE 09/03/2015
9. JOELMA VICENTINA DOS SANTOS	AGENTE SOCIAL	11.716/15, DE 09/03/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Comprovante de Residência;
- e) Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- f) Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- g) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- h) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- i) Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- a) Avaliação Cardiológica;
- b) Avaliação Neurológica;
- c) RX Tórax;
- d) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- e) Hemograma;
- f) VDRL;
- g) ABO RH;
- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;

- j) EPF;
 k) Avaliação Audiométrica;
 l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
 m) Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 16 de Março de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/15

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 010/2015

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 150, § 6º, do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 69, de 05/12/1985, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento, NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINIS-TRATIVO	DATA CANCELA-MENTO
ALAN POTERIKO GOMES	051.983.039-33	12170/2014	18/03/2015
ALEX SANDRO DA SILVA	893.379.729-72	6503/2014	18/03/2015
ALTAIR TOLDO	790.148.019-04	7607/2014	18/03/2015
APARECIDA LOPES	269.701.369-20	18240/2014	18/03/2015
ARMIRIO ANTONIO SPANHOLI - ESPÓLIO	168.180.919-20	12890/2014	18/03/2015
ATILIO CARLOS DE OLIVEIRA	455.790.919-15	5024/2011	18/03/2015
BAR LANCHONETE SC 355 LTDA-ME	19.325.298/0001-38	5806/2014	18/03/2015
C.J MOREIRA E CIA LTDA	04.140.013/0001-17	6620/2014	17/03/2015
CARLOS EDUARDO WITTI	026.987.389-95	3718/2014	18/03/2015
CINTIA FATIMA RECALCATTI - MEI	17.635.067/0001.03	7592/2014	18/03/2015
CLAUDIOMIRO DIAS	881.510.189-68	7477/2014	18/03/2015
CLAYTON DE ALMEIDA FABRICIO	039.711.239-45	6744/2014	18/03/2015
DIEGO TONETTA	077.850.679-70	6974/2014	18/03/2015
DIRCEU CIVIDINI E SIRLEI DE OLIVEIRA	867.373.849-00	3934/2013	18/03/2015
DIRCEU SARTORI	707.533.859-53	7432/2014	18/03/2015
DVD MARKET VIDEO LOCADORA LTDA - ME	08.432.613/0001-00	13050/2012	18/03/2015
DVD MARKET VIDEO LOCADORA LTDA ME	08.432.613/0001-00	1824/2014	18/03/2015
ECLEMECIR LUIZ MACHADO	776.574.709-68	12251/2014	18/03/2015
EDEMAR FRANCISCO BRESSIANI	250.047.439-91	12301/2014	18/03/2015
ELIO FREIRE SANTO FILHO	001.004.330-65	8989/2014	18/03/2015
ELIZETE ANA MENEGAT	534.064.359-04	5839/2014	18/03/2015

ENEDIRA JAQUES DE LIMA	693.591.219-91	5044/2014	18/03/2015
FB COMÉRCIO E TRANSPORTES EIRELI - ME	03.015.103/0001.13	17332/2014	18/03/2015
FRANCISCO ROGERIO RAMOS	141.829.639-20	8015/2013	18/03/2015
GABRIEL VINCENZI MENDES ME	11.563.528/0001-95	13465/2014	18/03/2015
GRIMARI VIDEO LOCADORA LTDA ME	01.797.280/0001-73	10539/2012	18/03/2015
JOÃO MARIA ALONSO DE SOUZA	749.882.559-72	4289/2014	18/03/2015
JOSÉ ALVES GUEDES	220.618.869-49	12061/2013	18/03/2015
JOSÉ CARLOS DOS SANTOS	776.572.179-87	4257/2014	18/03/2015
LUIZ ADELAR GASPARRETTO	552.252.419-72	18284/2014	18/03/2015
MARCIO SCOPEL	813.708.069-49	1630/2013	18/03/2015
MAXIMINO NELIO VANZ	075.522.629-15	3146/2014	18/03/2015
MECÂNICA ALICATÃO LTDA ME	07.475.778/0001-04	14878/2014	17/03/2015
MECÂNICA ODRELAMI LTDA-ME	82.858.630/0001-66	5221/2014	18/03/2015
MOACIR ANTONIO JUNGES	833.773.289-04	17212/2014	18/03/2015
ODAIR JOAO PERAZZOLI	017.522.839-61	7730/2014	18/03/2015
ORESTES SCUSSIATTO	135.133.629-00	5544/2014	18/03/2015
ORLANDO ANTUNES DE LIMA	304.854.109-82	6196/2014	18/03/2015
OSMAR DE OLIVEIRA	844.884.259-68	6970/2014	18/03/2015
OTAVIO MAY	373.610.900-87	2096/2014	18/03/2015
PEDRINHO ORTIZ	828.953.929-00	6790/2014	18/03/2015
RENAN JOÃO NARDI	629.050.909-87	2804/2014	18/03/2015
ROSANGELA DA VEIGA	024.230.079-06	14757/2014	18/03/2015
TIO MÁRCIO TRANSPORTES ESCOLAR LTDA ME	04.011.202/0001-90	16011/2014	17/03/2015
TRADE'S MACHINE COMÉRCIO IMPORTAÇÕES LTDA ME	09.359.234/0001-02	879/2012	17/03/2015
VALDIR GONÇALVES DA SILVA	733.606.869-34	18355/2014	18/03/2015
VALDOMIRO PEROSA	422.404.419-68	1079/2013	18/03/2015
VALDOMIRO RIBEIRO PONTES	458.471.859-87	17400/2014	18/03/2015
VALMIR CIVIDINI	927.865.029-34	3683/2014	18/03/2015
VILMAR SIEBAUER ME	12.287.189/0001-24	17349/2014	17/03/2015
WALDEMAR RODRIGUES DOS SANTOS	219.828.649-15	9820/2013	18/03/2015
ZELI DO PRADO	893.433.449-53	7431/2014	18/03/2015
ZENIRA DE FATIMA LINS	522.512.849-15	5647/2014	18/03/2015

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 18 de março de 2015.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/15

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 011/2015

ALEXANDRE GANASINI, Secretário de Finanças no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 100 da Lei Orgânica Municipal, de 05/04/1990, no art. 3º da Lei Complementar nº 136/13, de 31 de julho de 2013, REFIS 2013, e, no item "c" do Requerimento de Parcelamento - REFIS 2013 NOTIFICA os Contribuintes abaixo relacionados do CANCELAMENTO DOS PARCELAMENTOS - REFIS 2013 requeridos:

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA CANCELAMENTO
ANTONIO CARLOS MAIA BRANDALISE	648.016.088-68	15094/2013	17/03/2015
CELSO JACINTO DE OLIVEIRA	834.616.129-87	18705/2013	17/03/2015
CONSTRUTORA JOA CASTELO LTDA ME	00.569.851/0001.50	19484/2013	17/03/2015
FRANCISCO ASSIS DA SILVA	384.864.829-68	18010/2013	17/03/2015
GILBERTO BRUSCH	183.215.009-78	18911/2013	17/03/2015
JOSE ALBERTO BORGES	467.455.059-91	14699/2013	17/03/2015
LUIZINHO PEREIRA DA SILVA	674.817.609-34	18021/2013	17/03/2015
NATALINO DE ARAUJO	469.783.059-87	16098/2013	17/03/2015
VANDELINO CARDOSO	186.187.400-63	17791/2013	17/03/2015
VILMAR IBANOR BERTOTTI	304.853.399-00	14880/2013	17/03/2015

Para que produza os efeitos legais e de direito foi lavrado e publicado o presente Edital.

Videira, 18 de março de 2015.
ALEXANDRE GANASINI
Secretário de Finanças

RETIFICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2015

Ata de Registro de Preços nº: 45/2015

Data de Assinatura: 02.03.2015

Fornecedor....: Dental Med Sul Artigos odontológicos Ltda.

Valor : R\$ 842,38

Licitação : Pregão Eletrônico nº 04/2014-FMS

Vigência : Início: 02.03.2015 Término: 02.03.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE APARELHOS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NA CENTRAL ODONTOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RETIFICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2015

Ata de Registro de Preços nº: 46/2015

Data de Assinatura: 02.03.2015

Fornecedor....: L.M. Ladeira e Cia Ltda.

Valor : R\$ 27.332,28

Licitação : Pregão Eletrônico nº 04/2014-FMS

Vigência : Início: 02.03.2015 Término: 02.03.2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES

FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS DE APARELHOS ODONTOLÓGICOS PARA SEREM INSTALADOS NAS UNIDADES DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E NA CENTRAL ODONTOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

RETIFICAÇÃO LEILÃO Nº 01/2015 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RETIFICAÇÃO LEILÃO Nº 01/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fica retificado o Edital de Leilão nº 01/2015 para ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO CONSIDERADOS INSERVÍVEIS, TAIS COMO VEÍCULOS, MÁQUINAS, SUCATA DE FERRO VELHO, ÓLEO QUEIMADO E SUCATA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA com o fim de incluir os Lotes 68, 69, 70, 71, 72, 73 e 74 no objeto. Tendo em vista que as alterações do edital implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e que a abertura do presente certame ocorreria no dia 15 de abril de 2015 às 09:00 horas, não havendo tempo hábil para abertura do mesmo, fica remarcada a data de abertura para o dia 28 de abril do corrente ano às 09h00min. O edital retificado e republicado com as devidas inclusões está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566 9026/9032.

Videira-SC, 19 de Março de 2015.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

INPREVID**BALANCETE FINANCEIRO 1º B.2015****SANTA CATARINA****INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.125.424,71	ORÇAMENTÁRIAS	711.814,05
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	201.111,12	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	708.750,22
RECEITA PATRIMONIAL	1.145.523,03	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.669,44
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.590,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	694.080,78
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	766.200,34	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.063,83
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.063,83
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	96.351,84		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	96.351,84		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.545.635,62	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.570.710,60
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	96.674,97	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	96.417,40
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	711.814,05	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	737.146,60
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	737.146,60	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	737.146,60
SALDOS ANTERIORES	120.797.544,26	SALDOS ATUAIS	122.282.431,78
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	121.729.571,52	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	123.149.698,70
BANCO C/ MOVIMENTO	31.887,75	BANCO C/ MOVIMENTO	96.648,09
PROVISÃO PARA PERDAS DE TÍTULOS E VALOR	-963.915,01	PROVISÃO PARA PERDAS DE TÍTULOS E VALOR	-963.915,01
TOTAL	124.564.956,43	TOTAL	124.564.956,43

VIDEIRA, 19/03/2015

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
CONTADORA CRC.SC- 026389/O-5

VILSO VANZ
PRESIDENTE

REO INPREVID 5º B.2015**SANTA CATARINA****INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

1º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até /2015	Bimestre Jan/Fev/2015	Total até Fev/2015
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.532.000,00	0,00	205.901,26	205.901,26
RECEITA PATRIMONIAL	10.663.000,00	0,00	3.170.062,73	3.170.062,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	88.000,00	0,00	24.442,19	24.442,19
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	11.677.000,00	0,00	768.233,20	768.233,20
TOTAL DA RECEITA :	24.960.000,00	0,00	4.168.639,38	4.168.639,38
DESPESAS				
Entidade: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIDEIRA - INPREVID				
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE VIDEIRA	24.960.000,00	0,00	1.777.315,92	1.777.315,92
Total da Entidade:	24.960.000,00	0,00	1.777.315,92	1.777.315,92
TOTAL DA DESPESA :	24.960.000,00	0,00	1.777.315,92	1.777.315,92

VIDEIRA, 19/03/2015

EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA
CONTADORA CRC.SC- 026389/O-5

VILSO VANZ
PRESIDENTE

Xavantina

PREFEITURA

ADENDO 01 EDITAL PP 16-2015 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 PMXV
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 PMXV

Objeto: Registro de Preços para a Possível Aquisição de Combustível Automotivo para todas as Máquinas e Veículos do Município de Xavantina, Incluindo o Fundo Municipal de Saúde e a Polícia Militar, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

ADENDO Nº 01

O Município de Xavantina/SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO que:

1 - Altera os Preços Unitários descritos no Anexo "C" do edital do Processo Licitatório nº 29/2015 PMXV, modalidade Pregão Presencial nº 16/2015 PMXV, nos seguintes termos:

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 16/2015 PMXV
ANEXO "C"

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS OBJETO DESTA LICITAÇÃO

ITEM	QUANTIDADE	UNID.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO EM R\$	ESPECIFICAÇÃO
1	180.000,00	LT	2,45	ÓLEO DIESEL S500
2	180.000,00	LT	2,62	ÓLEO DIESEL S10
3	40.000,00	LT	3,51	GASOLINA COMUM

2 - Todas as demais condições estabelecidas no edital continuam vigentes.

Xavantina/SC, em 19 de março de 2015.

MAURO JUNES POLETO, Prefeito Municipal.	VALMOR DE SOUZA OAB/SC 12.717
--	----------------------------------

CONTRATO Nº 048/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.
Contratada: VIVER DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA ME.
Contrato nº: 048/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DE TODAS AS FASES DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 18/03/2015.

Vigência: 31/12/2015.

Valor do Contrato: R\$ 5.225,00 (cinco mil, duzentos e vinte e cinco reais).

CONTRATO Nº 049/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: LIDER POÇOS ARTESIANOS LTDA.

Contrato nº: 049/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA EM REGIME DE URGÊNCIA PARA FORNECIMENTO DE UM CONJUNTO DE MOTOBOMBA PARA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DE LINHA DAS PALMEIRAS, MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 19/03/2015.

Vigência: 18/03/2015.

Valor do Contrato: R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

CONTRATO Nº 050/2015 PMXV

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: DAIANA VOGEL ZIMMERMANN EIRELI.

Contrato nº: 050/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE COLHEDORAS DE FORRAGENS NOVAS PARA O DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 19/03/2015.

Vigência: 18/04/2017.

Valor do Contrato: R\$ 92.520,00 (noventa e dois mil, quinhentos e vinte reais).

EDITAL DL 01/2015 PMXV

JUSTIFICATIVA

Da necessidade

O Município de Xavantina/SC abastece cerca de 180 famílias localizadas no Perímetro Urbano do Distrito de Linha das Palmeiras, com água potável e tratada, sendo esta a única fonte de água para abastecimento.

Em função da necessidade de manter o serviço de fornecimento de água de forma ininterrupta, faz-se necessário a aquisição de conjunto motobomba.

Neste sentido o fornecimento e abastecimento de água não pode ser interrompido. Pelo qual se solicita com urgência, de forma imediata a aquisição de um conjunto motobomba, para substituir o sistema danificado, instalado no poço identificado como sendo "Poço 02", sito na Linha das Palmeiras.

O respectivo Poço 02 abastece 180 famílias localizadas no Perímetro Urbano do Distrito de Linha das Palmeiras, com água potável e tratada, sendo esta a única fonte de água para abastecimento, assim é de extrema urgência o conserto do conjunto, inviabilizando a abertura de outra modalidade de processo licitatório.

Quantidade e valores do Conjunto Motobomba:

DESCRIÇÃO DA MÁQUINA	QTDE	VALOR EM R\$
CONJUNTO MOTOBOMBA PARA VAZÃO DE ATÉ 10.000 LITROS/HORA, 394MCA, 380V, 22,5HP, INSTALADA.	1,00	14.900,00

Do Fornecedor

Diante da necessidade de contratação o município orçou os serviços com empresas cadastradas no Município de Xavantina e a empresa contrata ofertou o menor valor.

Nome do Fornecedor: LIDER POÇOS ARTESIANOS LTDA.

CNPJ: 10.477.075/0001-11.

Endereço: Rua Francisco Norberto Bohner, 133 E, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó/SC, CEP 89.802-530.

Do Preço

O preço proposta pelo fornecedor é o preço praticado no mercado.

Fundamentação:

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso IV do artigo 24 da Lei 8666/93.

ARTIGO 24: É dispensável a licitação:

INCISO IV: nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Xavantina/SC, em 19 de março de 2015.

VALMOR DE SOUZA
OAB/SC 12.717

À vista de exposição do Assessor Jurídico Sr. Valmor de Souza, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

(X) Homologo a realização da despesa.

() Indefiro a realização da despesa.

Xavantina/SC, em 19 de março de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

EXTRATO DL 01/2015 PMXV

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015 PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Valmor de Souza, Assessor Jurídico deste Município, que declarou Dispensável a licitação, nos termos do caput do artigo 24 da lei federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a contratação de empresa em regime de urgência para fornecimento de um conjunto de motobomba para rede de distribuição de água de Linha das Palmeiras, Município de Xavantina/SC, em favor da seguinte empresa: LIDER POÇOS ARTESIANOS LTDA, no valor de R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

Xavantina/SC, em 19 de março de 2015.
MAURO JUNES POLETTTO,
Prefeito Municipal.

PARECER DL 01/2015 PMXV

Município de Xavantina/SC

Parecer Procedimento Licitatório

Licitação modalidade Dispensa de Licitação nº 01/2015 PMXV
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEI 8.666/93

Declaro sob as penas da Lei que o processo licitatório nº 34/2015 PMXV, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 01/2015 PMXV, objetivando a contratação de empresa em regime de urgência para fornecimento de um conjunto de motobomba para rede de distribuição de água de Linha das Palmeiras, Município de Xavantina/SC. CONSIDERANDO que em função da necessidade de manter o serviço de fornecimento de água de forma ininterrupta, faz-se necessário a aquisição de conjunto motobomba. Neste sentido o fornecimento e abastecimento de água não pode ser interrompido. Pelo qual se solicita com urgência, de forma imediata a aquisição de um conjunto motobomba, para substituir o sistema danificado, instalado no poço identificado como sendo "Poço 02", sito na Linha das Palmeiras. O respectivo Poço 02 abastece 180 famílias localizadas no Perímetro Urbano do Distrito de Linha das Palmeiras, com água potável e tratada, sendo esta a única fonte de água para abastecimento. A empresa contratada será a empresa: LIDER POÇOS ARTESIANOS LTDA, e a mesma atendeu a todos os dispositivos constantes na legislação em vigor em especial à Lei 8.666/93 e suas alterações.

É o parecer.

Xavantina/SC, em 19 de março de 2015.
VALMOR DE SOUZA
OAB/SC 12.717

Xaxim**PREFEITURA****AVISO DE CHAMADA PUBLICA 007/2015 - SAUDE**

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 007/2015

MUNICIPIO DE XAXIM-SC

AVISO DE CREDENCIAMENTO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Município de Xaxim-SC através de seu Prefeito comunica que estará realizando credenciamento sob o n. 007/2015, com protocolo dos documentos a partir desta data ficando aberto até 31 de dezembro de 2015. A presente chamada Pública tem por objeto credenciar óticas para fornecimento de lentes e armações destinado a pacientes em situação de vulnerabilidade. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8200.

Xaxim - SC, 19 de março de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO 036/2015 - SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE XAXIM - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N. 064/2015

PREGÃO PRESENCIAL N. 036/2015

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de Tecnólogo em Informática, com experiência na área, para ministrar aulas no CEACA, através da secretaria de Assistência Social. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 14h: 00min do dia 01 de abril de 2015, procedendo à abertura às 14h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 18 de março de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito Municipal

Consórcios**CIGA****EXTRATO CONTRATO -196- PGT- TREZE DE MAIO**

Extrato de Contrato nº 196/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Treze de Maio

CONTRATANTE: Município de Treze de Maio

CNPJ: 82.928.672/0001-26

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 038/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) em 10 parcelas mensais.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 02 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 194 - DOM - BENEDITO NOVO

Extrato de Contrato nº 194/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Benedito Novo

CONTRATANTE: Município de Benedito Novo

CNPJ: 83.102.780/0001-08

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 034/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Benedito Novo no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 10 parcelas mensais de 432,00 (quatrocentos e trinta e dois reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 10 de março de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**LICITAÇÃO Nº 002/2015 - ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - CIMVI**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA - CARTA CONVITE Nº 02/2015 - CIMVI

Às oito horas e trinta minutos, do décimo oitavo dia do mês de março de dois mil e quinze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para julgamento das propostas apresentadas pelas empresas EMPREITEIRA KJ LTDA EPP e RONALDO GEHRCKE ME (abertas na data de 10/03/2015), tendo em vista o despacho do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.

Conforme consta na Ata de Abertura de Propostas, por força das exigências editalícias o certame foi suspenso e os documentos encaminhados ao Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, para análise dos valores e quantitativos apresentados pelas empresas licitantes.

Do despacho exarado pelo Presidente do CIMVI (fls. 63/64), verificou-se que, em relação à manifestação do representante da empresa EMPREITEIRA KJ LTDA EPP, no sentido de que a licitante RONALDO GEHRCKE ME não apresentou o orçamento detalhado exigido no item nº 6.1 do Edital, a mesma não encontra respaldo pois, exige-se que a proposta contenha orçamento detalhado por hora e total para realização dos serviços, consistindo no detalhamento dos serviços a serem realizados, bem como valores respectivos por unidade e total, o que verifica-se presente na proposta da empresa RONALDO GEHRCKE ME.

Porém, constatou-se que a proposta apresentada pela licitante RONALDO GEHRCKE ME não está assinada, não atendendo as exigências do ato convocatório, especialmente o item nº 6.1, vejamos:

6.1 - A proposta deverá ser redigida em idioma nacional, com valores em reais, apresentada em original, rubricada em todas as suas páginas, sem emendas, entrelinhas ou rasuras, carimbada e assinada por representante legal da empresa, constando orçamento detalhado por unidade (hora) e total para realização integral dos serviços (preço para os dois itens).

Nesse sentido, o item nº 8.3.1, dispõe que:

8.3.1 - Será desclassificada a proposta que:

a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Instrumento Convocatório e seus anexos;

(...)

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do despacho do Presidente do CIMVI, decide-se pela desclassificação da proposta apresentada pela empresa RONALDO GEHRCKE ME e, classificação da proposta da empresa EMPREITEIRA KJ LTDA EPP, declarando-se vencedora a empresa EMPREITEIRA KJ LTDA EPP no valor total global de R\$ 73.341,00 (setenta e três mil e trezentos e quarenta e um reais) para atendimento do objeto.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de proposta para, querendo apresentar recurso, nos termos do § 6º, do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 02 (dois) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO Presidente	ANDREA TAISE FRANZ Secretária	BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO Membro
--	-------------------------------------	--

CIS NORDESTE**EXTRATO CONTRATO Nº 04/2015**

Contrato nº 04/2015 de 1º/03/2015

Contratante: CISONORDESTE/SC

Contratada: Clínica Cardiológica Vittacor S/S Ltda

CNPJ: 06.262.373/0001-17

Objeto: Prestação de Serviços de Saúde em: exames ultra-sonográficos e procedimentos em cardiologia

Valor médio mensal do contrato: R\$ 14.842,25 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

Valor anual: R\$ 178.113,00 (cento e setenta e oito mil, cento e treze reais).

Prazo de validade: 31/12/2015

Base Legal: Inexigibilidade de licitação.

EXTRATO CONTRATO Nº 05/2015

Contrato nº 05/2015 de 1º/03/2015

Contratante: CISONORDESTE/SC

Contratada: Pulmoclínica Clínica do Pulmão Gabriela Menezes Lopes S/S

CNPJ: 03.277.300/0001-00

Objeto: Prestação de Serviços de Saúde em: procedimentos em pneumologia

Valor médio mensal do contrato: R\$ 17.786,62 (dezessete mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos).

Valor anual: R\$ 213.439,44 (duzentos e treze mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Prazo de validade: 31/12/2015

Base Legal: Inexigibilidade de licitação.

EXTRATO CONTRATO Nº 06/2015

Contrato nº 06/2015 de 1º/03/2015

Contratante: CISONORDESTE/SC

Contratada: Clínica Urológica DJ Coutinho Ltda ME

CNPJ: 08.256.214/0001-53

Objeto: Prestação de Serviços de Saúde em: consultas e procedimentos em urologia

Valor médio mensal do contrato: R\$ 8.367,60 (oito mil, trezentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos).

Valor anual: R\$ 100.411,20 (cem mil, quatrocentos e onze reais e vinte centavos).

Prazo de validade: 31/12/2015

Base Legal: Inexigibilidade de licitação.

EXTRATO CONTRATO Nº 07/2015

Contrato nº 07/2015 de 18/03/2015

Contratante: CISONORDESTE/SC

Contratada: Centro Médico Diagnósticos Por Imagem S/S Ltda

CNPJ: 79.382.164/0001-80

Objeto: Prestação de Serviços de Saúde em: exames de biópsia e ressonância magnética.

Valor médio mensal do contrato: R\$ 107.904,00 (cento e sete mil, novecentos e quatro reais)

Valor anual: R\$ 1.294.848,00 (um milhão, duzentos e noventa e

quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais)).

Prazo de validade: 31/12/2015

Base Legal: Inexigibilidade de licitação.

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 05/2012

Extrato Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2012

Contratante: CISNORDESTE/SC

Contratada: Clínica Médica Devienne & Werner SS Ltda

CNPJ: 02.268.149/0001-50

Objeto: Prestação de Serviços de Saúde em: aumento das cotas de consultas e dos exames de mapeamento de retina e a inclusão contratual de novos exames/procedimentos em oftalmologia.

Valor médio mensal do contrato: R\$ 27.302,20 (vinte e sete mil, trezentos e dois reais e vinte centavos).

Valor anual: R\$ 327.626,40 (trezentos e vinte e sete mil, seiscentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).

Prazo de validade: 31/12/2015

Base Legal: Inexigibilidade de licitação.

CIS/AMURES

ATA CIR Nº 01/2015

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE GESTORES REGIONAIS DA SERRA CATARINENSE DE Nº 01 /2015

Aos 05 dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, com início às 09 horas os Secretários Municipais de Saúde da Serra Catarinense reuniram-se no município de Bocaina do Sul, no Parque de Exposições Izaac Miranda -- Bairro: Centro . Pauta do Dia: Pauta do Dia:

1) Leitura e aprovação da ata anterior referente a dezembro de 2014; 2) Correspondências recebidas e expedidas; 3) Discussão sobre a aplicação de recursos destinados ao MAC/SAMU (Otacílio Costa); 4) Indicação de um membro para participar do Grupo de Condução Estadual da Rede de Deficiência; 5) 60º Encontro dos Secretários Municipais de Saúde - ITÁ/SC; 6) CIS/AMURES - Prestação de Serviços, Prestação de Contas e Assuntos Diversos. A Secretária de Bocaina do Sul recebeu o Colegiado. Dra. Cristina Subtil, Coordenadora da CIR, deu as boas vindas aos presentes. A indicada para participar do Grupo de Condução Estadual da Rede de Deficiência foi a representante de Cerro Negro Jane conforme convite/ofício em anexo, sobre o 60º Encontro dos Secretários Municipais de Saúde - ITÁ/SC; 6) CIS/AMURES ficou acertado que os gestores que se dispuserem a ir devem fazê-lo com recursos próprios, em função da falta de recursos do colegiado, a secretária Cristina relatou que em um encontro realizado com Sr. Paulo Kleinubing , foram realizados as reivindicações dos pagamento dos programas em atraso, políticas de financiamento, representação e financiamento para CIR, Secretária Cristina relata que as atas foram publicadas no DOU até o final de Novembro de 2014. A Gerencia Regional de Saúde pediu a palavra coordenadora de saúde mental da região Lilian Kanan ofereceu o manual de uso do sistema SAIPS - Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde, manual esse que pode ser encontrado on line no site da Secretaria de estado de Saúde. Lilian : Que a pactuação e a geração de propostas devem ser realizadas o mais breve possível, o plano de Caps micro Regional que havia sido pactuado com Correia Pinto foi alterado para o município de Ponte Alta , A coordenadora regional de Atenção Básica Daniela Rosa de Oliveira e a coordenadora regional de DST/HIV/AIDS /HV Joana Israel Romana relataram a importância da realização dos testes rápidos, onde foram capacitados 86 enfermeiros, e propuseram a implantação dos testes na rotina das unidades de Saúde: preventivos, pré-natal, acolhimento, acidente de trabalho e principalmente com os grupos

mais vulneráveis, ao menos uma unidade em cada município, e em implantar uma semana de conscientização a partir do dia 09 de fevereiro e o dia D 12 de fevereiro como um dia de mobilização regional com alusão ao carnaval e reforçando a importância dos testes rápidos , Daniela: acontecerão visitas técnicas das áreas de atenção básica, Vigilância Epidemiológica e informática da Gerencia Regional de Saúde, a gerente Regional de Saúde de Lages Camila Baccin, distribuiu o relatório de atividade da 27ª Regional de Lages e de usuários de Medicamento Judiciais por município, relatou a suspensão de internamento do Hospital de São José do Cerrito, com a presença da Gerente Estadual de Planejamento - Terezinha mostrou preocupação com a rede hospitalar do Estado e principalmente com a serra catarinense e a mudança de perfil da população e o desafio do Estado em viabilizar condições dos hospitais de pequeno porte da região, fala que o Ministério da Saúde não tem políticas definidas para custear hospitais com menos de 50 leitos, porém é um mal necessário desde que os serviços seja fornecidos com qualidade e segurança sem riscos, rever a sustentabilidade e sua vocação , avaliar , discutir e planejar com clareza o título "hospitalar ". Também da Secretaria de Saúde do Estado Greice, solicitou adesão a chamada pública para a contratualização hospitalar - SUS até o fim deste ano , citou alguns municípios que não estão contratualizados como Ponte Alta , Campo Belo do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, São José do Cerrito, Correia Pinto, os credenciados são: Lages, Anita Garibaldi, Urubici, Otacílio Costa e São Joaquim. para os hospitais de pequeno porte serão realizados financiamentos pelo MS por valor fixo, independente da demanda, seguindo as exigências legais. Nalú Terezinha Júlio: CIS enviou relatório por município dos serviços prestados à pacientes, através do CIS/AMURES no decorrer de 2014, lembrou aos secretários que enviou os contratos de rateio e Serviços em Dezembro último a fim de que sejam assinados pelos respectivos prefeitos e devolvidos ao CIS/AMURES. Porém, até a presente data somente cinco municípios assinaram os referidos contratos. Enviou hoje novamente contrato de rateio e manutenção para os municípios em relação a 2015 e colocou-se a disposição para eventuais dúvidas no preenchimento, solicitou o envio o mais breve possível, evitando assim penalidades legais. Nalú informou que a partir deste ano existe previsão de atendimento com psiquiatra, proctologista, infectologista, cardiologista e endocrinologista. Porém relatou a dificuldade de contratação de médicos em toda região. Foi revisado o valor da contratualização do CIS/AMURES com Lages que passou de 57.294,40 para 58.244,12 e foi aprovado pela plenária por termo aditivo. Nalú informou ainda que para continuar as cirurgias no Hospital de Bom Retiro, falta a vistoria de Vigilância da Secretaria de Estado de Saúde, para fornecer o alvará do Centro Cirúrgico. Segundo a Secretária de Bom Retiro que estava presente, as adequações já foram providenciadas, a Gerente Regional de Saúde, Camila Baccin, comprometeu-se em providenciar a referida vista para liberação do alvará. A Jane de Cerro Negro, perguntou quanto, as cirurgias de varizes. Nalú respondeu que continuam sendo realizadas no município de Santo Amaro. O secretário de Palmeira Sr. Adilson solicitou informações a respeito da compra de fraldas, a Nalú respondeu que terão que fazer licitação e que por enquanto, não pode fazê-la. O CIS/AMURES não conta com assessoria jurídica. A secretária de Lages Cristina se dispôs a repassar a todos o modelo de protocolo usado pelo seu município pra a distribuição de fraldas, óculos e leites, visando uma padronização na região. Passou-se então aos assuntos finais. Foi alterada para Cerro Negro a próxima reunião do colegiado para dia 12 de março e Capão Alto para 06 de agosto de 2015. A secretária de saúde conduziu a eleição do próximo condutor da CIR, ressaltando que a troca é necessária, agradece o companheirismo e como foi recebida e solicita que a eleição seja realizada por consenso se o grupo assim concordar, foi colocado como nome o secretário de Otacílio Costa Silvano Cardoso Antunes e convidou o secretário de Palmeira para ser o vice José Adilson Rodrigues e Lima para assumir a próxima gestão. Após parabenizar e empossar o novo condutor da CIR a secretária Cristina solicitou que ao assumir a

gestão, o novo secretário seja assíduo nas reuniões de CIB que com representatividade e manifestações de interesse pela região se faça ouvir. Eleitos como primeiro secretário - Beatriz Mesquita Alves de Correia Pinto, segundo secretário - Lisane Aparecida Bernardo - de Bom Jardim da Serra e como tesoureiro - Jane, do Município de Cerro Negro. Os municípios faltantes na reunião foram: Anita Garibaldi, São José do Cerrito, Ponte Alta e Urupe-ma. Sem mais a tratar eu, Francyne Hemkemaier Pasa, designada neste dia para redigir a ata, informo que após lida será aprovada na próxima Reunião.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

RESOLUÇÃO CIQ Nº 012/2015

RESOLUÇÃO Nº012/2015.

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 65.226,65.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2015, no valor de R\$ 65.226,65 (sessenta e cinco mil e duzentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Orgão - 01 Consórcio Intermunicipal Quiriri
Unidade - 01 Consórcio Intermunicipal Quiriri
Proj./Ativ. - 2.000 Manutenção do Consórcio Intermunicipal Quiriri
3.1.90.11.00.00.00 - 0300 - Vencimentos e Vantagens Fixas - PC ..
..... R\$ 20.000,00
3.1.90.13.00.00.00 - 0300 - Obrigações Patronais
..... R\$ 3.000,00
3.3.90.39.00.00.00 - 0300 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
..... R\$ 29.000,00

Proj./Ativ. - 2.003 Manutenção Cicloturismo
3.3.90.39.00.00.00 - 0300 - Outros Serviços de Terceiros - PJ
..... R\$ 13.226,65

Art. 2º - O Crédito Suplementar que trata o artigo anterior corre à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior apurado no Balanço Patrimonial (Anexo 14) na fonte de recursos 0100- Recursos Ordinários no valor de R\$ 65.226,65(sessenta e cinco mil, duzentos e vinte e seis reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de Março de 2015.

Fernando Tureck

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

CVC

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO 001/2015

EDITAL DE CHAMAMENTO AOS INTERESSADOS PARA INSCRIÇÕES NO CADASTRO DE FORNECEDORES Nº 0001/2015

O Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, torna público para conhecimento de todos os interessados, que estará recebendo, junto a sua Sede, sito a Avenida Santa Catarina, nº 1022, Centro, na cidade de Coronel Freitas - SC, inscrições para fornecedores do Consórcio Público, conforme determina a Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

I - DO OBJETO:

1.1 O objeto do presente Edital é receber inscrições de fornecedores no cadastro de fornecedores do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, para efeito de habilitação para qualquer modalidade de licitação e/ou contrato.

II - DA DOCUMENTAÇÃO:

2.1 Será exigido dos interessados para que comprovem a habilitação, os seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício (de acordo com as exigências do Novo Código Civil);
- b) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal (Alvará), se houver da sede da empresa proponente;
- d) Alvará Sanitário (nos casos exigidos por Lei);
- e) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de regularidade relativa às Contribuições Previdenciárias e às de terceiros;
- h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- i) Certidão Negativa com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor;
- j) Certidão Negativa Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;
- k) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos da Lei federal nº 12.440/2011.

2.2 Os documentos listados no item 2.1 deverão ser apresentados em 01 (uma) via, original ou autenticada, se não for extraída da Internet.

Coronel Freitas, 19 de março de 2015.

Mauri José Zucco

Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

Prefeito de Coronel Freitas

RESOLUÇÃO N. 001/2015

Resolução n. 001/2015

Institui a Possibilidade da Adoção da Pré- Qualificação de Bens e o Seu Procedimento e dá Outras Providências.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do Consórcio; e considerando o Art. 115 da Lei 8.666/93;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º Fica instituída a possibilidade da realização de pré-qualificação de bens.

Art. 2º Entende-se por pré-qualificação de bens, o procedimento administrativo anterior a licitação do qual resultará decisão de que determinado bem apresenta qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas.

Art. 3º Entende-se por Comissão Permanente ou Especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens.

CAPÍTULO II

DO OBJETIVO E DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 4º Constituem objetivos gerais dos processos de pré-qualificação:

I - assegurar que os bens adquiridos possuam um padrão mínimo de qualidade e adequação aos serviços a que se destinam;

II - promover a isonomia no tratamento dispensado aos interessados na aprovação de bens;

III - proporcionar maior precisão na caracterização do bem a ser adquirido em compras futuras, bem como a satisfazer ao interesse da administração.

Art. 5º Aplicam-se aos processos de pré-qualificação os princípios que regem a Administração Pública e as licitações, especialmente, os princípios da legalidade, da igualdade, da eficiência, da moralidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

CAPÍTULO III

DAS NORMAS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Art. 6º Para pré-qualificação, os bens devem estar acompanhados das respectivas descrições, justificativa formal que demonstre as potenciais vantagens que serão alcançadas com o procedimento, forma de avaliação e demais condições de acordo com um projeto básico.

Art. 7º Serão expedidos editais de convocação para que os interessados apresentem os bens para pré-qualificação.

Art. 8º O edital explicitará a forma como será processada a pré-qualificação, bem como, através de critérios objetivos, informará as características do bem para que seja considerado qualificado.

Art. 9º O aviso do edital de convocação será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, com prazo de início da pré-qualificação de bens não inferior a 10 (dez) dias.

Art. 10 Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o edital de convocação para a pré-qualificação de bens, tanto no que pertine às regras estabelecidas quanto no tocante à descrição do bem, desde que o faça no prazo de 02 (dois) dias úteis anteriores a data prevista para o início da pré-qualificação de bens.

Art. 11. Os interessados poderão apresentar mais de uma marca e/ou modelo para um mesmo item de bem a ser pré-qualificado, que poderão ser aprovados desde que todos os requisitos do edital sejam observados para cada um deles.

Art. 12. Recebidos os documentos e amostras de bens exigidas no edital de convocação, far-se-á a análise e avaliação dos mesmos, no prazo de até 60 (sessenta) dias consecutivos, podendo ser suspenso ou prorrogado, se necessário, a critério da Comissão Permanente ou Especial.

Art. 13. A avaliação dos bens será feita por uma Comissão Técnica ou por profissionais qualificados com o conhecimento e habilitação técnica exigida na área, designados para este fim.

Parágrafo único. Por exceção, é possível considerar a possibilidade de que a avaliação seja submetida a um critério objetivo, sem os mesmos rigores científicos, e feita pela Comissão Permanente ou Especial, desde que assegurada a transparência.

Art. 14. É facultado, em qualquer fase do processo, a promoção de ampla diligência destinada a esclarecer ou complementar sua instrução e a aferir o bem a ser avaliado, bem como solicitar a Órgãos e Entidades competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

§ 1º Quando necessário poderá ser solicitado a certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por qualquer instituição oficial competente ou por entidade credenciada;

§ 2º Sempre que possível e o bem assim permitir, os testes de avaliação poderão contar com a participação dos interessados, os quais, inclusive, poderão indicar, as suas expensas, assistente técnico.

Art. 15. A avaliação observará a qualidade e eficiência do bem, verificando direta ou indiretamente, se os requisitos são satisfatórios.

Parágrafo único. Os critérios de avaliação serão definidos no edital de pré-qualificação, de acordo com o bem a ser avaliado.

Art. 16. Após avaliação, a Comissão Permanente ou Especial do processo, fará expedir decisão contendo o resultado com as devidas justificativas e fundamentos de sua conclusão, e dará a publicidade através do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Art. 17. Da decisão do procedimento é facultada a interposição de recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua publicação.

Art. 18. Os bens aprovados no processo de pré-qualificação serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC", contendo a marca e o modelo.

SEÇÃO I

DA PARTICIPAÇÃO NA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Art. 19. Qualquer pessoa física ou jurídica interessada é considerada parte legítima para pleitear, junto ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, a pré-qualificação de bens.

SEÇÃO II DO PRAZO DE VALIDADE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Art. 20. A pré-qualificação de bens aprovados terá validade de 1 (um) ano, podendo ser atualizada pelo mesmo período a qualquer tempo.

Parágrafo único. O prazo de validade da pré-qualificação ou atualização de bens aprovados inicia-se com a publicação da Decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, veiculado através do endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Art. 21. A atualização da validade da pré-qualificação de bens aprovados, ocorrerá:

§ 1º quando requerida pela mesma interessada que propôs a pré-qualificação, ficando dispensada de nova avaliação, se apresentar declaração ou certidão de que o bem aprovado não sofreu modificações no processo de fabricação e mantém as mesmas características da marca e modelo já pré-qualificado.

§ 2º quando requerida por nova interessada, que deverá apresentar sua documentação física ou jurídica, ficando dispensada de nova avaliação, se apresentar declaração ou certidão de que o bem aprovado não sofreu modificações no processo de fabricação e mantém as mesmas características da marca e modelo já pré-qualificado.

§ 3º quando em novo procedimento de pré-qualificação resultar aprovação da mesma marca e modelo já pré-qualificado.

§ 4º quando por iniciativa do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, através da promoção de diligência destinada a certificar que o bem aprovado não sofreu modificações no processo de fabricação e mantém as mesmas características da marca e modelo já pré-qualificado.

SEÇÃO III DO CANCELAMENTO DA APROVAÇÃO DE BENS PRÉ-QUALIFICADOS

Art. 22. Dar-se-á o cancelamento da aprovação de bens pré-qualificados nas hipóteses seguintes:

- I - ocorrência de fraude ou falsidade nas declarações ou provas documentais apresentadas no processo de pré-qualificação;
- II - constatação de discrepância relevante entre os resultados dos exames realizados nas amostras do bem avaliado e os obtidos com o uso e ou em avaliações posteriores;
- III - quando o bem aprovado deixar de atender a qualquer exigência técnica feita pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC no respectivo edital de pré-qualificação;
- IV - quando a fabricação se torne comprovadamente descontinuada;
- V - quando presentes razões de interesse público, devidamente justificadas e comprovadas.

Art. 23. Conceder-se-á ao ato de cancelamento da aprovação de bens a mesma publicidade dada aos demais atos do processo de pré-qualificação.

Art. 24. O cancelamento da aprovação do bem será feito sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

Art. 25. Caberá recurso das decisões de cancelamento da aprovação do bem.

Art. 26. Os bens cancelados ficarão inativos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC".

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC" ficará permanentemente aberto para que, nas futuras licitações para aquisições desses bens, sejam restritas àqueles das marcas e modelos previamente pré-qualificados (aprovados).

Art. 28. A pré-qualificação de bens não gera direito à contratação futura e nem implica na preclusão da faculdade legal de inabilitação às licitações.

Art. 29. Os bens pré-qualificados (aprovados) não serão exclusivos dos interessados que apresentaram as propostas e amostras para avaliação.

Art. 30. Quaisquer modificações no processo de fabricação ou nas características do bem aprovado obrigam o responsável que propôs a pré-qualificação a informar ao Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC e providenciar a adequação dos documentos.

Art. 31. Os bens pré-qualificados poderão ficar suspensos durante procedimentos de reavaliação.

Art. 32. As futuras licitações realizadas pelo Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC ou seus Municípios Consorciados poderão ficar restritas aos bens, marcas e modelos constantes do "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC".

Art. 33. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Freitas, SC, 19 de março de 2015.

Mauri José Zucco

Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC

Prefeito de Coronel Freitas